

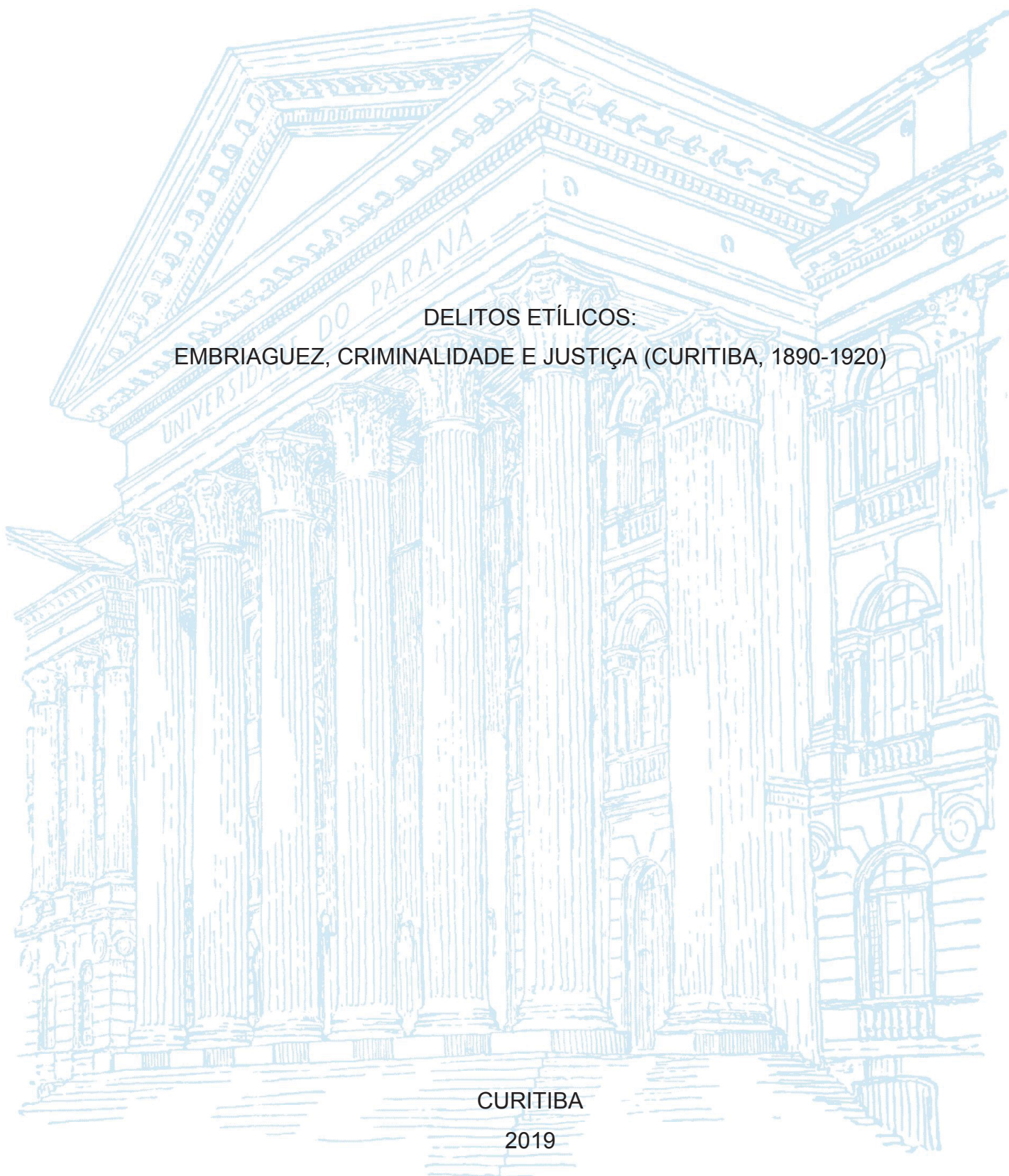
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OTÁVIO AUGUSTO GANZERT WEINHARDT

DELITOS ETÍLICOS:  
EMBRIAGUEZ, CRIMINALIDADE E JUSTIÇA (CURITIBA, 1890-1920)

CURITIBA

2019



OTÁVIO AUGUSTO GANZERT WEINHARDT

DELITOS ETÍLICOS:  
EMBRIAGUEZ, CRIMINALIDADE E JUSTIÇA (CURITIBA, 1890-1920)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira

CURITIBA

2019

W423d

Weinhardt, Otávio Augusto Ganzert

Delitos etílicos: embriaguez, criminalidade e justiça  
(Curitiba, 1890-1920) / Otávio Augusto Ganzert Weinhardt;  
orientador: Luís Fernando Lopes Pereira. – Curitiba, 2019.  
249 p.

Bibliografia: p. 225-232.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do  
Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-  
graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Embriaguez (Direito penal). 2. Polícia. 3. Justiça.  
4. Delito. 5. Crime e criminosos. I. Pereira, Luís Fernando  
Lopes. II. Título.

CDU 343.976

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná**  
**Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas**  
**Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia cinco de abril de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala De Defesas - 317, Praça Santos Andrade, 50 - Centro - PPGD - UFPR, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **OTÁVIO AUGUSTO GANZERT WEINHARDT** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada **Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça (Curitiba, 1890-1920)**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA (UFPR), RUI CARLO DISSENHA (UFPR), CLÓVIS MENDES GRUNER (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

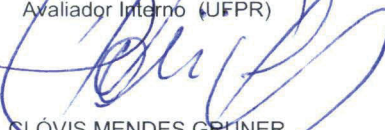
CURITIBA, 05 de Abril de 2019.



LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



RUI CARLO DISSENHA  
Avaliador Interno (UFPR)



CLÓVIS MENDES GRUNER  
Avaliador Externo (UFPR)





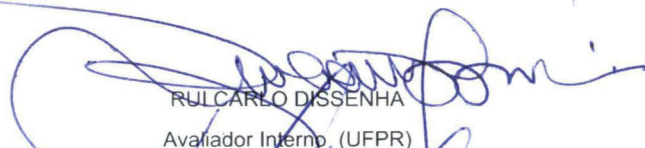
## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **OTÁVIO AUGUSTO GANZERT WEINHARDT** intitulada: **Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça (Curitiba, 1890-1920)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

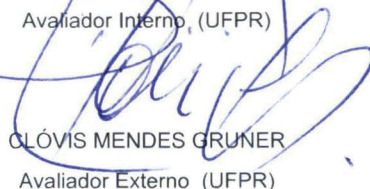
CURITIBA, 05 de Abril de 2019.



LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



RULCARLO DISSENHA  
Avaliador Interno (UFPR)



CLÓVIS MENDES GRUNER  
Avaliador Externo (UFPR)



A quem brinda comigo e seguirá brindando.

## **AGRADECIMENTOS**

À UFPR, que determinou os rumos da minha vida.

Desde 2012, o subir e descer quase diário das escadarias do Prédio Histórico fizeram de mim quem sou. Manifesto não apenas meu agradecimento, mas o profundo orgulho que sinto por ter minha formação atrelada a uma das melhores universidades do país. Uma universidade pública, comprometida com a formação de seus alunos e alunas e o melhoramento de toda uma sociedade. Ao Programa de Pós-Graduação em Direito e às pessoas que o representam.

Aos professores e professoras que acompanharam esse processo, tanto no PPGD quanto no PPGHIS, oferecendo ajuda, compartilhando conhecimento e deixando suas marcas na pesquisa que se encerra.

Aos acervos que frequentei, pessoalmente e digitalmente. A quem me recebeu nesses espaços, sempre com muita presteza, e contribuiu para que essa pesquisa encontrasse as fontes de que precisava. Às mãos que digitalizaram as milhares de páginas que pude consultar no conforto do meu apartamento. Especialmente ao Museu da Justiça do TJPR, de onde extraí minhas principais fontes, ao Departamento de Arquivo Público do Paraná, à Biblioteca Pública do Paraná, à Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba, ao Círculo de Estudos Bandeirantes e ao Museu Paranaense.

Ao Professor Luís Fernando, orientador e amigo, que desde o início confiou em meu trabalho, apesar da minha escolha desajuizada de conduzir duas pesquisas de fôlego ao mesmo tempo. Pela liberdade que sempre me foi dada, mas também pelas intervenções precisas que moldaram esse trabalho. Pelo brilhantismo das inúmeras aulas desde a graduação, que me deram base para exercer o ofício historiográfico sem medo. Pelo companheirismo dentro e fora da universidade.

À minha família. Pelo suporte, por compreender meus planos e perdoar minhas ausências. Eu sempre quis dar orgulho e prometo que há muito pela frente!

À Ana, por me manter no lugar. Por saber colocar meus pés no chão quando necessário e me incentivar a voar alto quando os ventos permitem. Ninguém acompanhou tão de perto a euforia de cada descoberta, a satisfação de cada página escrita, a alegria de cada pequena etapa vencida. Ninguém, por outro lado, testemunhou das angústias, das incertezas, do cansaço das noites viradas, do medo de entregar algo aquém do que gostaria – óbices inevitáveis de um trabalho



comprometido. Por compreender as dificuldades e me ajudar a seguir firme. Por toda a calma que cabe dentro de um abraço. Ainda, pelo auxílio “técnico” oferecido, por opinar sobre a estrutura, ler fragmentos, contribuir com *insights* e ajudar a tornar esse texto mais palatável.

Aos amigos e amigas que acompanharam esse processo. A quem foi indulgente com meus sumiços. A quem dividiu as salas de aula comigo no PPGD e no PPGHIS. Nominalmente ao Raul, meu revisor, tradutor e crítico. Companheiro incansável nas *investidas empíricas*. Conselheiro acadêmico e pessoal. Modelo de amabilidade e generosidade. Sua amizade é e sempre será uma das melhores coisas que a Academia me deu. À Angelica, amiga de todos os momentos e fonte inesgotável de orgulho. Sua dedicação me inspira e sua capacidade não encontra fronteiras. Pelos momentos em que regamos nossa amizade, de acidez equilibrada, amadurecimento cuidadoso e potencial de guarda vitalício. Igualmente, à Isabella e Aline, cuja amizade surgiu logo nos primeiros meses de graduação e segue por todo esse tempo cada vez maior. Às pessoas queridas que, além de toda amizade, me ofereceram duas das coisas mais preciosas que possuímos – tempo e conhecimento – ao lerem partes do trabalho e opinarem sobre ele: Amanda, Márcia, Pamela, Raul, Taísa, Valdemir, Wallas. Me responsabilizo completamente pelos erros que esse texto possa conter; já os acertos não são só meus.

*A felicidade é como a pluma  
Que o vento vai levando pelo ar  
Voa tão leve  
Mas tem a vida breve  
Precisa que haja vento sem parar*

*A felicidade do pobre parece  
A grande ilusão do carnaval  
A gente trabalha o ano inteiro  
Por um momento de sonho  
Pra fazer a fantasia  
De rei ou de pirata ou jardineira  
E tudo se acabar na quarta-feira*

Tom & Vinicius, 1958

## RESUMO

Esta pesquisa busca discutir as relações entre embriaguez e criminalidade na cidade de Curitiba, no período compreendido entre os anos de 1890 e 1920. Para tanto, utiliza como fonte principal os procedimentos policiais e judiciais onde foram encontradas menções ao uso de álcool. O principal objetivo é averiguar qual o papel desempenhado pelo consumo de álcool no panorama da criminalidade em Curitiba, em um momento em que a embriaguez fora do espaço privado era considerada uma contravenção penal. A análise passa pelos espaços, personagens e instituições envolvidos nessa questão. A embriaguez é analisada sob a ótica da urbanização da cidade, dos administradores públicos, da ciência do período, da polícia e da Justiça. Outras fontes, como jornais, relatórios administrativos, obras jurídicas etc. são utilizadas de forma assessória. Sob o aspecto teórico-metodológico, o trabalho encontra referências na micro-história italiana, especialmente nas abordagens de Carlo Ginzburg, na historiografia jurídica do crime e na História Social de autores como Boris Fausto e Sidney Chalhoub.

Palavras-chave: Embriaguez. Polícia. Justiça. Criminalidade.



## **ABSTRACT**

This research aims to discuss the relations between drunkenness and criminality in Curitiba city from 1890 to 1920. to do so, this work uses, as the main historical source criminal actions and police proceedings in which I found mentions to alcohol. This research main objective is to verify the alcohol consumption role in the Curitiba crime scene when the act of getting drunk in public was considered as Misdemeanors. Such analysis goes through the spaces, characters, and institutions involved in this matter. This research analyses the alcohol consumption taking into perspective the following aspects: urbanization, public administrators, the science of that time, the police, and the Criminal justice. This dissertation also relies on other historical sources such as newspapers, administrative reports, juridical books, etc, and its theoretical and methodologic framework is composed by the Italian microhistory approach, especially Carlo Ginzburg works as well as Legal History studies on crime and Social History, particularly Brazilian authors as Boris Fausto and Sidney Chalhoub.

Keywords: Alcohol consumption. Police. Justice. Criminality.

## RESÚMEN

Esta investigación busca discutir las relaciones entre la embriaguez y la criminalidad en la ciudad de Curitiba, en el período comprendido entre los años 1890 y 1920. En su ejecución, se utiliza como fuente principal los procedimientos policiales y judiciales donde se encontraron menciones al uso de alcohol. Los principales objetivos son averiguar cuál es el papel desempeñado por el consumo de alcohol en el panorama de la criminalidad en Curitiba, en un momento en que la embriaguez en público era considerada una contravención penal. El análisis pasa por los espacios, personajes e instituciones involucrados en esta cuestión. La embriaguez es analizada bajo la óptica de la urbanización de la ciudad, de los administradores públicos, de la ciencia del período, de la policía y de la Justicia. Como fuentes auxiliares, muchas otras son utilizadas: periódicos, informes administrativos, obras jurídicas etc. En el aspecto teórico-metodológico, el trabajo busca sus referencias en los aportes de la micro-historia italiana, especialmente en los abordajes de Carlo Ginzburg, en la historiografía jurídica del crimen y en la Historia Social de autores como Boris Fausto y Sidney Chalhoub.

Palabras clave: Embriaguez. Policía. Justicia. Crimen.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Planta de Curytiba capital do Estado do Paraná (1894).....	39
Figura 02. Planta da Cidade de Curityba (1901). ....	40
Figura 03. Planta da Cidade de Curityba (1914) .....	41
Figura 04. Propagandas de armazéns em Curitiba .....	52
Figura 05. Detalhe do mapa de 1914 .....	62
Figura 06. Propagandas de cerveja para mulheres.....	71
Figura 07. Colunas policiais do <i>A República</i> e do <i>Diário da Tarde</i> .....	81
Figura 08. Penitenciária do Ahú .....	96
Figura 09. Penitenciária do Ahú .....	97
Figura 10. Penitenciária do Ahú .....	98
Figura 11. Ascânio de Abreu .....	104
Figura 12. Antônio Cardoso de Gusmão .....	106
Figura 13. Fotos dos prontuários do Gabinete de Identificação .....	125
Figura 14. Ficha antropométrica de 1905.....	127
Figura 15. Prontuário criminal .....	130
Figura 16. Ficha de identificação sistema Vucetich.....	131
Figura 17. Prontuário do Gabinete de Identificação e Estatística.....	132
Figura 18. Miguel Passos .....	134
Figura 19. Parte do registro criminal de Antonio Antunes de Andrade.....	135
Figura 20. Ficha antropométrica de Nestor Machado .....	148
Figura 21. Estatística criminal, 1912 .....	154
Figura 22. Estatística criminal, 1912 .....	155
Figura 23. Recorte de uma portaria de instauração de Inquérito Policial. ....	160
Figura 24. Decisão que condenou <i>Nhô Ipa</i> . ....	177
Figura 25. Dia de "laboratório". ....	234



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Gênero das pessoas acusadas de crimes .....	64
Gráfico 02. Idade dos investigados .....	65
Gráfico 03. Alfabetização dos investigados.....	67
Gráfico 04. Desfecho dos procedimentos .....	200

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Aumento da população e dos delitos.....	46
Quadro 02. Nacionalidade dos investigados .....	66
Quadro 03. Ocupações dos investigados.....	67
Quadro 04. Crimes e contravenções encontrados .....	182

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

BPP	- Biblioteca Pública do Paraná
FDSP	- Faculdade de Direito de São Paulo
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
TJPR	- Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 A CIDADE, O BOTEQUIM E O ÉBRIO .....</b>	<b>37</b>
1.1 EMBRIAGUEZ E CIVILIZAÇÃO .....	37
1.2 ESPAÇOS DA EMBRIAGUEZ .....	49
1.3 OS ROSTOS DA EMBRIAGUEZ .....	62
<b>2 A EMBRIAGUEZ PELOS ESCRITÓRIOS, BIBLIOTECAS E GABINETES.....</b>	<b>86</b>
2.1 A VOZ DAS AUTORIDADES .....	86
2.2 O BÊBADO E O ESPECIALISTA .....	105
2.3 CONHECER PARA COMBATER.....	121
<b>3 DO BOTEQUIM AO XILINDRÓ .....</b>	<b>134</b>
3.1 A POLÍCIA NO CONTROLE DO ESPAÇO URBANO .....	134
3.2 EMBRIAGUEZ COMO CONTRAVENÇÃO .....	150
<b>4 EMBRIAGUEZ E JUSTIÇA.....</b>	<b>164</b>
4.1 LEIS, PERSONAGENS E EMBRIAGUEZ NA JUSTIÇA CRIMINAL .....	164
4.2 TRATAMENTO DA EMBRIAGUEZ NO JUDICIÁRIO .....	181
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>204</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>210</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICE 1 – PROCEDIMENTOS DE COLETA E LEITURA DAS FONTES.....</b>	<b>233</b>
<b>APÊNDICE 2 – GLOSSÁRIO .....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO 1 – ALGUMAS ESTATÍSTICAS POLICIAIS .....</b>	<b>238</b>
<b>ANEXO 2 – MODELO DE INQUÉRITO POLICIAL .....</b>	<b>246</b>

## INTRODUÇÃO

Antônio Antunes de Andrade era um problema. Nasceu sob ares de mudança: abolição, troca de regime, o século que seguia para sua década final. Vindo do interior<sup>1</sup>, deve ter se impressionado com a Curitiba que se queria cidade grande. Os casarões ecléticos, o comércio efervescente, os novos largos e praças com gente para todo lado. Sobre o centro da cidade, linhas duramente riscadas pelas quais circulavam os *bonds*, apoteose da modernidade<sup>2</sup>. À noite, os postes de luz elétrica causavam fascínio e espanto na população<sup>3</sup>.

Nessa cidade de cartão-postal, porém, tínhamos pessoas como Antônio e tantos outros. Atravessada a fronteira da visibilidade, encontravam-se os transeuntes, praticantes diários da cidade, protagonistas de histórias que jamais leriam. Histórias escritas a muitas mãos, que se entrelaçam, inserem linhas no parágrafo alheio, reiteram, rasuram, desdizem, acrescentam asteriscos, propõem observações<sup>4</sup>. Antônio protagonizou algumas dessas histórias e foi coadjuvante em outras tantas. Ainda adolescente, trabalhou como vendedor de jornais, ocupação simbólica para meninos dos tempos idos<sup>5</sup>. Naquele ofício, precisou se habituar ao cotidiano das ruas, conhecer as pessoas e se fazer conhecido por onde andava.

Chegado à idade adulta, não se tornou um trabalhador modelo; ao contrário, fez-se presença constante nas páginas policiais. Em 1910, temos a primeira notícia de encarceramento. Antônio foi encontrado promovendo desordens na rua e conduzido ao *xadrez* do Posto Central de polícia<sup>6</sup>. Mas foi em 1915 que o famigerado “An-An-An”, como era conhecido, teve seu maior destaque. Chegou às autoridades a notícia de que o desordeiro estava ameaçando de morte seu colega de quarto, Benedito Ferreira de Andrade. Certa noite de outubro, o Guarda Civil nº. 117 fazia ronda pela Rua Saldanha Marinho quando foi surpreendido e atacado por um passante. Rapidamente, outros guardas vieram em auxílio do colega e prenderam o

---

<sup>1</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de junho de 1903, p. 2.

<sup>2</sup> LOPES PEREIRA, Luís Fernando. **O Espetáculo dos Maquinismos Modernos**: Curitiba na virada do século XIX ao XX. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009, p. 107.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 171.

<sup>5</sup> Escrevi um pequeno ensaio a esse respeito em WEINHARDT, Otávio. Infância e Controle a partir dos Meninos Jornaleiros em Curitiba (passagem do século XIX ao XX). **XXIX Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, Brasília, 2017.

<sup>6</sup> **A República**. Curitiba, 16 de novembro de 1910, p. 2.

suspeito. Na delegacia, o agressor identificou-se como Antônio Lucio da Rocha. Ao vê-lo, porém, o delegado reconheceu imediatamente a verdadeira identidade do meliante. O resultado não poderia ser outro: “gaiola”<sup>7</sup>. As passagens pela polícia vinham se tornando rotina na vida de Antônio, que já havia estado na cadeia um mês antes, quando o detiveram promovendo desordens na Avenida Luiz Xavier<sup>8</sup>.

Nos anos que se seguiram, se envolveu uma confusão em um prostíbulo na Rua Lamenha Lins<sup>9</sup>, arrancou o portão da casa de um bombeiro, agrediu a esposa desse mesmo bombeiro<sup>10</sup> e tentou esfaquear um indivíduo. Sua fama nos periódicos curitibanos não era das melhores. Para o *Diário da Tarde*, Antônio era desordeiro e turbulento, não passando um dia sequer sem estar metido com a polícia<sup>11</sup>. A última aparição que temos do infame personagem na imprensa é de 1929, relatando a existência de uma ação judicial contra ele, “que habitualmente se apresenta embriagado em publico”<sup>12</sup>.

Além das presepadas com a polícia, narradas pela imprensa periódica, o afamado Antônio Antunes de Andrade sentou-se mais de uma vez no banco dos réus. Por três anos seguidos, respondeu a pelo menos três ações criminais.

A primeira delas, em 1915, tomou lugar na Praça Santos Andrade, que por aqueles anos se tornaria a sede da Universidade do Paraná, no prédio que, com sucessivas ampliações e reformas, continua abrigando a Faculdade de Direito da UFPR. Tratava-se de uma dupla denúncia. O Promotor Público denunciava José Diogo, brasileiro de vinte anos de idade, por ter detonado quatro tiros contra Antônio, com a clara intenção de matá-lo. Denunciava também Antônio, então com vinte e sete anos, por ter agredido o polaco José Charneski com uma bengala, tipificando lesão corporal. O *Diário da Tarde* descreveu o “chinfrim” em uma coluna bastante chamativa, intitulada “A bengala e o revolver em scena”:

Hontem, cerca das 18 horas, a praça Santos Andrade foi theatro de um “chinfrin”, que teve como heróe o individuo Antônio Antunes de Andrade. Este, já bastante conhecido no cadastro policial, completamente embriagado, resolveu vibrar diversas bengaladas em um pobre velho de nome Scherki. O infeliz tentou fugir das garras do agressor afim de chamar em seu auxilio o guarda civil mais proximo.

---

<sup>7</sup> **A República**. Curitiba, 15 de outubro de 1915, p. 1.

<sup>8</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 25 de setembro de 1915, p. 2.

<sup>9</sup> **A República**. Curitiba, 18 de janeiro de 1917, p. 2.

<sup>10</sup> **A República**. Curitiba, 10 de janeiro de 1918, p. 2.

<sup>11</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 05 de outubro de 1917, p. 3.

<sup>12</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 24 de abril de 1929, p. 6.

Em socorro do velho correu, porem, o moço José Diogo que tambem foi agredido por Antunes, que lhe vibrou fortes bengaladas. Diogo então, afim de amedrontar o desordeiro, saccou de seu revolver, detonando-o contra o sólo. Uma das balas, comtudo, attingio a perna direita do famigerado Antunes. Com o estampido, correram ao local os guardas civil ns. 2, 15, 34 e 106, que prenderam os contendores. Antunes, apezar de ferido, seguiu bufando, ameaçando Deus e todo o mundo<sup>13</sup>.

Não muito tempo depois, “An-An-An” estava de novo nas ruas, mas a liberdade durou pouco. Agora, retornava aos registros judiciais por ter disparado um tiro contra Eduardo Teixeira, que saía de uma casa de comércio. Eduardo disse que sequer conhecia seu agressor. Alegando não lembrar do ocorrido, por conta da embriaguez, Antônio se safou novamente. Para o Promotor Público, a denúncia não estava suficientemente provada. O Juiz do caso entendeu da mesma maneira, absolvendo o réu e determinando sua soltura<sup>14</sup>.

Um ano mais tarde, novo processo. Agora a vítima era uma mulher, a *preta* Escolástica, de dezoito anos, ferida na coxa direita por um objeto cortante. Algumas mulheres estavam reunidas em uma casa no Campo da Galícia<sup>15</sup> quando Antônio e alguns amigos apareceram com um violão, fazendo da ocasião uma *pândega*. As narrativas sobre o crime são bastante controversas, pelo fato de ninguém ter visto com clareza a agressão e tampouco ter sido localizada a arma do crime. O promotor do caso insistia na culpa de Antônio e opinou pela sua condenação. Para o Juízo, todavia, faltaram provas, sendo Antônio absolvido<sup>16</sup>.

Desses entreveros com a lei, resultava a condução à delegacia, ao fórum, passagem pelo Gabinete de Identificação, uma noite ou outra no cárcere. Seja por causar tumultos, ameaçar, agredir, cometer desacatos, vandalizar etc., havia sempre um elemento permeando as transgressões de Antônio: a embriaguez.

A proposta deste trabalho é investigar a repressão policial e judicial à embriaguez, seja como um delito próprio ou como elemento fomentador de outros crimes. Estamos na capital dos paranaenses, Curitiba, no período que inicia em 1890 e encerra em 1920. A data inicial é justificada, sobretudo, pela publicação do Código

---

<sup>13</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 05 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>14</sup> TJPR. Registro nº 1404 de 1916.

<sup>15</sup> Atual Praça 29 de Março.

<sup>16</sup> TJPR. Registro nº 1520 de 1917.

Penal da recém-proclamada República. Com a publicação do Código Penal republicano em 1890, substituindo o Código Criminal monárquico de 1830, embriagar-se por hábito ou apresentar-se publicamente em estado de embriaguez se tornou uma contravenção<sup>17</sup>. De acordo com o novo texto legal, o contraventor poderia passar de quinze a trinta dias no cárcere.

No mesmo capítulo, o Código tipificava a mendicância, estabelecendo penas distintas para quem tinha saúde para o trabalho, quem não tinha, quem mendigava em bandos e quem explorava a mendicância de crianças. No capítulo seguinte, era a vez dos vadios, fossem os que não exerciam ocupação alguma, bem como os que extraíssem o sustento de ocupações proibidas ou ofensivas à moral e aos bons costumes. Junto deles, estava a prática da capoeira – “exercícios de agilidade e destreza corporal” – nas ruas e praças públicas<sup>18</sup>. Criminosos ou não, esses novos personagens, filhos das contradições da modernidade urbana, eram vistos com inimizade e clamavam por atenta observância. Nesses grupos marginais, figuravam menores pobres, jogadores, gatunos, pedintes, prostitutas e ébrios<sup>19</sup>, normalmente reconhecidos sob a égide de *classes perigosas*<sup>20</sup>.

Há nesses grupos alguns traços em comum, que tornam a marginalização deles bastante sintomática do período tratado. O final do século XIX trouxe consigo a passagem da Monarquia à República, a derradeira abolição do trabalho escravo, a chegada massiva de imigrantes em diversas partes do país, o crescimento e modernização de diversas cidades, a recepção de novos aportes teóricos para os problemas do social. Com isso, ganhavam espaço nos discursos as palavras de

---

<sup>17</sup> O Código Penal de 1890 fazia separação entre crimes e contravenções. Segundo a definição do próprio Código, “crime é a violação imputável e culposa da lei penal” (art. 7º) “contravenção é o facto voluntário punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos” (art. 8º). Marcos Bretas define como contravenções os “crimes sem vítimas”, como é o caso da vadiagem, mendicância, jogo e embriaguez (BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 73). No Código Penal, eles ocupam o Livro III, que inicia no art. 364 e vai até o art. 404. As contravenções incluem profanação de túmulos e cemitérios, loterias e rifas não autorizadas, jogos ilegais, agiotagem, fabricar e utilizar armas sem autorização, deixar animais ferozes soltos, usar nomes falsos, danificar patrimônio público, mendigar, embriagar-se por hábito etc.

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, Art. 391 e seguintes.

<sup>19</sup> GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, Ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012, p. 18.

<sup>20</sup> Termo que, segundo Sidney Chalhoub, provavelmente surgiu ainda na primeira metade do século XIX, tendo sido usado, por exemplo, pela inglesa Mary Carpenter por volta dos anos 1840 para referir-se à infância marginalizada. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20.

progresso, civilidade, trabalho, modernidade, ciência, higiene e tantas outras. Os excluídos, por outro lado, eram todos eles representantes do atraso, da incivilidade, da preguiça, dos vícios, das transgressões, do crime. Eram, em certa medida, o oposto da sociedade que se pretendia criar.

É preciso, todavia, encarar a complexidade representada por esses grupos marginais dentro desse contexto. Não há um mero dualismo entre um mundo de crime e outro de ordem, um mundo de trabalho e outro de ociosidade. As transgressões não constituem simplesmente uma “falha de sistema”, mas servem para justificar as medidas de submissão e controle dos mais pobres, buscando a coesão do corpo social<sup>21</sup>. A maneira com que a excepcionalidade é vista tem muito a dizer daquilo que se espera da normalidade. Nesse sentido, a criação de perigos sociais e inimigos comuns legitima ações que, do contrário, não seriam digeridas tão facilmente. Como resume Jean-Claude Schmitt, “uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens”<sup>22</sup>.

A crise do escravismo e sua subsequente abolição fez surgir uma necessidade de reformular o sistema de trabalho no Brasil. Não apenas era necessário substituir a mão-de-obra cativa pela livre, mas também reformular o próprio conceito de trabalho, atribuindo-lhe uma carga positiva e dignificadora<sup>23</sup>. Portanto, convertia-se em *inimigo* todo aquele que representasse a antítese dessa lógica laboral<sup>24</sup>. Aqueles que não trabalhavam, viviam de biscates, ocupações ilegais ou que apresentassem vícios prejudiciais à rotina do trabalho eram obstáculos à civilização e ao progresso. Nesse contexto, o excesso de álcool era um dos principais vilões, pois se associava diretamente ao ócio e mesmo à aversão pelo trabalho. Respaldados pelos criminólogos do período, que viam no ébrio um perigo social, as autoridades os tinham como um risco à ordem e à segurança pública<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque. São Paulo: Unicamp, 2001, p. 79-80.

<sup>22</sup> SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: GOFF, J. Le. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 285.

<sup>23</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 48.

<sup>24</sup> KARVAT, Erivan. **Discursos e Práticas de Controle**: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba - 1890-1933). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, p. 121.

<sup>25</sup> CAMARGO, Daisy. **Alegrias engarrafadas**: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010, p. 155.

Principalmente de Paris, vinham as referências de urbanização e civilidade. As reformas *haussmannianas* do século XIX fizeram da capital francesa um modelo a ser exportado mundo afora. Nesse modelo, obviamente, os bêbados não tinham lugar<sup>26</sup>. A remodelação da cidade acarretava também na construção de novos padrões de comportamento, baseados na civilidade e polidez. Consequentemente, se delineavam as condutas marginais, que precisavam ser corrigidas ou eliminadas<sup>27</sup>. Em Curitiba, um *boom* econômico no final do século, estimulado sobretudo pela indústria da erva-mate, possibilitou reformular o modelo urbano da cidade. A indústria ervateira foi responsável por um “rearranjo socioeconômico” do estado, que teve na urbanização do Paraná uma de suas consequências<sup>28</sup>. Uma nova elite burguesa, com seus hábitos eurocentristas, tentou dar um verniz cosmopolita à capital paranaense<sup>29</sup>. Ainda que de forma precária, periférica e tardia, Curitiba passou por uma experiência de modernidade<sup>30</sup>.

Entre as décadas de 1870 e 1920, a população curitibana cresceu consideravelmente. Com pouco mais de doze mil habitantes em 1872, Curitiba passava dos vinte e quatro mil em 1890, chegando a quase oitenta mil habitantes em 1920, tornando-se cada vez mais agitada e complexa<sup>31</sup>. A chegada em peso de imigrantes, principalmente italianos, poloneses e alemães, contribuiu para mudar a *cara* da população. Nesses filhos do *Velho Mundo*, repousavam as esperanças de civilização e progresso. Essas expectativas, porém, não foram correspondidas como se imaginava e logo os estrangeiros, especialmente poloneses, passaram a ser acusados de trazer aos trópicos males tanto físicos quanto sociais<sup>32</sup>. Com as devidas especificidades, as mudanças políticas, sociais e econômicas do período fizeram com que Curitiba tivesse as mesmas preocupações que outras cidades brasileiras vinham tendo<sup>33</sup>.

---

<sup>26</sup> CAMARGO, 2010, p. 19.

<sup>27</sup> GRUNER, 2012, p. 124.

<sup>28</sup> PEREIRA, Magnus. **Semeando Iras rumo ao Progresso:** ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense (1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 10.

<sup>29</sup> LOPES PEREIRA, 2009, p. 39.

<sup>30</sup> GRUNER, op. cit., p. 35.

<sup>31</sup> BONI, Maria Ignes de. **O Espetáculo Visto do Alto:** vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985, p. 14-15.

<sup>32</sup> GRUNER, op. cit., p. 71.

<sup>33</sup> KARVAT, 1996, p. 3.



De todo modo, Curitiba queria-se *moderna*, com todos os encantos que a palavra trazia. Chamava-se *Moderno* o *Grande Hotel* da Rua XV, nº 110 – que oferecia, a partir de 7\$000 “conforto moderno”<sup>34</sup>. Era *moderno* o tratamento da *syphilis* nas mãos do Dr. Gabriel Nowicki, que estudou em Paris<sup>35</sup>. *Modernos* os dramas encenados no *Theatro Hauer*<sup>36</sup>, *modernas* e *chics* as roupas vendidas por Frank Dunrauf, na Rua S. Francisco, 16<sup>37</sup>. Todo o entusiasmo com as novidades no consumo, no entretenimento, nas soluções cotidianas, porém, vinha acompanhado de outra face. As mesmas vozes do encantamento também falavam dos perigos da modernidade. Riscos muitas vezes personificados em uma lista de inimigos contra os quais era preciso se prevenir<sup>38</sup>.

Sob o denominador comum da pobreza, as *classes perigosas* representavam um risco ontológico à sociedade. A rigor, a pobreza era colocada lado a lado com a indisciplina, a preguiça e a imoralidade, chamando a atenção de juristas, médicos e outros *homens de sciencia*<sup>39</sup> ávidos em tratar os problemas que a *ralé* representava<sup>40</sup>. A mera presença dessa gente nas ruas a colocava a um passo da criminalidade.

*Subcategoria de indivíduos*, eram, como sói, gente *viciosa*, incapaz de controlar os próprios hábitos e as próprias pulsões. Não era a gente *chic*, que consumia os “vinhos italianos finíssimos” vendidos por Angelo Vercesi na Praça Tiradentes, nº38<sup>41</sup>; que frequentavam o botequim da limpa e premiada *Confeitaria Italiana*, onde havia cervejas, vinhos e licores das melhores marcas<sup>42</sup>; que assistiram os torneios de bilhar e frequentavam as *soirées* do *Club Curytibano*<sup>43</sup>; que se reuniam no “explendido botequim” do *Salão Tivoli*, reservado ao “respeitavel publico”<sup>44</sup>. Ao contrário, era gente que sorvia do álcool mais barato, encontrado nos botequins mais

---

<sup>34</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916, p. 253.

<sup>35</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916, p. 352.

<sup>36</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 30 de setembro de 1899, p. 1.

<sup>37</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de outubro de 1899, p. 1.

<sup>38</sup> GRUNER, 2012, p. 18.

<sup>39</sup> Prefiro “*sciencia*” à “*ciência*” para demarcar os sentidos que a palavra produzia dentro do recorte estudado. Acredito que o uso da grafia de outrora ajuda a evitar que ela se confunda com uma percepção contemporânea da palavra, prendendo a atenção, como sugere Raul Belúcio, para o fato de que estamos a tratar de algo específico. NOGUEIRA, Raul Belúcio. **Sciencia Requentada e Debates Parlamentares: a cultura jurídica penal brasileira e os debates sobre a pena de morte no Congresso Constituinte de 1890**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018, p. 96.

<sup>40</sup> KARVAT, 1996, p. 7.

<sup>41</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916, p. 184.

<sup>42</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916, p. 199.

<sup>43</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 03 de julho de 1899, p. 1.

<sup>44</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 11 de junho de 1900, p. 1.

*duvidosos*, nas casas de prostituição, servido nas mesas de jogo ilegal, em garrafas que seriam quebradas e usadas como armas quando a confusão se instaurasse.

Para quem se propõe a pesquisar a história desses grupos marginais, acredito que a embriaguez apresenta uma importante possibilidade, pois ela os atravessa. Ainda que fosse um tipo penal próprio, o abuso de álcool geralmente vinha acompanhado. Surgia junto com a desordem, com as lesões corporais, com os desacatos, com a vadiagem. Estava nos botequins, mas também nas ruas e praças, casas clandestinas de jogo, nos prostíbulos, cortiços, nas regiões periféricas. Reunia brancos e negros, nacionais e imigrantes, menores e adultos, homens e mulheres, trabalhadores e vadios. Sempre que a polícia aparecia, era provável que os transgressores cheirassem à álcool.

\* \* \*

De acordo com o Major Augusto Silveira de Miranda, Chefe de Polícia interino no Paraná em 1898, a segurança individual no Estado estava em risco. Entre os motivos, “a falta regular do policiamento” e o “extraordinario augmento de sua população, em parte de grande numero de estrangeiros, na sua maioria proletarios”. Por isso, a ocorrência de crimes contra a vida e a propriedade avultava, apesar dos esforços de sua Repartição. Acompanhando a maior parte dos crimes, segundo o Major, estavam “a vagabundagem, a embriaguez e o uso de armas prohibidas”<sup>45</sup>. Da análise das estatísticas policiais<sup>46</sup>, temos que parcela significativa das prisões realizadas em Curitiba vinha do delito de embriaguez.

A embriaguez já vinha sendo considerada um problema desde tempos anteriores, geralmente refreada pelos códigos de posturas municipais<sup>47</sup>. Com o Código Penal de 1890, no entanto, passava a figurar entre as ações que esse novo Brasil republicano considerava puníveis. Certamente, a ainda fresca Lei Áurea, o

---

<sup>45</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Paraná pelo Chefe de Policia Interino do estado. Curitiba, 20 de dezembro de 1898, p. 9.

<sup>46</sup> Para o período pesquisado, as Chefaturas de Polícia produziram uma série de relatórios contendo listagens das prisões efetuadas ao longo do período abrangido por cada relatório, apontando o nome do réu, o delito, autoridade responsável pela ordem de prisão, as datas de entrada e saída e eventuais observações.

<sup>47</sup> Diversos municípios do Paraná, por exemplo, possuíam medidas regrando o comércio e consumo de bebidas durante o século XIX. Cf. PEREIRA, Magnus. **Posturas municipais. Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

crescimento urbano em ritmo cada vez maior, a população que aumentava e se diversificava em traços, costumes e línguas e a própria alternância de regime trouxeram mudanças significativas para aquela sociedade. Em grande medida, podia ser mesmo só a velha *Confeitaria do Império* com a tabuleta restaurada<sup>48</sup>, mas não se pode ignorar os efeitos de uma pintura nova. A década de 1890 também seria importante em termos de aporte de ideias *científicas*, ávidas em esquadriñar os indivíduos e estabelecer padrões de normalidade, exercendo profunda influência nas políticas públicas de então. Ainda que a década de 1870 tenha sido o grande marco de entrada dessas ideias<sup>49</sup>, elas ganharam força e uniformidade ao longo do tempo, com publicações importantes na Europa que chegariam aqui nas décadas seguintes, como a *Sociologia Criminale* de Enrico Ferri<sup>50</sup>, em 1884, e produções nacionais, como *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de Nina Rodrigues<sup>51</sup>, em 1894.

Além disso, as razões para a escolha desse recorte encontram-se no próprio conjunto de fontes levantado, que será oportunamente descrito. Importa agora apontar que a aparição da embriaguez nas fontes sob o viés que desejei estudar claramente ganha força na década de 1890, pelos motivos que já foram brevemente apresentados e serão esmiuçados ao longo do trabalho. Entretanto, a sanha punitiva contra a embriaguez parece diminuir à medida que chegamos à década de 1920, ao menos em Curitiba. Talvez as fontes tenham escasseado por outro motivo, mas o mais provável é que o interesse na repressão aos delitos alcoólicos tenha, de fato, diminuído, porque todos os conjuntos de fontes trabalhados tornam-se exíguos nesse sentido. O que a historiografia ainda demonstra é uma mudança paradigmática diante do consumo de álcool que se acentua a partir dos anos 1920<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> Alusão ao personagem Custódio, criado por Machado de Assis em *Esaú e Jacó*. Custódio era dono de uma “Confeitaria do Império” e decidiu reformar a placa de entrada do estabelecimento logo no momento em que foi instaurada a república. Quando soube da queda do governo, correu para impedir o restauro da placa com o nome do sistema derrotado, porém já era tarde. ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 170-172.

<sup>49</sup> SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 19.

<sup>50</sup> FERRI, Enrico. *Sociologia Criminale* (3ª ed.). Torino: Fratelli Bocca, 1892.

<sup>51</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [1894]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

<sup>52</sup> Eliana Sales considera a década de 1920 um momento de intensificação do combate ao alcoolismo, mencionando a promulgação da Lei Seca nos Estados Unidos, que teria influenciado o cenário brasileiro, e a formação da Liga Brasileira de Hygiene Mental, a qual tinha o antialcoolismo como uma de suas pautas principais. Ana Lúcia Rosa, do mesmo modo, considera “que a década de 1920

Em relação às fontes, os inquéritos policiais e os processos judiciais constituem o principal conjunto documental utilizado na pesquisa. Há, no entanto, algumas distinções de abordagem e interesses presentes nesses documentos. De acordo com Marcos Bretas, os diferentes escalões da atuação estatal apresentavam diferentes preocupações em relação às manifestações de violência. Assim, “os problemas percebidos nos gabinetes não eram necessariamente os mesmos que incomodavam os operadores na ponta do sistema”. Contravenções menores acarretavam incontáveis prisões por parte da polícia, mas atraíam pouco interesse da Justiça<sup>53</sup>. Isso não significa que comportamentos considerados viciosos ou transgressores não desempenhassem um papel importante na atuação judicial.

Sidney Chalhoub atenta para a conduta dos acusados diante das autoridades tanto policiais quanto judiciárias. Nos depoimentos, eram comuns afirmações de que o réu era “de bom comportamento”, “trabalhador” etc. ou, ao contrário, que era “desordeiro”, “vadio”, “ébrio”. A validade desses adjetivos era demonstrar se o sujeito em questão estava ou não de acordo com os valores da sociedade de trabalho com a qual as autoridades sonhavam e em prol da qual agiam<sup>54</sup>.

A riqueza de informações oferecidas pelos processos e inquéritos criminais não para por aí. Deles, é possível depreender uma série de significantes misturados no copo de bebida. Parte significativa do cotidiano das pessoas, especialmente dos

---

foi um momento de emergência de práticas discursivas e medidas repressivas acerca do consumo de bebidas alcoólicas”. Raul Max da Costa, por sua vez, ao estudar o consumo de álcool em Fortaleza entre 1915 e 1935, observa dois momentos do discurso antialcoólico. Inicialmente, médicos, chefes de polícia, gestores públicos, educadores, imprensa e igreja compartilhavam de uma tratativa do alcoolismo enquanto problema social. Já em um segundo momento fortaleceu-se sua percepção como um problema de *higiene mental*, com a formação de ligas antialcoólicas e maior protagonismo das instituições médicas (SALES, Eliane. **Flagelo da humanidade: saberes e práticas acerca do alcoolismo** (Recife, 1930-1939). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011, p. 81; ROSA, Ana Lúcia. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos: beber cachaça, prática social e masculinidade - Recife/PE - 1920-1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003, p. 15; COSTA, Raul Max da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009, p. 92). Nesse sentido, parece haver um processo de deslocamento do combate ao abuso de álcool, indo cada vez mais de um problema policial/judicial a uma questão de saúde pública. Por isso, é compreensível que pesquisas mais atentas às instituições médicas notem uma intensificação onde pesquisas preocupadas com o aspecto penal veem um esmaecimento.

<sup>53</sup> BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do Confeiteiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002, p. 15.

<sup>54</sup> CHALHOUB, 2001, p. 87.

homens, o ato de beber era um indicador de virilidade, um rito de interação social, assessor do lazer dos trabalhadores e, é claro, um catalisador de tensões.

O que a leitura dos procedimentos administrativos da polícia e dos processos criminais demonstra é uma imensidão de possibilidades, que nem sempre pertencem diretamente ao objeto da ação. Bretas, como exemplo disso, apresenta um inquérito policial aberto para investigar um caso de homicídio por envenenamento. Mais tarde, concluiu-se que a morte teve causas naturais e a investigação foi encerrada. Apesar da inexistência de um crime, o autor demonstra que há uma gama de informações a serem extraídas mesmo desses documentos aparentemente sem importância. Através deles, é possível investigar o cotidiano das casas, bares, locais de trabalho e extrair ricas informações sobre a população que ficou gravada nos documentos criminais, as quais não dizem respeito apenas à criminalidade<sup>55</sup>. Esse é provavelmente o espaço mais privilegiado para se encontrar a população pobre e marginal, que raramente produziu fontes acerca dela mesma, mas, entre interrogatórios e depoimentos nas delegacias e fóruns, minimamente se fez ouvir.

Desde o final dos anos 1960, segundo Jean-Claude Schmitt, os “marginais” começaram a atrair a atenção dos historiadores, impondo uma mudança de orientação à historiografia<sup>56</sup>. Nos estudos que começavam a surgir, a utilização das fontes processuais foi essencial. Contrariando a noção de que um documento produzido de forma oficial serviria tão-somente como uma forma de expressão dos poderosos, o processo apresenta-se justamente como uma das melhores oportunidades de ouvir a voz sufocada dos pobres. De ouvidos bem abertos, é possível distinguir os sussurros do sujeito comum em meio aos gritos de delegados, juízes ou escrivães.

Essa nova maneira de abordar o passado abriu possibilidades que até então não existiam. Os processos permitem ir além das limitações impostas por outras fontes, como listas nominais de nascimentos, batismos, casamentos, óbitos, registros de movimentação de pessoas, produção de alimentos, preços etc. e permitem penetrar no nível do indivíduo. No clássico ensaio *O nome e o como*, Carlo Ginzburg lembra que, dos registros civis, por exemplo, reconhecemos os indivíduos como nascidos e mortos, pais e filhos; dos cadastrais, como proprietários ou usufrutuários; nos autos, como criminosos, autores ou testemunhas em um processo. Os processos,

---

<sup>55</sup> BRETAS, 2002, p. 11.

<sup>56</sup> SCHMITT, 1990, p. 263.

por sua vez, contêm um grau mais elevado de detalhamento, sendo aquilo que temos de mais próximo aos inquéritos *in loco* produzidos pelo antropólogo moderno<sup>57</sup>.

Na historiografia europeia, esse tipo de fonte foi o que possibilitou trabalhos como os de Carlo Ginzburg, com a obra pioneira *Os Andarilhos do Bem*<sup>58</sup> e, mais tarde, sua produção mais conhecida, *O Queijo e os Vermes*<sup>59</sup>; bem como *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie<sup>60</sup>; *O Retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis<sup>61</sup>; e *Herança Imaterial*, de Giovanni Levi<sup>62</sup>. No Brasil, Marcos Bretas destaca o trabalho pioneiro de Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>63</sup>, ainda nos anos 1960<sup>64</sup>. Nos anos 1980, porém, temos duas obras clássicas preocupadas com o cotidiano das pessoas pobres nas cidades: *Crime e Cotidiano*<sup>65</sup>, de Boris Fausto, e *Trabalho, Lar e Botequim*<sup>66</sup>, de Sidney Chalhoub. Em ambas, a criminalidade ocupa papel central. Especialmente nessa última, notamos uma utilização profunda dos detalhes fornecidos pelas partes e testemunhas dos processos pesquisados pelo historiador, como o caso de Zé Galego, que abre o livro, e outros tantos.

O uso desse tipo de fonte, seja por sua riqueza de informações, seja por privilegiar pessoas *comuns*, foi também significativo na própria maneira de se escrever história. Boa parte desses autores e autoras passaram a adotar um estilo mais narrativo, focado em personagens e acontecimentos. Trouxeram à superfície pessoas pobres e desconhecidas, alternando entre descrição e análise, adotando novas influências (como a psicanálise, a antropologia e a linguística) e trazendo, a partir de questões pontuais, considerações mais amplas<sup>67</sup>. Essa *mudança de foco* na historiografia trouxe, desde o final dos anos 1970, uma intensa série de debates

---

<sup>57</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 173.

<sup>58</sup> GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>59</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>60</sup> LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou, povoado occitânico, 1294-1324**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>61</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>62</sup> LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>63</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>64</sup> BRETAS, 2002, p. 7.

<sup>65</sup> FAUSTO, 1984.

<sup>66</sup> CHALHOUB, 2001.

<sup>67</sup> STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old History. **Past and Present**, n. 85, p. 3-24, nov. 1979, p. 17-19.



contrapondo o modelo analítico, focado nas estruturas, assentado pelos primeiros expoentes da *Escola de Annales* e aperfeiçoado sobretudo por Fernand Braudel<sup>68</sup>. Uma série de explicações podem ser apontadas para essa *mudança*, relevando um desencantamento e desconfiança de parte da historiografia com o modelo “estrutural”<sup>69</sup>, mas a seleção de fontes é, seguramente, responsável por possibilitar tal mudança.

Como com qualquer fonte, trabalhar com processos judiciais possui certas especificidades e exige uma série de cuidados. Ginzburg, ao traçar comparações entre historiadores e antropólogos, lista algumas advertências. Em primeiro lugar, é mister lembrar do desequilíbrio de forças entre quem interroga e quem é interrogado. Por esse motivo, na maioria das vezes, a resposta de réus e testemunhas é um eco às perguntas que lhes são postas<sup>70</sup>. Além de respostas induzidas por questões direcionadas e pela pressão da autoridade, Ginzburg ainda lembra do papel da interpretação de quem traduz as informações para o processo. Ao tentar decodificar os depoimentos, quem os transcreve também os distorce, dificultando a análise historiográfica. Para tanto, é preciso buscar significados que estão além da superfície do texto, notando a interação de ameaças, medos, ataques ou recuos. É preciso aprender a desembolar o novelo que forma esses diálogos<sup>71</sup>.

Se aquele que colhe e transcreve os depoimentos os molda e interpreta conforme as chaves de análise que possui, também é verdade que os interrogados mentem. Para Chalhoub, porém, mesmo as aparentes contradições da fonte são relevantes à construção de uma narrativa, sendo possível apresentar explicações válidas a partir de versões conflitantes. Mais do que isso, só é possível apresentar explicações válidas porque existem discrepâncias, o que nos possibilita perceber as lutas e contradições próprias da realidade social<sup>72</sup>.

Sueann Caulfield relaciona, em síntese, os principais problemas presentes na análise de processos-crime, como a mediação oficial, o filtro da linguagem técnica dos

---

<sup>68</sup> Cf. BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

<sup>69</sup> Ibid., p. 340-341.

<sup>70</sup> GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: CARLO, G.; ENRICO CASTELNUOVO; CARLO PONI **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 208.

<sup>71</sup> Ibid., p. 209.

<sup>72</sup> CHALHOUB, 2001, p. 40-41.

escrivães, os papéis interpretados pelos depoentes e a tendência de focar na excepcionalidade, tirando nossa atenção dos milhares de ocorrências cotidianas que tinham pouca ou nenhuma relevância para a Justiça. Apesar desses obstáculos, a historiadora enxerga aqui um instrumental válido para examinar as relações sociais dos interrogados, suas noções de certo e errado, suas formas de pensar<sup>73</sup>.

Há outros três grupos documentais que encabeçam essa pesquisa: relatórios administrativos, imprensa periódica e obras criminológicas do período.

A começar pelos relatórios administrativos, refiro-me aqui, sobretudo, àqueles escritos pelos Chefes de Polícia do Estado, apresentados aos Secretários de Interior, Justiça e Segurança Pública. Em tais fontes, temos uma percepção dessas autoridades que ocupavam um cargo burocrático, mas precisavam estar atentos e mesmo pessoalmente envolvidos com a atuação cotidiana dos agentes na ponta do sistema. Nesses relatos, encontramos uma certa visão de mundo, dos problemas que acometiam a capital paranaense e dos rumos que esses sujeitos desejavam traçar.

Tratam-se de discursos que, evidentemente, possuem a intenção de promover os próprios autores enquanto homens públicos. Por isso, frequentemente narram de maneira idílica um espaço de ordem e tranquilidade ou – ao menos – um estado onde as coisas tendem a ir mal, mas são mantidas sob controle graças à zelosa atuação de seus agentes. Dessa maneira, a própria percepção acerca da gente paranaense é cambiável de acordo com o momento, a depender da narrativa. O Chefe de Polícia Benedicto da Silva Carrão, por exemplo, relatou “com toda franqueza” que “em virtude dos maus hábitos implantados no povo paranaense, desviando-o do caminho do dever e do respeito à autoridade” era necessário implementar urgentes “medidas para aperfeiçoar a nossa organização policial”<sup>74</sup>. Apenas duas páginas adiante, elogiava a atuação das autoridades policiais para garantir a tranquilidade pública, mas também reconhecia “a índole pacífica e ordeira do povo paranaense, [que] nos oferecem firme garantia da segurança pública e política”<sup>75</sup>.

A distância entre os discursos e suas práticas também pode ser significativa. Em parte, por possuírem uma carga meramente retórica, mas também por esbarrarem

---

<sup>73</sup> CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 40-41.

<sup>74</sup> RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão em 30 de setembro de 1895, p. 3.

<sup>75</sup> RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão em 30 de setembro de 1895, p. 5.



em problemas concretos, como controvérsias políticas, limitações de pessoal ou barreiras orçamentárias. Nem por isso deixam de ser eloquentes. Se faz parte do *ethos* político falar mais do que fazer, é preciso dar atenção às palavras.

Na imprensa periódica, por sua vez, temos uma variedade bastante ampla de informações, extravasando as questões de administração pública e justiça. Nos jornais, encontramos a embriaguez de forma anedótica, em situações cotidianas, acidentes domésticos, propagandas e, é claro, nos cadernos criminais. A variedade de periódicos editados no período impressiona: foram centenas desde o início da República até os primeiros anos do século XX, ainda que boa parte deles tivesse vida bastante curta<sup>76</sup>. Os títulos mais duradouros e de maior importância para o período foram *A República* e o *Diário da Tarde*. O primeiro consagrou-se como o principal divulgador das comunicações oficiais do governo, enquanto que o segundo se tornou o jornal de maior circulação no período<sup>77</sup>.

Das diversas formas de aparição do álcool e do bêbado, importa atentar para as notas policiais e narrativas de crimes. As citações, em sua maioria, eram bastante lacônicas: Evaristo de Souza foi preso porque perturbava a ordem na Dr. Muricy<sup>78</sup>; Jorge de Carvalho vagava bastante alcoolizado pela cidade<sup>79</sup>; o polaco Venancio Wientschy promovia desordens em uma taberna<sup>80</sup> e por aí vai. Outras vezes, porém, as narrativas eram extensas, fornecendo minúcias acerca do crime, do criminoso e dos envolvidos. Falavam do pitoresco e espetacularizavam o delito, a fim de manter os leitores entretidos. Por vezes, o crime transformava-se em uma peça de vários atos ao longo do tempo: prisão, inquérito, denúncia pelo Promotor Público, instauração do processo criminal, oitiva de testemunhas, parecer do promotor, sentença. Cada etapa transformava-se em uma coluna de jornal, um novo abrir e fechar de cortinas no teatro do crime estampado nos impressos. Para além de um outro modelo de narrativa, o uso da imprensa demonstra-se um excelente subsídio à leitura dos inquéritos e processos criminais. Os jornais complementam informações, ajudam a esclarecer pontos truncados ou simplesmente irrelevantes para a técnica policial/judicial.

---

<sup>76</sup> LOPES PEREIRA, 2009, p. 67.

<sup>77</sup> Ibid., p. 69.

<sup>78</sup> **A República**. Curitiba, 01 de agosto de 1906, p. 2.

<sup>79</sup> **A República**. Curitiba, 05 de fevereiro de 1907, p. 2.

<sup>80</sup> **A República**. Curitiba, 31 de maio de 1904, p. 2.

O último dos grupos que considero essenciais para esse estudo são as obras produzidas pelo pensamento criminológico do período. Parte fundamental do projeto de modernidade que esteve presente no Brasil entre os últimos anos do século XIX e as décadas iniciais do XX<sup>81</sup>, a criminologia esteve intimamente atrelada ao pensamento jurídico e à atuação policial no período. A embriaguez aparece, de diferentes maneiras, como elemento constitutivo do caráter delinquente na obra dos três principais nomes da criminologia italiana – Cesare Lombroso<sup>82</sup>, Raffaele Garófalo<sup>83</sup> e Enrico Ferri<sup>84</sup> –, em seus concorrentes franceses<sup>85</sup> e de outras partes da Europa, bem como principais nomes que essa nova *sciencia* despertou no Brasil, como João Vieira de Araújo<sup>86</sup>, Francisco José Viveiros de Castro<sup>87</sup> e Cândido Motta<sup>88</sup>. Nesses e em outros autores, a vagabundagem, a mendicância, a prostituição e, é claro, o alcoolismo, eram, senão crimes, no mínimo “catalisadores” da criminalidade. Os argumentos variavam, mas convergiam em uma incapacidade inerente de adaptação à sociedade<sup>89</sup>. Em Curitiba, essas influências estiveram bastante presentes, sobretudo com a criação do *Gabinete Antropométrico*, em 1905, mais tarde renomeado *Gabinete de Identificação e Estatística*, que operava com as metodologias desse saber criminológico em voga<sup>90</sup>. Longe de meras elucubrações teóricas, distantes da realidade das ruas, os estudos desses autores tiveram, portanto, consequências práticas nas tentativas de esquadrihar esses sujeitos. Em seus corpos, o álcool era combustível essencial, elemento indissociável de suas personalidades criminosas.

\* \* \*

---

<sup>81</sup> GRUNER, 2012, p. 84.

<sup>82</sup> LOMBROSO, Cesare. **L’Uomo delinquente**: studiato in rapporto alla antropologia, alla medicina legale ed alle discipline carcerarie. Milano: Ulrico Hoepli, 1876.

<sup>83</sup> GAROFALO, Raffaele. **La Criminologia**: estudio sobre el delito y sobre la teoría de la represión. Madrid: La España Moderna, 1890.

<sup>84</sup> FERRI, Enrico. **Sociologia Criminale** (3ª ed.). Torino: Fratelli Bocca, 1892.

<sup>85</sup> Liderados por Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde, mas incluindo uma série de outros nomes menos conhecidos, alguns dos quais serão mencionados ao longo do trabalho.

<sup>86</sup> ARAÚJO, João Vieira de. **Código Criminal Brasileiro**: Commentario filosófico-científico em relação com a jurisprudência e legislação comparada. Recife: Editor José Nogueira de Souza, 1889.

<sup>87</sup> CASTRO, Francisco José Viveiros. **A Nova Escola Penal**. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.

<sup>88</sup> MOTTA, Cândido. **Classificação dos Criminosos**. São Paulo: Typographia a Vapor Carlos Gerke e Cia, 1897.

<sup>89</sup> GRUNER, op. cit., p. 198.

<sup>90</sup> Ibid., p. 152.

A historiografia que tangencia essa pesquisa é bastante ampla. Há uma produção consolidada em torno da população pobre e marginalizada urbana entre o final do século XIX e o início do século XX<sup>91</sup>, bem como a respeito da história das polícias, da Justiça penal e do pensamento criminológico<sup>92</sup>. A embriaguez e seu aspecto delituoso aparecem de forma periférica em diversos trabalhos, porém, receberam pouquíssima atenção enquanto tema central de estudos ao longo dos anos. E não se pode dizer que essa falta de atenção se deva à falta de relevância do tema. Já em 1984, Boris Fausto apontava a embriaguez como uma das três principais contravenções e aquela que mais motivava prisões em São Paulo no período tratado<sup>93</sup>, realidade semelhante à que encontro em Curitiba e que também é verificada em outras capitais<sup>94</sup>.

Tomando o consumo de álcool como questão central, há cinco pesquisas de mestrado e doutorado que gostaria de destacar, por possuírem recortes correlatos aos meus: a dissertação de Fernando Sérgio Dumas dos Santos, defendida em 1995 na Universidade Estadual de Campinas<sup>95</sup>; a dissertação de Ana Lúcia Gonçalves Rosa,

---

<sup>91</sup> Refiro-me a alguns trabalhos clássicos produzidos na década de 1980, como FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984; CHALHOUB, 2001; RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 e toda uma produção posterior a eles que tem se mostrado bastante significativa.

<sup>92</sup> Para exemplificar, destaco alguns trabalhos essenciais como ALVAREZ, 1996; BRETAS, 1997; ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008 e GRUNER, 2012. Também destaco a produção significativa dos últimos anos no âmbito da História do Direito, sobretudo na Universidade Federal do Paraná, como DIAS, Rebeca. **Pensamento Criminológico na Primeira República: O Brasil em defesa da sociedade**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015; NASCIMENTO, Franciele. **Crime e Castigo da raça: o papel da cultura jurídico-criminal na construção de um projeto de embranquecimento da nação (1888-1915)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016; EVANGELISTA, Rafael Julião. **Usos do Direito Oitocentista: Cultura Jurídica Criminal e Escravidão na Província do Paraná (1854-1870)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017 e NOGUEIRA, 2018.

<sup>93</sup> FAUSTO, op. cit., p. 43.

<sup>94</sup> Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza, para dar uns poucos exemplos (MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 158; 180-181; BRETAS, op. cit., p. 80-91; FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes Impressos: uma História Social dos noticiários criminais em Fortaleza nos anos vinte**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 180-182).

<sup>95</sup> DUMAS DOS SANTOS, Fernando. **Alcoolismo: a invenção de uma doença**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

apresentada em 2003 na Universidade Federal do Ceará<sup>96</sup>; a dissertação de Raul Max da Costa, de 2009, elaborada também na Universidade Federal do Ceará<sup>97</sup>; a tese de Daisy de Camargo, defendida na Universidade Estadual Paulista em 2010<sup>98</sup>; e a dissertação de Eliana Vieira Sales, apresentada em 2011 na Universidade Federal de Pernambuco<sup>99</sup>.

As dissertações de Fernando Dumas dos Santos e Eliana Sales optam por um enfoque mais voltado ao discurso médico, do alcoolismo enquanto doença. O trabalho de Ana Lúcia Gonçalves Rosa, por sua vez, enfatiza as relações entre consumo alcoólico, sobretudo de cachaça, e masculinidade. A tese de Daisy de Camargo concentra-se em discutir os aspectos culturais da bebida e as formas de sociabilidade em torno do álcool. Por fim, Raul Max da Costa explora questões relacionadas à produção e circulação das bebidas, seus aspectos econômicos e, por fim, os problemas relacionados à criminalidade. Sua dissertação e a tese de Daisy de Camargo são os únicos trabalhos que optam por utilizar processos criminais em seu conjunto de fontes, o que Dumas dos Santos já anunciava como algo fundamental<sup>100</sup>. Apesar das diferentes perspectivas, objetivos e abordagens, em maior ou menor medida, todas as cinco pesquisas cuidam também das relações entre embriaguez e criminalidade.

Em meu trabalho, procuro situar a embriaguez a partir de três perspectivas que me parecem bastante alinhadas com os domínios da História do Direito: a atuação policial, a prática judicial e o pensamento criminológico. Nesse sentido, busco responder qual o papel que o uso do álcool possuía dentro dessas esferas e como elas se inter-relacionavam, criando um sistema punitivo mais ou menos fechado, mais ou menos tolerante com relação a certos grupos e contextos. Não abro mão, ainda, de explorar os aspectos sociais em torno da ebriedade. Personagens, espaços, formas de sociabilidade e dados do cotidiano acompanham esta pesquisa do começo ao fim.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. Inicia, no primeiro deles, com a análise do espaço urbano em Curitiba em vias de modernização, repleto de variados

---

<sup>96</sup> ROSA, 2003.

<sup>97</sup> COSTA, 2009.

<sup>98</sup> CAMARGO, 2010.

<sup>99</sup> SALES, 2011.

<sup>100</sup> DUMAS DOS SANTOS, 1995, p. 155.

*espaços de embriaguez*<sup>101</sup>. O botequim o principal deles, mas não o único: destacam-se também prostíbulos, casas de bilhar, casas de particulares e a própria rua. Deles emergiam personagens diversos, ainda que possuíssem traços em comum, permitindo traçar alguns perfis principais desses ébrios. No segundo capítulo, abordo os discursos em torno da embriaguez e do embriagado. Integram essa análise o discurso político, das autoridades do governo em seus relatórios periódicos; as obras produzidas pela criminologia europeia e os usos baseados nela em terras brasileiras. O terceiro trata da atuação policial no controle do espaço urbano, reprimindo contraventores e punindo criminosos. Procuro retratar como as forças policiais fizeram de uma contravenção como a embriaguez parte significativa de sua atividade; como os meganhas atuavam em conflitos acalorados pelo álcool; e como seus esforços se direcionaram, pautados por um dado discurso político e acadêmico, para ações seletivas de criminalização da gente pobre e marginalizada, da qual os próprios guardas faziam parte. Por fim, discuto algumas questões de legislação penal e como os crimes ligados à embriaguez chegavam às mesas dos juízes. Com muita frequência, a garrafa de bebida esvaziava nas delegacias, de modo que o grosso da atividade policial não ia até o Judiciário. Esse último capítulo narra justamente os casos que chegavam à Justiça, buscando estabelecer uma lógica entre eles, apresentar seus desdobramentos e arrematar uma história que começa na abertura de uma garrafa e termina no fechamento de um processo.

Essa história se passa entre ruas, praças, bares, *lupanares* e casas, mas também em delegacias, fóruns e universidades. Pertence a trabalhadores pobres, a vagabundos, meretrizes, imigrantes, negros, mas também a guardas civis, delegados, promotores, juízes e juristas. São trajetórias ricas e diversas, longos percursos entre a mesa do bar e o banco dos réus. Histórias que começam com o saca-rolhas do taberneiro e muitas vezes só terminam pelo martelo do juiz. Espero que delas resulte uma leitura saborosa, do início à última gota.

---

<sup>101</sup> Na maioria das vezes, adoto o conceito de espaço como “um lugar praticado”, ou seja, um lugar que assume dados significados pelos usos que seus praticantes fazem dele. CERTEAU, 1998, p. 202.

## 1 A CIDADE, O BOTEQUIM E O ÉBRIO

### 1.1 EMBRIAGUEZ E CIVILIZAÇÃO

*Deixa a praça virar um salão*  
*Que o malandro é o Barão da Ralé*  
 A volta do malandro – Chico Buarque

A edição de 03 de agosto de 1904 do *Diário da Tarde* noticiava um “horrível desastre na rua Quinze”. O ocorrido, segundo o jornal “impressionou profunda e tristemente á todos que o assistiram”. Tratava-se de um grave acidente: “um infeliz polaco, desses que por ahi mourejam nos trabalhos rudes da cidade” caminhava pela Rua XV de Novembro. Distraído, atravessou a linha do bonde no exato momento em que o veículo passava. Sendo atingido pelos animais que puxavam o bonde, foi, em seguida, “apanhado pelas pesadas rodas do vehiculo que lhe triturraram as pernas, principalmente à direita que ficou decepada, apenas presa por uma pequena partícula de pele”. O chefe de polícia presenciou o atropelamento e decretou a prisão do condutor do bonde. Como a cidade não podia parar, o cocheiro seguiu até o destino acompanhado por um guarda, sendo efetuada a prisão somente após outro funcionário substituí-lo. O impresso não deixou de mencionar o deficitário sistema de freios do bonde nem, para tornar a descrição mais chocante, os fragmentos de ossos e a poça de sangue deixados no local<sup>102</sup>.

Seu concorrente *A República* também noticiou o fato, ocorrido em frente à sua redação, acrescentando alguns detalhes. De acordo com a notícia, o atropelado caminhava em completo estado de embriaguez. O bonde se aproximava “com rapidez” quando o condutor avistou a vítima e apitou para que ele saísse do caminho. Inebriado pelo álcool, o polaco não se moveu e o cocheiro não pode evitar o acidente<sup>103</sup>.

Pedro Alves, condutor do Bonde, foi denunciado com base no Art. 306 do Código Penal<sup>104</sup>. Foram ouvidas três testemunhas – dois transeuntes e um ocupante do bonde. Os depoimentos foram unânicos em atestar o estado de embriaguez da

---

<sup>102</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 03 de agosto de 1904, p. 1-2.

<sup>103</sup> **A República**. Curitiba, 03 de agosto de 1904, p. 2.

<sup>104</sup> Praticar lesão corporal por imprudência, negligência ou inobservância de alguma disposição regulamentar.

vítima, bem como a inevitabilidade do acidente, apesar dos esforços do réu. No dia sete de setembro, o Promotor Público opinou pela absolvição do acusado. No dia 13 do mesmo mês, a denúncia foi julgada improcedente<sup>105</sup>.

Tanto *A República* quanto o Promotor Público fizeram menção à alta velocidade em que vinha o bonde, imposta, muitas vezes, pelos golpes de chicote desferidos sobre os burros que o conduziam. Adjetivados pela velocidade, os veículos ainda se viam à mercê da natureza: não raro, os muares empacavam, deitando sobre os trilhos e aumentando o tempo da viagem<sup>106</sup>. Pouco mais tarde, seriam substituídos pelo bondinho elétrico, ao mesmo tempo em que outras mudanças se produziam. O comércio se remodelou, a iluminação foi aprimorada e, gradativamente, a cidade perdia “o seu ar provinciano e calmo”. Nas memórias de América Saboia, ia ficando “mais civilizada, porém menos fraternal”<sup>107</sup>.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, a cidade ampliou seus limites significativamente. Observando um mapa de 1894 (Figura 1), o traçado urbano possuía um eixo que ia do Cemitério Municipal até algumas quadras adiante da estação de trem. Ambos marcos limítrofes do espaço urbano, vez que este estabelecia a porta de entrada da cidade e aquele, a saída derradeira. Perpendicular à essa linha, Curitiba ia do então Largo Thereza Christina (atual Praça Santos Andrade) até pouco além do Largo General Osório. Outro mapa, de 1901 (Figura 2), mostra algumas mudanças, mas sem expandir significativamente o traçado anterior. Duas décadas após o primeiro, porém, uma terceira planta (Figura 3) apresenta uma topografia consideravelmente mais densa na mesma região, uma maior região pavimentada, novas praças e uma malha de bondes elétricos que, além de perfazer as quadras centrais, conduzia a regiões afastadas da cidade<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> TJPR. Registro nº 0473 de 1904.

<sup>106</sup> SABOIA, América. **Curitiba de minha saudade: 1904-1914**. Curitiba: Litero-Tecnica, 1978, p. 13.

<sup>107</sup> Ibid., p. 14.

<sup>108</sup> Esses e outros mapas podem ser encontrados em qualidade superior em <[bit.ly/mapasctba](http://bit.ly/mapasctba)>.









Figura 02. Planta da Cidade de Curityba (1901). Fonte: Acervo da BPP.



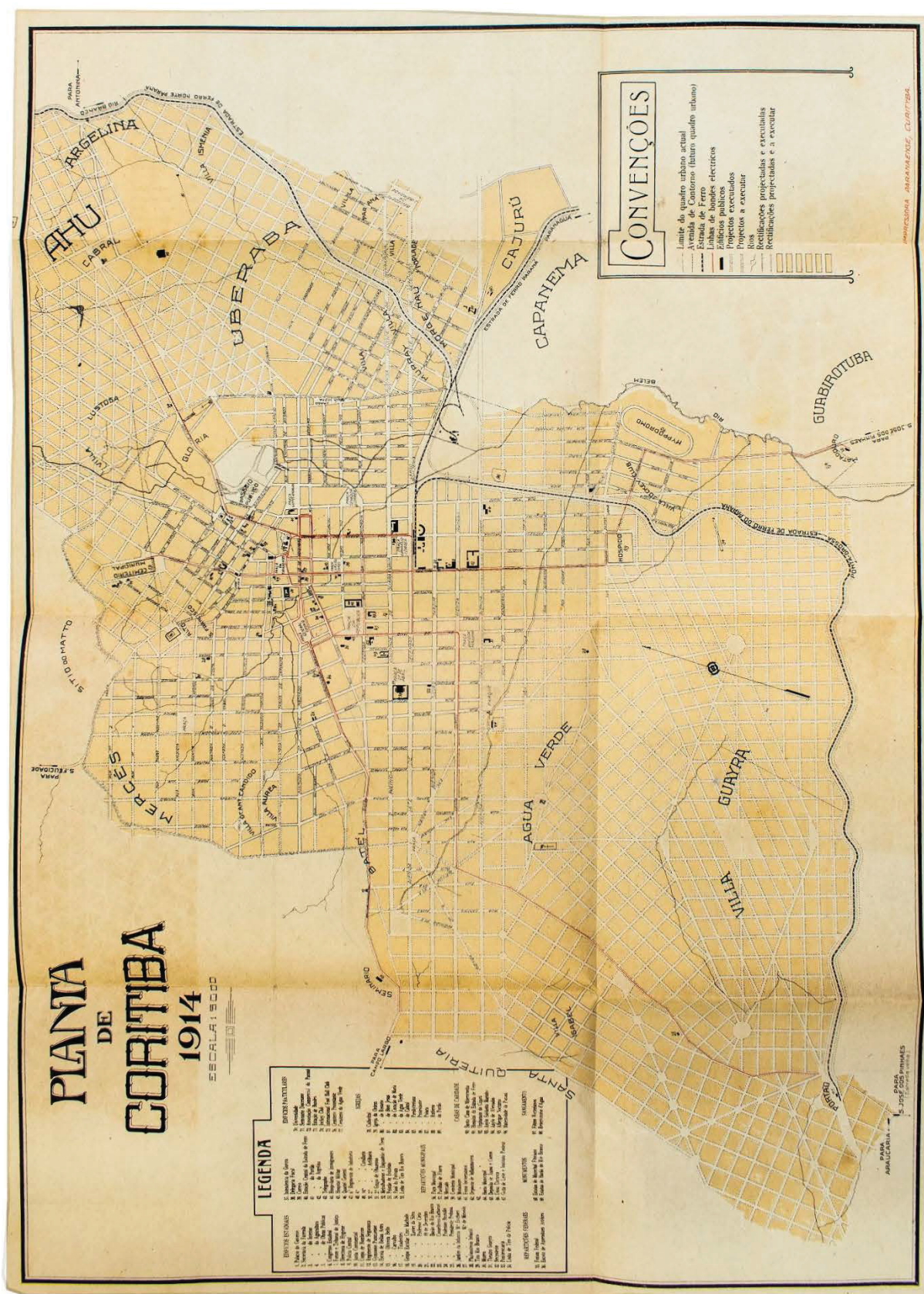


Figura 03. Planta da Cidade de Curitiba (1914). Fonte: Acervo da BPP.

As narrativas do período não hesitavam em bendizer as mudanças. De uma cidade “sonolenta, pacata e provinciana”, Curitiba tornava-se “moderna, higiênica e ordeira”, graças à atuação competente de seus governantes e à boa índole de sua gente. Despontava a indústria, ampliando o mercado de trabalho. Alargavam-se as ruas e calçadas. Surgiam novos edifícios públicos e parques. Os estrangeiros trabalhavam em prol do progresso. Fundavam-se estabelecimentos educacionais, circulavam jornais diários e havia um crescente cenário cultural<sup>109</sup>.

Para os termos civilizacionais de então, Curitiba apresentava ainda algumas vantagens quando comparada a outras cidades, mesmo que maiores e mais importantes. Nos moldes da *sciencia* racializada do período, baseada em padrões de raça e meio, o clima mais ameno era mais favorável à civilidade, ao passo que a presença imigrante europeia contribuiria para o aprimoramento da raça local<sup>110</sup>. O progresso da “urbs”, contudo, trazia suas próprias contradições, desafiando a manutenção da ordem nos limites da cidade<sup>111</sup>.

Parte significativa dessas mudanças implicou o aprofundamento das desigualdades. Os ideais republicanos, ao invés de se traduzirem em participação democrática, acabaram por perpetuar as práticas excludentes imperiais<sup>112</sup>. Na cidade em crescimento, a exclusão se manifestava de maneira bastante concreta: moradias apertadas, construções precárias, problemas sanitários, crianças espalhadas pela rua, exploração da prostituição<sup>113</sup>. O vaivém dos bondes em *alta velocidade* implicava o risco de acidentes, como o que mutilou o polonês Nicolau. A presença massiva de imigrantes tornava a cidade um espetáculo babélico. Os postes de luz elétrica, outro símbolo do progresso, espalhavam claridade, mas também demarcavam as sombras.

Atendendo aos anseios da elite local, enriquecida pela indústria da erva-mate, as antigas ruas coloniais foram remodeladas. Os novos traçados preocupavam-se com espaço para o trânsito antes inexistente, para a circulação de pessoas e de mercadorias. O ato de caminhar pela rua, que até então servia apenas à sua finalidade mais óbvia – sair de um lugar com o propósito de chegar em outro –, tornou-se

---

<sup>109</sup> BONI, 1985, p. 19.

<sup>110</sup> LOPES PEREIRA, 2009, p. 12.

<sup>111</sup> BONI, op. cit., p. 3.

<sup>112</sup> GRUNER, 2012, p. 113-14.

<sup>113</sup> CAIMARI, Lila. **La ciudad y el crimen: delito y vida cotidiana en Buenos Aires, 1880-1940**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 29.

também uma forma de lazer<sup>114</sup>. Pelas ruas centrais da cidade, idiomas e sotaques variados se misturavam. Pessoas surgiam e desapareciam a todo tempo, entrando e saindo de hotéis, restaurantes e botequins. Empregando as palavras de Lila Caimari, a rua era um “termômetro dos tempos”<sup>115</sup>.

A intensificação do ritmo urbano continha, naturalmente, sua dose de conflito e caos. O combate à “desordem” tornava-se imperioso. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se os rostos desconhecidos pela cidade, suprimindo os tempos bucólicos onde quase todo o mundo se conhecia. Uma sensação de anonimato tornava as pessoas mais permissivas<sup>116</sup>. Pode soar inusitado enxergar uma vida tão acelerada, cosmopolita e anônima em uma cidade que adentrou o século XX com pouco mais de cinquenta mil habitantes. Na década anterior, todavia, havia somente metade dessa população<sup>117</sup>. Ou seja, ainda que estivesse longe de tornar-se uma metrópole, Curitiba cresceu consideravelmente em pouco tempo, alterando a dinâmica do cotidiano na *urbs* e amplificando as impressões da população da época.

No coração da cidade, aumentava diariamente o número de transeuntes e veículos. Senhoras à moda parisiense, homens de chapéu, bengala e relógio. Crianças bem-nascidas vestidas como adultas. Meninos maltrapilhos oferecendo jornal. Trabalhadores indo e vindo, conversando em alemão, italiano, polonês, espanhol. Bonde passando, charretes se cruzando. Tudo convivendo harmoniosamente até que um pequeno desequilíbrio ameaçasse o funcionamento das engrenagens urbanas. Casos como o do polonês atropelado, que quase comprometeu o itinerário do bonde, ou como o do cocheiro Affonso Alves de Brito, apelidado Frei Caneca, que, por alguns instantes, interrompeu o ritmo dos passantes.

Depois de ter ido ao retratista tirar uma foto, segundo consta nos autos, Frei Caneca tomou algumas cervejas e foi até o negócio da espanhola Izabel Guerrero, acompanhado de outros dez ou onze cocheiros. Quando chegaram nesse estabelecimento, já estavam embriagados. Por isso, a viúva espanhola se recusou a deixá-los jogar sinuca. Furioso, Frei Caneca sacou uma faca e ameaçou rasgar o pano do bilhar. Chegando um desafeto dele, o também cocheiro Elias Nauffal, o problema

---

<sup>114</sup> LOPES PEREIRA, 2009, p. 113.

<sup>115</sup> CAIMARI, 2009, p. 33-34.

<sup>116</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>117</sup> BONI, 1985, p. 15.



aumentou. Com a mesma faca que ameaçara rasgar a mesa, avançou sobre Elias, sendo impedido por dois policiais que adentraram o estabelecimento.

Um dos *meganhas* conseguiu desarmá-lo, mas ele fugiu, dizendo que nem toda a força policial o prenderia. Deixando o botequim, correu pelas ruas saltando as cercas das casas enquanto a polícia seguia em seu encalço. No limite de sua fuga desesperada, atirou-se em um rio. Mesmo assim, acabaram o prendendo<sup>118</sup>. A cena toda mexeu com a cidade. A imprensa nos dá maiores detalhes:

Hontem, desde cedo, numeroso grupo de cocheiros estacionado nas immediações da Avenida Luiz Xavier, promovia desordens, dirigindo insultos ás pessoas que passavam.

Estavam todos bastante embriagados, afirmando alguns delles que d'aquelle movimento resultaria uma grêve geral dos cocheiros, descontentes com os ordenados que recebem.

[...]

As 5 ¼ precisamente, travou-se serio conflicto entre Affonso Alves de Brito (vulgo Frei Caneca), Lourenço de Araujo e João Lange.

Chegando ao local do conflicto diversas praças de policia, dois dos desordeiros conseguiram evadir-se sendo prezo Frei Caneca, que resistio tenazmente á prisão.

[...]

Durante o conflicto e depois d'elle terminado, estacionou á Avenida Luiz Xavier enorme grupo de curiosos<sup>119</sup>.

De volta aos autos do inquérito, uma característica de Affonso chama a atenção: seu potencial para a desordem. Elias Nauffal referiu-se a ele como “o desordeiro Frei Caneca”. O alfaiate Deodato Galti, que conhecia o preso, reforçou a mesma característica, declarando que ele costumava promover desordens em companhia de outros cocheiros. Conforme José Lowinski, que trabalhavam com a espanhola Izabel, o acusado e seus companheiros estiveram todo aquele dia “promovendo desordens e fazendo algazarra”.

No afã de manter essa ordem tão almejada quanto tênue, debatia-se intensamente a chamada *questão social*, demandando providências acerca das categorias de indivíduos que personificavam as mazelas urbanas: desocupados, gente que vivia de biscates e outros tipos marginais<sup>120</sup>. De acordo com os padrões de civilidade e polidez delineados para a cidade moderna, o comportamento desordeiro de pessoas como Frei Caneca jamais poderia ser tolerado. Os novos códigos de

<sup>118</sup> TJPR. Registro nº 0612 de 1906.

<sup>119</sup> **A República**. Curitiba, 28 de novembro de 1906, p. 2.

<sup>120</sup> TRINDADE, Judith. **Metamorfose**: de Criança para Menor. Curitiba - início do século XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998, p. 105.

civilidade estabeleciam as linhas que separavam seus signatários e seus detratores. Linhas frágeis, no entanto, constantemente minadas e invadidas pelos inimigos da ordem. O espaço público, ainda que um espaço de encantamento, abarcava uma série de medos: medo da *ralé*, da violência, do crime e tantos outros<sup>121</sup>.

Mas Curitiba ia se tornando uma cidade mais perigosa? Esta seguramente não é uma pergunta simples, e exige uma série de ressalvas. A primeira delas, que particularmente me impede de responder à questão, se deve ao próprio recorte do trabalho. Esta pesquisa acompanha os rastros do álcool e, como se verá, sua presença está mais relacionada a alguns crimes do que a outros. Para adiantar um exemplo: a embriaguez era elemento constante nos casos de lesão corporal, mas rara nos furtos. Ou seja, não seria possível traçar um panorama dos crimes contra a propriedade acompanhando apenas ladrões embriagados.

Uma segunda ressalva é colocada por Marcos Bretas. Partir de um determinado conceito de violência exige traçar comparações. Afinal, dizer que um determinado local em determinado período era violento significa dizê-lo em relação a outros locais ou períodos. A comparação com outras cidades envolve escolhas arriscadas: se os locais escolhidos possuíam condições análogas e se os critérios de coleta de dados podem ser harmonizados<sup>122</sup>.

Por fim, Lila Caimari aborda uma dimensão importante. No senso comum, o delito (e o temor ao delito) parecem estar em constante ascensão. Cabe à historiografia uma análise mais cuidadosa dos dados ao longo dos anos. As manifestações de violência no tempo presente chocam e clamam pelo ineditismo. Ouvimos com frequência afirmações de que “nunca se viu algo assim”, “antes as coisas eram diferentes” etc. No entanto, o trabalho historiográfico frequentemente oferece evidências que complexificam essas visões<sup>123</sup>.

Para o caso Curitiba, nem mesmo as autoridades da época eram unânimes acerca da evolução da criminalidade. Alguns afirmavam haver um aumento sensível e progressivo; outros viam uma diminuição visível; para outros, não havia mudanças sensíveis<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> GRUNER, 2012, p. 124.

<sup>122</sup> BRETAS, 2002, p. 11-12.

<sup>123</sup> CAIMARI, Lila. Los historiadores y la "cuestión criminal" en América Latina. Notas para un estado de la cuestión. **Revista de Historia de las Prisiones**, v. 2, p. 5-15, 2016, p. 12.

<sup>124</sup> BONI, 1985, p. 75.

Dentro dos parâmetros delineados nesse trabalho, quais sejam, dos delitos em que havia menção ao consumo de álcool, há objetivamente um aumento de ocorrências a cada década analisada. Dos 167 casos analisados<sup>125</sup>, 46 ocorreram entre 1890 e 1900, 56 entre 1901 e 1910 e 65 entre 1911 e 1920. No entanto, acompanhando a quantidade de delitos acumulados ao final de cada década e o crescimento populacional, o que observamos é que a proporção de delitos para pessoas se manteve exatamente a mesma ao final da segunda década e teve inclusive uma leve redução ao final da terceira.

	POPULAÇÃO	DELITOS
1900	1	1
1910	1,21	1,21
1910	1,57	1,4

Quadro 1. Aumento da população e dos delitos. Fontes: BONI, 1985, p. 15; TJPR.<sup>126</sup>

O fato de que há mais delitos transformados em procedimentos não significa, no entanto, que a quantidade de delitos tenha necessariamente aumentado. Pode-se inferir, por exemplo, que era mais fácil ocultar um crime em 1890 do que em 1920; que a polícia tinha menos interesse em intervir em uma briga de bar em 1890 do que em 1920; que o aparato policial se enrijeceu ao longo das décadas; que os mecanismos de controle da criminalidade se tornaram mais eficientes etc. Independentemente de se Curitiba registrava mais ou menos crimes do que outras cidades naquele período ou do que ela mesma nas décadas anteriores e posteriores, é certo que a embriaguez estava associada a delitos diversos espalhados pelo mapa da cidade.

\* \* \*

Em setembro de 1911, uma coluna do jornal *O Paraná* denunciava a situação de abandono em que estavam muitas das praças curitibanas. Uma delas, “a mais bella de todas”, via-se em condições calamitosas. Tratava-se da Praça Santos Andrade, localizada ao final da Rua XV de Novembro, via mais movimentada da cidade. A praça,

<sup>125</sup> Ao final, na forma de apêndice, explico os critérios de seleção desses documentos.

<sup>126</sup> O valor inicial, igualado a 1, é 50.124 para a população e 46 para os delitos.

“esquecida”, servia “apenas para aglomeração de animaes” durante o dia. À noite, moradores locais aproveitavam para descartar seu lixo. O odor fétido que brotava obrigava os transeuntes a cruzá-la com os narizes tampados. O período noturno servia ainda a outro propósito: “reuniões ilícitas de vagabundos que se sentem bem nas trevas daquelle deserto”. Protegida pela escuridão, a praça tornou-se “rendez-vous dos vagabundos, dos larapios, dos malfeitores”<sup>127</sup>.

Ao descrever a “topografia criminal” de Paris no século XIX, o historiador Dominique Kalifa lembra que, além dos meios, circunstâncias e autores do crime, os “lugares” possuem um papel fundamental para se pensar a criminalidade<sup>128</sup>. As regiões centrais da cidade, atraíam todo o *populacho*, que tinham ali o espaço ideal para a prática de suas táticas diárias, enquanto que os bairros populares próximos reuniam os hotéis e espeluncas, bares, locais de bailes e lazer popular que cheiravam a conflito e crime<sup>129</sup>. Kalifa observa, ainda, um movimento amplo de saída e retorno da criminalidade em torno do centro parisiense. Na segunda metade do século XIX, a *haussmannização* do centro expulsou de lá as pessoas pobres, consideradas suspeitas, concentrando-as nas margens da cidade em condições que contribuíam para o aumento da criminalidade<sup>130</sup>.

Em Curitiba, quantidade significativa da criminalidade estava concentrada na porção mais central da cidade, em um quadrante que vai da Praça Osório à Santos Andrade, passando pela Tiradentes, e se estende até a Rua da Misericórdia, atual André de Barros. Outras partes do entorno também chamam a atenção: a região da Praça Eufrásio Correia, onde ficava a estação de trem; a porção entre o chamado Alto do S. Francisco e o Cemitério Municipal; e a região das atuais Augusto Stelfeld, Júlia da Costa e Praça 29 de Março. Há, ainda, regiões da cidade que apareciam esporadicamente: Batel, Bigorrilho, Ahú etc.

Os delitos praticados de acordo com cada local também podem ser eloquentes acerca da cartografia urbana. A Rua Lamenha Lins, por exemplo, possuía dois botequins que foram palco de confusões generalizadas, ambas envolvendo

---

<sup>127</sup> **O Paraná**. 01 de setembro de 1911 *apud* BERBERI, Elizabeth. **Impressões**: a Modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, p. 153.

<sup>128</sup> KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan./jun. 2014, p. 288.

<sup>129</sup> *Id.*

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 300.



militares. A prática da prostituição também parecia frequente naquelas veredas<sup>131</sup>. Outro endereço de prostíbulos era a Augusto Stelfeld<sup>132</sup>. Segundo uma notícia de 1917 do *Diário da Tarde*, somente na região de intersecção dela com a Ébano Pereira havia nove bordéis<sup>133</sup>. Os entornos da Praça 29 de Março eram mais propícios a conflitos familiares ou brigas entre vizinhos<sup>134</sup>. Na Rua XV de Novembro e na Avenida Luiz Xavier, a maior parte das ocorrências estava nas casas de negócio e botequins<sup>135</sup>. Seguindo uma tendência que parece fazer bastante sentido, os conflitos tendem a ser mais impessoais nas partes mais centrais da cidade. Diversos casos de lesão corporal, por exemplo, tinham início em discussões banais entre desconhecidos. Afastando-se do centro, costumamos ter delitos com um pano de fundo maior.

A presença de certas nacionalidades também era mais ou menos constante em determinadas partes da cidade. A região da Praça 29 de Março, por exemplo, parecia concentrar boa parte dos poloneses que viviam dentro da cidade. Fora do eixo urbano essa questão se torna ainda mais evidente. Desde que Adolfo Lamenha Lins assumiu a presidência da província, em 1875, foi executado um projeto de macro organização da cidade e seus entornos. A ideia era criar um “cinturão verde” garantindo o abastecimento da cidade, em cumprimento ao papel previamente delineado para o imigrante europeu no cenário paranaense<sup>136</sup>. Foram estabelecidos numerosos núcleos coloniais cobrindo um raio de mais ou menos trinta quilômetros desde o centro da cidade. Os grupos fixados nessas colônias eram bastante heterogêneos, incluindo principalmente alemães, italianos e poloneses, mas também um número menor de franceses, suíços, ingleses etc.<sup>137</sup>. Desse modo, o elemento étnico não raro desempenhava um papel importante como fomentador de delitos em determinadas áreas da cidade.

---

<sup>131</sup> TJPR. Registro nº 1043 de 1912; Registro nº 1280 de 1914.

<sup>132</sup> TJPR. Registro nº 0908 de 1909; Registro nº 1467 de 1917; Registro nº 1507 de 1917.

<sup>133</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 31 de janeiro de 1917, p. 1.

<sup>134</sup> TJPR. Registro nº 0943 de 1911; Registro nº 0982 de 1911; Registro nº 1269 de 1914; Registro nº 1520 de 1917.

<sup>135</sup> TJPR. Registro nº 0193 de 1896; Registro nº 0612 de 1906; Registro nº 0745 de 1909; Registro nº 1498 de 1917.

<sup>136</sup> LOPES PEREIRA, 2009, p. 113.

<sup>137</sup> BALHANA, A.; MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 158.

Essa topografia criminal pode ser melhor observada através de um mapa interativo<sup>138</sup>, desenvolvido justamente para situar esses delitos no espaço e oferecer aos/às leitores/as uma relação mais dinâmica com o texto. Através desse *tour* inicial, percorremos a cidade e suas ruas, desde aquelas pavimentadas onde circulavam os bondes e as charretes até as de chão batido, impregnando-nos da poeira levantada pelos carroções de imigrantes. A busca pelos delitos alcoólicos, no entanto, exige bater em algumas portas. No próximo item, visitaremos botequins, casas de comércio, espeluncas, bordéis e lares marcados pela embriaguez.

## 1.2 ESPAÇOS DA EMBRIAGUEZ

*Em qualquer esquina  
Eu paro em qualquer botequim  
Diz que fui por aí – Luís Melodia*

Os jornais, guias e almanaques da Curitiba dos fins do século XIX e início do XX recheavam-se com as propagandas dos novos espaços de lazer disponíveis ao povo curitibano. Na Praça Osório, o “Magestoso Botequim Bube” abria as portas, apregoando que “nada falta do Botequim Bube”. Anunciava também a chegada dos *Sçhopp*s, bebida até então “nunca vista no Paraná”<sup>139</sup>. Antônio Moreira da Silva, dono de um botequim na Rua XV de Novembro, oferecia aos seus clientes “comidas a qualquer hora do dia e da noite”, além de “bebidas de todas as qualidades da Europa assim como excellente cerveja ingleza que vende barato”<sup>140</sup>. Outros nomes apareciam

---

<sup>138</sup> Disponível em (<http://bit.ly/delitosetilicos>). Por meio desse mapa, é possível encontrar cada um dos crimes que levantei ao longo da pesquisa e que foi possível determinar o local da ocorrência. O local marcado no mapa nem sempre é o local exato do evento, já que normalmente faltam informações para determiná-lo com precisão (por exemplo, boa parte dos documentos utilizam o nome da rua, mas não dão os elementos necessários para saber de qual parte exata da rua se trata; outros, nos bairros mais distantes, mencionam apenas o bairro). Clicando em cada local marcado, é possível encontrar detalhes como a natureza do documento, motivo do procedimento, nome, idade, nacionalidade e profissão dos réus e desfecho do caso. Alguns acompanham fotos do processo ou notícias de jornal referentes ao evento. A busca por palavras referentes, por exemplo, à nacionalidade, crime e profissão permite listar todos os casos com a palavra buscada (por exemplo, digitando “italiano”, a busca apontará todos os *pins* em que há um réu italiano).

<sup>139</sup> **A República**. Curitiba, 04 de agosto de 1895, p. 3.

<sup>140</sup> **A República**. Curitiba, 05 de maio de 1891, p. 4.

com frequência nas propagandas: a *Confeitaria Italiana*<sup>141</sup>, o *Salão Tivoli*<sup>142</sup> e o *Club Curytibano*<sup>143</sup> são uns poucos exemplos.

Por outro lado, para cada *Salão*, *Café* ou *Club*, havia dezenas de tavernas, vendas e botequins nada *majestosos*, que lotavam, sobretudo, o centro da cidade. Um levantamento de jornal em 1915 afirmava que só na Rua XV, havia 23 lugares de venda de bebidas. O colunista se escandalizava: “pense-se que a cidade está cheia de baiucas, bordeis, pensões, restaurantes, botequins, tavernas e vendas e calcule-se quanto veneno não desaparece diariamente no ventre da cidade!”<sup>144</sup>.

Em uma coluna de 1912 no *A República*, um escritor protegido pelo pseudônimo de *Livio Cassius* opinava que “a nossa capital, pelo seu sensível adiantamento, pelo impulso progressista que lhe vão dando, já está apta para receber em seu seio os grandes vícios, os vícios modernos”. Na visão do colunista, “Coritiba já acalenta esses vermes sociaes, queremos dizer, esses vícios, que são, no dizer de muitos, os elementos necessarios para a evolução”. Em seguida, o autor elencava esses espaços e suas máculas:

Possuimos muitos *bars*. Á noite alli, reina a agitação, os bebedores se multiplicam. Uns bebem simplesmente por diversão, e entoam canções ao prazer, á alegria. Outros, viciados, para afogar as desesperanças, para afastar de si as idéas más, a dor intima que lhes levaria ao doloroso extremo – o suicídio. Outros ainda, escravos do alcool, esvasiam, vão esvasiando copos sobre copos, até que o rubor da embriaguez lhes suba ás faces, até que o cerebro se torne loucamente sob a acção estonteante do conteúdo esverdeado do copo de crystal.

[...]

Temos, em profusão, casas de jogos, casas de tolerancia, clubs galantes, espeluncas, tascas imundas.

Nas primeiras, é enorme o movimento á noite. Profissionais que dormem durante o dia e que surgem a essa hora, entregam-se ao jogo de corpo e alma ao lado das mulheres, que são o encanto fortificamente daquellas reuniões viciosas, que reinam agitadas até o alvorecer.

Os clubs galantes e as casas de tolerancia, são verdadeiros atractivos, mesmo para os mais austeros paes de familia, que muitas vezes esquecem o pezar e apureza do lar, para se echafurdarem n'esse lado aparentemente divino, sob um ambiente libertario.

Debaixo da aristocracia galante dessas mulheres que andam por ahi a espalhar essencias, a seduzir, com a expressão estudada de seus olhares ousados, ha muita podridão, muitos horrores. Ellas são as cooperadoras, as sacerdotizas do vicio<sup>145</sup>.

<sup>141</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916, p. 199.

<sup>142</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 11 de junho de 1900, p. 1.

<sup>143</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 03 de julho de 1899, p. 1.

<sup>144</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 14 de outubro de 1915, p. 2 – grifos no original.

<sup>145</sup> **A República**. Curitiba, 19 de abril de 1912, p. 1.

Em uma seção do *Diário da Tarde*, em 1915, atestava-se o crescimento da cidade, na qual “a pacatez, o socego, a serenidade” haviam desaparecido. O texto encerrava em tom de ironia: “E assim Coritiba vae se impondo, com coisas do progresso, inclusive clubs de jogos prohibidos, bordeis, meretricio barato e até... batedores de carteiras! Coritiba progride!”.

Boa parte desses novos lugares, espaços modestos ou mesmo repulsivos, praticados por uma *ralé* urbana: ébrios habituais, trabalhadores pobres, vadios, mulheres de *má fama*, contraventores. Nesse meio, eram abundantes os vícios que flagelavam a sociedade – a bebida, o jogo e a prostituição<sup>146</sup>.

### *Botequins e casas de negócio*

Poucos lugares podem ser reconhecidos como *espaços de sociabilidade* com tanta propriedade quanto o botequim<sup>147</sup>. Nos botequins, a gente simples encontrava seus companheiros para trocar ideias, comer e beber juntos. Um espaço de fortalecer as relações sociais e celebrar os vínculos através de velhas tradições<sup>148</sup>.

Espécie de um gênero mais amplo, o das *casas de negócio*, que abarcava também os armazéns ou casas de *secos e molhados*, com suas prateleiras entulhadas, um balcão divisando o espaço entre o negociante e os clientes, uma balança para pesar os produtos comercializados por quilo. Nesses estabelecimentos maiores se podia encontrar manteiga, azeitonas, banha, maizena, velas, graxa para sapatos e outros gêneros. Também era possível comprar cigarros, sardinhas e vinho, fosse para levar ou consumir no local<sup>149</sup>. Nos autos dos inquéritos e processos, nem sempre é possível delimitar a diferença entre a venda e o botequim. Com muita frequência, a palavra *botequim*, que dá imediatamente a ideia de espaço de ebriedade, era substituída pela denominação *casa de negócio*, podendo remeter à comercialização de todos os itens que abasteciam a casa dos populares. A folha *A República* desmascara um desses espaços ao narrar um conflito “em uma taverna

<sup>146</sup> RAGO, 1985, p. 115; 196-197.

<sup>147</sup> URÍA, Jorge. La Taberna: un espacio multifuncional de sociabilidad popular en la restauración española. *Hispania*, v. LXIII/2, n. 214, p. 571-604, 2003, p. 571.

<sup>148</sup> SALES, 2011, p. 42.

<sup>149</sup> Listagem de itens furtados de uma casa de negócio em 1920. Esse estabelecimento ficava na esquina das avenidas Marechal Floriano Peixoto e Iguaçu, onde ainda existe uma casa semelhante à descrição, em cuja fachada se lê a data de fundação: 1906. TJPR. Registro nº 1637 de 1920.

com nome de restaurant”<sup>150</sup>. Trata-se de uma estratégia envolvendo o uso da linguagem que enobrecia o comerciante e seus fregueses<sup>151</sup>. Uma ida ao botequim era inequívoca: destinava-se ao beber. Já na *casa de negócio*, o ébrio poderia estar buscando velas ou manteiga para seu domicílio quando encontrou algum companheiro e se prolongou para tomar uma.

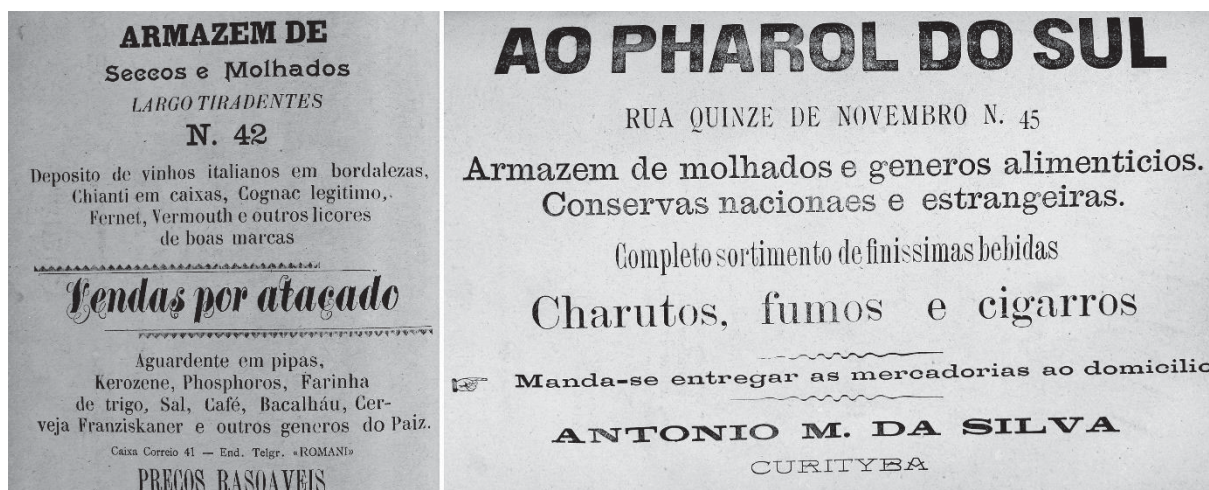


Figura 04. Propagandas de armazéns em Curitiba. Fonte: CORREIA, Manoel; CORREIA, Leocádio. **Almanach Paranaense**. Curitiba: Correia & Comp., 1901.

O botequim também podia estar contido em um espaço mais amplo, como uma pensão, um hotel, um *club*. No *Mignon Theatre*, “cinema da elite coritibana”, havia “anexo um bem sortido botequim e café”. Na *Confeitaria Italiana*, que vendia “grande variedade de doces frescos, empadas, bombons, etc.” também tinha “anexo uma bem montada charutaria e botequim”<sup>152</sup>. O mesmo se passava fora desses espaços mais elitizados. Junto a hotéis, pensões simples e outras espeluncas, também se previam espaços mais ou menos improvisados onde circulavam trabalhadores pobres, militares de baixa patente, imigrantes recém-chegados e demais representantes do

<sup>150</sup> **A República**. Curitiba, 07 de outubro de 1908, p. 2.

<sup>151</sup> Os negociantes, proprietários de botequim, via de regra iriam preferir a expressão “casa de negócio” quando tinham de falar à Justiça, fosse como partes ou testemunhas. As partes dos procedimentos, inclusive as vítimas, também preferiam essa denominação ao botequim. É nos depoimentos das testemunhas, menos preocupadas, que frequentemente se permite diferenciar o espaço destinado à embriaguez das casas de gêneros em geral.

<sup>152</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916.



*populacho* que também precisavam de lugares acessíveis para comer, beber e, eventualmente, passar a noite<sup>153</sup>.

Os espaços nobres e os populares possuíam uma série de elementos que os diferenciava, passando por sua arquitetura, seu mobiliário e os usos que se faziam dele. Nas tavernas, o balcão, elemento que divisa o espaço do proprietário e o dos consumidores, possuía um papel central no consumo da cachaça e nas sociabilidades populares. Sentados ao balcão, desconhecidos se entrosavam e viravam juntos as doses de destilado. Já nas mesas, prevaleciam os brindes entre amigos e as longas rodadas de cerveja<sup>154</sup>. Também era possível a divisão interna das tabernas em espaços menores, separados com materiais baratos. As mesas e cadeiras de madeira permitiam a adaptação do espaço interno de acordo com as necessidades. Bem distinta era a organização dos cafés burgueses, mobiliados com mesas e cadeiras de ferro e mármore, tornando-os espaços frios e inflexíveis<sup>155</sup>. Nos botequins, o espaço era facilmente rearranjado, possibilitando as alternâncias entre sociabilidade e intimidade. Grupos maiores poderiam juntar mesas. Poderia afastar uma delas na hora de conversar à sós. Afastavam-se todas na hora das danças ou das brigas<sup>156</sup>.

Local de encontros e discussões, de diversão, refúgio das crises familiares, o botequim era um ponto de parada quase que obrigatório entre o trabalho e a casa<sup>157</sup>. Espaço de sociabilidade, mas também espaço de conflito. Ali se desenrolavam contendas ligadas ao trabalho, à habitação, questões amorosas, intrigas de vizinhos ou conflitos diretamente ligados ao lazer, como o carnaval, os jogos ou a própria bebida<sup>158</sup>. No clássico trabalho de Boris Fausto sobre a criminalidade em São Paulo, as vendas e botequins populares sediavam a maioria dos conflitos examinados pelo autor, assim como a embriaguez de uma ou ambas as partes constituía mais da metade dos casos<sup>159</sup>.

Certa noite de outubro de 1911, o pedreiro Serafim José de Carvalho e outros camaradas achavam-se reunidos no *Hotel Bella Vista*, inaugurado quatro anos antes

---

<sup>153</sup> LICHOVESKI, Talita. **Hotel Tassi**: local de passagem em uma cidade em pleno vapor, Curitiba fins do século XIX e início do XX. Especialização em Patrimônio, Memória e Gestão Documental. Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2014, p. 18.

<sup>154</sup> CAMARGO, 2010, p. 57-58.

<sup>155</sup> URÍA, 2003, p. 585.

<sup>156</sup> CAMARGO, op. cit., p. 41.

<sup>157</sup> URÍA, op. cit., p. 577.

<sup>158</sup> CHALHOUB, 1985, p. 312.

<sup>159</sup> FAUSTO, 1984, p. 120.

com a promessa de ser um ambiente convidativo para viajantes e famílias, com uma “excellente cosinha de primeira ordem, um escolhido sortimento de bebidas, etc. etc., commodos montados a capricho e perfeitamente hygienicos e bastante confortaveis”<sup>160</sup>. Naquela noite, lá estavam também Gabriel Tavares do Nascimento, empregado da ferrovia, o operário Alfredo Antônio Vaz e os sargentos Horácio Lino dos Santos e Luiz de Holanda Vallencio. No pavimento inferior do sobrado, separados por um corredor havia espaço onde funcionava o botequim e outro que servia como restaurante. No botequim, alguns companheiros se divertiam tomando cachaça. À porta de entrada, os dois militares conversavam. Faltava juntar-se a eles o próprio dono do hotel, José Manoel dos Santos. A partir daí o encontro trivial desembocava no confronto do qual Serafim saiu atingido por três tiros no peito à queima-roupa<sup>161</sup>.

Dois civis presenciaram o momento. Gabriel Tavares do Nascimento, brasileiro de 20 anos de idade, empregado da estrada de ferro, estava em um espaço reservado, quando ouviu uma discussão na entrada do hotel e saiu do lugar em que estava para ver melhor o que acontecia. Viu então que se tratavam de Serafim e Manoel. O primeiro tinha uma das mãos no bolso de trás da calça, como quem fosse sacar uma arma. Contudo, o depoente não enxergou arma alguma. Sacando de um revólver, o réu ordenou que Serafim se afastasse. Serafim, pelo contrário, investiu contra o português, que desferiu os três tiros. Enquanto cambaleava, ainda foi empurrado pelo cozinheiro do hotel, indo ao chão.

O operário Alfredo Antônio Vaz, também com 20 anos de idade, depôs mais ou menos no mesmo sentido, contudo empregou um tom mais favorável ao réu. No depoimento do operário, a navalha já estava na mão de Serafim, que avançava contra José Manoel quando ele sacou o revólver. Contou que “o denunciado disia: va para lá com sua navalha si não eu atiro, e ao chegar a porta da cosinha o denunciado deu treis tiros sobre Serafim que começou a cambalear, ja sem a navalha, chegando nessa ocasião o cosinheiro do Hotel que empurrou Serafim, fazendo este cahir”. Embora tenha considerado um exagero a reação do réu, concluiu afirmando que “se o accusado não atirasse, elle testemunha supõe que Serafim de Carvalho offenderia ao denunciado”.

---

<sup>160</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 23 de novembro de 1907, p. 2.

<sup>161</sup> TJPR. Registro nº 0968 de 1911.

Na edição do *Diário da Tarde* no dia que sucedeu ao crime, a notícia saiu da seguinte forma:

Hontem, ás 7 horas da noite mais ou menos, José Manuel dos Santos, proprietario do alludido hotel, na sala de jantar daquela casa, desfechou tres certos tiros de revólver, contra Seraphim José de Carvalho, prostrando-o gravemente ferido. O crime, segundo depoimentos de testemunhas e o auto de perguntas tomado ao ferido pelo commissario Nascimento Sobrinho, passou-se assim: Seraphim José de Carvalho, a convite de dous inferiores do exercito, fôra ao Bella Vista, hontem ao cahir da noite.

Ali chegado, com os seus companheiros, o dono da casa pegou um dos inferiores pelo braço, puxando-o do botequim onde estavam para a sala de refeições. Seraphim, julgando aquillo uma aggressão, encaminhou-se tambem para o interior da casa e chegando á alludida sala de refeições, foi quando José Manoel dos Santos alvejou, por tres vezes tendo as tres balas attingido o offendido na caixa thoracica.

[...]

Contra José Manuel dos Santos foi lavrado auto de flagrante no posto policial da praça Zacarias, sendo o ferido recolhido ao hospital de misericordia, em ambulancia da assistencia publica. Seraphim José de Carvalho que é pedreiro, tem 35 annos de idade e é casado, tendo um filho de alguns mezes apenas. Trabalhava actualmente nas obras do palacete Hauer, em contrucção á rua 15 de Novembro<sup>162</sup>.

Apesar dos três tiros no peito, a vítima sobreviveu, ainda que o exame médico realizado um mês e meio mais tarde tivesse revelado que ele poderia ficar com sequelas pulmonares. Manoel foi considerado inocente pelo Júri, para o qual ele teria agido em legítima defesa.

Distante do que se apregoava à época de sua inauguração, o *Bella Vista* acabou se convertendo em um espaço de praticantes *duvidosos*. Incursões policiais para buscar suspeitos e realizar averiguações<sup>163</sup>, confusões causadas por clientes embriagados<sup>164</sup> ou mesmo conflitos mais graves, como quando o sargento Arthur Balsther, por conta de rugas antigas, deu um tiro na boca de Frederico Ehlers<sup>165</sup>, eram cenas comuns naquele estabelecimento. Segundo o *Diário da Tarde* em 1911, “nesses ultimos tempos o Hotel Bella Vista, situado á praça Euphrasio Corrêa, tem celebrisado, como theatro de varias façanhas, que ficam registradas no cadastro da polícia”<sup>166</sup>. Guiado por Annita, “italiana de meia idade, não bonita, mas sympathica e affavel” que trabalhava no hotel, J. Cayoba descreveu naquele mesmo ano, de forma

<sup>162</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, 03 de outubro de 1911, p. 2.

<sup>163</sup> *A República*. Curitiba, 16 de fevereiro de 1910, p. 2.

<sup>164</sup> *A República*. Curitiba, 22 de dezembro de 1910, p. 2.

<sup>165</sup> *A República*. Curitiba, 19 de junho de 1911, p. 2.

<sup>166</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, 03 de outubro de 1911, p. 2.



bastante carregada, o interior daquele lugar, ao qual importou personagens de Victor Hugo e Goethe, além de um famoso assassino francês:

Por alli, como n'um extranho ciclorama perpassam todas as scenas da miseria humana, tendo por actores homens e mulheres impellidos de todos os pontos da terra pelos ventos da adversidade.  
 À mesa redonda, á hora da refeição modesta, hombreiam-se a virtude e o crime, Valgean senta-se *vis-á-vis* de Lancenarie, Fausto seduz Margarida que á seu lado tem um Tropmann olhando de soslaio um S. Vicente de Paula.  
 E quando, após o jantar regado a vinho nacional ou Verde, accendem-se os bicos de luz e a grande treva envolve o casarão sombrio, cahe a estalagem na mudez tétrica dos molochis de bronze, em cujo seio resonam na pesada paz da noite quente, todos esses rebutalhos da vida - bons e maus – mas todos attingidos pela lei fatal do infortunio que á frente lhes imprime com a miseria o destino dos modernos párias sociaes<sup>167</sup>.

Com o mesmo exagero, mas sem qualquer lirismo, as autoridades públicas manifestavam suas preocupações com os espaços de ebriedade. Nesses “recantos obscuros, onde se estagna o ar viciado, onde se corrompem física e moralmente os pobres”, o olhar atento e impiedoso do poder se impunha, transformando botequins, bordéis e habitações populares em objetos de exame<sup>168</sup>. O mesmo se dava entre as vozes da *sciencia*, para as quais esses espaços de sociabilidade popular eram locais de corrupção, decadência moral, indisciplina e vício. Uma pedra que se impunha entre o lar e o trabalho, um emblema da degradação social<sup>169</sup>.

### *Botequins e jogos de azar*

Nesses espaços *mal frequentados*, a embriaguez não era o único vício que se praticava. As mãos que levantavam os copos, engorduravam-se aperitivos e manejavam o fumo frequentemente se revezavam para ocultar habilmente o baralho, jogado ilicitamente a dinheiro. Na redação do Código Penal de 1890, todos os jogos de azar – aqueles que dependem exclusivamente da sorte – eram considerados contravenções. Excluía-se dessa listagem as loterias devidamente autorizadas e as corridas de cavalo e afins. De acordo com o Código, quem tivesse o jogo por meio de subsistência seria julgado como vadio<sup>170</sup>. Típica forma de lazer viril, a jogatina era um elemento comum às sociabilidades masculinas e desafiava o poder das autoridades

<sup>167</sup> **O Paraná**. 24 de abril de 1911 *apud* BERBERI, 1996, p. 175.

<sup>168</sup> RAGO, 1985, p. 170.

<sup>169</sup> SALES, 2011, p. 42.

<sup>170</sup> TORCATO, Carlos. **A Repressão Oficial ao Jogo do Bicho**: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011, p. 53.

públicas. Além da ilegalidade em si, as mesas de apostas também eram com frequência atmosferas de discussão e manifestações de violência<sup>171</sup>.

Visto como uma doença social, o jogo preocupava especialmente por atingir não apenas o *populacho*, mas também os mais abastados. A atuação policial, obviamente, era mais forte nos espaços populares, mas ocasionalmente incluía os *clubs chics*<sup>172</sup>. A disparidade evidente levou, em 1907, um grupo de quinze pessoas a reclamar da perseguição que os bailes populares sofriam, afirmando que a polícia perseguia os pequenos e fracos enquanto fazia vistas grossas para os poderosos e influentes<sup>173</sup>. Os jornais acompanhavam regularmente as ações policiais e cobravam quando entendiam que os homens da lei precisavam ser mais rígidos. Uma notícia de 1915, publicada no *Diário da Tarde*, expunha o terrível jogo do bicho. Aproveitando-se da metáfora animal, dizia que “ha um polvo horrendo que tem resistido a tudo: o jogo do bicho. Corta-se-lhe um tentaculo e logo dezenas de outros ressurgem, ameaçadores e terríveis”. Após uma listagem dos estabelecimentos em que o jogo era explorado, o tom da denúncia aumentava, afirmando que esse vício contribuía para destruir o caráter do povo e degenerar os costumes. Presente em todas as camadas sociais, “joga-se nos clubs elegantes, joga-se nos bordeis, joga-se nos botequins e baiucas” e mesmo em agências no coração da cidade<sup>174</sup>. Em uma coluna de 1918 intitulada “Urge reagir”, o *Diário da Tarde* denunciava a convivência da autoridade policial, que “deixa-se as vezes vender os olhos e, ao contrario de Themis que, assim, praticava a justiça, castigando aquelles que eram culpados, permite esse descalabro que por ahi vae”. A longa coluna terminava em um apelo:

Evitemos que filhos de família, no interior de suppostas casas de commercio, á rua Quinze de Novembro, entreguem-se, dia e noite, aos azares do baralho. Olhemos á Avenida Luiz Xavier, onde, com algumas excepções, cada botequim é uma armadilha aos incautos e um incentivo á orgia e á malandragem. Evitemos a corrupção dos puros e procuremos a regeneração dos viciados, applicando-lhes a pena do trabalho forçado. Sejamos energicos<sup>175</sup>.

---

<sup>171</sup> TORCATO, 2011, p. 58.

<sup>172</sup> BONI, 1985, p. 172.

<sup>173</sup> FABRIS, Pamela Beltramin. **"Nós, os selvagens, não reverenciamos os symbolos Kaiserianos":** conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 84.

<sup>174</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 07 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>175</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 14 de junho de 1918, p. 1.

As diligências nas casas de jogo também eram noticiadas e elogiadas. A *República*, em março de 1917, trouxe ao público a investida do delegado Dr. Antônio de Paula em um botequim alvo de denúncia. Adentrando aquela casa, o delegado e seus homens encontraram “cerca de 30 individuos entregues ao jogo”. Anunciada a ação policial, muitos conseguiram fugir, mas o dono da taverna acabou preso. Para o redator da notícia, “numa acção continuada, a nossa policia vae conseguindo acabar com o vicio do jogo, que em nossa cidade campeava infrene”<sup>176</sup>. Pouco antes, em janeiro, uma dessas ofensivas tinha assumido proporções que escaparam à ação controlada e racional esperada dos *meganhas*.

Segundo Martin Jorge, filho do sírio André Jorge, dono de um botequim na Av. Luiz Xavier, era por volta de 22h00 quando o delegado Antônio de Paula, o agente Perrini e outros dois policiais invadiram a casa, em cujos fundos ficava um clube denominado *Sportsman*. O depoente contou que foram presas diversas pessoas flagradas jogando. Ele levava algumas cervejas ao *club* quando o delegado mandou que pusesse um paletó e o acompanhasse à delegacia. Por algum motivo, um dos agentes civis se exaltou e empurrou o depoente, dando-lhe socos e pontapés. O irmão de Martins interveio e acabou tomando também um soco. Em seguida, o agente Perrini e a mãe dos negociantes se inseriram no conflito e também sofreram agressões. Perrini teria batido com um guarda-chuva na mulher. Já segundo o policial, foi um dos filhos de André Jorge que iniciou o confronto, dando uma cadeirada em um dos agentes. A família toda foi presa. Também foram apreendidas uma caixa de madeira contendo centenas de fichas e um maço de cartas<sup>177</sup>.

O *Diário da Tarde* chamou atenção para o possível abuso policial:

Não nos conformamos apenas, com o facto de que nos scientificaram: depois de Alexandre se achar recolhido ao xadrez o agente Perrini o esbofeteou, insultando-o ainda.

Si é verdade, segundo nos informaram, é um caso que revolta, pois Perrini, alem disso, resrespeitou a mulher de André Jorge, agredindo-a tambem<sup>178</sup>.

No relatório do delegado, consta que André, Alexandre e Martin Jorge resistiram à prisão, desacataram as autoridades e agrediram um guarda civil. Em 08

<sup>176</sup> **A República**. Curitiba, 05 de março de 1917, p. 3.

<sup>177</sup> TJPR. Registro nº 1486 de 1917.

<sup>178</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 31 de janeiro de 1917.

de fevereiro, o Promotor Público ofereceu denúncia contra eles, declarando em um dos trechos da petição o seguinte:

A zelosa autoridade do 2º districto policial, dando cumprimento a lei iniciou em bôa hora uma salutar campanha contra o jogo em tabernas e casas de tavolagem, onde constantemente reúnem-se os peores elementos da sociedade e pobres operarios desviados de seu labor quotidiano para onde vão jogar, diariamente, o pouco que ganham<sup>179</sup>.

Os membros da família Jorge pagaram fiança e foram liberados. O Promotor Público opinou que não havia base para indiciar os policiais envolvidos, requerendo o arquivamento do feito, o que o Juiz do caso acatou.

### *Pensões e bordéis*

Em 23 de agosto de 1893, o estudante Eduardo Ferreira Guimarães foi denunciado pela morte de José Maria Bouchy, praça do oitavo Regimento de Cavalaria. O réu estava na companhia de Ana Izaura de Bastos quando o militar chegou, bastante alterado e portando uma navalha, com a qual ameaçava as pessoas presentes. A vítima foi atingida por uma pancada na cabeça, que a denúncia afirmava ter sido produzida por uma tranca de porta. O réu e algumas testemunhas diziam, todavia, que o ferimento resultara de uma queda, na qual vítima dera com a cabeça em uma pedra.

Ana Izaura, que tinha 21 anos e se identificava como doméstica, disse que Eduardo estava em sua casa e já se vestia para sair quando o soldado chegou e tentou abrir a porta aos pontapés. O estudante tentou de todas as maneiras evitar um confronto com a vítima. Depois de altercações no interior da casa, os dois foram para o lado de fora. A essa altura, moradoras e frequentadores da casa, vizinhos e transeuntes já ocupavam a rua. Eduardo acabou por empurrar a vítima, que foi ao chão e bateu a cabeça. Não demorou para que outros militares chegassem, conduzindo o ébrio e desordeiro ao quartel. Na manhã seguinte, o militar acabou falecendo graças às complicações da pancada.

Os depoimentos de Anna Fligicovisky e Clementina de Lima e Silva, que também morava no local, ajudam a clarear o evento. Ao entrar na casa, o soldado teria dito à primeira que procurava por Ana Izaura. A polonesa respondeu que sua colega não podia vê-lo, pois estava com gente no quarto. José Maria insistiu e sacou

---

<sup>179</sup> TJPR. Registro nº 1464 de 1917.

uma navalha, agarrando a moça pelo xale e levando-lhe a mão aos seios. Com um movimento rápido, Anna o empurrou e correu para a rua. Mais tarde, quando o réu e vítima saíram na frente da casa, ela voltou para dentro e se trancou no quarto. Clementina informou mais ou menos as mesmas coisas, reforçando o comportamento obstinado e violento da vítima e o completo estado de embriaguez em que estava.

Levado a Júri, Eduardo foi inocentado por unanimidade<sup>180</sup>.

Não fica claro nos autos o que fez o soldado querer “cortar à navalha” Ana Izaura e o acompanhante dela. Talvez uma relação antiga, antes do meretrício. Talvez um cliente contumaz que não soube excluir seus sentimentos daquela *prestação de serviço*. Ou quem sabe fosse apenas a irritação pela temporária indisponibilidade da meretriz, inflamada pelo volume alcoólico. É uma questão que não tinha lá grande importância para os rumos do processo. Nesses ambientes de *vício e depravação*, sangue, álcool e outros fluídos frequentemente corriam juntos.

Apesar das vozes mais moralistas, o mundo dos bordéis envolvia certo ar de mistério e fascinação. Assim como o jogo, não era um atrativo somente dos despossuídos. Esse mundo fazia parte de um universo muito mais amplo, no qual orbitavam cafés, restaurantes, teatros e pensões *chics*, frequentados por músicos, boêmios, dançarinas e, obviamente, prostitutas, compondo uma cultura configurada por códigos, leis e práticas próprias<sup>181</sup>. As autoridades públicas, muitas delas adeptas do lazer noturno, não tinham interesse em extinguir as casas de prostituição. Por outro lado, era necessário esquadrinhar esses espaços e suas protagonistas. Por isso, em 1914, foi adotada uma medida recebida sob os aplausos da opinião pública:

O sr. dr. Vieira Cavalcanti, illustre chefe de policia do Estado, acaba de adoptar uma excellente medida, que muito recomenda a sua administração e que merece francos elogios de todos.

A medida em questão e que em breve será posta em pratica consiste no seguinte: todas as meretrizes residentes nesta capital serão identificadas e fotografadas no gabinete de identificação, organisando-se assim um registro geral com todas as indicações possiveis; ainda mais, os bordeis, as casas de tolerancia, as casas suspeitas, serão rigorosamente inspeccionadas, ficando sob as vistas da policia<sup>182</sup>.

<sup>180</sup> TJPR. Registro nº 0128 de 1893.

<sup>181</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 167.

<sup>182</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 18 de agosto de 1914, p. 2.

As discussões em torno da necessidade de regulamentação ou não das casas de prostituição foram amplas por todo o país. Apesar da falta de dispositivos legais que a regulamentassem, autoridades públicas, juristas e médicos manifestavam a preocupação de manter o controle sobre esses espaços. A proposta de situar os prostíbulos em certas zonas da cidade, sobretudo, foi uma constante. Já uma regulamentação mais oficial, por meio de ações legislativas, foi rechaçada. Na Argentina e na França, a regulamentação havia trazido consequências desastrosas, intensificando a clandestinidade e o chamado “tráfico de escravas brancas”, repercutindo nos debates locais. Ao fim, a opção foi por um meio-termo entre a proibição e a legalização, no qual a ampla discricionariedade policial determinava as regras do jogo<sup>183</sup>.

À medida que se multiplicavam por Curitiba, os bordéis no centro da cidade tornaram-se um incômodo. Não se podia permitir que sob as vistas de senhoras distintas, crianças, velhos e homens de respeito aquele *espetáculo da lascívia* se manifestasse, muitas vezes à luz do dia. Em 1916, uma circular da chefatura de polícia determinou que as meretrizes se transferissem para as ruas mais afastadas do centro da cidade. Ficaram proibidas as ruas onde circulavam bondes e as adjacências da Escola Normal. Segundo o *Diário da Tarde*, a maior parte dos bordéis que precisavam ser realocados obedeceram a ordem policial. No entanto, havia resistências: caso de um prostíbulo na esquina da rua Aquidaban<sup>184</sup> com a Visconde de Nácar, sobre o qual os moradores cobravam providências<sup>185</sup>.

---

<sup>183</sup> CAULFIELD, 2000, p. 122-123.

<sup>184</sup> Atual Emiliano Pernetá.

<sup>185</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 15 de abril de 1916, p. 1.





Evidentemente, quando pensamos no “tipo ideal” do consumidor de álcool, a figura que vem à mente é aquela do “bêbado”, o ébrio habitual. Aquele que possui na embriaguez o seu “estado de espírito”. Não aquele que *está*, mas aquele que *é*. Imaginamos normalmente alguém velho – provavelmente mais envelhecido do que efetivamente velho –, de aspecto maltrapilho e descuidado, solitário – exceto pela eventual companhia de seus pares – e impotente diante da própria vida. Essa figura melancólica, reforçada pela literatura e pelo cinema, encontra correspondentes na realidade, mas é apenas uma das possibilidades.

Um desses personagens talvez tenha sido o “velho Weppel”. No dia 23 de maio de 1915, José Weppel passava próximo ao Cemitério Municipal, um tanto embriagado, seguindo em direção à sua casa. Caminhava “com um pé no chinello e outro descalço”. Vendo os irmãos Bertholdo e Albino Christensen, de 19 e 21 anos, respectivamente, os teria provocado e se armado de um pedaço de lenha contra eles. Os irmãos revidaram utilizando uma ripa e, ao fim, os três saíram feridos<sup>186</sup>. Outro exemplo é o de um italiano que tinha 57 anos quando se suicidou ingerindo soda cáustica. Segundo o delegado do caso, o suicida era um “ébrio incorrigível”. Sempre que estava alcoolizado, sua esposa o advertia, pedindo que deixasse desse “mão procedimento”. Ele prometia que iria tomar um remédio para por fim de vez ao seu mau hábito<sup>187</sup>.

Buscando os rostos dos *delitos etílicos* em Curitiba, todavia, muitos outros aparecem. É um cenário repleto de variáveis, mas que também evidencia algumas constantes. Um primeiro dado que se impõe é a imensa maioria masculina. São raríssimos os casos em que mulheres figuram enquanto rés, demonstrando que a relação entre álcool e crime possui na masculinidade um elemento quase que indissociável.

---

<sup>186</sup> TJPR. Registro nº 1319 de 1915.

<sup>187</sup> TJPR. Registro nº 1093 de 1913.

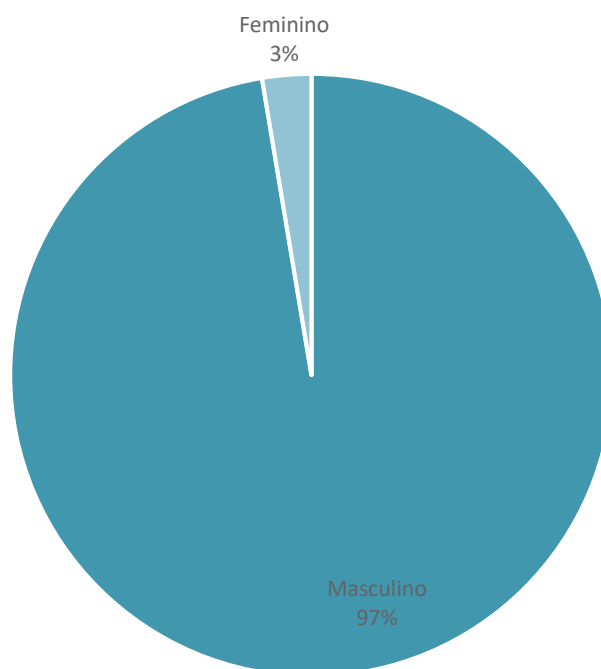


Gráfico 01. Gênero das pessoas acusadas de crimes. Fonte: TJPR.

Dividir uma garrafa de bebida com os companheiros é, talvez, a forma de sociabilidade mais eficaz do universo masculino. Os botequins, espaços tipicamente varonis. A própria ritualização do consumo da bebida possuía elementos associados às percepções do que era “ser homem”<sup>188</sup> – beber aguardente sem fazer careta, por exemplo. Além disso, com algumas doses de álcool o homem considera-se apto a subscrever os códigos tácitos de masculinidade, demonstrando-se altivo e corajoso frente aos demais. O ato de beber era, portanto, uma maneira de exaltar atributos daquele modelo de virilidade<sup>189</sup>. Quando Estevão Zimmerman e Porfírio Aguiar começaram a discutir em um botequim na Rua América<sup>190</sup> e Aguiar ameaçou arrebentar a cabeça do adversário se ele não se calasse, a resposta de Zimmerman foi que ele “não era homem” para isso<sup>191</sup>. Na discussão entre José Manoel e Serafim José, no Hotel Bella Vista, o primeiro teria perguntado: “então você é mais homem do que eu?”<sup>192</sup>.

<sup>188</sup> URÍA, 2003, p. 581.

<sup>189</sup> ROSA, 2003, p. 113.

<sup>190</sup> Atual Trajano Reis.

<sup>191</sup> TJPR. Registro nº 0140 de 1893.

<sup>192</sup> TJPR. Registro nº 0968 de 1911. Já narrado nas pgs. 53-54 desse trabalho.

A idade é também um marcador relevante. Parcela significativa dos investigados tinha entre 16 e 21 anos. Outra grande parte encontrava-se na faixa dos 22 a 37 anos e dos 28 aos 33. Fração um tanto menor corresponde à faixa dos 34 a 39 anos e a menor delas vai dos 40 anos em diante. O réu mais velho encontrado tinha 56 anos. Nesse sentido, ao menos quando envolve conflito, a relação entre álcool e juventude é contundente.

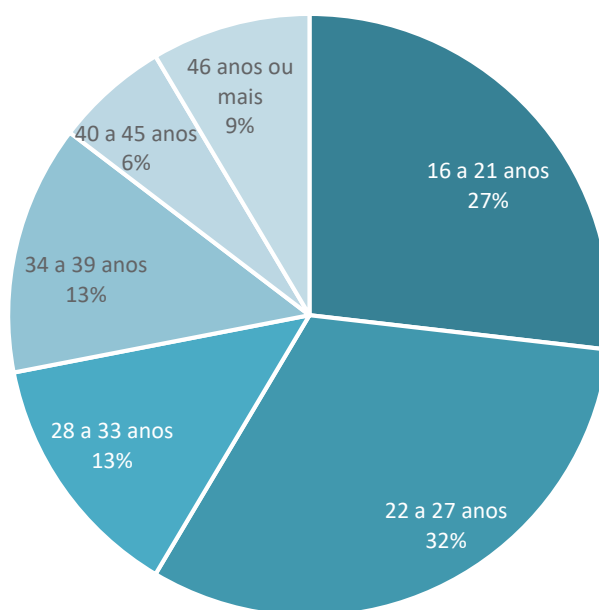


Gráfico 02. Idade dos investigados. Fonte: TJPR.

Quanto à nacionalidade, a maior parte dos envolvidos eram brasileiros, mas há uma parcela significativa de estrangeiros, especialmente alemães, austríacos e italianos. Foram encontrados, ainda, alguns poloneses, espanhóis e portugueses. Por fim, houve a incidência de um inglês, um irlandês, um turco e um russo. O nome dos nacionais envolvidos também permite inferir, muitas vezes, que já pertenciam a uma primeira ou segunda geração de imigrantes europeus. Nesse caso, já eram qualificados como brasileiros, mas estavam bastante atrelados ao país de ascendência, seja na região em que viviam, nos círculos de convivência, nos costumes etc.

NACIONALIDADE	INCIDÊNCIA
Brasileiro	65%
Italiano	13%
Alemão	09%
Austríaco	06%
Polonês	03%
Espanhol	01%
Português	01%
Outras	02%

Quadro 02. Nacionalidade dos investigados. Fonte: TJPR.

Entre as ocupações citadas, há uma forte presença de negociantes e outra de militares e policiais. A primeira é um indicativo dos espaços privilegiados desses crimes: botequins, tascas, tavernas, casas de jogo ou prostituição, muitas vezes camuflados sob a denominação genérica “casas de negócio”. A segunda inclui tanto a atuação de agentes que não sabiam dosar a intensidade de suas intervenções em prol da ordem pública quanto conflitos ocorridos nos momentos de folga. Em seguida, temos uma amostra bastante pulverizada de ocupações, ainda que a maior parte delas fossem ofícios manuais: sapateiros, alfaiates, pedreiros etc.

PROFISSÃO	INCIDÊNCIA
Guarda Civil/Militar	21
Lavrador	20
Negociante	20
Sapateiro	11
Pedreiro	10
Carpinteiro	09
Carroceiro	06
Empregado público	05
Barriqueiro	04
Doméstica	04
Operário	04
Tipógrafo	04
Alfaiate	03
Carteiro	03
Empregado da ferrovia	03
Oleiro	03
Pintor	03

Chapeleiro	02
Ferreiro	02
Impressor	02
Jornaleiro	02
Marceneiro	02
Serralheiro	02
Outros	15

Quadro 03. Ocupações dos investigados. Fonte: TJPR.

Um último dado interessante vem da alfabetização. Talvez surpreenda o fato de que a maior parte dos investigados sabia ler e escrever. Esses números, sem dúvida, são impulsionados pela presença significativa de negociantes entre os investigados. Logicamente, administrar uma casa de negócio ou botequim exigia certa capacidade de ler e fazer contas. Também entre os agentes da segurança, a maioria sabia ler. Entre as demais ocupações, a relação de alfabetizados e não alfabetizados é mais equilibrada.

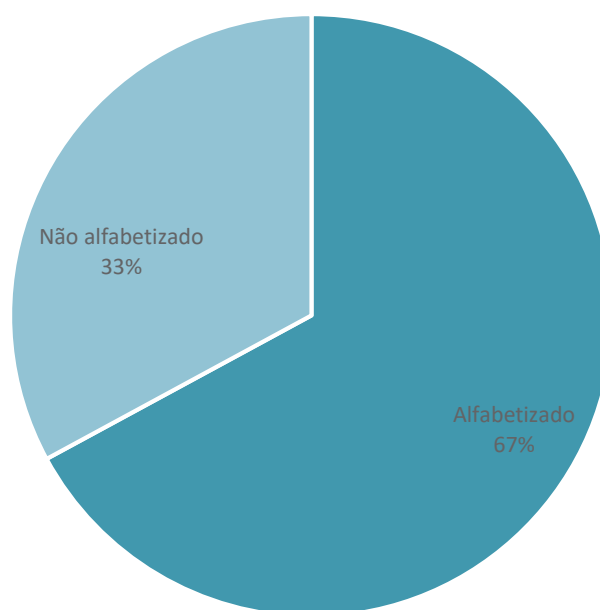


Gráfico 03. Alfabetização dos investigados. Fonte: TJPR.

Com esse panorama mais geral, fica possível enxergar os *personagens da embriaguez* – ao menos daquela que atingia os registros criminais – dentro de categorias, permitindo certas inferências sobre esses perfis. Não deixa de ser uma



simplificação. Ao “rés-do-chão”, a complexidade se impõe. Adotando o conselho de Jacques Revel, a pergunta é: “por que ser simples quando se pode ser complicado?”<sup>193</sup>. Adentrando o plano do micro, da experiência, cada caso é permeado por complicações que testemunham da vivência árdua de seus protagonistas. Na busca indiciária pelos perfis alcoólicos, acompanhando os vestígios do álcool, há muito mais para ser visto.

### *Mulheres*

A embriaguez não era prática exclusiva dos homens. Embora a imensa maioria dos envolvidos nos *delitos etílicos* fosse masculina, as mulheres também se embriagavam e cometiam crimes. A representação da mulher ébria era oposta à imagem da mulher *honest*a, do estereótipo de *recatada* e *do lar*. A ligação entre embriaguez e meretrício era frequente. No discurso da época, a prostituição era a antítese do ideal feminino enquanto que a embriaguez se opunha ao ideal masculino<sup>194</sup>. Desse modo, ambas as coisas eram aproximadas: o homem ébrio vivia em meio à prostituição e a mulher prostituta em meio à bebida.

Tolerada dentro de certos limites, a prostituição era considerada um “mal necessário” e acreditava-se possuir até mesmo um “papel civilizador”. Parte da iniciação sexual dos rapazes, contribuía para preservar a virgindade das moças de família e o recato das esposas<sup>195</sup>. Por outro lado, o baixo meretrício era estigmatizado ao extremo. *Antros de perdição*, os cortiços convertidos em bordéis abrigavam mulheres sem qualquer senso de *moral* e *dignidade*. Solidárias nas agruras do cotidiano, não deixavam de ser rivais pelos motivos mais frívolos<sup>196</sup>.

Quando Elvira Maria sacou o punhal que escondia junto ao seio e esfaqueou repetidamente a Maria Joanna, ambas estavam bebendo cachaça. As duas encontravam-se na casa de um tal Manoel Leonardo no momento em que o conflito aconteceu. Segundo Maria Joanna, ela foi atacada de surpresa e sem motivo. Já Elvira disse que foi provocada, que Maria a mordeu e tinha consigo uma faca de ponta. O dono da casa informou à polícia que tinha acabado de sair de lá, acompanhado de dois companheiros e duas meretrizes. Em um novo depoimento perante a Justiça,

---

<sup>193</sup> REVEL, Jacques. Prefácio: a história ao rés-do-chão. In: LEVI, G. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 28.

<sup>194</sup> COSTA, 2009, p. 165.

<sup>195</sup> RAGO, 1991, p. 168.

<sup>196</sup> Ibid., p. 242-243.

inferiu que a briga provavelmente foi motivada por ciúmes, já que Elvira naquela noite estava acompanhada de um alemão. À polícia, os depoimentos as descreveram como ébrias e briguentas. Ferida gravemente, Maria Joanna passou mais de um mês na Casa de Misericórdia. Elvira foi condenada a três meses de prisão pelo crime de lesão corporal<sup>197</sup>.

Se a existência de mulheres embriagadas enquanto agentes de delitos era rara, o mesmo não ocorria quando a mulher figurava como vítima. Em vários casos, o consumo de álcool por mulheres é suscitado, indicando uma expectativa de, dessa forma, atenuar a culpa dos réus. A menção à prostituição ou a condutas *desonestas* completam esse quadro onde o comportamento feminino poderia ser apontado a fim de responsabilizá-las pelos crimes praticados contra elas mesmas. Seguindo uma lógica de *frutos envenenados*, bastava o convívio com outras mulheres consideradas *desonestas* para que a mulher fosse desmoralizada.

Elza Nemetz, quando tinha treze anos, descobriu que estava grávida. Seu pai, Augusto Nemetz, procurou a polícia acusando João Erginger, moço de dezenove anos que trabalhava em uma padaria na Rua Aquidaban<sup>198</sup>, de ser o autor do crime. Em depoimento à polícia, Elza disse que foi à padaria, na qual também trabalhava sua irmã. Achando-se sozinha, João apareceu e insistiu para que tivessem relações sexuais. Elza afirmou que, diante da insistência, aceitou. Declarou ainda que queria casar-se com ele, porque estava grávida. Para o réu, seria uma alternativa para escapar das acusações. De acordo com o Código Penal de 1890, se o autor do defloramento ou estupro casasse com a vítima, o processo perdia seu objeto e o réu estava isento do cumprimento da pena. Apesar disso, João Erginger sustentou sua inocência. Disse que foi a menina quem o persuadiu e que, durante o ato sexual, verificou que ela não era mais “honrada”. O acusado teria ouvido falar que Elza vivia nas *pândegas*, sempre rodeada de homens, e que ela já tivera relações com um primo. Ele e testemunhas colocam a responsabilidade pelo *descaminho* de Elza em sua mãe, “mulher que vive dando escandalos”, “mulher essa que nunca se deu ao respeito”, “conhecida meretriz”, “mulher de péssimo proceder, ébria e debochada”<sup>199</sup>. A figura materna, em especial, era evocada frequentemente, fosse para desabonar a moça –

---

<sup>197</sup> TJPR. Registro nº 0908 de 1909.

<sup>198</sup> Atual Emiliano Perneta.

<sup>199</sup> TJPR. Registro nº 1223 de 1914.

como no caso em questão – ou para defendê-la, por estar tanto sob as boas influências quanto sob a vigilância da mãe<sup>200</sup>.

Em 1917, Isolina Loyola, então com dezessete anos, foi violentamente agredida em um bordel localizado no cruzamento das ruas Augusto Stelfeld e Ermelino de Leão. O réu, Vicente Moreira de Freitas Filho, declarou ter ido à *pensão* de Joaquina Inácio. Anastácia e Maria, identificadas como *domésticas* e companheiras de *pensão* de Isolina, disseram que Vicente chegou à casa com outro rapaz enquanto elas estavam em uma mesa tomando cerveja. Isolina, tendo parado de beber, enfrentou a insistência do réu para que seguisse os acompanhando na bebedeira. Respondendo-lhe que “não achava homem que a obrigasse a tomar cerveja”, a discussão se acalorou. Vicente a chamou de “puta”, entre outras coisas, a agarrou pelo braço, a atirou no chão, acertou socos, chutes e quebrou uma garrafa de cerveja na cabeça da vítima. No relatório do inquérito, escrito pelo delegado Franklin de Araújo Silva, a *pensão* de Joaquina converteu-se em “bordel” e Isolina, anteriormente qualificada como doméstica, foi descrita como “mulher da vida”<sup>201</sup>.

Fora do âmbito dos bordéis e das mulheres de *vida fácil*, o consumo de álcool também podia ser levantado para justificar *desmesuras* dos cônjuges no ambiente doméstico, nos raros casos em que elas vinham à tona. À mulher doméstica, *mãe de família*, não era dado protagonizar as cenas lamentáveis da embriaguez. Cabia a ela o papel de protetora da moral familiar, distanciando-se dos prazeres e hábitos dos homens e mulheres *vulgares*<sup>202</sup>. No modelo familiar considerado ideal, a mulher estaria voltada ao lar, ao cuidado dos filhos, tendo uma vida regrada, dessexuada e retida no espaço privado, longe das práticas populares que ameaçavam a ordem social<sup>203</sup>.

Em tese, o consumo de bebidas por mulheres no espaço doméstico era raramente observado e, quando era, servia como argumento para apontar os perigos do álcool – até mesmo para mulheres. As bebidas consumidas dentro de casa seriam somente aquelas consideradas mais suaves<sup>204</sup>. Alguns rótulos, inclusive, tentaram explorar esse nicho. Caso da “Malzbier”, apresentada como um “tônico materno” e

---

<sup>200</sup> CAULFIELD, 2000, p. 217.

<sup>201</sup> TJPR. Registro nº 1507 de 1917.

<sup>202</sup> DUMAS DOS SANTOS, 1995, p. 72-75.

<sup>203</sup> RAGO, 1985, p. 26-27.

<sup>204</sup> ROSA, 2003, p. 92-93.

indicado às lactantes. Já a aguardente era considerada “nociva e venenosa”, devendo ser rechaçada<sup>205</sup>. No nível das práticas, porém, a situação era um tanto distinta.

**Malzbier**  
—DA—  
**BRAHMA**  
Incomparável cerveja para doentes e convalescentes. O conforto das mães no período da amamentação

**EM CASA**  
Lá em casa  
A mamãe seu leque tem:  
Mas, também  
Se o calor mais forte abraza  
É alívio ao calor deseja,  
A mamãe no mesmo instante  
Toma MALZBIER, cerveja  
Gostosa e fortificante.

**O QUE É MALZBIER?**  
MALZBIER é uma cerveja fabricada por um processo especial da Brahma e com cevada pura e de qualidade superior. — — — — —  
MALZBIER é de fraca dosagem alcoólica e, não obstante, muito nutritiva. — — — — —  
MALZBIER é doce e de paladar fino, suave e agradável. — — — — —  
MALZBIER é por isso uma bebida preferida pelas senhoras e crianças. — — — — —  
MALZBIER é muito recomendável a quem tem fraca saúde ou às pessoas que sofrem do estômago, porque estimula o apetite e facilita a digestão. — — — — —  
MALZBIER é muito recomendável também às PESSOAS ANEMICAS E PALLIDAS, QUE DEVEM PREFERIR ESTA BEBIDA ÀS LIMONADAS ou outros refrescos, porque “MALZBIER” enriquece o sangue e faz desaparecer a palidez. — — — — —

Figura 06. Propagandas de cerveja para mulheres. Fontes: O Dia. Florianópolis, 28 de fevereiro de 1917, p. 7; Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1916, p. 3; A Gazeta. São Paulo, 17 de março de 1917, p. 4.

Na casa da polonesa Rosalina Ribanski, ela e sua mãe, Josepha, se embriagavam com frequência. Quando José Ribanski, casado com Rosalina, utilizou uma espingarda de caça para bater na sogra e na mulher, alegou que ambas estavam em completo estado de embriaguez. Por trás do conflito, estava o fato de que Ribanski chegou em casa e o jantar não estava pronto. Supostamente, a sogra não aceitou suas reclamações e tentou agredi-lo. O réu foi condenado, mas com o atenuante de ter agido sob “provocação ou agressão da parte do ofendido”<sup>206</sup>. A pena estabelecida foi de três meses de prisão, grau mínimo para o crime de lesão corporal<sup>207</sup>.

Esse caso, tratando de lesão corporal contra uma esposa, é uma daquelas exceções que demonstram a regra. Até meados do século XX, a violência contra a mulher era um dado *habitual*, que não alarmava os poderes públicos<sup>208</sup>. Prevalecia a concepção de que os conflitos domésticos deveriam ser resolvidos *em casa*. Para que esses casos ecoassem para fora do espaço da moradia, parecia exigir-se a excepcionalidade.

<sup>205</sup> COSTA, 2009, p. 141.

<sup>206</sup> Art. 42, parágrafo 5º do Código Penal de 1890.

<sup>207</sup> TJPR. Registro nº 0554 de 1905.

<sup>208</sup> VIRGILLI, 2013, p. 85.

Em 1912, foi conduzido um Inquérito Policial para apurar o fato de Francisco Waletzko, alemão de quarenta e nove anos, ter dado um tiro no peito de Dovirges, sua esposa. Em um depoimento difícil de acreditar, disse que sua esposa tinha saído com a filha deles, voltando tarde e embriagada. Já em casa, a esposa começou a importuná-lo e ofendê-lo. Francisco pegou a pistola, que ficava pendurada em um prego no quarto, e atirou contra a janela. Foram dormir. Na manhã seguinte, Francisco viu marcas de sangue e percebeu que, na verdade, o projétil tinha acertado o peito da esposa e saído pelas costas. O réu informou que até então não sabia que a tinha atingido. Consta nos autos que “tanto o respondente como sua mulher achavam-se embriagados; que o respondente não atirou [em] sua mulher com o intuito de offender e sim para assustar, e se fez isso foi devido ao seu estado alcoolico em que se achava”. O tiro perfurou o pulmão, causando hemorragia. Apesar da gravidade, o ferimento não foi letal. Testemunhas disseram que o casal se embriagava diariamente<sup>209</sup>.

### *Jovens*

Na noite de 15 de junho de 1911, um grupo de desordeiros causou um tumulto em um bar na Rua Ângelo Sampaio. Entre eles estavam Aristides Trajano e Miguel Placzkiwski, ambos com dezesseis anos de idade, Adão Adakoski, de dezenove, e Bernardo Custódio, de vinte. Por volta das 23h00, o casal de negociantes Adão e Victoria já tinha fechado o botequim, mas, como recebiam visitas, ainda estavam acordados. Ouvindo um barulho vindo da porta do negócio, Adão verificou que três moços haviam entrado e queriam comprar cachaça. O taberneiro se recusou, dizendo que já não era hora. Foi o que bastou para que um deles sacasse um revólver, ameaçando Adão enquanto sua esposa buscava acalmar os outros rapazes. Ao fim, eles concordaram em ir embora, mas aquele que estava armado disparou na direção do balcão, enquanto que os outros deram vários chutes contra a porta do negócio. Não foi possível identificar o autor dos disparos e ninguém foi indiciado<sup>210</sup>.

Menos de dois meses depois, Adão Adakoski se envolveu em outro conflito, dessa vez na rua onde morava. No dia 07 de agosto, ele e João Pietszkoski, de vinte anos, foram ao posto central de polícia na intenção de dar queixa um do outro. Ambos

---

<sup>209</sup> TJPR. Registro nº 1034 de 1912

<sup>210</sup> TJPR. Registro nº 0955 de 1911.

estavam armados com revólveres e “um tanto alcoolizados”. De acordo com o primeiro, ele estava em casa trabalhando, junto com seu irmão, quando chegaram quatro rapazes e bateram fortemente à porta, ordenando a ele que abrisse. Adão espiou pela janela e viu que os quatro estavam armados. Por isso, pegou um revólver e disparou através da janela, na intenção de assustá-los. Os moços revidaram os tiros e lançaram pedras no telhado da casa. Na narrativa de João, ele e seus amigos foram até lá para saber o motivo de Adão ter estapeado seu irmão Wadislau. Batendo à porta, chamaram Adão para conversar e ele, saindo na janela, atirou, acertando um dos companheiros de João. Entre as testemunhas, foi ouvido um José, de dezenove anos, Wadislau, de quinze, Maria e Francisca, ambas de dezessete, e Adão Plachiviski, de dezoito<sup>211</sup>.

Em ambos os casos, todos ou quase todos os envolvidos eram menores de idade. O Código Penal de 1890 demarcava os 21 anos como entrada na idade adulta. Ao cometer um delito, o menor ficava sujeito um tratamento diferenciado: obrigatoriedade de um curador, penas atenuadas e cumpridas em estabelecimentos especiais. Desde as décadas anteriores, a menoridade foi se transformando cada vez mais em um objeto digno da atenção do Estado. A infância tornou-se parte de um projeto estatal, empenhado em moldar seus comportamentos, disciplinando-a e preparando-a para ser os braços do futuro<sup>212</sup>.

Os envolvidos nesses dois casos, apesar de menores, já estavam integrados ao mundo adulto, compartilhando as responsabilidades da casa e contribuindo para a economia local. Todos eles exerciam uma profissão, em sua maioria de sapateiros ou alfaiates. Mesmo assim, agrupavam-se e praticavam desacatos próprios dos modos de sociabilidade de jovens marginais. Lembrem, por exemplo, os jovens reunidos em torno de *Jaibo*, personagem do clássico *Los Olvidados*, de Luis Buñuel. Ou quem sabe os *Apaches*, bandos marginais da *Belle Époque* parisiense dos quais nos fala Michelle Perrot<sup>213</sup>. Já antes do século XIX, grupos de jovens tinham o costume de se embriagar

---

<sup>211</sup> TJPR. Registro nº 0982 de 1911.

<sup>212</sup> GOUVÊA, Maria Cristina de. A Escolarização da Criança Brasileira no Século XIX: apontamentos para uma re-escrita. **Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 121-146, jan./jul. 2007, p. 137.

<sup>213</sup> PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 74.



promover “gritarias noturnas”<sup>214</sup>; e ao longo do século XX, a “subcultura adolescente” ganhou traços ainda mais definidos, com a formação de identidades delinquentes<sup>215</sup>. Por outro lado, nos casos curitibanos não parece haver uma organização voltada à delinquência, contestadora dos valores da disciplina e do trabalho. Suas transgressões sugerem mais exercícios de uma liberdade temporária, intensificada ao sabor do álcool. Suas rixas, próprias das competições em torno do trabalho, dos companheiros e dos afetos diários.

Tanto Adão quanto João eram sapateiros. Ambos eram de origem polonesa, como a maior parte dos envolvidos na contenda, e viviam na mesma rua. No âmagô da troca de tiros entre os jovens, ainda estão presentes as irmãs Francisca e Maria Hogut. Elas eram vizinhas de Adão e depõem explicitamente em desfavor dele. Francisca e João iriam em breve casar.

Os depoimentos prestados ficaram nitidamente divididos. Os que se posicionavam a favor de João, mencionavam a agressão que seu irmão tinha sofrido anteriormente; já os que vinham em defesa de Adão, reforçavam a situação de desvantagem que ele foi colocado. Um dos depoimentos chega a sugerir que a casa dele foi cercada pelos seus rivais. Ambos os réus foram curatelados e tiveram sua defesa juntada aos autos do processo. João Ribeiro de Macedo Filho<sup>216</sup>, curador de João, poupou os esforços e disse apenas que não havia nenhuma prova de que seu curatelado tivesse atirado contra Adão. Portanto, o réu “não necessita absolutamente de defender-se. As peças destes autos são sua defesa, completa e absoluta”. Já João Antônio Xavier Júnior, responsável por Adão, preparou uma peça extensa, explorando a inimizade entre o réu e parte dos depoentes e a ausência de provas nos autos. O Promotor Público, por sua vez, opinou pela anulação do processo, instaurado para apurar uma tentativa de homicídio, quando, na visão do promotor, tratava-se de lesão corporal. Como o rito processual nesse caso seria outro, a ação havia se tornado nula<sup>217</sup>. Ao fim, uma questão procedimental deixou os *jovens desordeiros* retornarem à sua rotina de disputas, trabalho e embriaguez.

---

<sup>214</sup> SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. In: LEVI, G.; SCHMITT, J-C. **História dos Jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1996, p. 266.

<sup>215</sup> PASSERINI, Luisa. Juventude, metáfora da mudança social. In: LEVI, G.; SCHMITT, J-C. **História dos Jovens**: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1996, p. 361.

<sup>216</sup> Futuramente, o encontraremos novamente como Comissário de Polícia (pg. 99 desse trabalho).

<sup>217</sup> TJPR. Registro nº 0982 de 1911.

### *Imigrantes*

A imigração representou um papel bastante ambíguo desde que os novos habitantes começaram a chegar no território nacional. A partir de meados do século XIX, houve um intenso fluxo migratório, trazendo estrangeiros de diversas nacionalidades à capital paranaense. Nas expectativas das elites, a chegada de trabalhadores europeus traria consigo uma nova lufada de civilização. O que não se esperava é que a presença estrangeira também acarretaria boa dose de discórdia<sup>218</sup>. O papel esperado dos colonos relacionava-se, principalmente, aos valores do mundo do trabalho: “o progresso, a produtividade, a laboriosidade e o caráter morigerado”. Suas práticas cotidianas, por outro lado, iam frequentemente em sentido contrário, criando uma imagem negativa do imigrante e chamando atenção das autoridades<sup>219</sup>. Frustradas tais expectativas, o imaginário das elites passou a retratar os estrangeiros como preguiçosos, anti-higiênicos, boêmios e desordeiros<sup>220</sup>, frequentemente associados à transmissão de doenças físicas e sociais<sup>221</sup>.

Exemplo disso foram as preocupações constantes com os *Sumpfs*, bailes alemães organizados desde a década de 1870. Reclamações constantes entre as autoridades e a opinião pública, esses bailes populares foram alvo de intensa atuação policial e sofreram diversas tentativas de limitá-los ou mesmo proibi-los<sup>222</sup>. Com final do século XIX, já não se ouvia mais falar em *Sumpfs*, mas os bailes nas colônias em torno da cidade continuavam acontecendo, reunindo brasileiros e imigrantes de diversos países, e ensejando conflitos frequentes.

Durante a Páscoa de 1897, o italiano Emílio Marcon atraiu a inimizade do austríaco Jacob Zanoni dançar com a namorada dele em um baile na Colônia Santa Maria. Segundo o amigo do austríaco, Emílio ainda teria dito à moça que deixasse o namorado para ficar com ele. Pouco tempo depois, Zanoni e o italiano João Fabre armaram uma emboscada para Emílio no Botequim de outro italiano, enquanto os três

---

<sup>218</sup> GRUNER, 2012, p. 71.

<sup>219</sup> LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná - 1867 a 1882**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994, p. 87.

<sup>220</sup> BONI, 1985, p. 53.

<sup>221</sup> GRUNER, op. cit., p. 71.

<sup>222</sup> LAMB, op. cit., p. 89-92.

bebiavam cerveja junto com o nacional José dos Santos<sup>223</sup>. Na edição de 28 de abril do *A República*, a notícia foi narrada da seguinte forma:

Estavam Emílio Marcon, João Fabre, José dos Santos e Jacob Zanoni tomando cerveja, em prosa amistosa, no negócio de João Cemini, quando de repente ouviu-se o estampido de um tiro, cahindo por terra ferido Emílio Marcon.

Pondo-se a pista dos companheiros de Marcon, encontrou-os o dr. commissario n'um soton do sobrado visinho; inqueridos disseram ter o tiro partido da rua em direcção ao negocio onde estavam. Disse então Zanoni que vira correr em seguida um vulto rua afora.

Pondo-se porem a policia em serias investigações, e procedendo rigorosa busca, encontrou num quarto, em cima de um armario, uma pistola; estava com um cano descarregado.

Descobrirá-se o fio da meada? Parece que sim.

A arma pertencia a um outro indivíduo que é emprestada a Jacob.

Ambos foram então presos.

Inquiridas hontem na Repartição Central de Policia diversas testemunhas ficou provado que o autor da tentativa de morte fora o mesmo Jacob Zanoni apesar de suas negativas quanto a autoria<sup>224</sup>.

Como Sidney Chalhoub verificou em suas fontes, há uma forte dimensão conflitiva em meio a diferentes nacionalidades, contraposta pela solidariedade entre conterrâneos<sup>225</sup>. Por outro lado, a presença de outros vínculos – trabalho, amizade, vizinhança etc. – poderiam se sobrepor à terra de origem. No caso recém narrado, os protagonistas do conflito são um austríaco e um italiano, mas o coadjuvante no crime, que forneceu a arma ao réu, era conterrâneo da vítima. Outros confrontos evidenciam uma convivência intrincada entre brasileiros e imigrantes. Tratam-se de cenas como a confusão armada por Francisco Bentim da Costa no negócio do italiano Miguel Montezano, que, depois de beber uns goles de *cognac*, chamou o negociante de “gringo filho da puta e ladrão”, enquanto quebrava copos e seguia injuriando o “carcamano”<sup>226</sup>. Mas, novamente, estamos falando de relações bastante complexas, como demonstra a briga entre Horácio Francisco Xavier dos Santos e um tal Cypriano, ocorrida no Barreirinha.

Era uma festa de aniversário na casa do italiano Germano Guatarelli, reunindo também brasileiros e poloneses. O brasileiro Cypriano era bem-vindo. Lá por meia-noite, “o nacional Horácio entrou sem ser convidado” e já um tanto ébrio, como relatou o dono da casa. Alterado pelo álcool, Horácio começou a provocar os presentes e

<sup>223</sup> TJPR. Registro nº 0201 de 1897.

<sup>224</sup> *A República*. Curitiba, 28 de abril de 1897, p. 1.

<sup>225</sup> CHALHOUB, 2001, p. 104; 112.

<sup>226</sup> TJPR. Registro nº 0062 de 1890.

Cypriano tentou convencê-lo a ir embora. Talvez tenha pensado que seria um bom mediador entre os italianos e o nacional impertinente. Irritado com o atrevimento de Cypriano, Horácio sacou uma faca e o atacou. Conforme o depoimento de uma das presentes, o agressor, identificado como pardo no auto de corpo de delito, teria dito a seu rival: “o que você pensa seu negro de merda, o que você é para estar me passando pito? Pensa você, que por estar no meio dos italianos já é grande cousa?” Segundo outro depoente, Horácio teria chamado Cypriano de “negro do pé rachado”, declarando que “não attendia advertencia de negro sujo como elle”<sup>227</sup>. Possivelmente, ver o contrerrâneo negro bem recebido na casa dos italianos enquanto ele mesmo era desdenhado fez com que seus ânimos, embebidos pelo álcool, se exaltassem ainda mais. O momento em que o negro resolveu se colocar como porta-voz dos estrangeiros foi a gota d’água.

### *Negros*

A cachaça era a bebida favorita nos delitos alcoólicos. Em mais da metade das vezes em que réus, vítimas e depoentes revelavam a bebida por trás das transgressões, essa bebida era a cachaça. Trago tipicamente brasileiro, a produção, comercialização e consumo do destilado estiveram desde o início associados ao negro escravizado. A produção de açúcar acompanhava a instalação de alambiques e a bebida era utilizada inclusive como moeda de troca no tráfico negreiro, tornando-se popular ao longo do século XVIII<sup>228</sup>. Comumente usada como parte da ração diária dos escravizados<sup>229</sup>, a aguardente de cana acabou se fixando no imaginário da população como uma bebida *de negros*, embora fosse da apreciação geral dos menos favorecidos e eventualmente dos abastados<sup>230</sup>. No início do século XX, os discursos antialcoólicos baseados no pensamento médico racializado que estava em voga, tinham na cachaça sua maior inimiga e viam no negro seu emérito embaixador<sup>231</sup>. Mais propensos ao álcool, atribuía-se a eles uma “tara hereditária” que explicava o gosto pela bebida<sup>232</sup>.

<sup>227</sup> TJPR. Registro nº 1216 de 1914.

<sup>228</sup> TORCATO, Carlos. **A História das Drogas e sua proibição no Brasil:** da Colônia à República. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, p. 42.

<sup>229</sup> COSTA, 2009, p. 41.

<sup>230</sup> SALES, 2011, p. 23-24.

<sup>231</sup> ROSA, 2003, p. 78.

<sup>232</sup> MATOS, Maria Izilda. **Meu lar é o botequim:** alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 58.

Os inquéritos e processos-crime não costumavam trazer o elemento racial associado diretamente à embriaguez e ao crime. Tampouco permitem dimensionar a presença negra nos casos estudados. Apesar de não ser possível medir essa frequência em termos numéricos, em diversos momentos a cor da pele vinha à tona. Dentro do saber técnico, essa informação normalmente acompanhava os autos de corpo de delito ou autópsia. Por exemplo, Norberto Garcia, agredido pelo genro em uma véspera de ano novo, foi descrito como “de cor preta”<sup>233</sup>, do mesmo modo que João Mariano, encontrado na Rua América<sup>234</sup> “todo desabotoado e com a mão esquerda ferida”<sup>235</sup>.

Dos depoimentos de partes e testemunhas, a referência aparecia como forma de se mencionar um desconhecido ou alguém conhecido “de vista”, como quando o praça Manoel Joaquim de Barros “soube que um pretinho havia furtado alguns objectos”<sup>236</sup>, quando Valério Barboza foi ferido em um baile por “um paizano baixo, preto, decentemente vestido, calçando botas e de chapeo”<sup>237</sup> ou quando, acordado ao som de gritos, Joaquim Rodrigues identificou o “preto que [...] conhecia pelo nome de Bexiga”<sup>238</sup>.

Pensando nas sociabilidades alcoólicas entre os populares, o aspecto racial dificilmente pode ser considerado um elemento de segregação. Mesas de botequins, rodadas de bebida, danças nos bailes eram compartilhadas por negros, brasileiros brancos pobres e imigrantes. Mesmo práticas consideradas tipicamente “de negros”, como a capoeira, poderiam congrega brancos brasileiros e estrangeiros<sup>239</sup>. Por outro lado, o preconceito racial profundamente arraigado na sociedade não pode ser simplesmente diluído no estrato social. Quando os ânimos se exaltavam e quebravam-se os copos, a cor da pele certamente vinha à tona.

### *Vadios, desordeiros, malandros e ébrios habituais*

Em 27 de dezembro de 1906, o jornal *A Notícia* anunciava uma nova série de artigos, escritos por um certo *Vero Paranista*, “pseudonymo sob o qual se occulta um

---

<sup>233</sup> TJPR. Registro nº 0653 de 1907.

<sup>234</sup> Atual Trajano Reis.

<sup>235</sup> TJPR. Registro nº 0873 de 1910.

<sup>236</sup> TJPR. Registro nº 0883 de 1910.

<sup>237</sup> TJPR. Registro nº 1043 de 1912.

<sup>238</sup> TJPR. Registro nº 1118 de 1913.

<sup>239</sup> NASCIMENTO, 2016, p. 71-72.

amador de letras, residente nesta capital”<sup>240</sup>. Denominada *Os nossos typos populares*, a coluna foi publicada em todas as edições de 02 a 19 de janeiro do ano que iniciava. O tom satírico com que o autor frequentemente descrevia seus personagens poderia ser – e foi – motivo de irritação<sup>241</sup>, justificando a opção pelo pseudônimo. Na edição de 12 de janeiro, o autor descreve um sujeito identificado como “O Arcabuz da Miséria”, um picareta escorregadio e camaleônico:

Uma figura ratona a d'este typo, que avistamos quotidianamente, mudando mais vezes de cara que de camisa: ora barbado, ora de bigode, simplesmente, e, quando lhe dá na veneta, de rosto inteiramente rapado. É meio capenga em consequencia de um tiro que levou em uma perna [...]. O seu traje habitual é de uma immundicie notavel; de tempos a tempos, porém, apparece completamente transformado, como succede agora, que anda com bôa roupa e bem calçado. Um dos mais proeminentes membros da grande *Sociedade Horror ao Trabalho*, conhecidissima no mundo inteiro. [...]  
Foi praça do exercito e tinha então o appellido de *Padre*; teve baixa e nunca mais tratou de procurar collocação cahindo na malandragem, em que até hoje se conserva. Quem quizer vel-o pelas costas é pedir-lhe para effectuar qualquer trabalho; coça-se todo, desculpa-se da melhor fórma que póde e... azula. [...]  
Credor eterno da fazenda nacional; quando fila dinheiro de alguém promette sempre restituir assim que acertar contas com o governo “que lhe deve ha tanto tempo e nada de lhe querer pagar”. Ou então, “quando vender o kepi e a tunica que tem em casa da sua gente” que até agora ninguém sabequem seja. [...] nunca lhe puderam tirar o retrato; somente, ha tempos, um amador conseguiu apanhar, fóra de fóco, uma chapa, onde se divisava frouxamente o *Arcabuz* atravessando a rua e com uma das mãos fechada, em signal de ameaça. Para não excitar por demais a sua colera que, imagino ser tremenda, ao ler estas linhas sobre a sua individualidade, aqui termino<sup>242</sup>.

O incógnito personagem talvez não fosse um cidadão específico, mas uma junção de características em um *tipo ideal*, embora o autor afirmasse estar tratando de moradores reais da cidade. De todo modo, tipos como esse faziam parte da vida urbana e seus nomes ecoavam nas ruas. Ao analisar as *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, Antônio Cândido afirma que a figura do malandro pertence ao gênero amplo do “aventureiro astucioso”, comum aos folclores de toda parte. Diferente do pícaro espanhol, cuja influência em *Memórias* é discutida

<sup>240</sup> **A Notícia**. Curitiba, 27 de dezembro de 1906, p. 2.

<sup>241</sup> O autor rebate, na edição de 17 de janeiro, as críticas que recebeu de alguém que também optou por um pseudônimo. **A Notícia**. Curitiba, 17 de janeiro de 1907, p. 1.

<sup>242</sup> **A Notícia**. Curitiba, 12 de janeiro de 1907, p. 1 – grifos no original.



pelo crítico, as astúcias do malandro não eram necessariamente pragmáticas, voltadas a problemas concretos: ele pratica a malandragem pela malandragem<sup>243</sup>.

Caso exemplar é o de Manoel Rosa. Em 25 de dezembro de 1914, o Delegado de Polícia José Augusto Ribeiro determinou sua intimação para responder às acusações de que “dá-se ao vício da vagabundagem e ainda tem por habito perturbar a ordem publica”. As testemunhas ouvidas confirmaram a suspeita policial. Theodozio da Matta declarou que o investigado era “vagabundo, ébreo e desordeiro; que durante o tempo que o conhece nunca ouviu dizer que o mesmo tivesse em qualquer tempo exercido qualquer emprego”. Ainda, que “tem por amigos das suas troças a ‘malandragem’ de Curityba” e “nas ocasiões em que se embriaga, tem por costume pronunciar palavras obscenas, de commetter actos atentativos a moral publica”. O negociante Carlos Bengtsson ratificou as declarações: “ha meses que conhece Manoel Rosa como dezordeiro, ebrio e como homem sem ocupação”. Segundo se ouvia entre os moradores da vizinhança, “Manoel Rosa é um incorregivel vagabundo, não querendo em absoluto executar trabalho de especie alguma”. Além disso, “tem por amigos os maiores ‘Malandros’ da Capital, com os quaes commette toda a sorte de más acções”. Nas palavras do jornalista Antônio Carvalho, “Rosa se manifestou sempre de máo character e sempre avesso ao trabalho”, sendo “‘bebedor’, dezordeiro e incorrigivel vagabundo”. Não só ele, declarou, “como todos os moradores do arrabalde do Batel sabem que Manoel Rosa somente tem [por] companheiros os maiores Malandros de Curitiba, em companhia dos quaes seguidamente commette toda a sorte de banditismo”<sup>244</sup>.

Personagens como *O Arcabuz* e Manoel Rosa se adequam perfeitamente ao que na língua francesa se denominava *bas-fond*, termo que, embora não tenha recebido uma tradução exata em português, imprimia um significado inequívoco. Tratavam-se de representantes de uma “contrassociedade, um “mundo ao avesso”<sup>245</sup>, constituído, sobretudo, por três traços – “a miséria, o vício e o crime”<sup>246</sup>. Esses *malandros* e desordeiros tinham suas vidas marcadas pela “fatalidade, o sofrimento,

---

<sup>243</sup> CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, p. 67-89, 1970, p. 71.

<sup>244</sup> TJPR. Registro nº 1220 de 1914.

<sup>245</sup> KALIFA, Dominique. O *bas-fond* ou como escrever a história de um “imaginário social?” In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M.; ROSEMBERG, A. **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Uberlândia: EdUFU, 2016, p. 36-37.

<sup>246</sup> KALIFA, 2014, p. 34.

o excesso alcoólico, a ociosidade e o corpo ferido”<sup>247</sup>. Tais indivíduos não se confundem com aqueles representantes da vida boêmia, que também esteve presente nas crônicas curitibanas ao longo de sua modernização<sup>248</sup>. A boemia romantizada, dos relatos de artistas e intelectuais ameaçados pela tísica<sup>249</sup>, era marcada por valores opostos aos dos vadios e oportunistas, como a honestidade e a boa reputação, contornado as representações negativas da embriaguez<sup>250</sup>. O jovem boêmio demonstrava interesse pela vida do *bas-fond*, circulava por seus espaços, mas não compartilhava da sua *decadência*<sup>251</sup>.

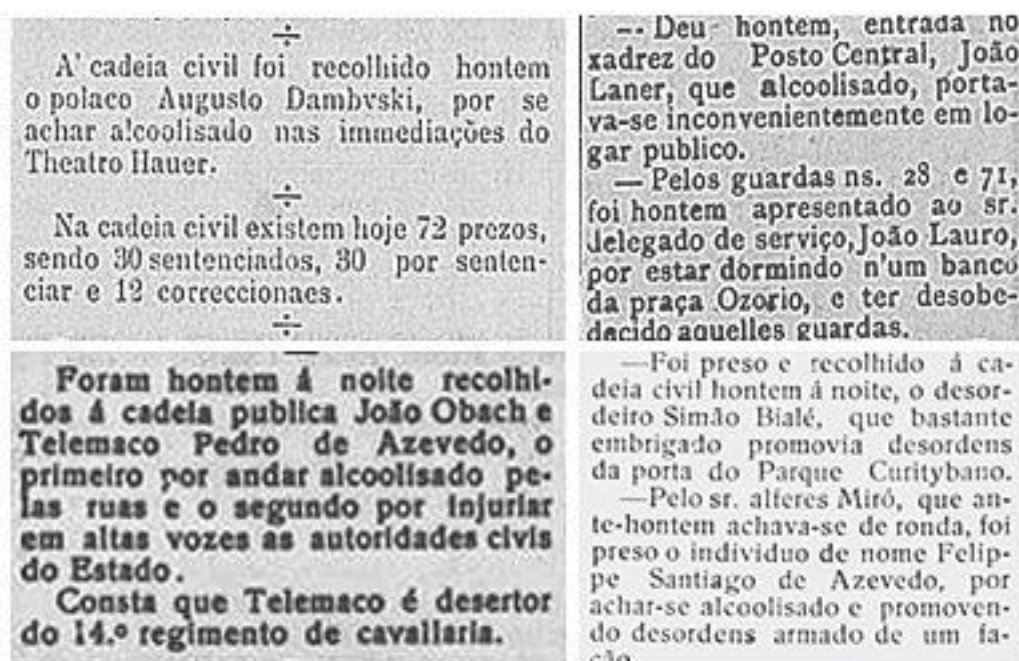


Figura 07. Colunas policiais do *A República* e do *Diário da Tarde*. Fontes: *A República*. Curitiba, 02 de dezembro de 1905, p. 2; *A República*. Curitiba, 02 de setembro de 1913, p. 2; *Diário da Tarde*. Curitiba, 14 de novembro de 1904, p. 2; *Diário da Tarde*. Curitiba, 15 de junho de 1903, p. 2.

Do grupo dos ébrios e desordeiros é que se extraía a maior parte dos presos correcionais, que representavam o “feijão com arroz” da atuação policial. As colunas de fatos policiais nos impressos informavam praticamente todos os dias a prisão de algum pobre-diabo, flagrado cambaleando pelas ruas e/ou praticando desordens.

<sup>247</sup> COSTA, 2009, p. 191.

<sup>248</sup> BERBERI, 1996, p. 114.

<sup>249</sup> DUMAS DOS SANTOS, 1995, p. 102.

<sup>250</sup> COSTA, op. cit., p. 191.

<sup>251</sup> BERBERI, op. cit., p. 113-114.

Caso do polaco Augusto Dambvski, encontrado alcoolizado próximo ao *Theatro Hauer*<sup>252</sup>, de João Laner, “que alcoolizado, portava-se inconvenientemente em lugar publico”<sup>253</sup>, de João Obach, “por andar alcoolizado pelas ruas”<sup>254</sup>, do “desordeiro Simão Bialé, que bastante embriagado promovia desordens”<sup>255</sup> e tantos outros.

### *Trabalhadores pobres*

Nos depoimentos às autoridades, há uma constante menção à conduta tanto das vítimas quanto dos réus. Conhecidos, vizinhos e espectadores mencionavam, sempre que sabiam, os antecedentes das partes: se eram pessoas trabalhadoras, ordeiras, regradas ou, pelo contrário, se eram dadas ao ócio, à desordem e aos vícios. Embora as transcrições via de regra ocultassem os interlocutores, fica claro, como lembra Ginzburg, que essas informações faziam eco às perguntas que guiavam os depoimentos<sup>256</sup>. Nessas ocasiões, a qualidade de “trabalhador” era uma das mais utilizadas para respaldar o envolvido, em oposição aos qualitativos contrários – de ocioso, desordeiro, turbulento... Ouvidos sobre o assassinato de Eduardo Zimmermann por Porfírio de Aguiar, as testemunhas José e Eugênio delimitaram bem a fronteira entre ambos: “este [Porfírio] era um homem rico e provocador, o que não se verificava em Zimmermann, que era um homem trabalhador”; “Porfírio era um homem genioso e provocador, enquanto que Zimmermann, ao contrário, era um homem trabalhador e pacífico”<sup>257</sup>. Benjamin Lins, na defesa de um curatelado, afirmou que o réu era “homem morigerado e trabalhador”<sup>258</sup>. Com isso, informava-se às autoridades se os valores daquele modelo de sociedade defendida por eles estavam ou não sendo observados<sup>259</sup>. Mais ainda, mostrava-se que aquele sujeito era *alguém* no mundo, com “uma profissão, uma identidade reconhecível, uma individualidade definitivamente fixada”<sup>260</sup>, em contraposição à ideia do *vadio* e *errante*.

Outro sintoma do valor atribuído ao trabalho está na *inexistência* de uma noção de desemprego. No pensamento das elites, era inaceitável que os desprovidos

<sup>252</sup> **A República**. Curitiba, 02 de dezembro de 1905, p. 2.

<sup>253</sup> **A República**. Curitiba, 02 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>254</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 14 de novembro de 1904, p. 2.

<sup>255</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 15 de junho de 1903, p. 2.

<sup>256</sup> GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo...**, *Op. Cit.*, p. 208.

<sup>257</sup> TJPR. Registro nº 0140 de 1893.

<sup>258</sup> TJPR. Registro nº 1312 de 1915.

<sup>259</sup> CHALHOUN, 2001, p. 87.

<sup>260</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 241.

não se dedicassem ao trabalho<sup>261</sup>, não havendo uma distinção clara entre o pobre desempregado e o mendigo ou vagabundo<sup>262</sup>. *Classes dangereuses* e *classes laborieuses* misturavam-se em um mesmo submundo<sup>263</sup>. Em todos os casos analisados, o único em que um réu se identifica como desempregado é o do malandro Manoel Rosa. De resto, todos os investigados declaravam uma ocupação – ainda que não a exercessem há anos. Caso do ex-tipógrafo Zacharias, identificado vagamente como “operário” perante a Justiça em 1917, quando há muito tempo não tinha qualquer ocupação formal<sup>264</sup>. Do mesmo modo, o turbulento Dário Vidal se denominava pedreiro, embora testemunhas afirmassem que ele não exercia ocupação alguma<sup>265</sup>. Entre as testemunhas, ocorre a mesma coisa; do contrário, é provável que suas declarações perdessem valor. Surpreende que Joaquim Pereira, na casa dos oitenta anos e aleijado, ainda se apresentasse como jornaleiro<sup>266</sup>, mesma profissão indicada por Antônio da Silva, de onze<sup>267</sup>. As mulheres via de regra identificavam-se como domésticas, com raríssimas exceções, como Catharina Franholz, qualificada como lavadeira<sup>268</sup>, e as já mencionadas Maria e Francisca Hogut, que trabalhavam em uma fábrica de fósforos<sup>269</sup>.

Notadamente, essa preocupação em demonstrar uma vida laboriosa e regrada pertencia somente aos pobres. Tanto o abuso das farras quanto a ociosidade são problemas que só faziam sentido quando se era despossuído. Os mais abastados, quando cambaleantes, seriam descritos como “pessoas ‘tocadas’, ou ‘um pouco altas’”<sup>270</sup>. O ócio, do mesmo modo, não constituía qualquer problema para quem fosse “de família” e possuísse bens dos quais extraísse seus meios de sobrevivência<sup>271</sup>.

Entre os populares, o modelo do trabalhador ideal – produtivo, dócil e submisso – precisava ser reforçado, demandando um amplo projeto de *moralização*. Para tanto, não apenas a rotina laboral deveria ser regrada, mas inclusive seus

---

<sup>261</sup> BONI, 1985, p. 97.

<sup>262</sup> Ibid., p. 102.

<sup>263</sup> HOBBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 128.

<sup>264</sup> TJPR. Registro nº 1476 de 1917.

<sup>265</sup> TJPR. Registro nº 0471 de 1904.

<sup>266</sup> TJPR. Registro nº 1476 de 1917.

<sup>267</sup> TJPR. Registro nº 1200 de 1914.

<sup>268</sup> TJPR. Registro nº 0537 de 1902.

<sup>269</sup> TJPR. Registro nº 0982 de 1911.

<sup>270</sup> FAUSTO, 1984, p. 18.

<sup>271</sup> BONI, op. cit., p. 97.

momentos de ócio e lazer<sup>272</sup>. Por outro lado, escapadas ao longo do expediente para tomar uns tragos no botequim, apostar dinheiro e resolver controvérsias eram comuns na rotina dos trabalhadores que circulavam pela cidade<sup>273</sup>. Em torno do álcool, celebravam seu companheirismo, encontravam velhos amigos e brindavam ao dia do pagamento<sup>274</sup>.

A mistura entre bebida e trabalho também podia apresentar elevado teor de conflito. Tendo voltado para socorrer *Bexiga*, Armínio Ferreira e Francisco de Paula encontraram, em meio à escuridão, o chapéu verde de pano, com fita verde e forro azul que pertencia a Antônio Lamback. Na mesma estrada estava caído Manoel Pereira, o *Bexiga*, trajando calças de brim listrado e uma camisa preta de algodão bastante gasta e àquela altura também coberta de sangue. Naquela noite, Antônio Lamback e *Bexiga* tinham ido ao negócio de Francisco Krachenki nos arrabaldes do distante Portão, onde teriam juntos bebido algumas doses de cachaça em plena harmonia.

Luiz Teixeira, Joaquim Rodrigues e outros carroceiros tinham estacionado suas carroças em torno da casa de negócio para ali pernoitarem. Por volta da meia-noite, porém, foram acordados ao som de gritos. Envolto pelo breu noturno, nenhum deles quis dar muita atenção ao barulho. Luiz levantou e reconheceu *Bexiga*, que afirmava estar ferido. Achou que não era nada: *Bexiga* era dado a “embriagar-se e fazer alarme”. Joaquim teve medo de “alguma complicação” e ficou na carroça.

Quase chegando em casa, Armínio Ferreira encontrou *Bexiga* ferido na estrada acompanhado de Lamback, a quem o ofendido teria identificado como autor do corte abdominal que sofrera. Riscando um fósforo para clarear o entorno, o agressor percebeu a gravidade do ferimento e colocou-se em fuga, deixando cair o chapéu. Já Armínio disse à vítima que esperasse ali e correu para casa buscar ataduras e remédios. Com os medicamentos em mão, foi ao telefone e comunicou as autoridades. Logo em seguida voltou, mas *Bexiga* havia sumido. Pouco adiante, foi encontrado já morto.

O carroceiro Antônio Lamback foi processado pela morte de seu colega *Bexiga*. Levado a Júri, acabou apenado em cinco anos de prisão. No entendimento dos jurados, a atitude imprudente da vítima, que não esperou pelo socorro e saiu ferida

---

<sup>272</sup> RAGO, 1985, p. 12.

<sup>273</sup> CHALHOUB, 2001, p. 96.

<sup>274</sup> URÍA, 2003, p. 581.

estrada afora, foi fundamental para determinar o óbito – que, de outro modo, poderia ter sido evitado. Além disso, reconheceram o atenuante do Art. 42, § 9º, do Código Penal: “ter o delinquente exemplar comportamento anterior, ou ter prestado bons serviços á sociedade”. Os motivos do crime não ficaram plenamente esclarecidos. Segundo algumas testemunhas, foi uma brincadeira que deu errado ou uma discussão tola – coisas de bêbados. Já para Armínio o motivo era outro. O depoente afirmou que sabia serem o assassino e a vítima, “por concurrencia de serviço, inimigos, mostrando-se, entretanto, aparentemente, amigos”<sup>275</sup>.

Na vida do trabalhador pobre, o álcool era tratado como uma fonte de terríveis ameaças, ensejando conflitos entre companheiros e levando a tragédias como a que se sucedeu com *Bexiga*. Além disso, o ébrio podia não dar conta do serviço pesado. Muitos acabavam perdendo o emprego por conta do líquido. Junto com o emprego, perdiam a capacidade de prover pelos seus, ou seja, de cumprir o papel de homem que lhes era esperado. Tornavam-se incapazes e improdutivos<sup>276</sup>. A solução para fugir desses perigos? Inebriar-se de trabalho.

---

<sup>275</sup> TJPR. Registro nº 1108 de 1913.

<sup>276</sup> ROSA, 2003, p. 48.



## 2 A EMBRIAGUEZ PELOS ESCRITÓRIOS, BIBLIOTECAS E GABINETES

### 2.1 A VOZ DAS AUTORIDADES

*Queremos saber*

*Queremos viver*

*Confiantes no futuro*

*Por isso se faz necessário*

*Prever qual o itinerário da ilusão*

*A ilusão do poder*

Queremos saber – Gilberto Gil

Diversas carreiras estavam envolvidas diretamente com o controle e a repressão da criminalidade no início da República, desde Secretários de Justiça, Chefes de Polícia, Promotores Públicos, Juízes de Direito, Delegados de Polícia e Comandantes do Regimento de Segurança até praças e guardas civis<sup>277</sup>. Esses últimos, pontas-de-lança da atuação estatal, respondiam a seus superiores imediatos, que periodicamente reportavam por escrito o exercício de suas funções. Delegados prestavam contas aos Chefes de Polícia. Promotores Públicos respondiam perante o Procurador Geral de Justiça. Chefes de Polícia e Juízes de Direito comunicavam ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, que, assim como o Procurador Geral de Justiça, reportava ao Governador/Presidente<sup>278</sup> do Estado. Falavam de tudo: questões orçamentárias, problemas de pessoal, fatos notáveis etc. Faziam pedidos: desde a adoção de uniformes de flanela, que resistissem às “mudanças bruscas de temperatura” em Curitiba<sup>279</sup> até a alteração de leis consideradas ineficazes<sup>280</sup>. Frequentemente, expunham também suas influências teóricas e visões de mundo.

Optei por apresentar primeiro os agentes envolvidos com a justiça criminal local para, no tópico seguinte, esmiuçar as influências teóricas que eles revelavam.

---

<sup>277</sup> Convenientemente será abordado com mais detalhes o papel de cada um desses agentes.

<sup>278</sup> Durante o Império, o país achava-se dividido em províncias que possuíam presidentes. Com o regime republicano presidencialista, as províncias se transformaram em estados e a denominação “presidente” foi substituída por “governador”. Mudança compreensível, já que tornava a palavra unívoca para identificar o cargo máximo do país. Independente de como e por quais motivos essas mudanças terminológicas foram produzidas, o endereçamento dos relatórios frequentemente as misturava, intercalando “presidente” e “governador”. Em 1894, por exemplo, o Secretário de Interior endereça seu relatório ao Governador do Estado.

<sup>279</sup> Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 263.

<sup>280</sup> Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. Curitiba, 30 de setembro de 1895, p. 6.

Procedo dessa maneira para evitar uma apresentação que poderia parecer injustificada daqueles *autores consagrados* dos estudos sobre criminalidade no período. Reproduzidos exaustivamente em artigos, monografias, dissertações e teses, não se observa, necessariamente, uma reflexão em torno do alcance desses autores dentro dos recortes estudados. Dessa maneira, cuido de simplesmente listar esses nomes em um primeiro momento, deixando com que a maneira e a frequência com que aparecem nos discursos desse subcapítulo guiem a abordagem que se fará deles na seção subsequente.

Benedicto Pereira da Silva Carrão, que esteve à frente da polícia do estado em 1894 e 1895, alcançou prestígio na sociedade paranaense sem que tivesse frequentado os bancos acadêmicos. Curitibano nascido em 1850<sup>281</sup>, era genro de um ex-deputado e da irmã de um brigadeiro<sup>282</sup> e, até 1884, possuía um comércio de roupas, enxovais e afins<sup>283</sup>. Naquele ano tornou-se deputado provincial pelo Partido Conservador<sup>284</sup> e, com boas relações políticas e familiares, galgou suas funções na esfera pública. Serviu como Delegado de Polícia, cumprindo a função com “critério, zelo e inteireza”<sup>285</sup>, foi auxiliar do Inspetor de Hygiene<sup>286</sup> e depois reapareceu no empresariado, possuindo uma fábrica de carruagens<sup>287</sup>. Em junho de 1894, foi nomeado Chefe de Polícia, em substituição a Amador Barbosa<sup>288</sup>. O discurso de Carrão, portanto, precisa ser lido dentro das especificidades de sua trajetória<sup>289</sup>, ou seja, de um curitibano pertencente aos estratos mais elevados da sociedade local, que soube estabelecer boas relações<sup>290</sup> e gradativamente ascendeu na administração

---

<sup>281</sup> ALVAREZ, 1996, p. 370.

<sup>282</sup> ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889). A Classe Política. A parentela no Governo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014, p. 262.

<sup>283</sup> **Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 23 de julho de 1873, p. 4.

<sup>284</sup> ALVES, op. cit., p. 259.

<sup>285</sup> **Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 08 de março de 1887, p. 1.

<sup>286</sup> **A República.** Curitiba, 13 de agosto de 1888, p. 2.

<sup>287</sup> **A República.** Curitiba, 08 de outubro de 1890, p. 2.

<sup>288</sup> Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná pelo Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 29 de setembro de 1894, p. 11.

<sup>289</sup> Das autoridades apresentadas nesse subitem, Carrão um dos poucos que não é *bacharel*. Dele, portanto, não se poderia esperar qualquer “juridiquês” ou os arroubos teóricos de quem passou pelas faculdades de Direito.

<sup>290</sup> Entre 1889 e 1890, por exemplo, Carrão foi presidente do Prado Paranaense, que organizava corridas de cavalos. As corridas eram largamente divulgadas, possuindo várias categorias e oferecendo bons prêmios em dinheiro. Aparentemente, esses espetáculos atraíam importantes membros da sociedade paranaense. **A República.** Curitiba, 08 de dezembro de 1889, p. 3.

paranaense. Suas perspectivas acerca do crime em Curitiba, contudo, não se diferenciavam tanto da visão dos acadêmicos do período.

Carrão, em 1894, declarava que “avultado é o numero de individuos que sem occupação honesta e proveitosa, sem familia e sem domicilio”. Vivendo na ociosidade, dizia, esses indivíduos eram responsáveis por perpetrar crimes “contra a segurança individual, contra a propriedade e contra a liberdade publica”<sup>291</sup>. No ano seguinte, foi ainda mais enfático:

As classes inferiores da sociedade, onde ainda não conseguirão penetrar, de modo aproveitarei, o respeito e a dignidade pessoal, são as que se incumbem de fornecer crescido numero de elementos de perturbação e desordem. A embriaguez, a vagabundagem e o uzo, quasi generalizado entre nós, de armas prohibidas, são sempre as causas determinantes dos ataques á vida e a propriedade do cidadão. Na perpetração dos delictos, tenho verificado com accurada attenção, que poderosamente concorrem influindo como causa immediata de taes factos, um dos trez hábitos perniciosos, quando não accumulados, acompanhando geralmente a parte inferior da sociedade em seus desvarios<sup>292</sup>.

Na cidade em crescimento, surgia uma multidão de rostos estranhos, eliminando aos poucos os tempos em que *todo o mundo se conhecia*, o que trazia certa dose de fascínio, mas também representava uma ameaça<sup>293</sup>. Dentro desse processo, o “avultado numero de estrangeiros, na sua maioria proletarios” foi um grande alvo das críticas de Carrão. Sem instrução suficiente e sem o domínio da religião sobre suas paixões, esses “homens de baixa classe” praticavam toda sorte de delitos, tendo sempre a vagabundagem, a embriaguez e as armas proibidas como influenciadoras de suas ações. Na medida de suas possibilidades, o Chefe de Polícia garantia estar trabalhando para prevenir e reprimir tais delitos<sup>294</sup>.

Junto de Carrão, Augusto Silveira de Miranda também alcançou a chefatura de polícia por um caminho alternativo à Academia. O exercício de ambos os mandatos nos anos derradeiros do século XIX denota uma tendência que vinha se consolidando desde as décadas anteriores: o predomínio do bacharel nos cargos públicos<sup>295</sup>, regra

---

<sup>291</sup> Relatório do Chefe de Polícia do Estado apresentado ao Exm. Sñr. Dr. Governador. Curitiba, 29 de setembro de 1894, p. 6.

<sup>292</sup> Relatório apresentado ao Secretário dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. Curitiba, 30 de setembro de 1895, p. 5.

<sup>293</sup> GRUNER, 2012, p. 41.

<sup>294</sup> Relatório apresentado ao Secretário dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. Curitiba, 30 de setembro de 1895, p. 5.

<sup>295</sup> A discussão em torno do denominado bacharelismo no Brasil é bastante extensa e abarca uma série de questões, cujo aprofundamento escaparia aos fins que me proponho aqui. Menciono rapidamente

à qual Carrão e Miranda faziam exceção. Miranda vinha de uma família de militares. Seu pai havia sido capitão-cirurgião da Guarda Nacional, servindo no interior do estado<sup>296</sup>. Um dos irmãos morreu precocemente na Guerra do Paraguai<sup>297</sup> e outro tornou-se tenente da Marinha<sup>298</sup>. Era uma família pobre, mas respeitada<sup>299</sup>. No Paraná Provincial, pertencer a um grupo político fechado, restrito a algumas famílias proprietárias, grandes comerciantes e empresários, possuidores de vínculos e diplomas era um requisito obrigatório para ocupar até mesmo as posições pequenas da administração local<sup>300</sup>. Miranda talvez tenha sido um representante das primeiras gerações em que esse se tornava um obstáculo transponível. Em 1887, Augusto possuía a patente de tenente da Guarda Nacional<sup>301</sup>. Em 1893, foi promovido a Major<sup>302</sup>, posto que ainda ocupava em 1897, quando foi interinamente nomeado Chefe de Polícia<sup>303</sup>, cargo no qual foi mais tarde fixado. Politicamente, foi membro do Partido Liberal nos tempos do Império e, com a vinda da República, passou para as fileiras do Partido Republicano Federal<sup>304</sup>.

Em seu primeiro relatório, no clássico título “tranquilidade pública”, comum aos relatórios de vários Chefes de Polícia, dizia que tudo ia bem. Um ou outro caso havia, mas nada que abalasse a paz do povo paranaense. Há pouco, o estado tinha passado pelos pleitos eleitorais e tudo corra serenamente, prova do amor às

---

a análise pioneira elaborada por Gilberto Freyre, que viu na ascensão dos jovens bacharéis, ainda formados no além-mar, um dos elementos do declínio do patriarcalismo na sociedade brasileira oitocentista (FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p. 192-200). Ainda, especificamente sobre o bacharelismo liberal no Brasil, o estudo de Sérgio Adorno representa um marco fundamental (ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988). Um trabalho fundamental, apesar de uma série de releituras e críticas possíveis. Cf. FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da Modernização Jurídica Brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 98, p. 257-293, 2008.

<sup>296</sup> **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 22 de fevereiro de 1873, p. 3.

<sup>297</sup> **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 21 de agosto de 1867, p. 4.

<sup>298</sup> **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 06 de janeiro de 1884, p. 3.

<sup>299</sup> **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 25 de agosto de 1880, p. 3.

<sup>300</sup> ALVES, Alessandro Cavassin. A força política das famílias tradicionais no Paraná (1853-1889). **Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 40-60, dez. 2015, p. 41.

<sup>301</sup> **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 29 de dezembro de 1887, p. 3.

<sup>302</sup> **A República**. Curitiba, 10 de agosto de 1893, p. 1.

<sup>303</sup> Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná pelo Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 01 de setembro de 1897, p. 11.

<sup>304</sup> **A República**. Curitiba, 17 de agosto de 1903, p. 1.

instituições livres, à ordem e às leis entre sua gente. E era com esses elementos que o país se faria conhecer “como Nação civilizada” perante o mundo<sup>305</sup>.

No ano seguinte, Miranda seria mais enfático em relação às questões da chefatura de polícia. Afirmava que a segurança pública era “objeto muito precioso de vigilância, dos cuidados e da protecção assidua da policia”, e alertava para os problemas que a modernidade tinha trazido para Curitiba: o vasto perímetro da cidade, dificultando seu policiamento, e o aumento extraordinário da população, em grande parte composta de proletários estrangeiros. Declarava, ainda, que a maior parte dos crimes tinha como causas principais “a vagabundagem, a embriaguez e o uso de armas proibidas”<sup>306</sup>.

O discurso relacionando a ociosidade aos vícios e falta de virtudes vinha desde os altos escalões políticos, onde um longo processo de abstração colocava lado a lado pobreza e delinquência. A pobreza estava ligada à vida inativa e dispendiosa, de modo que não apenas a falta de um ofício, mas mesmo a vida miserável de trabalhadores parcamente remunerados os aproximava das *classes perigosas*<sup>307</sup>. Em outras palavras, os pobres tendiam à ociosidade e eram repletos de vícios – como a embriaguez –, o que automaticamente os tornava um risco potencial à sociedade<sup>308</sup>.

Em suma, as ideias apresentadas por Miranda em 1898 eram as mesmas defendidas por Carrão em 1895, ambas constantes no discurso político em torno da criminalidade. Mais do que uma afinidade de ideias, nota-se uma tendência à repetição das mesmas justificativas para os problemas locais. As trajetórias semelhantes desses agentes também não devem ser ignoradas. Miranda e Carrão, como tantos outros, eram ambos enraizados na sociedade local, aproximadamente da mesma idade, ligados à política desde os tempos provinciais, apreciadores de corridas de cavalo<sup>309</sup> e defensores da moral e dos bons costumes deteriorados por vagabundos e imigrantes proletários.

---

<sup>305</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo encarregado do expediente da polícia do estado. Curitiba, 31 de agosto de 1897, p. 4.

<sup>306</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Paraná pelo Chefe de Policia Interino do estado. Curitiba, 20 de dezembro de 1898, p. 9.

<sup>307</sup> CHALHOUB, 1996, p. 22.

<sup>308</sup> Idem, 2001, p. 76.

<sup>309</sup> Augusto Silveira de Miranda também integrou a organização das corridas do Prado Paranaense nos mesmos anos que Carrão. **A República**. Curitiba, 14 de dezembro de 1889, p. 3.

\* \* \*

Em 1909, Lindolpho Pessoa mostrava-se um homem prático. Reportando ao Procurador Geral da Justiça, o então 2º Promotor Público prometia não se alongar, tratando apenas do essencial. Também não iria fazer “divagações de caracter geral, puramente theoricas e que de nada aproveitarião” aos fins que propunha. Dizia mais: as explanações teóricas, apesar de belas, não deixavam de ser perigosas e mesmo prejudiciais. E explicava:

Aquelle que nos livros aprende a seguir os principios pregados pelos theoristas modernos e que se faz secretario desta ou daquela escola, nem sempre na pratica tem a calma e isenção de animo precisas para applicar com exactidão, verdade e seguro critério as theorias que adopta aos factos que observa.

Dahi esta interessante inversão que constantemente verificamos na pratica: Ao envez das theorias serem applicadas aos factos, estes são moldados, torcidos, adaptados a feição dos caprichos das theorias. E onde esses erros avultam, onde mais insistentemente elles se repetem<sup>310</sup>.

Segundo o promotor, ao tratar da criminalidade, sua origem, suas causas e efeitos, não raro os estudiosos se deixavam levar pelas “doutrinas criminologicas” que aprenderam, buscando uma explicação precisa. O crime, entretanto, era “um phenomeno complexo, resultante de diversas causas – physicas, antropologicas e sociaes”. Por isso, Pessoa fugia das explanações teóricas, relatando os fatos do seu Gabinete “com toda simplicidade, rodeando-os apenas de parques e despretenciosos commentarios de feição pratica”. As “investigações scientificas e as deducções theoricas” prometia deixar aos sociólogos. Convencido de que o crime aumentava consideravelmente em sua comarca, o promotor tinha muito trabalho por executar. Embora Curitiba não fosse palco de crimes horrendos, premeditados por assassinos cruéis, multiplicavam-se as ocorrências em bailes, pontos de reunião, *picheruns* e casas de tavolagem<sup>311</sup>. Não havia tempo a perder.

No entanto, é curioso esse aparente “desprezo” às *teorias*. Mesmo sua escusa para ir direto ao ponto demonstrava certa afinidade teórica. Afinal, o promotor tinha por *alma mater* justamente a *meca* da *sciencia* jurídica no Brasil. Na noite de 17 de

---

<sup>310</sup> Relatório apresentado ao Procurador Geral de Justiça pelo 2º Promotor Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba, 15 de novembro de 1909, p. 49.

<sup>311</sup> Relatório apresentado ao Procurador Geral de Justiça pelo 2º Promotor Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba, 15 de novembro de 1909, p. 49-50.



dezembro de 1904, o jovem paraibano<sup>312</sup> recebia o grau de “bacharel em sciencias juridicas e sociaes” em sessão solene realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Recife<sup>313</sup>. Não custa lembrar que foi especialmente via Recife que se deu, desde a década de 1870, a entrada das *theorias* a que Pessoa se referia<sup>314</sup>. Em seus bancos, o jovem estudante teve contato com a quintessência da criminologia moderna, aprendendo o que havia de mais novo na compreensão do crime, classificação dos criminosos e aplicação das penas<sup>315</sup>. E, longe de ser um estudante medíocre, Lindolpho Pessoa concluiu o curso com êxito, apresentando rendimento satisfatório em todas as cadeiras que prestou<sup>316</sup>.

Recém graduado, foi convidado a atuar como promotor na comarca de São José da Boa Vista, no interior do estado<sup>317</sup>. Poucos meses depois, recebeu nova nomeação, dessa vez assumindo um dos comissariados de polícia da capital<sup>318</sup>. Em maio de 1906, foi empossado Promotor Público em Curitiba<sup>319</sup>. O início intenso na vida profissional, assoberbado de diligências e burocracias, a distância de milhares de quilômetros dos bancos acadêmicos recifenses ou a desconfiança frente às novidades da *sciencia* penal, absorvidas tantas vezes irrefletidamente por seus pares, parecem ter feito de Lindolpho Pessoa um prático. Nem por isso passava incólume diante das *novas theorias*.

Na visão dele, o agente predominante no desenvolvimento da criminalidade era justamente o álcool, que “representa no desenvolvimento desse mal social o papel saliente de agente preponderante”. Com isso, se afastava daqueles que atribuíam ao crime causas “internas ou antropologicas” para atestar que “em nosso meio social, mais influem as causas externas – physicas e sociaes”<sup>320</sup>. Pessoa apoiava essa percepção em Enrico Ferri, que, na leitura do promotor, considerava o crime um fato multiforme, composto por “elementos internos e externos ao individuo”, não sendo

---

<sup>312</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de maio de 1904, p. 1.

<sup>313</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de dezembro de 1904, p. 1.

<sup>314</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 57.

<sup>315</sup> Rebeca Dias apresenta um resumo dos programas de Direito Criminal ano a ano na Faculdade de Direito de Recife, onde Pessoa estudou entre 1900 e 1904. DIAS, 2015, p. 431-432.

<sup>316</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de dezembro de 1903, p. 1.

<sup>317</sup> **A República**. Curitiba, 28 de março de 1905, p. 2.

<sup>318</sup> **A República**. Curitiba, 07 de agosto de 1905, p. 1.

<sup>319</sup> **A República**. Curitiba, 02 de maio de 1906, p. 2.

<sup>320</sup> Relatório apresentado ao Procurador Geral de Justiça pelo 2º Promotor Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba, 15 de novembro de 1909, p. 51.

possível determinar quais “desses factores tem preponderado para o seu desenvolvimento no nosso meio social”<sup>321</sup>.

Com maior ou menor grau de sofisticação, a correlação entre crime e embriaguez era a mesma que quase todos seus colegas, antecessores e sucessores iriam fazer. Ano após ano, as conexões entre embriaguez, falta de instrução, pobreza, vadiagem, jogo, prostituição etc. e crime eram renovadas. De outros estados, os vapores traziam jovens bacharéis, que, após uma longa escala em Recife ou São Paulo, assumiam promotorias e varas, criavam laços na sociedade paranaense e transitavam entre os espaços de poder na capital.

Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti, João Baptista da Costa Carvalho Filho, Estanislau Cardoso e Luiz de Albuquerque Maranhão, nesse sentido, foram personagens semelhantes.

Cavalcanti nasceu cerca de 100 quilômetros ao sul de Recife, onde o pai era agricultor<sup>322</sup>. Mais tarde, o pai tornou-se escrivão em Recife<sup>323</sup>, onde Manoel se formou<sup>324</sup> e assumiu sua primeira promotoria, em 1891<sup>325</sup>. Em 1895, chegou ao Paraná para assumir o posto de Juiz de Direito na comarca de Serro Azul, no interior do estado<sup>326</sup>. Depois disso passou para São José dos Pinhais e, em 1900, assumiu o 2º Distrito Criminal da capital<sup>327</sup>. No auge da carreira, presidiu o Superior Tribunal de Justiça<sup>328</sup> paranaense e dirigiu a Faculdade de Direito da então Universidade do Paraná<sup>329</sup>.

João Baptista da Costa Carvalho Filho era sergipano, estado onde elegeu-se deputado em 1891<sup>330</sup>. Seu pai, no entanto, atuava em Maceió onde foi Juiz de Direito<sup>331</sup> e Chefe de Polícia<sup>332</sup>. Formado em Recife, com bons rendimentos<sup>333</sup>, foi

---

<sup>321</sup> Relatório apresentado ao Procurador Geral de Justiça pelo 2º Promotor Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba, 30 de novembro de 1908, p. 51

<sup>322</sup> **A Província**. Recife, 06 de janeiro de 1901, p. 6.

<sup>323</sup> **Jornal de Recife**. Recife, 11 de julho de 1890, p. 2.

<sup>324</sup> **A Província**. Recife, 01 de julho de 1891, p. 2.

<sup>325</sup> **A Província**. Recife, 12 de novembro de 1891, p. 2.

<sup>326</sup> **A República**. Curitiba, 21 de agosto de 1895, p. 2.

<sup>327</sup> **A República**. Curitiba, 01 de setembro de 1900, p. 2.

<sup>328</sup> Não se confunde com o atual STJ, sendo o equivalente dos atuais Tribunais de Justiça dos estados.

<sup>329</sup> **Jornal de Recife**. Recife, 26 de junho de 1928, p. 3.

<sup>330</sup> **O Republicano**. Aracajú, 29 de abril de 1891, p. 1.

<sup>331</sup> **O Orbe**. Maceió, 24 de agosto de 1884, p. 1.

<sup>332</sup> **O Orbe**. Maceió, 24 de junho de 1885, p. 1.

<sup>333</sup> **Jornal de Recife**. Recife, 24 de março de 1886, p. 1.

contemporâneo de Manoel Cavalcanti<sup>334</sup>. Antes de vir ao Paraná, foi nomeado Promotor Público no estado da Bahia.

Estanislau Cardoso também estudou em Recife, tendo passado por lá um pouco antes de Carvalho Filho e Cavalcanti<sup>335</sup>. Ainda em Pernambuco, foi Promotor Público<sup>336</sup>, mesmo cargo que exerceu nas comarcas de Antonina<sup>337</sup> e Castro<sup>338</sup> quando chegou ao Paraná. Em 22 de dezembro de 1900, foi nomeado Juiz de Direito em São José dos Pinhães<sup>339</sup>, onde permaneceu até 1910, ano em que se tornou Chefe de Polícia<sup>340</sup>.

Resta Luiz de Albuquerque Maranhão, único dos quatro a se formar abaixo do Trópico de Capricórnio. Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo no ultimo decênio do século XIX, chegou ao Paraná em outubro de 1899, nomeado Juiz Municipal em Campo Largo<sup>341</sup>, onde também foi inspetor de ensino<sup>342</sup>. Mudou-se para a capital dois anos mais tarde, assumindo o cargo de Promotor Público<sup>343</sup>.

E que diziam os quatro bacharéis?

Segundo Manoel Cavalcanti, havia algumas causas para o cometimento de crimes no Estado, a começar pelas armas proibidas. Armado, mesmo as ofensas mais leves poderiam motivar o indivíduo a “tomar vindictas” e provocar fatalidades. A embriaguez e o jogo “irrecusavelmente são também vícios e hábitos detestáveis”, que conduziam à perda de razão e à “perpetração de crimes semi-barbaros”. Finalmente, mencionava os vagabundos, “classe que infelizmente é numerosa em nosso Paiz” e que contribuíam para o “aumento a nossa estatística criminal”. Por fim, revelava “a insuficiência da força pública”. Apesar de seus esforços, o bacharel via-se

<sup>334</sup> Carvalho Filho iniciou o curso em 1886, enquanto que Cavalcanti entrou provavelmente em 1888. **Jornal de Recife**. Recife, 26 de novembro de 1889, p. 2; 18 de dezembro de 1890, p. 2.

<sup>335</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 05 de fevereiro de 1885, p. 2.

<sup>336</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de maio de 1893, p. 2.

<sup>337</sup> Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná pelo Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 01 de setembro de 1897, p. 69.

<sup>338</sup> **A República**. Curitiba, 28 de outubro de 1897, p. 1.

<sup>339</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1906, p. 12.

<sup>340</sup> **A República**. Curitiba, 28 de julho de 1910, p. 2.

<sup>341</sup> **A República**. Curitiba, 18 de outubro de 1899, p. 1.

<sup>342</sup> **A República**. Curitiba, 28 de março de 1900, p. 1.

<sup>343</sup> **A República**. Curitiba, 20 de agosto de 1901, p. 1.

frequentemente de mãos atadas pela brandura das leis e a complacência do Júri<sup>344</sup>, o que permitia a muitos criminosos se safarem<sup>345</sup>.

De João Baptista Carvalho Filho temos dois relatórios, referentes aos anos de 1908 e 1909. O bacharel revelou-se um administrador pragmático, interessado em investir no policiamento preventivo da cidade, evitando pequenos delitos, e modernizar o aparato policial, além de aumentar e aprimorar os quadros policiais, tornando seu pessoal “convenientemente habilitado para o importante serviço de vigilância, em um grande centro, como o nosso”<sup>346</sup>. Carvalho Filho não apresenta quais considerava as razões da criminalidade em Curitiba, estando mais preocupado com o policiamento urbano e a prisão dos marginais. Em 1909, a grande novidade havia sido a instalação da Penitenciária do Ahú, que vinha “funcionando com toda regularidade”<sup>347</sup>. Uma série de fotografias do presídio e suas instalações permeiam todo seu relatório daquele ano. Em algumas delas, consta a assinatura do *Estúdio Volk*, o mais antigo da cidade, criado ainda nos anos 1880 por Adolpho Volk e, desde 1904, comandado por sua esposa Fanny Volk<sup>348</sup>. Nas fotos, destacava-se a estrutura sólida do prédio, a profundidade imprimida pelos pontos de fuga, a simetria de suas edificações.

---

<sup>344</sup> O Júri foi tremendamente criticado no período, tanto por ser considerado muito brando, deixando boa parte dos pronunciados saírem livres quanto pela sua falta de rigor técnico, já que permitia à população leiga ser juíza de fato do delito.

<sup>345</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Estado do Paraná pelo Chefe de Polícia DrManoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho. Curitiba, 31 de agosto de 1896, p. 29.

<sup>346</sup> Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1908, p. 6-9.

<sup>347</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909, p. 5.

<sup>348</sup> Cf. SANTOS, Laércio. O estúdio Volk e a representação da sociedade curitibana. **Anais do V Ciclo de Investigações do PPGAV - UDESC**, 2010.



Figura 08. Penitenciária do Ahú. Fonte: Relatório apresentado ao Secretario do Interior pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.



## PENITENCIARIA DO AHÚ



Edifício principal. Ala esquerda. Pavimento superior. Contem 24 cellulas. Os sentenciados em forma, na porta das prisões, aguardam o toque de trabalho, para sahirem com destino ás officinas.

Figura 09. Penitenciária do Ahú. Fonte: Relatório apresentado ao Secretario do Interior pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.





Figura 10. Penitenciária do Ahú. Fonte: Relatório apresentado ao Secretario do Interior pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Estanislau Cardoso, em 1911, alertava para as consequências do progresso, visível nos mais diversos aspectos da sociedade. Alegava que “semelhante aceleração conduz de envolta com os beneficios que oferece, uma serie de accidentes e males accessorios que devemos vigiar e punir”. Expondo as dificuldades de sua administração, o Chefe de Polícia enumerava uma série de mudanças necessárias – e que dependiam de seus superiores – para um combate eficaz da criminalidade. Era crucial um trabalho mais sofisticado de investigação dos “delictos mysteriosos”, perpetrados por criminosos astutos. Também era essencial punir por mais eficácia as transgressões praticadas pela “multidão de desequilibrados com as denominações de malfasejos, obstinados, indolentes, desordeiros, *vigaristas*, etc.”. Para estes, a prisão comum, de poucos dias ou meses, não era eficaz. A formação de

uma “Colônia Correccional”, com a imposição de hábitos de trabalho, ensinamentos morais, “noções de industrias e sciencias”, além de “leituras, palestras, recreios e exercicios” era o que Cardoso propunha como corretivo ideal para “os vagabundos e os ebrios que despertam todas as manhãs nas detenções da policia”<sup>349</sup>.

Por fim, Luiz de Albuquerque Maranhão, ávido em mostrar trabalho, sobretudo no combate à pequena criminalidade urbana. Dizia:

Durante a minha ainda curta gestão dos negocios policiaes, não descurei um só instante de outro assumpto de relevante importancia e grande alcance social.

Quero me referir á repressão ao alcoolismo e á vagabundagem, de cujo serviço encarreguei aos Snrs. Delegados do 1º e 2º Districtos da Capital, os quaes deram cabal desempenho á missão confiada, instaurando diversos processos contra esses contraventores que, condemnados, cumpriram ou estão cumprindo na Penitenciaria a pena respectiva<sup>350</sup>.

Como Maranhão acabou anunciando, o contato mais imediato com as contravenções diárias não era feito pelo Chefe de Polícia, cargo político, atulhado de afazeres burocráticos e responsável por uma série de assuntos relacionados à segurança do estado que se concentravam em seu poder. Cabia a ele o comando das forças policiais, do sistema prisional, do corpo de bombeiros, das perícias médico-legais, o controle do fluxo portuário, das estradas de ferro, do movimento em hotéis e hospedarias, controle de teatros, cinemas e clubes, emissão de carteiras de identidade e passaportes etc. Basicamente, todo o controle da identificação e do movimento de pessoas, a manutenção da ordem pública e o combate à criminalidade, passando pelo policiamento urbano, serviços de investigação, expedientes médico-legais e encarceramento, estavam em algum nível relacionados à chefatura de polícia<sup>351</sup>.

Diferente era o caso de outras autoridades, pertencentes aos escalões intermediários da atuação policial e do sistema penal, como juízes, promotores,

---

<sup>349</sup> Relatório apresentado ao Secretario dos Negocios do Interior pelo Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1911, p. 3-7 – grifo no original.

<sup>350</sup> Relatório apresentado ao Secretario Geral do Estado pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1920, p. 11.

<sup>351</sup> Todas essas incumbências encontram-se espalhadas pelos relatórios prestados pelos Chefes de Polícia no período. Essa enumeração de funções não é exaustiva e nem uniforme ao longo do período estudado. A lista de atribuições foi sendo aumentada à medida que os serviços de identificação, controle e investigação, bem como o aparato burocrático por trás desses serviços, foram sendo aprimorados. Também é preciso ter cuidado ao expandi-la para outros estados, ainda que no mesmo período. Mesmo que, na essência, as atribuições do cargo possam ter sido muito semelhantes, é possível que cada local possua suas especificidades.

comissários de polícia e delegados. Normalmente se tratavam de agentes mais jovens, saídos das faculdades de Direito há menos tempo e que queriam demonstrar conhecimento e competência a seus superiores. Nesse quadro, encontramos alguns relatórios plenos em arroubos teóricos, misturando referências de diversos locais, períodos e ramos do saber, oferecendo interpretações e soluções intrincadas para o fenômeno do crime. Neles se visualiza com mais clareza os traços do “jurista cientista”, apreciadores da palavra escrita e dos sólidos argumentos *científicos* em detrimento da mera eloquência.

Como Ricardo Marcelo Fonseca propõe, baseado em uma via teórica empregada por Carlos Petit, é possível observar uma divisão entre o que se pode denominar “jurista eloquente” e “jurista cientista”. O primeiro estaria mais incomodado com a palavra falada, a habilidade retórica, além dos floreios literários e filosóficos, salpicados por efemérides históricas, frases latinas e o que mais fosse necessário para posicioná-lo como homem público, homem “de causas”. Já o jurista cientista pertencia ao modelo acadêmico, mais técnico, voltado à escrita e, muitas vezes, depreciador da habilidade retórica. Entretanto, como Fonseca mesmo adverte, essas não são separações precisas, havendo, na cultura jurídica brasileira, uma grande zona cinzenta entre elas<sup>352</sup>.

Há algo de diferente quando comparados seus discursos com aqueles de Benedicto Carrão e Augusto de Miranda, por exemplo. Todos atribuíam à criminalidade causas semelhantes e, nesse sentido, os jovens bacharéis continuariam culpando *a embriaguez, as armas proibidas, a ociosidade, os imigrantes proletários etc.* Por outro lado, a eles não bastava simplesmente apontar essas causas. Podia funcionar para convencer a opinião pública, preocupada com os rumos que os vagabundos e desordeiros supostamente estavam dando para a sociedade, mas não atendia o rigor da *sciencia* em que foram educados.

De todo modo, essas autoridades compartilhavam da visão de seus superiores, com a vantagem de estarem mais próximas do cotidiano das ruas. A observação lhes permitia fazer afirmações como a de que a maior parte dos *ferimentos leves* era devida a conflitos generalizados aos quais não era difícil atribuir o motivo: excessos praticados em “bailes publicos, as reuniões em que o ambiente se satura

---

<sup>352</sup> FONSECA, 2008, p. 280-282.

das emanações do álcool, os bordeis etc.”<sup>353</sup>. Mas, como anunciado, frequentemente iam além do *óbvio* e buscavam interpretar esses dados a partir de seus arcaísmos teóricos. Caso do Comissário de Polícia João Ribeiro de Macedo Filho. O comissário era paranaense<sup>354</sup> e graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 28 de novembro de 1908<sup>355</sup>. Tornou-se comissário de polícia em agosto de 1909<sup>356</sup>. Pertenceu à primeira geração de professores da Universidade do Paraná, lecionando Direito Comercial<sup>357</sup>. Em seu relato, afirmou que desejava apresentar “um estudo completo sobre a nossa organização policial”, mas modestamente declarava faltar-lhe competência e tempo. Apesar da aparente modéstia, apresentou um denso ensaio provido de um *escorço histórico* sobre a atuação policial em Roma e na França moderna, saltando, naturalmente, todo o medievo:

Os cidadãos romanos, investidos do direito e do dever de denunciar e accusar os criminosos perante os magistrados, exerciam naturalmente as funções de policia judiciaria, o que nos primeiros tempos da Republica foi sufficiente para a manutenção da ordem e punição dos criminosos.  
[...]

Em França, desde 1667 foram as funções de justiça e as de policia consideradas distinctas e algumas vezes incompativeis entre si, creando-se agentes especiaes de policia. Por fim o Codigo de 3 do Brumario estabeleceu nitidamente a distincção entre a policia administrativa e a policia judiciaria, tendo a primeira por objecto a manutenção habitual da ordem publica, principalmente para prevenir os delictos; e cabendo á segunda investigar dos delictos que a policia administrativa não poude prevenir e evitar.

Mencionou Ferri e fez longas citações em francês, citando o *Traité de l'Instruction Criminelle* de Faustin Hélie<sup>358</sup>. Com base nesse e outros autores, apresentava os papéis preventivos da polícia:

<sup>353</sup> Relatório apresentado pelo Delegado do 2º Districto ao Chefe de Polícia do Paraná. Curitiba, 25 de janeiro de 1917, p. 282.

<sup>354</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 06 de fevereiro de 1902, p. 2.

<sup>355</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 30 de novembro de 1908, p. 2. **Correio Paulistano**. São Paulo, 29 de novembro de 1908, p. 3.

<sup>356</sup> **A República**. Curitiba, 23 de agosto de 1909, p. 1.

<sup>357</sup> DRUMMOND, Paulo. **Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense**: Direito Penal e Filosofia do Direito no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011, p. 222.

<sup>358</sup> Faustin Hélie (1799-1884) foi um criminalista francês, membro da Corte de Cassação, Presidente da Câmara Criminal da mesma Corte, Membro da Academia de Ciências Morais e Políticas e Vice-Presidente do Conselho de Estado francês (Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <<https://goo.gl/tU31Ga>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019).



Aconselhar a pratica das boas acções e do respeito mutuo; velar pela segurança da vida, da propriedade e da liberdade dos cidadãos; prevenir os suicídios; dar abrigo aos ebrios; socorrer os fracos e os menores desamparados; prover á inhumação dos cadaveres dos necessitados; auxiliar os poderes da União, do Estado e do Município em todo o serviço de hvgiene publica; encaminhar os indigentes e os doentes pobres para os asvlos e hospitaes, realizando assim um verdadeiro serviço de assistência publica<sup>359</sup>.

Há também casos de *outsiders*, provavelmente buscando aproximar-se dos centros de emanção do poder. Maurício Távora, por exemplo, ascendeu na hierarquia militar do Regimento de Segurança e, sem formação, exerceu as funções de Promotor Público e Delegado de Polícia. Suas primeiras aparições são como 1º Sargento<sup>360</sup>. Mais tarde, foi promovido a alferes e tornou-se Comissário de Polícia em Serro Azul<sup>361</sup>. Por aqueles dias, protagonizou um escândalo, acusado de ter seduzido uma jovem da cidade e a levado morar com ele<sup>362</sup>. Um mês mais tarde, foi removido da função<sup>363</sup>. Naquele mesmo ano, envolveu-se em uma briga com um capitão e outro alferes do Regimento de Segurança<sup>364</sup>. Deixando a cidade, foi Comissário de Polícia outra vez, agora em São José da Boa Vista<sup>365</sup>. Meses depois, foi jurado de morte por um ex-sargento que ele prendeu por armar uma confusão em um botequim onde ambos estavam<sup>366</sup>. Foi ainda Inspetor Escolar<sup>367</sup>, Promotor Público<sup>368</sup> e Delegado de Polícia<sup>369</sup>, passando por várias cidades do interior – São Matheus<sup>370</sup>, Jaguariaiva, Jacarezinho<sup>371</sup> – e chegando à capital no início dos anos 1930. Nos quadros do oficialato militar, fez-se major<sup>372</sup>.

Apesar de leigo<sup>373</sup>, não desperdiçou a oportunidade de demonstrar erudição, quando adjunto da Promotoria de Ribeirão Claro, em 1908. Ao Procurador Geral de Justiça, expôs suas percepções em torno da criminalidade:

---

<sup>359</sup> Relatório apresentado pelo Comissario de Policia da 1ª Circumscripção ao Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1909, p. 34-36.

<sup>360</sup> **A República**. Curitiba, 21 de outubro de 1900, p. 2.

<sup>361</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 19 de abril de 1901, p. 2.

<sup>362</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 08 de maio de 1901, p. 2.

<sup>363</sup> **A República**. Curitiba, 22 de junho de 1901, p. 2.

<sup>364</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 30 de novembro de 1901, p. 2.

<sup>365</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 02 de maio de 1902, p. 2.

<sup>366</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 30 de dezembro de 1902, p. 2.

<sup>367</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 08 de julho de 1906, p. 2.

<sup>368</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 14 de junho de 1913, p. 2.

<sup>369</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 19 de setembro de 1931, p. 5.

<sup>370</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 22 de julho de 1916, p. 2.

<sup>371</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 29 de março de 1923, p. 4.

<sup>372</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 23 de agosto de 1927, p. 4.

<sup>373</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 27 de novembro de 1922, p. 4.

Na epocha actual, crescido tem sido o augmento da criminalidade entre nós, e indiscutivelmente como factor de primeira linha no desenvolvimento da delinquencia, somos levado a admittir a grande expansão que tem adquirido o nosso meio social.

Além desta causa, muitas outras tem concorrido para o augmento de nossa estatistica criminal, como sejam: a sensualidade excitada pela expansão da fortuna, a avidez, o gosto, e a facilidade das especulações; o contraste que dia a dia se accentua entre a felicidade de uns e a desgraça de outros; e as tormentosas difficuldades, que a cada hora mais se avolumam nos embates da luta pela vida<sup>374</sup>.

Para Távora, o crime não era uma mera expressão “da vontade livre ou da liberdade moral”. Ao contrário, era um “resultante de factores meramente naturaes”. Explicava, em seguida, a origem desses fatores segundo os *grandes mestres*:

Para Lombroso, são de ordem biologica, para outros como para Lacassagne, são de ordem sociologica; e para outros ainda, como para Ferri, são de ordem bio-sociologica. Como toda a manifestação da personalidade humana, representa o crime um producto do organismo e do meio.

Em conclusão, entendia que o crime, “acção anti-social e offensiva a collectividade”, deveria ser respondido “por uma acção social e deffensiva, que significa, em ultima analyse, sancção conservadora da sociedade”<sup>375</sup>.

Ainda mais afinado com a *sciencia* estava Ascânio de Abreu. Tendo iniciado sua carreira como adjunto do Promotor Público no interior do estado, em Jacarezinho<sup>376</sup> e São José da Boa Vista<sup>377</sup>, tornou-se Promotor Público, mesmo sem formação jurídica<sup>378</sup>, passando por Tibagi<sup>379</sup> e Serro Azul<sup>380</sup>, onde atuou até o final de 1908<sup>381</sup>, quando nomeado para dirigir a Penitenciária do Ahú. Moço, mas “dotado dos

---

<sup>374</sup> Relatório do adjunto da Promotoria Publica do Termo do Ribeirão Claro. Ribeirão Claro, 16 de novembro de 1908, p. 84.

<sup>375</sup> Relatório do adjunto da Promotoria Publica do Termo do Ribeirão Claro. Ribeirão Claro, 16 de novembro de 1908, p. 84-85.

<sup>376</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 28 de julho de 1903, p. 2.

<sup>377</sup> **A República**. Curitiba, 29 de julho de 1903, p. 1.

<sup>378</sup> Não encontrei qualquer menção a uma possível formação de Ascânio. Por outro lado, encontro notícias em que ele era mencionado como “sr.” ou “cidadão” em contraposição a outras pessoas tratadas por “dr.” ou “bacharel”. Nos relatórios administrativos que tratam de nomeações, ele aparece como “cidadão” ao mesmo passo que outros nomeados aparecem como “bacharéis”. **A República**. Curitiba, 10 de abril de 1901, p. 2; **A República**. Curitiba, 01 de abril de 1910, p. 1; Relatório da Secretaria d’Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica. Curitiba, 13 de janeiro de 1905, p. 21.

<sup>379</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 20 de junho de 1904, p. 2.

<sup>380</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 13 de fevereiro de 1905, p. 1.

<sup>381</sup> **A República**. Curitiba, 21 de outubro de 1908, p. 1.



melhores desejos de se dedicar a desempenhar a ardua e complexa função que lhe foi confiada”<sup>382</sup>, Ascânio permaneceu no cargo até os anos 1930<sup>383</sup>.



Figura 11. Ascânio de Abreu. Fonte: O Dia. Curitiba, 29 de março de 1930, p. 6.

Em seus relatórios, mencionou o médico francês Paul-Maurice Legrain<sup>384</sup>, os conhecidos Lombroso e Ferri, uns tais Engel, P. Cuche<sup>385</sup>, Lavasseur e Demme<sup>386</sup>. No

<sup>382</sup> **A República**. Curitiba, 08 de janeiro de 1909, p. 1.

<sup>383</sup> Após sua saída da direção do presídio, foi escrivão, Subdelegado de Polícia e Delegado de Polícia. **Diário da Tarde**. Curitiba, 21 de setembro de 1940, p. 8; 05 de outubro de 1948, p. 6; 29 de junho de 1955, p. 6; **O Dia**. Curitiba, 28 de junho de 1956, p. 8.

<sup>384</sup> Legrain (1860-1939) foi um médico francês, chefe de um asilo de alienados e presidente da *Société Française de Graphologie* (Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: [bit.ly/pmlegrain](http://bit.ly/pmlegrain). Acesso em 20 de fevereiro de 2019).

<sup>385</sup> Paul Cuche (1868-1943), professor da Faculdade de Direito de Genebra. Embora não mencione, a obra a que Ascânio provavelmente se referia era um tratado publicado em 1905, onde o autor aborda a questão trazida pelo diretor da penitenciária. CUCHE, P. **Traité de Science et de Législation Pénitentiaires**. Paris: Librairie Generale de Droit & de Jurisprudence, 1905.

<sup>386</sup> Rudolf Demme (1836-1892), suíço, médico e professor da Universidade de Berna. Publicou em 1891 um estudo sobre a influência do álcool no organismo das crianças. DEMME, R. **Über den Einfluss des Alkohols auf den Organismus des Kindes**. Stuttgart: Verlag Von Ferdinand Enke., 1891.

relatório apresentado em 1916, trazia a epígrafe: “estude-se a etiologia do crime e chegar-se-ha aos meios preventivos”<sup>387</sup>. Com isso, demonstrava que, apesar de não ter frequentado as cadeiras de São Paulo ou Recife, estava em dia com os conhecimentos de seu tempo. Para a moderna Penitenciária do Ahú, era preciso aplicar a “terapia criminal moderna, a fim de restituí-los a sociedade em boas condições de adaptação para a vida livre”. Era necessário o “saneamento moral das classes desprotegidas”, convertendo, através do trabalho árduo, “o miasma e a morte” dos pântanos<sup>388</sup>. Investindo “na acção benéfica e moralisadora da instrução”, Ascânio queria fazer do seu presídio uma instituição modelo, tal qual o de Buenos Aires, elogiado por ninguém menos que Ferri<sup>389</sup>.

## 2.2 O BÊBADO E O ESPECIALISTA

*O que será, que será  
Que vive nas ideias desses amantes  
Que juram os poetas mais delirantes  
Que juram os profetas embriagados?  
O que será – Chico Buarque*

Na virada para o século XX, Antônio Cardoso de Gusmão tornava-se Juiz de Direito na tímida, ainda que heroica<sup>390</sup>, cidade da Lapa. Moço da capital, Gusmão concluiu o ensino secundário no tradicional Colégio Pedro II<sup>391</sup> e, no ano seguinte, iniciou os estudos jurídicos na Faculdade de Direito de São Paulo<sup>392</sup>. Terminou o curso em São Paulo<sup>393</sup>, apesar de ter passado uma temporada na Faculdade de Direito do

---

<sup>387</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 237.

<sup>388</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 237. É interessante lembrar que a analogia do “pântano” pertence a uma das acepções de *bas-fonds* identificadas por Dominique Kalifa, remetendo a zonas “baixas e profundas”, insalubres e perigosas. KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds**: história de um imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 12.

<sup>389</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 15 de dezembro de 1912, p. 46.

<sup>390</sup> Pouco tempo antes, em 1894, o Paraná tinha sido abalado pela Revolução Federalista, momento no qual a Lapa se destacou como um dos grandes focos de resistência frente às tropas federalistas.

<sup>391</sup> **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1882, p. 2.

<sup>392</sup> **Correio Paulistano**. São Paulo, 07 de novembro de 1883, p. 1.

<sup>393</sup> **Correio Paulistano**. São Paulo, 04 de novembro de 1887, p. 2.

Recife, em 1886<sup>394</sup>. Já formado, foi magistrado em Paraty<sup>395</sup> e no Rio de Janeiro<sup>396</sup> antes de ser chamado para assumir a Comarca da Lapa<sup>397</sup>.

O que teria levado o *promissor* magistrado a deixar a paradisíaca Paraty e os encantos da Capital Federal para se embrenhar nos rincões do Paraná?

Possivelmente, as melhores chances de ocupar posições prestigiosas na judicatura local do que teria no Rio de Janeiro. Se era essa sua estratégia, funcionou. Nomeado para a Comarca da Lapa em 14 de dezembro de 1899<sup>398</sup>, apenas cinco anos mais tarde assumiria interinamente o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado<sup>399</sup>, no qual se efetivou e permaneceu até 1908, quando pediu exoneração<sup>400</sup>.



Figura 12. Antônio Cardoso de Gusmão. Fonte: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1899, p. 1.

<sup>394</sup> **Jornal de Recife**. Recife, 15 de novembro de 1886, p. 1.

<sup>395</sup> **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1891, p. 1.

<sup>396</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1897, p. 4.

<sup>397</sup> **A República**. Curitiba, 15 de dezembro de 1899, p. 2.

<sup>398</sup> Notas do serviço interno da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado do Paraná. Curitiba, 31 de dezembro de 1903.

<sup>399</sup> Relatório da Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 13 de janeiro de 1905, p. 19

<sup>400</sup> Relatório apresentado ao Vice Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 23 de janeiro de 1908, p. 28.

Poucos juristas que passaram por Curitiba no período personificaram tão bem o perfil de “jurista cientista” quanto Gusmão. Possuía a erudição, o intelectualismo perseguido por seus colegas formados nas arcadas do Largo São Francisco. Mostrava-se “um persecutor inefável da *ars* civilizatória”<sup>401</sup>, afinado com a cultura europeia, fosse ela francesa, italiana, inglesa ou alemã. Mencionava dezenas de autores estrangeiros e suas obras: desde os conhecidos Bentham, Spencer, Tarde, Carrara, Garofalo, Ferri, Lombroso, Ihering até nomes pouco ou nada familiares, como Hélié, Pisanelli, Rizzeno, Treilhard, Letourneau, Joly, Donellus, Barnouvin, Collard, D’Aguanno, Quetelet, Colajanni e outros. Somando-se as referências dadas por outros colegas de Gusmão, a lista aumenta: Lacassagne, Legrain, Engel, Nocito, Von Scheel, Cuche etc.

Em regra, o pensamento moderno acerca do crime é apresentado como uma sucessão de duas grandes escolas. A partir de meados do século XIX, as ideias que representavam o iluminismo penal, o que convencionou-se chamar *Escola Clássica*, teriam sido destronadas por novas ideias que convergiram para o que se denomina *Escola Positiva*. Em linhas gerais, a *Escola Clássica* possuía autores ligados ao iluminismo filosófico, como Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. De viés contratualista e utilitarista, esses pensadores viam no crime um ato de vontade e, na punição, uma forma de dissuadir o cometimento de delitos e proteger a sociedade, segundo a lógica do contrato social<sup>402</sup>. Na prática, porém, tratam-se de autores diversos, pertencentes a tradições distintas e com especificidades próprias, fazendo com que a homogeneização deles através da ideia de *escola* seja, apesar de didática, anacrônica e forçada. Colocar esses autores debaixo de um mesmo teto significa reduzir e simplificar excessivamente suas propostas<sup>403</sup>.

O problema é um tanto menos grave ao se tratar da *Escola Positiva*. A começar pelo fato de que esses autores efetivamente se identificavam dessa maneira, indicando pertencimento. Também fez parte de suas trajetórias dar, *a posteriori*, o status de “escola” aos autores clássicos, como forma de reforçar a contraposição entre

---

<sup>401</sup> ADORNO, 1988, p. 158-159 – grifo no original.

<sup>402</sup> ALVAREZ, 1996, p. 42); BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal:** introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 29-37.

<sup>403</sup> NOGUEIRA, 2018, p. 77-78.

a tradição “científica” que estavam da fundar e a tradição “metafísica” e “abstrata” de seus predecessores<sup>404</sup>. Mesmo assim, a *Escola Positiva* não deixa de ser alvo de uma série de reducionismos. A começar pelo nome: a tradição italiana que conta com a *Antropologia Criminal* de Lombroso, passando pela *Sociologia Jurídica* de Ferri, acaba reunida no “termo guarda-chuva” de Garofalo – *Criminologia*<sup>405</sup>.

A leitura das fontes revela também um quadro muito mais complexo do que aquele que cabe no embate *Clássicos vs. Positivos* extrapola em muito a tríade italiana – Lombroso, Ferri e Garofalo – repetida à exaustão. Como enunciado, as autoridades locais mencionavam uma infinidade de referências, muitas das quais soam completamente desconhecidas e algumas quase impossíveis de rastrear – sobrenomes “comuns”, não raro com erros de grafia, sem o primeiro nome e nem a obra de que tratavam. Dos autores possíveis de identificar, temos um cenário bastante amplo: políticos setecentistas<sup>406</sup>, filósofos iluministas<sup>407</sup>, doutrinadores<sup>408</sup>, médicos<sup>409</sup> e mesmo figuras da Antiguidade Clássica<sup>410</sup>, além dos estudiosos mais conhecidos. A utilização desses autores sugere menos uma “fidelidade teórica” à certas correntes da *nova sciencia* e mais um ecletismo imenso, onde pensamentos nem sempre compatíveis eram misturados indistintamente, adaptados às especificidades locais e, não raro, “transformados em algo completamente diverso do *original*”<sup>411</sup>.

Não significa, por outro lado, que os juristas brasileiros tenham feito uma adoção acrítica dos autores europeus. Lila Caimari, tratando da recepção de Lombroso na América Latina, afirma que os estudiosos brasileiros, argentinos, cubanos e mexicanos conheciam bem o debate em torno da criminologia europeia. Sabiam das diferenças entre Lombroso e seus seguidores, mas também da corrente francesa antilombrosiana de Tarde e Lacassagne. Além disso, como as *novidades* demoraram um pouco para cruzar o Atlântico em um primeiro momento, já vieram acompanhadas da sua crítica, resultando em interpretações mais ecléticas e

---

<sup>404</sup> NOGUEIRA, 2018, p. 78.

<sup>405</sup> Ibid., p. 80-81.

<sup>406</sup> Caso de Jean-Baptiste Treilhard (1742-1810), citado por João Ribeiro de Macedo Filho.

<sup>407</sup> Como Bentham (1748-1832), citado quatro vezes por Gusmão em diferentes momentos.

<sup>408</sup> Como Giuseppe D'Aguanno, de um tal “Genesi del Diritto Civile”, e Albert Hermann Post (1839-1895), citado por “Die Grundlagen des Rechts”, e tantos outros.

<sup>409</sup> Como Lombroso e Lacassagne, evidentemente, mas também Paul Maurice Legrain (1860-1939), mencionado por Ascânio de Abreu, e outros.

<sup>410</sup> Como Cícero, mencionado por Gusmão.

<sup>411</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 20 – grifo no original.



multicausais da criminalidade<sup>412</sup>. Ainda, é preciso atentar para o contexto local, muito diverso do europeu. Aqui, as mudanças trazidas pelo fim do escravismo, imigração europeia em massa, crescimento e modernização das cidades etc. serviram para guiar quais autores falariam à essa realidade e *como* falariam.

Dentre todos os autores citados, o que aparece mais vezes e em usos mais variados foi Enrico Ferri. Foi trazido por Antônio de Gusmão, pelo Comissário de Polícia João Ribeiro Macedo Filho, por Ascânio de Abreu, diretor da Penitenciária do Ahú, e pelos delegados Mário Nascimento e Antenor Coelho. O utilizaram para criticar o Júri, falar de crimes cometidos por mulheres, do sistema carcerário, incluindo as colônias agrícolas, da atuação preventiva da polícia e do papel da estatística. Lombroso aparece menos, apontado por Gusmão, Ascânio de Abreu e Lindolpho Pessoa – os dois últimos contrariando suas afirmações. Foi mencionado ao abordar tendências criminosas em crianças, crimes cometidos por mulheres e a necessidade ou não do ensino dentro dos presídios e casas de correção. Garofalo foi citado exclusivamente por Gusmão e, na maior parte das vezes, por suas contribuições mais dogmáticas – na crítica ao Júri, sobretudo – do que por seu pensamento criminológico.

Os franceses Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde foram pouco frequentes, mas não passaram em branco. O primeiro foi trazido pelo delegado Mário Nascimento, tecendo considerações sobre a *polícia científica*. Tarde aparece repetidamente nos relatórios de Gusmão, em comentários acerca do Júri, das colônias correcionais e também das razões da criminalidade. Outros dois franceses merecem destaque: o jurista Faustin Hélie e o médico Paul Maurice Legrain. Hélie foi mencionado por Gusmão e João Ribeiro Macedo Filho, por sua separação de polícia administrativa e judicial – a primeira, atuando preventivamente, na manutenção da ordem local e a segunda responsável pela investigação dos crimes. Legrain apareceu em um relatório de Ascânio de Abreu. Embora o diretor seja o único a mencioná-lo, é também o único autor citado por um estudo específico acerca do abuso de álcool.

O predomínio de autores da Península Itálica e da França salta aos olhos e, muito provavelmente, estava ligada à capacidade de leitura que os juristas locais

---

<sup>412</sup> CAIMARI, Lila. La Antropología Criminal y la Recepción de Lombroso en América Latina. In: MONTALDO, S.; TAPPERO, P.; BENEDUCE, R. **Cesare Lombroso Cento Anni Dopo**. Turin: UTET Libreria, 2009, p. 2.



possuíam de seus idiomas<sup>413</sup>, mas também à tradição jurídica e mesmo aos elementos culturais que invejávamos nos povos franceses e italianos. Novamente, é Antônio Cardoso de Gusmão quem se destaca, fazendo citações em inglês<sup>414</sup> e apresentando autores em língua alemã.

Feitas essas considerações, resta indicar em que medida esses autores auxiliavam os operadores do direito local a interpretar a criminalidade e dar respostas a ela. Sobretudo, como esse embasamento teórico era utilizado para dar um viés *científico* às acusações dirigidas a ociosos, trabalhadores pobres e ébrios<sup>415</sup>.

### *Lombroso, Ferri, Garofalo*

Espécie de “pai da criminologia”, Cesare Lombroso é, certamente, o nome mais conhecido por historiadores, juristas e estudiosos de outras áreas das humanidades. O médico italiano foi um grande compilador de ideias que vinham circulando na Europa, como o evolucionismo biológico e sociológico, fazendo de suas análises uma nova disciplina – a *Antropologia Criminal*. Na “constituição fisio-biológica do indivíduo”, Lombroso encontrava a gênese da criminalidade. Para Lombroso, o criminoso era determinado por características próprias, que faziam dele um tipo humano diferenciado, de natureza patológica, cuja mente não funcionava como a do indivíduo *normal*. Um ser primitivo. Por isso, a pena não era a punição por um ato de vontade, mas um modo de defender a sociedade contra alguém que possua o delito em sua natureza<sup>416</sup>. Sua *opus magnum*, *L’Uomo delinquente*, foi publicada em 1876, mas revista e ampliada em edições subsequentes, à medida em que o autor revisitava suas ideias e absorvia as críticas que lhe eram feitas<sup>417</sup>.

---

<sup>413</sup> Concorde aqui com o que observou Raul Belúcio no estudo de discursos parlamentares para o mesmo período, embora os juristas locais errassem a grafia de nomes latinos com certa frequência – o próprio Lombroso chegou a aparecer como “Lombrozo” uma vez ou outra. Cf. NOGUEIRA, 2018, p. 104.

<sup>414</sup> Cita uma obra chamada *Great Speeches by Great Lawyers*, de um tal William Snyder. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1906, p. 5.

<sup>415</sup> Não tenho a intenção de fazer longas explicações acerca dos autores citados e suas correntes de pensamento. O pensamento criminológico europeu e sua recepção no Brasil entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX é assunto sobre o qual há disponível uma bibliografia ampla e de qualidade. Cf. ALVAREZ, 1996; DIAS, 2015. Me limito a apresentar os pontos tratados pelas autoridades locais, buscando traçar como esses diversos autores se conectavam para cumprir os fins a que essas autoridades se destinavam – entre esses fins, a crítica da embriaguez como um dos vícios dos populares que os colocava diretamente em contato com a delinquência.

<sup>416</sup> DIAS, op. cit., p. 89-91.

<sup>417</sup> ALVAREZ, op. cit., p. 44.

Na concepção do *criminoso nato*, sem capacidade de arrependimento e recuperação, a pena não desempenhava um papel ressocializador. Mencionando um ditado dos carcereiros ingleses, Lombroso afirmava que “é mais fácil transformar um cachorro em uma raposa que um ladrão em um cavalheiro”<sup>418</sup>. Por isso, era cético quanto à capacidade restauradora das penas educativas e defendia que, pelo contrário, elas poderiam capacitar o delinquente para crimes piores<sup>419</sup>. Contra isso se opunha Ascânio de Abreu, que, apesar de considerá-lo um “mestre notável”, acreditava na função regeneradora dos estabelecimentos prisionais, sobretudo daquele que dirigia<sup>420</sup>.

Enrico Ferri deu passos mais largos que seu mestre, superando as concepções biológicas e excessivamente deterministas de Lombroso e enfatizando os aspectos sociais contidos na criminalidade. Na perspectiva de Ferri, o crime possuía causas biológicas, psicológicas, físicas e sociais. Os fatores que determinavam o indivíduo delinquente eram internos a ele, parte de sua constituição orgânica e psíquica, mas também externos – suas influências religiosas, educacionais, familiares, condição econômica e, ainda, o clima, as condições meteorológicas, as estações do ano<sup>421</sup>. Em 1908, Ferri veio pela primeira vez à América do Sul, ocasião em que visitou a Faculdade de Direito de São Paulo, sendo recebido “pela mocidade academica com a mais entusiastica manifestação de jubilo”. Os estudantes aplaudiam e atiravam flores, enquanto o Diretor da FDSP e todos os professores o recebiam, “todos revestidos de béca”. No Salão Nobre da faculdade, foi saudado por Cândido Motta, que discursou em sua homenagem, declarando que o convidado “deu às investigações de Lombroso o complemento necessario para constituir o corpo de doutrina, perfeito e systematico de que a sua ‘Sociologia Criminal’ é a maravilhosa e imperecível synthese”. Em seguida, três alunos se manifestaram e “foram muito applaudidos”. Então, “fez-se logo o maior silencio”, pois “havia levantado para falar o professor Henrique Ferri”. O discurso do *mestre italiano* não foi transcrito no relato de sua visita, mas registrou-se um resumo de sua participação:

---

<sup>418</sup> Tradução livre de: “È più facile trasformare un cane in una volpe che un ladro in un galantuomo”. LOMBROSO, Cesare. **L’Uomo delinquente**: studiato in rapporto alla antropologia, alla medicina legale ed alle discipline carceraire. Milano: Ulrico Hoepli, 1876, p. 75.

<sup>419</sup> LOMBROSO, Cesare. **L’Uomo delinquente**: in raporto all’antropologia, alla giurisprudenza ed alla psichiatria (cause e rimedi). Torino: Fratelli Bocca, 1897, 396-397.

<sup>420</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Director da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 239.

<sup>421</sup> DIAS, 2015, p. 103-105.

Faz um estudo comparativo da escola clássica e da escola positiva; accentuando que a segunda havia trazido para a sciencia um maior conjunto de verdades. Entretanto o advento da escola positiva é apenas um passo a mais no caminho da sciencia e se o seu nome está ligado a esse movimento isso é um facto puramente accidental. A sua contribuição é o resultado da sua organização physico-psychica, devida aos antecedentes maternos. Cumpre a mocidade continuar a obra encetada pela sua geração e, sobretudo, a mocidade dos paizes novos melhores pôde executar essa missão porque não tem a impedir-lhe os passos a força da tradição e da rotina. Vê que as modernas idéas scientificas encontram aqui um terreno propicio e incita á mocidade a continuar nessa orientação, buscando na sciencia e no trabalho, que são as duas forças verdadeiramente criadoras, a fonte da felicidade e do progresso da humanidade<sup>422</sup>.

Ferri parece ter sido melhor recebido do que seu precursor nos países latino-americanos no início do século XX. Provavelmente por apresentar-se uma versão mais atualizada do pensamento criminológico, também mais flexível e adaptável aos interesses do cotidiano forense<sup>423</sup>, e desviar-se das duras críticas aplicáveis a Lombroso. A popularidade no Hemisfério Sul também beneficiava esses autores, que em um segundo momento de suas trajetórias já encontravam um cenário muito mais duro para suas ideias na Europa<sup>424</sup>.

Rafaele Garofalo era magistrado e parte de sua obra possui um viés mais dogmático, voltado para as práticas da justiça penal e das instituições jurídicas<sup>425</sup>. Membro da elite napolitana, foi também senador e lecionou na Universidade de Nápoles. Em sua interpretação, o delinquente também era um tipo apartado da natureza humana. Nessa “classe de degenerados”, os caracteres do crime se manifestavam tanto em anomalias físicas quanto psíquicas. Também estavam mais sujeitos aos vícios e doenças degenerativas. Além disso, a transmissão hereditária dos caracteres delitivos era um *facto*<sup>426</sup>. Entre os três autores, Garofalo parece ter sido preterido pelos operadores do direito locais; nem por isso ignorado.

Em suas principais obras, todos eles atribuem importância para a influência do álcool na criminalidade. Na primeira edição de *L’Uomo delinquente*, Lombroso mencionava que o jogo e o vinho estavam entre os maiores prazeres do delinquente.

---

<sup>422</sup> **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 17, 1909, p. 239-250.

<sup>423</sup> DIAS, 2015, p. 103.

<sup>424</sup> ALVAREZ, Marcos Cezar. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002, p. 682.

<sup>425</sup> Idem, 1996, p. 46.

<sup>426</sup> DIAS, op. cit., p. 114-116.

Para ele, a paixão pelo álcool era um fenômeno complexo, pois era tanto causa quanto efeito dos crimes. Era usado para dar coragem aos covardes e seduzir os jovens ao crime. As tabernas, pontos de encontro onde criminosos planejavam suas perversidades. Além disso, os alcoolistas geravam crianças delinquentes<sup>427</sup>. Em uma edição posterior, dedicou-se ainda mais às relações entre bebida e crime, apresentando estatísticas de vários países comparando o crescimento da criminalidade com o aumento do consumo de álcool e relacionando diretamente ambas as coisas<sup>428</sup>.

No prefácio à segunda edição francesa de sua *Sociologia Criminale*, Ferri aponta o alcoolismo como uma patologia indivíduo-social, juntamente com a loucura, o suicídio, a prostituição e o crime<sup>429</sup>. Essas manifestações, por sua vez, estavam sujeitas a diversos fatores – predisposição hereditária, fatores físicos, condições de vida etc<sup>430</sup>. O autor via no álcool uma entre tantas maneiras de alterar a conduta moral dos indivíduos<sup>431</sup>. Como Lombroso, Ferri também comparou os dados relativos ao consumo de bebida e às estatísticas criminais. Usando o exemplo da França, concluiu que nos anos em que a produção de vinho era diminuta, os crimes também eram reduzidos e vice-versa<sup>432</sup>. Com base nessas observações, considerava as relações entre alcoolismo e criminalidade mais do que comprovadas, dispensando ter que recorrer, ainda, aos dados relativos ao número de alcoólatras entre a massa de delinquentes e o número de casos de brigas em tavernas por conta da embriaguez<sup>433</sup>.

Nas edições anteriores da *Sociologia*, Ferri declarava que, apesar de ter sempre existido, o alcoolismo era um problema do século XIX, um efeito colateral do estágio civilizacional em que chegaram. Culpava o industrialismo europeu, que

---

<sup>427</sup> LOMBROSO, Cesare. **L'Uomo delinquente**: studiato in rapporto alla antropologia, alla medicina legale ed alle discipline carcerarie. Milano: Ulrico Hoepli, 1876, p. 69.

<sup>428</sup> LOMBROSO, Cesare. **L'Uomo delinquente**: in rapporto all'antropologia, alla giurisprudenza ed alla psichiatria (cause e rimedi). Torino: Fratelli Bocca, 1897, p. 99-118.

<sup>429</sup> FERRI, Enrico. **La Sociologie Criminelle**. Tradução de Léon Terrier. Paris: Félix Alcan, 1905, p. II.

<sup>430</sup> FERRI, Enrico. **La Sociologie Criminelle**. Tradução de Léon Terrier. Paris: Félix Alcan, 1905, p. 128-129.

<sup>431</sup> FERRI, Enrico. **Sociologia Criminale** (3ª ed.). Torino: Fratelli Bocca, 1892, p. 72.

<sup>432</sup> Não deixa de ser curioso que Ferri utilize justamente a produção de vinho para fazer suas constatações. Muitos autores do período trabalhavam com uma separação entre bebidas fermentadas e destiladas, o que Ferri também faz algumas vezes, separando *vino* e *liquori*. Para parte desses autores, os fermentados não eram tão problemáticos, sendo até mesmo considerados benéficos à saúde. A toxidade e os riscos das bebidas destiladas eram mais consensuais. URÍA, 2003, p. 580.

<sup>433</sup> FERRI, Enrico. **Sociologia Criminale** (3ª ed.). Torino: Fratelli Bocca, 1892, p. 318-321.

produzia em grandes quantidades bebidas cada vez mais baratas e venenosas que até então não existiam. E como consequência desse mesmo industrialismo, levava os trabalhadores a buscar no álcool um alívio fugaz para as jornadas de trabalho exaustivas a que eram submetidas<sup>434</sup>. Na terceira edição, reduziu esse trecho e acrescentou o papel dos fatores biológicos, psicológicos e físicos, sobretudo o clima<sup>435</sup>.

Garofalo, por fim, manifestava algumas impressões bastante interessantes acerca da relação entre álcool e delito. O autor via na embriaguez um gatilho para o crime, mas somente nos indivíduos que revelassem caracteres delinquentes. Declarava que “por muito que beba um homem de caráter pacífico, não matará nunca um companheiro a facadas em uma briga de taberna”<sup>436</sup>. Dizia ainda que o bêbado não criminoso, depois de uma luta, até ajudaria seus adversários a levantar. Por outro lado, os ébrios criminosos utilizavam punhais e pistolas com o intuito homicida<sup>437</sup>. O magistrado também criticava as legislações onde a embriaguez servia como atenuante da pena. Segundo ele, era preciso averiguar se o indivíduo autor de um crime em estado de ebriedade possuía as inclinações para cometer aquele mesmo delito estando sóbrio. Nesse caso, deveria ser punido normalmente, independente de quantas garrafas tivesse esvaziado. Garofalo diferenciava, no entanto, o estado temporário da embriaguez do estado permanente e crônico do alcoolismo. Esse último, um quadro clínico, um “vício funesto”, que deveria ser resolvido pela internação do indivíduo em um asilo por tempo indeterminado<sup>438</sup>.

### *Disputas na ciencia do crime: as vozes francesas*

A corrente criminológica francesa foi a principal opositora da *Escola Italiana*. Em torno de Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde, um grupo de estudiosos se reuniu e elaborou uma vasta produção. Para esses autores, o meio social se impunha

---

<sup>434</sup> FERRI, Enrico. **La Sociologie Criminelle**. Tradução de Léon Terrier. Paris: Félix Alcan, 1905, p. 278.

<sup>435</sup> FERRI, Enrico. **Sociologia Criminale** (3ª ed.). Torino: Fratelli Bocca, 1892, p. 324.

<sup>436</sup> Tradução livre de: “por mucho que beba un hombre de carácter pacífico, no matará nunca de una puñalada á un compañero en una riña de taberna”. GAROFALO, R. **La Criminología: estudio sobre el delito y sobre la teoría de la represión**. Tradução: Pedro Dorado Montero. Madrid: La España Moderna, 1890.

<sup>437</sup> GAROFALO, R. **La Criminología: estudio sobre el delito y sobre la teoría de la represión**. Tradução: Pedro Dorado Montero. Madrid: La España Moderna, 1890, p. 144.

<sup>438</sup> GAROFALO, R. **La Criminología: estudio sobre el delito y sobre la teoría de la represión**. Tradução: Pedro Dorado Montero. Madrid: La España Moderna, 1890, p. 274-275.

à constituição biológica. Questionando a tese lombrosiana do *criminoso nato*, os franceses enfatizam o predomínio de fatores como o clima e as estações do ano. Por meio de seus anuários, publicados a partir dos anos 1880, e também nos *Congressos Internacionais de Antropologia Criminal*, realizados no mesmo período, expunham suas teses e discutiam meios de efetivar suas propostas no cotidiano do combate à criminalidade<sup>439</sup>. Esses também eram espaços de crítica aos pensadores italianos e, embora Lombroso e, sobretudo, Ferri, tenham incorporado parte dessas críticas, as divergências permaneceram até o fim desses congressos<sup>440</sup>.

De caráter internacional, esses eventos contaram com a presença de participantes alemães, argentinos, austríacos, belgas, canadenses, espanhóis, estadunidenses, ingleses, portugueses, russos, suíços etc. Até mesmo China e Japão enviaram delegados. Algumas edições também tiveram participações brasileiras. Dentre as diversas nacionalidades representadas, contudo, eram franceses e italianos que sobressaíam<sup>441</sup>.

Apesar de pouco citados, Lacassagne, Tarde e outros críticos da criminologia italiana também eram conhecidos na cena local. Do mesmo modo eram conhecidos os debates em torno dos congressos, ao menos pelo *dedicado* Antônio de Gusmão, que mencionou o primeiro deles em um de seus relatórios<sup>442</sup>. Outros autores mencionados pelos juristas locais foram frequentadores dos congressos internacionais: Henri Joly, Alphonse Bertillon, Paul-Maurice Legrain.

Em 1916, Ascânio de Abreu defendia que fossem impostas limitações à fabricação de bebidas alcoólicas. Além disso, sugeria uma “pezada tributação sobre o fabrico e o consumo”, como uma “medida prophylactica” que “viria contribuir grandemente para a baixa da nossa estatística criminal, sabida a influencia desastrosa que ellas exercem e que o seu uso e abuso é uma das causas mais conhecidas e

---

<sup>439</sup> GRUNER, 2012, p. 96-98.

<sup>440</sup> ALVAREZ, 1996, p. 46.

<sup>441</sup> Nas atas de alguns dos congressos, é possível encontrar as listas de participantes por países. Foi possível localizar as atas de quatro desses congressos disponíveis digitalizadas. **Actes du Congrès International d'Anthropologie Criminelle**. Rome, 1885; Paris, 1889; Brussels, 1893; Genève, 1896. As outras edições ocorreram em Amsterdã (1901), Turim (1906), Colônia (1911) e Budapeste (1914). KALUSZYNSKI, Martine. Les Congrès Internationaux d'Anthropologie Criminelle (1885-1914). **Mil neuf cent, Revue d'Histoire Intellectuelle**, n. 7, p. 59-79, 1989, p. 62.

<sup>442</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 30 de dezembro de 1904, p. 40.



frequentes do crime”<sup>443</sup>. Para embasar suas propostas, utilizou os levantamentos do médico francês Paul-Maurice Legrain, uma das maiores autoridades de então na luta antialcoólica, tanto por sua pesquisa médica quanto por sua militância política. Chefe de um asilo de alienados e secretário do *Conseil Supérieur de l'Assistance Publique*, foi também fundador de uma sociedade antialcoólica, a *Société contre l'usage des boissons spiritueuses*, em 1896<sup>444</sup>. Publicou uma série de livros, artigos e verbetes sobre degeneração, hereditariedade, loucura, criminalidade, mas, sobretudo, alcoolismo<sup>445</sup>.

Legrain era um dos inúmeros estudiosos a crer que uma onda degenerativa varria a Europa industrial<sup>446</sup>. Baseado no estudo de seus internados, o médico elaborou uma etiologia das doenças, convencendo-se de que a maioria das *loucuras* provinham de um estado de degenerescência hereditário. Havia uma tendência bastante difundida no meio médico de então, na qual criminalidade, loucura e alcoolismo possuíam fronteiras muito tênues, pois que relacionados às mesmas causas<sup>447</sup>. Legrain adotou as ideias de Benedict-Augustin Morel, segundo o qual a humanidade progressivamente se degenerava desde sua origem edênica, mas as laicizou, atribuindo à degenerescência uma falha evolutiva. Entre os fatores que levavam à decadência humana, um deles predominava: o álcool. Portanto, a temperança era uma demanda moral<sup>448</sup>.

Embora não mencione o título que utilizou, a obra onde os dados citados por Ascânio se encontram é *Dégénérescence Sociale et Alcoolisme*, publicada em 1895<sup>449</sup>. Nesse estudo, o autor buscou demonstrar os danos hereditários produzidos pelo alcoolismo. Pela comparação de estatísticas, concluiu que o álcool causava sérios danos em sucessivas gerações – altos níveis de mortalidade infantil, perda

---

<sup>443</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Director da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 237.

<sup>444</sup> NOURISSON, Didier. L'asile de buveurs: une machine à exclure? In: KALIFA, D.; GUESLIN, A. **Les exclus en Europe, 1830-1930**. Paris: Éd. de l'Atelier, 1999, p. 195.

<sup>445</sup> Como LEGRAIN, P. **Éléments de Médecine Mentale appliqués à l'étude du Droit**. Paris: Arthur Rousseau, 1906; LEGRAIN, P. **Du délire chez les dégénérés**: observations prises a l'Asile Sainte-Anne. Paris: A. Delahaye et. E. Legrosnier, 1886; LEGRAIN, P. **Hérédité et alcoolisme**: étude psychologique et clinique sur les dégénérés buveurs et les familles d'ivrognes. Paris: Octave Doin, 1889.

<sup>446</sup> GRUNER, 2012, p. 99.

<sup>447</sup> URÍA, 2003, p. 580.

<sup>448</sup> NOURISSON, op. cit., p. 195-196.

<sup>449</sup> LEGRAIN, P. **Dégénérescence Sociale et Alcoolisme**. Paris: Georges Carré, 1895.

progressiva do intelecto, loucura, depressão, epilepsia, meningite, tuberculose etc. Tomando por amostra 54 adultos descendentes de alcoólatras, Legrain concluiu que 24 deles se tornaram lunáticos e mais de 60% também viraram alcoólatras<sup>450</sup>, dados que Ascânio de Abreu relata para justificar a necessidade de medidas contra os excessos etílicos em solo paranaense.

Em consonância com essas ideias, afirmava:

É o triste legado que recebem os filhos de alcoolatras. Invalidos do corpo e mentalmente inferiores, não possuem a energia necessaria para reagir ás más tendencias que os dominam e se deixam levar para o lodo das viellas escusas, onde, infelizes, completam a criminosa educação iniciada no proprio lar paterno<sup>451</sup>.

Um segundo estudo apresentado por Ascânio de Abreu foi o do médico suíço Rudolf Demme. Esse autor comparou, ao longo de doze anos, dez famílias de ébrios e dez famílias de abstêmios. Ao final, concluiu que, das 57 crianças de famílias ébrias, apenas 9 eram normais. Do restante, 12 morreram prematuramente, 8 eram idiotas, 13 epiléticas, 3 tinham deformidades, 2 eram surdas-mudas, 5 alcoólatras e 5 nanicas. Enquanto isso, dos 61 filhos de famílias abstêmias, 50 eram normais. O mais curioso talvez seja como Ascânio, ocupante de um cargo público em uma capital periférica no sul do Brasil, sem formação em medicina ou direito, obteve acesso às ideias de um médico bernês, publicada originalmente em alemão<sup>452</sup> e que não parece ter obtido tanta profusão à época mesmo na Europa latina<sup>453</sup>. Provavelmente, a resposta está nos franceses. Em 1897, Lucien Mayet<sup>454</sup> publicava no *Bulletin de la Société d'Anthropologie de Lyon* um trabalho denominado *L'Alcoolisme et quelques-unes de ses conséquences*. Ali, Mayet citava, na mesma página, os trabalhos de Legrain e Demme, apontando os dados apresentados por ambos. Isso leva a pensar que

<sup>450</sup> LEGRAIN, P. **Dégénérescence Sociale et Alcoolisme**. Paris: Georges Carré, 1895, p. 86-87.

<sup>451</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Director da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 238.

<sup>452</sup> DEMME, R. **Über den Einfluss des Alkohols auf den Organismus des Kindes**. Stuttgart: Verlag Von Ferdinand Enke., 1891.

<sup>453</sup> Nas edições do Congresso Internacional a que tive acesso, não encontrei qualquer referência a Demme. E em todas as edições dos Archives d'Anthropologie Criminelle, o encontrei citado apenas duas vezes, uma em um artigo da edição de 1900 sobre perversões sexuais escrito por Paul Garnier e outra mencionando o estudo sobre alcoolismo e infância, em um texto escrito pelo suíço J. Joerger na edição de 1908.

<sup>454</sup> Lucien Mayet (1874-1949) foi um médico ligado à Faculdade de Medicina de Lyon (Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <<http://bit.ly/lucienmayet>>. Acesso em 03/02/2019).

provavelmente Ascânio não teve acesso a nenhuma das obras originais, e sim ao artigo de Mayet, ligado ao prestigioso grupo de Lyon que tinha no conhecido Lacasasgne o seu maior nome<sup>455</sup>.

Outro dado relevante é que esse tipo de estatística parece ter se tornado bastante difundido naquele período. Teresa Cristina de Novaes Marques expõe as propostas do deputado Juvenal Lamartine contra o consumo de álcool. Em 1917, ele enviou uma proposta à Câmara sugerindo uma série de restrições. Para embasar seu ponto de vista, questionou três importantes médicos do período a respeito da influência hereditária do álcool, buscando aferir a normalidade dos filhos de pais alcoólicos, os índices de mortalidade infantil nesses casos e se a profilaxia social deveria investir contra o alcoolismo<sup>456</sup>. Nos memoriais da Câmara, constam uma série de estatísticas ligando álcool, crime e degeneração, produzidas no Rio de Janeiro, França e Suíça. Um dos médicos questionados cita exatamente os mesmos dados levantados por Legrain que Ascânio utilizou<sup>457</sup>.

O que essas redes de transferência de conhecimento parecem demonstrar é que havia uma intensa circularidade de ideias estrangeiras entre os representantes da lei e da ordem em Curitiba. As trocas realizadas pela efervescente cena *científica* europeia atravessavam o Atlântico e acarretavam em novas trocas, novas leituras, reordenadas conforme critérios que atendessem aos interesses locais. Atentas ao que acontecia em Roma, Turim, Paris, Lyon, mas também em outros centros pela Alemanha, Suíça, Bélgica etc., as autoridades locais recebiam e discutiam o que se falava além-mar. E o mais impressionante é que não eram apenas os bacharéis vindos de Recife ou São Paulo que tomavam parte nessas discussões. Em suma, para quem busca enxergar a cultura jurídica através somente na obra dos grandes doutrinadores e juristas, ignorando a massa de outras fontes que apontam para outros personagens, esse cenário pode surpreender. Seguindo essas outras pistas e indícios, buscando as tênues conexões entre diferentes autores e tradições, emerge um cenário de circularidade, um movimento de trocas entre o que se considera *alta* e *baixa* culturas

---

<sup>455</sup> MAYET, L. L'Alcoolisme et quelques-unes de ses conséquences. **Bulletin de la Société d'anthropologie de Lyon**, tome 16/2, 1897, p. 493-531.

<sup>456</sup> MARQUES, Teresa Cristina. **A Cerveja e a cidade do Rio de Janeiro**: de 1888 ao início dos anos 1930. Brasília: EdUNB, 2014, p. 234-235.

<sup>457</sup> **Diário do Congresso Nacional**, 23/10/1917, p. 3389.

jurídicas<sup>458</sup>, abrangendo inclusive atores sem formação jurídica e nem por isso menos sofisticados.

\* \* \*

Antônio de Gusmão, em seus relatórios, se referia ao “proyecto Dr. João Vieira”<sup>459</sup>, ao “saudoso mestre, o genial Tobias Barreto”<sup>460</sup>, ao “illustre Clovis [Beviláqua] e o saudoso Nina Rodrigues” e ao “inesquecível Viveiros de Castro”<sup>461</sup>. Tendo circulado entre São Paulo, Recife e Rio de Janeiro ao longo dos anos 1880 e 1890, será possível que seu contato com esses grandes nomes tenha ido além da leitura de suas obras?

Infelizmente, essa é apenas uma especulação. De todo modo, os grandes nomes da *sciencia* brasileira, professores das faculdades de Direito e Medicina, escritores, conferencistas, homens públicos, estavam na boca das autoridades locais. Cabia a esses autores importar para o Brasil o que havia de mais novo nas *nações civilizadas* e adaptar para a realidade local. Não se tratava, portanto, de meramente “imitar o que a Europa nos offerece, com a confirmação da experiencia e o attestado eloquente de um brilhante passado”<sup>462</sup>. Diferente de um reconhecimento de inferioridade e atraso, a experiência de países onde as ideias criminológicas vinham sendo aplicadas e produzindo “bons resultados” servia para legitimar a aplicação dessas mesmas ideias aqui, como uma garantia de sucesso<sup>463</sup>.

Sobre a influência das ideias lombrosianas na América do Sul, Lila Caimari apresenta uma realidade que possivelmente possa ser expandida para o pensamento criminológico de um modo geral. Antes de uma recepção submissa, verificou-se uma adoção parcial, incluindo críticas e complementações com ideias locais. Uma leitura

---

<sup>458</sup> LOPES PEREIRA, Luís Fernando. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre método. In: FONSECA, R. M. **Nova História Brasileira do Direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012, p. 39.

<sup>459</sup> Relatório apresentado ao Secretário d’Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Juiz de Direito da Lapa. Lapa, 30 de dezembro de 1903, p. 7.

<sup>460</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 30 de dezembro de 1904, p. 14.

<sup>461</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1906, p. 22.

<sup>462</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1906, p. 32.

<sup>463</sup> GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque. **Revista de História Regional**, v. 14, n. 1, p. 76-104, 2009, p. 88.

estritamente ligada aos contextos regionais<sup>464</sup>. Caso, por exemplo, do forte tom racializado que a *questão social* assumiu em certos círculos acadêmicos no Brasil, como o do professor de medicina Nina Rodrigues e seus seguidores. Extremamente apegados à questão racial, esses pensadores viam na população negra e miscigenada uma maior predisposição ao crime e menor capacidade de raciocínio. Por isso, inclusive, defendia-se graus de responsabilidade penal distintos de acordo com a *raça* do delinquente, já que as *raças inferiores* tinham menor *senso moral*<sup>465</sup>. Analisando as edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lilia Schwarcz encontra uma posição fatalista quanto à população negra, considerada incivilizável<sup>466</sup>. A esperança, para alguns pensadores, estava no branqueamento da população. Contrariando as evidências que se impunham, estes acreditavam veementemente que *o futuro era branco*<sup>467</sup>.

A Curitiba que se pretendia branca e europeia, favorecida pelo clima ameno, *mais adequado à civilidade*<sup>468</sup>, possuía suas próprias especificidades. A recepção das teorias estrangeiras, e mesmo do que se ensinava nos meios acadêmicos nacionais, poderia sujeitar-se a outras questões. Por exemplo, a estranha ambiguidade que enaltecia as ideias e modos europeus, mas passou a ver no imigrante estrangeiro um risco social. Sobretudo, os *homens cultos* em Curitiba eram homens práticos<sup>469</sup>. Se mesmo entre os intelectuais de Recife, havia uma forte preocupação com os problemas do mundo prático<sup>470</sup>, não seriam os delegados e Chefes de Polícia meredionais que se dariam a abstrações. O futuro dependia deles<sup>471</sup>. A *sciencia* havia de fazer-se prática.

---

<sup>464</sup> CAIMARI, 2009, p. 10.

<sup>465</sup> Ibid., p. 8-9.

<sup>466</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 145.

<sup>467</sup> Ibid., 1993, p. 122; 180-181.

<sup>468</sup> LOPES PEREIRA, 2009, p. 12.

<sup>469</sup> Essa é uma afirmação um tanto perigosa, já que uma diferenciação entre juristas “teóricos” e juristas “práticos” pode, por vezes, se manifestar reducionista e limitada. Mesmo uma separação bastante difundida na historiografia de que a Faculdade de Recife buscava formar *teóricos* enquanto que a de São Paulo formava políticos e burocratas (SCHWARCZ, op. cit., p. 240) funciona em termos didáticos, mas oculta um cenário muito mais complexo. De todo modo, até que a Universidade do Paraná começasse a formar quadros próprios, aqueles a quem era dado pensar as *questões sociais* ou eram membros das elites locais que ocupavam cargos públicos ou vinham dos espaços acadêmicos de fora para exercer cargos públicos.

<sup>470</sup> Ibid., p. 207.

<sup>471</sup> Ibid., p. 221.

## 2.3 CONHECER PARA COMBATER

*Eu tenho savoir-faire  
Meu temperamento é light  
Minha casa é high tech  
Toda hora rola um insight*  
Samba do approach – Zeca Baleiro

“Já se foi o tempo em que se davam ás autoridades policiaes a função de Capitão de Matto”, dizia o Delegado Mário de Castro Nascimento em abril de 1912, ao regressar do *Convenio Policial Brasileiro*, em São Paulo. Explicava: “nos modernos tempos faz-se necessaria uma policia lettrada, capaz de encarregar-se com vantagem das investigações criminaes, divorciada do espirito de rotina, e usando sempre dos meios preconizados pela sciencia para a descoberta dos delictos”<sup>472</sup>. Em janeiro daquele ano, o *Correio Paulistano* já anunciava a realização do grande evento, exposto nos seguintes termos:

A policia de S. Paulo prepara-se para realizar, em abril vindouro, um convenio policial, com o concurso da policia de todos os Estados do Brasil.

Para a realização dessa louvavel iniciativa foi constituida uma commissão executiva, que já está elaborando a circular que deve ser dirigida aos governos dos Estados, convidando-os a tomar parte no convenio, por um delegado com poderes para assignar as conclusões de tudo o que fôr deliberado.

As bases principaes do convenio são as seguintes:

- 1.º Procurar todos os meios praticos para a approximação e desenvolvimento dos laços de interesse commum que ligam as instituições policiaes, firmando entre ellas uma obra de defesa social colectiva;
- 2.º Estabelecer a permuta de fichas de identidade sobre a base do systema dactyloscopico de Wucetisch, para o que as policias empregarão os meios de ser adoptado esse systema onde não esteja ainda introduzido;
- 3.º Organizar um codigo telegraphico policial, para que a correspondencia urgente seja feita de modo economico e reservado;
- 4.º Estabelecer de modo mais prompto, seguro e efficaz as medidas para a captura de criminosos foragidos;
- 5.º Lanças as bases de um congresso policial sul-americano;
- 6.º Fomentar toda e qualquer idéa pratica para o bem commum da instituição policial<sup>473</sup>.

Ainda em janeiro, o Chefe de Polícia Estanislau Cardoso recebia o convite do encontro, ao qual respondeu assegurando a presença de um delegado que

<sup>472</sup> Relatório do Convenio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912, p. 28.

<sup>473</sup> **Correio Paulistano**. São Paulo, 17 de janeiro de 1912, p. 4.



representasse a polícia paranaense<sup>474</sup>. O escolhido, Mário de Castro, voltou com ares de missão cumprida. Visitou o Presidente do Estado e apresentou por escrito seu relatório do evento. Segundo *A República*, o delegado “alcançou distinto conceito naquella reunião de homens illustres”<sup>475</sup>. Junto do delegado, viajou o médico Miguel Santiago, que dirigia o Gabinete de Identificação e Estatística. O jurista e o médico foram elogiados pelo Chefe de Polícia, que teve acesso aos anais do evento e viu que eles “cumpriram dignamente a sua missão, tendo ambos apresentado theses e memorias e tomado parte nas discussões dos varios assumptos”. A autoridade policial também informava que várias das decisões adotadas no Convênio já estavam sendo aplicadas<sup>476</sup>. Mais do que um seminário, um espaço de debate e troca de conhecimentos, o Convênio exigia práticas.

Pensar o fenômeno da criminalidade e o comportamento estatal frente a ela no período estudado exige atentar para a simbiose de disciplinas que se dedicavam a determinar novos parâmetros conceituais em torno do delito e do delinquente<sup>477</sup>. Os marcos estabelecidos sobretudo em torno da chamada *Escola Positiva* tratavam de *radiografar* a sociedade e produzir *verdades* face aos problemas sociais. Mais que isso, estabeleciam novos mecanismos para lidar com esses problemas<sup>478</sup>. Característica marcante do período era uma “vontade de verdade”, apoiada em um suporte institucional que permeava os discursos e os usos que se faziam deles<sup>479</sup>. Inaugurava-se um período de novos aportes e tecnologias com vistas a dar uma resposta certa e eficaz à *súcia de malfeitores* que tirava o sossego das cidades.

De volta do Convênio Policial, Mário de Castro informava as novidades. Ficou estabelecido entre os representantes dos estados presentes<sup>480</sup> um acordo de permuta de documentos contendo informações sobre indivíduos – tanto fichas padronizadas de passagem pela polícia, quanto registros de identidade e atestados de conduta. As autoridades também se comprometiam a manter um registro das estatísticas

---

<sup>474</sup> **Correio Paulistano**. São Paulo, 02 de fevereiro de 1912, p. 4.

<sup>475</sup> **A República**. Curitiba, 20 de abril de 1912, p. 1.

<sup>476</sup> Relatório apresentado ao Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1912, p. 14.

<sup>477</sup> CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 27.

<sup>478</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>479</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 10.

<sup>480</sup> Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais.

criminais, “meio mais apreciável e melhor para se conhecerem as causas dos delictos e, portanto, poder-se empregar os meios de previnil-os”. Também deveriam adotar o regime penitenciário onde não houvesse, substituindo as antigas cadeias. Deveriam, ainda, criar gabinetes de datiloscopia nos municípios e estabelecer Escolas de Polícia “sob bases científicas”<sup>481</sup>.

O Paraná já estava em dia com a maior parte dessas determinações. Durante a primeira década do século XX, uma série de ações foram tomadas no estado a fim de garantir a ordem e aprimorar a segurança pública. Em 1903, era inaugurado em Curitiba o Hospício de Nossa Senhora da Luz. Dois anos mais tarde o *Gabinete Anthropometrico* entrava em funcionamento, renomeado para Gabinete de Identificação e Estatística em 1907. Em 1909, começava a funcionar o moderno Presídio do Ahú. Também foi um período de implantar ou revisar regulamentos e regimentos atinentes à segurança pública<sup>482</sup>.

Desde seu surgimento, a criminologia e a medicina higienista determinavam a necessidade de submeter o criminoso a exame. Nas palavras de Lila Caimari, “o *voyeurismo* abraça a causa do avanço da ciência”<sup>483</sup>, tornando visível se o acusado era alcoolista, tinha comportamento histérico e mesmo se sua mandíbula era mais ou menos pronunciada ou se tinha olhos muito profundos nas órbitas<sup>484</sup>. Nesse afã de classificar o indivíduo, diferentes ferramentas surgiram mais ou menos simultaneamente e foram usadas muitas vezes de forma combinada. Com a fotografia, colecionavam-se rostos. Com a antropometria, distinguam-se até os indivíduos mais parecidos, através de registros da cor dos olhos, pele, cabelos e medidas de cabeça, narizes, orelhas, descrições de cicatrizes e tatuagens etc. Por fim, os registros datiloscópicos eliminavam qualquer margem de dúvida<sup>485</sup>.

A estatística, apesar de não ser exatamente uma novidade<sup>486</sup>, ganhava cada vez mais importância. Encarada como uma forma científica e acurada de observação dos fenômenos sociais, ela permitia analisar a realidade de maneira ampla e intervir sobre ela. Nas palavras do já conhecido Antônio de Gusmão, “a estatística recebe a

---

<sup>481</sup> Relatório do Convenio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912, p. 17-22.

<sup>482</sup> GRUNER, 2012, p. 151-152.

<sup>483</sup> Tradução livre de: “el *voyeurismo* abraza la causa del avance de la ciencia”. CAIMARI, 2009, p. 126-127 – grifo no original.

<sup>484</sup> Ibid., p. 126-127.

<sup>485</sup> Ibid., p. 52-53.

<sup>486</sup> BRETAS, 1997, p. 12.

noticia numerica dos factos sociaes”, e, de posse desses números, “observando-os em suas relações mutuas ou comparando-os entre si, recolhe analyticamente a intensidade das influencias por elles experimentadas, afim de indicar ao legislador os vicios da lei vigente, a emendar nas leis por virem”. Através de seus levantamentos, esse ramo do conhecimento “fornece abundantes materiaes ás reformas judiciais, influe poderosamente na evolução do direito judiciario. Na sciencia da administração ella é o mais poderoso de todos os elementos”<sup>487</sup>. Embora a estatística já fosse utilizada no Paraná em décadas anteriores, não era elaborada com regularidade e os próprios Chefes de Polícia admitiam que não era “precisamente a expressão da verdade”<sup>488</sup>.

Após os primeiros anos do século XX, o serviço de estatística ganhou maior rigor e pretensões de completude. Ainda em 1907, Miguel Santiago, responsável pelo Gabinete de Identificação e Estatística, lamentava não ter sido possível apresentar um levantamento regular do ano que encerrava. No mesmo relatório, porém, propunha um regulamento para seu departamento a fim de dar as diretrizes do serviço a partir de então<sup>489</sup>. Dar valor ao assunto era questão de primeira ordem. Afinal, foi baseado na estatística que Ferri tirou grandes conclusões, como a de que o clima influenciava as ações criminosas. Era ela que permitia decifrar o “nexo causal entre os phenomenos physicos e sociaes e os phenomenos delictuosos”, orientando as medidas a serem adotadas<sup>490</sup>.

Aliadas, fotografia, antropometria, datiloscopia e estatística tornaram as influências da *nova sciencia* palpáveis. A passagem de luz pelas lentes das câmeras, gravando informações reveladas em papel fotográfico, perenizava os rostos suspeitos. A anotação de suas cores e medidas dava precisão aos traços contidos no retrato preto e branco. Cada um dos dez dedos sujos em tinta deixava no papel uma marca inédita e irrepetível. E enquanto esses registros individualizavam, a estatística os totalizava. Convertidos em números, esses sujeitos eram agrupados e encerrados

---

<sup>487</sup> Relatório apresentado ao Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Juiz de Direito da Lapa. Lapa, 30 de dezembro de 1903, p. 17-18.

<sup>488</sup> Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Publica do Paraná pelo Chefe de Policia Interino do Estado. Curitiba, 20 de dezembro de 1898, p. 10.

<sup>489</sup> Relatório do Gabinete de Identificação e Estatística apresentado ao Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1907, p. 1.

<sup>490</sup> Relatório do Convenio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912, p. 25-26.

entre as grades das tabelas, que, muitas vezes, espelhavam as grades tão mais concretas das detenções.



Figura 13. Fotos dos prontuários do Gabinete de Identificação. Fonte: DEAP/PR.

Era a partir do Gabinete de Identificação e Estatística que essas técnicas se operavam. Em 1904, o Chefe de Polícia Luiz de Albuquerque Maranhão alertava ser “de toda necessidade a organização de um Gabinete de identificação e de estatística, para o qual já se acham promptos alguns moveis, tendo já sido encommendados diversos instrumentos e aparelhos anthropometricos”. Os equipamentos viriam de Paris e eram esperados para fevereiro do ano seguinte, quando deveria ser inaugurada a repartição. O Chefe de Polícia apresentava, em seguida, uma sugestão de regulamento para o futuro gabinete. No entender de Maranhão, ele deveria funcionar como uma seção de viés concomitantemente policial e judiciário, possuindo o papel de interligar os comissariados de polícia e promotorias públicas. Registrando o movimento criminal dos comissariados, fornecia e orientava a ação das promotorias. Hierarquicamente, responderia à chefatura de polícia<sup>491</sup>. O departamento entrou em funcionamento em 1905, denominando-se *Gabinete Anthropometrico*, nome distinto do que o Chefe de Polícia anunciava e mais afinado com o sistema de Bertillon

<sup>491</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Chefe de Policia do Estado relativo ao ano de 1904. Curitiba, 05 de fevereiro de 1905, p. 75-76.

(enquanto que “Identificação e Estatística” abrangeria uma operação mais ampla). Sua regulamentação, apesar da proposta elaborada por Maranhão, só saiu em junho de 1908<sup>492</sup>.

Inicialmente, a identificação dos criminosos foi feita a partir do sistema de Alphonse Bertillon, funcionário da polícia parisiense que concebeu um meio de identificação de indivíduos baseado na precisa aferição de suas medidas corporais. Essas informações seriam registradas em fichas individuais, somadas de dados fisionômicos, anotações de “marcas particulares” – tatuagens e cicatrizes – e fotografia, de frente e perfil. Apresentadas no primeiro *Congresso Internacional de Antropologia Criminal*, em 1885, as ideias de Bertillon foram recebidas com entusiasmo na presença de sumidades como Lacassagne e Lombroso<sup>493</sup>. Bertillon foi alocado em uma seção do evento, junto com Lombroso e Ferri, denominada *En quelles catégories doit-on diviser les délinquants et par quels caractères organiques et psychiques peut-on les distinguer?*<sup>494</sup> e apresentou uma conferência intitulada *Sur l'Anthropométrie appliquée aux récidivistes*<sup>495</sup>. No ano seguinte, apresentava a palestra *De l'Identification par les Signales Anthropométriques* no Congresso Penitenciário de Roma<sup>496</sup>. Não demorou muito até que suas ideias fossem implantadas em várias partes do mundo<sup>497</sup>.

Em Curitiba, as fichas eram produzidas em formato quadrado, tamanho 16x16cm, frente e verso. A frente era composta pelas medidas antropométricas (altura, envergadura, medidas da cabeça, pé, dedo médio e mínimo etc.), cor do olho, idade, idade aparente e local de nascimento. Abaixo das fotos, anotações sobre a cor e tipo do cabelo, barba e cor da pele. As impressões de polegar, indicador, médio e anelar da mão direita também eram tomadas. Ainda, a data em que a ficha foi preenchida e a assinatura do responsável pelas aferições. O verso era dividido em

---

<sup>492</sup> GRUNER, 2012, p. 181.

<sup>493</sup> GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 171-194, dez. 2016, p. 172-173.

<sup>494</sup> Tradução livre: Em quais categorias devemos dividir os delinquentes e por quais caracteres orgânicos e psíquicos podemos os distinguir? **Actes du premier Congrès International d'Anthropologie Criminelle**. Rome, 1885, p. 3.

<sup>495</sup> Tradução livre: Sobre a Antropometria aplicada aos reincidentes. **Actes du premier Congrès International d'Anthropologie Criminelle**. Rome, 1885, p. 151-178.

<sup>496</sup> Tradução livre: Da Identificação pelos sinais antropométricos. BERTILLON, A. *De l'Identification par les Signales Anthropométriques*. **Archives de l'Anthropologie Criminelle et des sciences pénales**, 1886, p. 193-223.

<sup>497</sup> GARCÍA FERRARI e GALEANO, op. cit., p. 173.



Figura 14. Ficha antropométrica de 1905. Fonte: TJPR. Nas ampliações, anotações precisas das medidas da cabeça e observações sobre o tipo e cor de cabelo, barba, cor, data das anotações e assinatura do profissional responsável.



Já no primeiro ano, o movimento do Gabinete foi intenso. Passaram por ele 117 pessoas entre maio e dezembro. Dessas, 115 homens e apenas duas mulheres. Foram identificadas 78 como brancas, 29 como pardas e 10 como negras. Brasileiros foram 91, seguidos de 11 alemães, 7 italianos, 3 poloneses, um espanhol, um português e outros 3 de outros países<sup>498</sup>. Nos anos seguintes esses números cairiam para perto da metade<sup>499</sup>, provavelmente porque a inauguração do gabinete ensejou a identificação de réus em processos dos anos anteriores. Nesse primeiro ano, as contravenções obtiveram pouca atenção, tendo-se privilegiado os crimes mais graves. Somente homicídios foram 42, além de 10 tentativas e 15 lesões corporais graves. A embriaguez foi deixada de lado. Pouco tempo depois, no entanto, essa situação já se alterava significativamente. Para o ano de 1908, foram identificados 400 criminosos e 486 contraventores no estado do Paraná. O crime mais frequente passou a ser de lesões corporais leves, com 210 registros. A embriaguez representou 346 das 486 contravenções. Desses, 236 eram homens e 110, mulheres. Identificados como brancos foram 206, contra 89 pardos e 51 pretos. Alfabetizados eram 208 e analfabetos, 138. A maioria de brasileiros, 206, foi seguida por 53 polacos, 29 italianos e 16 alemães. Havia 35 menores de idade<sup>500</sup>.

O reinado absoluto da *bertillonage*, como era conhecida, teve, no entanto, vida curta. No relatório do Gabinete de Identificação referente ao ano de 1906, seu diretor, Miguel Santiago, expunha algumas das deficiências do método francês:

“A anthropometria só é applicavel aos individuos nos quaes o esqueleto tem tomado a maior amplitude no crescimento, que segundo a anthropologia se completa definitivamente aos 25 annos;  
A anthropometria é fallivel, por consequencia nos menores (que formam poderoso contingente na criminalogia); nas mulheres, onde, segundo o proprio Bertillon, a abundancia dos cabellos não permite a rigorosa tomada dos diametros cephalicos e finalmente n'aquelles que, medidos pela 2ª vez apresentam por hypothese, alterações no esqueleto.

---

<sup>498</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado nos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 11 de janeiro de 1906.

<sup>499</sup> Foram identificadas 63 pessoas em 1906 e 65 em 1907. A embriaguez continuou de fora. Relatório do Gabinete de Identificação apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 01 de janeiro de 1907, p. 9; Relatório do Gabinete de Identificação e Estatística apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1907, p. 7.

<sup>500</sup> Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1908. Para não entediar o/a leitor/a com números, apresento alguns desses levantamentos estatísticos na forma de anexo.

Para a internacionalização, finalmente, a ficha anthropometrica não oferece segurança, pois para todas as medidas ha uma tabella de tolerancia para o erro, o que priva da certeza mathematica”<sup>501</sup>.

Por esse motivo, desde novembro daquele ano, o Gabinete de Identificação, que progredia a plenos pulmões, passava a operar acrescido de um novo método: o *systema Vucetich*<sup>502</sup>. Juan Vucetich foi um imigrante europeu que fez-se argentino. Chegado à América do Sul em 1884, passou a trabalhar na polícia argentina, onde sua carreira deslanchou rapidamente. Tendo lido alguns trabalhos de Bertillon e também um artigo de Francis Galton sobre impressões digitais, Vucetich passou a registrar as dez impressões digitais dos sujeitos que passavam pela repartição em que trabalhava. Aos poucos, desenvolveu e aprimorou um sistema pioneiro de identificação, que representou outro grande marco da técnica policial<sup>503</sup>. Em Curitiba, o médico Miguel Santiago apresentava as vantagens desse processo em relação a Bertillon:

O vucetichismo, ou a dactyloscopia, é applicavel em todas as phases da vida, representando invariavelmente as mesmas figuras, desde o 5º mez da vida fetal até dias depois da morte.

A dactyloscopia, por consequencia, é applicavel aos menores, ás mulheres e os que uma vez identificados tenham soffrido embora deformidades ou amputações da maioria dos dedos de ambas as mãos.

Um só dedo que fique basta para se reconhecer um identificado, seja qual fôr o tempo que haja decorrido da 1ª identificação.

Para o serviço de permuta internacional, a ficha dactyloscópica oferece igualdade perfeita, d’onde resulta a ausencia de tabella de tolerancia.

Não estará longe, portanto, o dia em que o vucetichismo seja um processo universal, mas manda em todo caso a justiça prestar as mais altas homenagens a Bertillon, a cujo processo a dactyloscopia nascente foi buscar elementos de vida propria<sup>504</sup>.

Após um curto período de convivência, a *bertillonage* acabou substituída pelo sistema argentino. Em 1912, o Chefe de Polícia Manoel Bernardino Cavalcanti Filho afirmava que o sistema de Vucetich “com brilhante successo tem sido adoptado pelas Policias das Capitaes cultas” e, tão conhecido que se tornou, “é dispensavel qualquer commentario tendente a demonstrar o acerto da nossa Policia despresando quasi por

---

<sup>501</sup> Relatório do Gabinete de Identificação apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 01 de janeiro de 1907, p. 7.

<sup>502</sup> Relatório do Gabinete de Identificação apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 01 de janeiro de 1907, p. 5-6.

<sup>503</sup> GARCIA FERRARI e GALEANO, 2016, p. 189-181.

<sup>504</sup> Relatório do Gabinete de Identificação apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 01 de janeiro de 1907, p. 7.

completo a Bertillonagem, que só é adoptada, em parte, no serviço de passaportes". Por aqueles dias, o Gabinete também começava a elaborar registros civis para as "pessoas honestas"<sup>505</sup>. Nos prontuários em forma de caderno que o Gabinete passou a elaborar, ainda havia uma seção para "caracteres chromaticos etc.", mas as medidas da *bertillonage* haviam sido deixadas de lado. Preenchiam-se as anotações somente pela observação fisionômica: "lábios – proeminentes; bocca – horizontal; nariz – recto; orelhas – normaes" etc.

NOME *Vitor de Mello*  
VULGO

Qualificação  
Filho de *Antonio Vianna* e de *Yorgina de Mello*  
Nacionalidade *Brasileira*, Naturalidade *Ant.*  
*nina - Paraná*, Edade (declarada ou aparente) *20* annos, Nascido em  
de *—* de *1911*, Estado civil *Solteiro*, Profissão  
*Logunero*, Sabe ler e escrever *Sim*, Instrução *Baixa*

Caracteres Chromaticos etc.

Côr <i>Morena</i>	Nariz <i>Recto, base oriental</i>
Cabellos <i>Casts. escuros</i>	Dentes <i>Bons</i>
Barba <i>Bombuda</i>	Fronte <i>Vertical</i>
Bigode <i>Bons</i>	Palpebras <i>Desabertas</i>
Olhos <i>Casts. escs.</i>	Orelhas <i>Normaes</i>
Bocca <i>Normaes</i>	Queixo <i>Recto</i>
Labios <i>Grossos</i>	Sobrancelhas <i>Obliquas internas</i>
Constituição <i>Mediana</i>	Vós <i>Mediao</i>
Altura 1m. e <i>65,5 cm</i>	

Marcas, Signaes particulares, Cicatrizes e Tatuagens

Rosto *—*

Mão direita *Medio com pequenos cicqs.*

Mão esquerda *Gravado por com diversas cicqs.*

Tatuagens

Côr *Morena*  
Cabellos *Casts. escuros*  
Barba *Bombuda*  
Bigode *Bons*  
Olhos *Casts. escs.*  
Bocca *Normaes*  
Labios *Grossos*  
Constituição *Mediana*  
Altura 1m. e *65,5 cm*

Nariz *Recto, base oriental*  
Dentes *Bons*  
Fronte *Vertical*  
Palpebras *Desabertas*  
Orelhas *Normaes*  
Queixo *Recto*  
Sobrancelhas *Obliquas internas*  
Vós *Mediao*

Figura 15. Prontuário criminal. Fonte: DEAP/PR.

Nas ampliações referentes aos "Caracteres Chromaticos etc." é possível notar como a precisão da *bertillonage* tinha cedido espaço a observações mais vagas, como "Olhos Casts. escs.", "Constituição Mediana" ou "Orelhas Normaes", já que o uso das digitais dispensava a medição das partes do corpo.

<sup>505</sup> Relatório apresentado ao Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1912, p. 13.



15

Registro geral

Nome Antônio Antonio de Figueiredo vulgo

Idade \_\_\_\_\_ Naturalidade \_\_\_\_\_

Filho de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_ Instrução \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ Residência \_\_\_\_\_

Matricula n. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Guia \_\_\_\_\_ Identificado em \_\_\_\_\_

Motivo **Contravenção**

Observações **Crime**

Firma do detento

TYP.—PENITENCIARIA

16

Polícia do Estado do Paraná  
SYSTEMA VUCETICH  
FILIA  
GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E DE ESTATÍSTICA  
Registro Geral N. \_\_\_\_\_











S E R I E		MÃO DIREITA				
S E C Ç Ã O		MÃO ESQUERDA				
						
		POLLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANNULARES	MINIMOS
						

Figura 16. Ficha de identificação sistema Vucetich. Fonte: DEAP/PR.



*n. 4*  
*Reg. Z. 1.091.*

Contravenção 499  
Contravenção 1882  
Registro Criminal n. 1091

PRONTUÁRIO  
GADASTRADO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO MEDICO LEGAL E ANNEXOS

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO  
E  
ESTATISTICA

  
DO  
ESTADO DO PARANÁ

PROMPTUARIO N. 101

Nome *Antonio Sotomaior de Andrade*

Contravenção  
Crime

P. Caixa n. 4  
P. Caixa 8150

Figura 17. Prontuário do Gabinete de Identificação e Estatística. Fonte: DEAP/PR.



A partir dessas ferramentas, os contraventores do dia-a-dia revelavam-se amplos em números e feições. Embasados pela voz da *sciencia*, municiados pelos avanços técnicos e estimulados pelo clamor da *gente ordeira*, autoridades policiais estavam prontas para limpar a cidade da *escumalha* que a contaminava. Sob a alegação de neutralidade e *cientificidade* das decisões estatais, camuflava-se pura e simples violência contra a população mais frágil<sup>506</sup>.

---

<sup>506</sup> CHALHOUB, 1996, p. 58.

### 3 DO BOTEQUIM AO XILINDRÓ

#### 3.1 A POLÍCIA NO CONTROLE DO ESPAÇO URBANO

*De noite eu rondo a cidade  
A lhe procurar, sem encontrar  
No meio de olhares espio  
Em todos os bares  
Ronda – Maria Bethânia*

Antônio Antunes de Andrade, [anti-]herói que introduziu esse trabalho, era, nas palavras do *Diário da Tarde*, “bastante conhecido no cadastro policial”<sup>507</sup>. O jornal não mentia. Entre 1912 e 1942, o *pulha* tivera 46 passagens registradas pela polícia, quase todas por embriaguez, normalmente acrescida de desordens. Algumas vezes a anotação utilizada foi “ébrio habitual”. Uma das prisões se deu por “ministrar álcool a menores”<sup>508</sup>. Antunes tinha um *currículo* impressionante, mas não era o único. Bernardo Custódio<sup>509</sup> passou pela polícia 41 vezes<sup>510</sup>. Benedicto Motta e Victor de Mello eram mais *comedidos*: contavam, respectivamente, com 20<sup>511</sup> e 16 passagens<sup>512</sup>. Mas nenhum desses<sup>513</sup>, nem mesmo “An-An-An”, foi capaz de superar Miguel Passos (também conhecido como Miguel Paski), com 57 passagens pela polícia registradas, 51 delas ligadas à embriaguez, sobrando uma prisão para “averiguações” e outras acusações por vadiagem e falsa mendicância<sup>514</sup>.



Figura 18. Miguel Passos. Fonte: DEAP/PR.

<sup>507</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, 05 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>508</sup> DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 1.091, 1912-1942.

<sup>509</sup> Companheiro de Aristides Trajano e outros, mencionados na pg. 71 e seguintes desse trabalho.

<sup>510</sup> DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 2.198-A, 1918-1943.

<sup>511</sup> DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 1.311, 1914-1939.

<sup>512</sup> DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 1.689, 1908-1938.

<sup>513</sup> O DEAP possui mais de 500 registros criminais para o período trabalhado. Como não é uma fonte que, isoladamente, contenha informações tão significativas, limitei-me a selecionar algumas dezenas de registros baseado no cruzamento de outras fontes – os inquéritos e processos-crime com que trabalhei, notícias de jornal etc. Portanto, é possível que haja outros registros, com ainda mais passagens notificadas.

<sup>514</sup> DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 2.930, 1902-1938.

Motivo do registro e outras circunstancias									
D A T A S				Nome com que foi identi-		A disp.	Motivo da 1ª	Saída	
da prisão	da ident.	ficado	de quem	identificação					
18 2 912	19 2 912	Antonio Antunes de Andrade	Emb. e dez.	Emb. e dez.	12-2-12				
16 3 914	17 3 914	" " " "	" " "	" " "	17-3-14				
17 3 914	20 3 914	" " " "	Emb. e dez.	" " "	20-3-14				
3 5 914	4 5 914	" " " "	" " "	" " "	4-5-14				
14 3 915	15 3 915	Antonio " " "	" " "	" " "	15-3-15				
17 3 915	18 3 915	" " " "	" " "	" " "	18-3-15				
24 9 915	25 9 915	" " " "	" " "	" " "	25-9-15				
14 10 915	15 10 915	Antonio Antunes " " "	" " "	" " "	15-10-15				
22 11 915	23 11 915	" " " "	" " "	" " "	23-11-15				
29 9 916	30 9 916	" " " "	" " "	" " "	30-9-16				
13 10 916	14 10 916	" " " "	" " "	" " "	14-10-16				
12 12 916	13 12 916	" " " "	" " "	" " "	13-12-16				
21 1 917	22 1 917	" " " "	" " "	" " "	22-1-17				
27 5 917	28 5 917	" " " "	" " "	" " "	28-5-17				
1 7 917	2 7 917	" " " "	" " "	" " "	2-7-17				
26 10 917	27 10 917	" " " "	" " "	" " "	27-10-17				
28 10 917	28 10 917	" " " "	" " "	" " "	28-10-17				
25 12 917	26 12 917	" " " "	" " "	" " "	26-12-17				
18 7 922	19 7 922	" " " "	Emb. e dez.	Emb. e dez.	19-7-22				
24 7 922	25 7 922	" " " "	" " "	" " "	25-7-22				
10 8 922	11 8 922	" " " "	" " "	" " "	11-8-22				
24 9 922	25 9 922	" " " "	" " "	" " "	25-9-22				
21 1 923	22 1 923	" " " "	" " "	" " "	22-1-23				
14 3 923	19 3 923	" " " "	" " "	" " "	19-3-23				
5 4 923	6 4 923	" " " "	" " "	" " "	6-4-23				
13 4 923	14 4 923	" " " "	" " "	" " "	14-4-23				
3 6 923	4 6 923	" " " "	" " "	" " "	4-6-23				
17 8 923	20 8 923	" " " "	" " "	" " "	20-8-23				



Figura 19. Parte do registro criminal de Antonio Antunes de Andrade. Na ampliação, a anotação "Emb. e dez" (embriaguez e dezordens), frequente nos prontuários. Fonte: DEAP/PR.

Outro ícone da *malandragem* curitibana foi Simão Bialé. Desordeiro "incorrigível"<sup>515</sup>, Bialé vivia em meio a uma *malta* que atormentava a cidade, promovendo confusões e aplicando pequenos golpes. Entre seus comparsas, Julio do Couto era um dos mais presentes. Juntos, extorquiram um *tabaréu* que viera a cidade

<sup>515</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, 04 de fevereiro de 1907, p. 2.

com dinheiro do patrão para negociar cavalos. Os três rodaram a *urbs* tomando cerveja, alugando carros para ir a toda parte – passearam pelo Água Verde e foram até a distante Santa Felicidade. Aturdido pelos “vapores do alcool”, o matuto só percebeu no dia seguinte que perdera quase todo o dinheiro do chefe<sup>516</sup>. Em outro momento, ambos foram presos por um alferes de ronda, que os encontrou “em completo estado de embriaguez promovendo desordens”<sup>517</sup>. Também foram denunciados por tentarem arrombar a porta de um prostíbulo na Santos Andrade junto com outros comparsas<sup>518</sup>. Mas a amizade dos dois passou por momentos de crise: em 1909, Julio denunciou Simão por ter lhe roubado o chapéu da cabeça, uma faca, uma bengala e algum dinheiro enquanto dormiam em uma casa na Saldanha Marinho<sup>519</sup>.

Além das trapanças, Bialé tinha um gênio agressivo, que metia medo na população e mesmo na força policial. Em 1908, “o celebre desordeiro” causou uma confusão em frente ao *Theatro Guahyra*, estando “em completo estado de embriaguez”. Quando a autoridade chegou, o meliante ainda a desacatou antes de seguir pro *xilindró*<sup>520</sup>. Já tinha sido antes preso por agredir um cidadão no *Largo do Mercado*<sup>521</sup> e um comerciante que não quis lhe vender fiado<sup>522</sup>, pelo que foi condenado a três meses de prisão<sup>523</sup>. Nas ruas, fora flagrado a “andar armado de um grosso cacete e em attitude aggressiva”<sup>524</sup>. Também foi acusado de deitar a Antônio Zacharias com uma “formidável pedrada”<sup>525</sup>. Em uma das tentativas de prisão que sofreu, esbofeteou os soldados da polícia e rolou pelo chão por mais de dez minutos em luta com os policiais, espetáculo em torno do qual se juntaram diversos expectadores<sup>526</sup>. Em meio a tantas querelas, chegou a ser dado como morto<sup>527</sup>. Boato.

Mas a morte não demorou a encontrá-lo. Era o carnaval de 1909 e as multidões divertiam-se despreocupadas. Pela Rua XV, “a turba se alagava, num

---

<sup>516</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 29 de dezembro de 1908, p. 2.

<sup>517</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 10 de agosto de 1903, p. 1.

<sup>518</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 02 de maio de 1902, p. 1.

<sup>519</sup> **A República**. Curitiba, 19 de janeiro de 1909, p. 2.

<sup>520</sup> **A República**. Curitiba, 09 de março de 1908, p. 2.

<sup>521</sup> Atual Praça Zacarias.

<sup>522</sup> **A República**. Curitiba, 18 de julho de 1904, p. 3.

<sup>523</sup> **A República**. Curitiba, 12 de agosto de 1904, p. 2.

<sup>524</sup> **A República**. Curitiba, 15 de junho de 1903, p. 2.

<sup>525</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 07 de abril de 1908, p. 2.

<sup>526</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 10 de outubro de 1903, p. 2.

<sup>527</sup> **A República**. Curitiba, 03 de fevereiro de 1906, p. 3.

movimento contínuo, delirando de alegria”. O *curso* seguia animado, com carros “artisticamente ornamentados”. Foliões atiravam-se lança-perfumes, serpentinas e *confettis*. Depois da segunda-feira de chuva, a terça luminosa e azul garantira a festa. A euforia seguiu até a noite, mas manteve-se a ordem. Uns poucos que quiseram mimetizar a Baco acabaram presos<sup>528</sup>. Dias antes, no domingo de carnaval, um ex-praça do Regimento de Cavalaria e outros companheiros cruzaram com Bialé na Rua Cabral. O antigo militar, talvez ressentido de encontros anteriores com Simão, deu-lhe duas facadas no peito<sup>529</sup>. A Quarta-feira de Cinzas, naquele ano, chegou para Simão no domingo.

Como braço armado do Estado, a polícia constituiu-se uma das mais importantes instituições no desenvolvimento do Brasil republicano. Enquanto instituições como “o governo”, “o Congresso”, “o Judiciário” encetam noções abstratas, difíceis de serem visualizadas pela população comum, a polícia representa uma fração de poder que está presente no cotidiano das pessoas. É a organização que mais demonstra a concretude do domínio ao qual a população está submetida. No final dos anos 1990, Marcos Bretas criticava o fato de uma instituição tão importante ter sido desprezada pela historiografia tradicional, indicando que não seria possível fazer uma historiografia crítica em se deparar “naturalmente” com a polícia<sup>530</sup>. Essa crítica segue consistente sobretudo quando historiografia jurídica trata do penal. Em certa medida, esses estudos continuam voltados à história dos *grandes personagens* e espaços de produção do saber jurídico, e dando pouca ou nenhuma atenção aos elos que unem as discussões do *alto escalão* à sua prática cotidiana.

No *rés do chão*, os embates entre a força policial e a *ralé* urbana eram constantes. Constituídas para preservar a segurança pública, protegendo a população, as polícias acabavam, em grande medida, atuando como defensoras dos interesses das elites. Parte significativa da atuação policial no início do período republicano consistia em *sanear* a cidade do populacho. Prendendo largamente os vagabundos, ébrios e imigrantes suspeitos que personificavam os temores da *alta sociedade*, os agentes faziam estampar sua eficiência em fornidas estatísticas.

---

<sup>528</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 24 de fevereiro de 1909, p. 1.

<sup>529</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 24 de fevereiro de 1909, p. 2.

<sup>530</sup> BRETAS, 1997, p. 11.



Acalmavam a *gente ordeira* e, ao mesmo tempo, desviavam o foco de problemas mais graves<sup>531</sup>.

Nas cidades modernas, iluminadas, com bondes elétricos, lojas de artigos importados e gente elegante a passeio, não havia espaço para o *bas-fond*. O ajuntamento de ébrios, vadios, mendigos, trabalhadores pobres incomodava pela aparência maltrapilha, pelos modos grosseiros e mesmo pela fetidez, que, na visão higienista do período, era um elemento de insubordinação e enfermidade<sup>532</sup>. A atuação das autoridades, nesse sentido, era reveladora do afã das elites em manter o aspecto de ordem, civilização e higiene da cidade<sup>533</sup>. A ameaça seguia, ainda, para além das aparências. Com as associações constantes entre miséria, embriaguez e delinquência, esses indivíduos, por mais quietos que tivessem, representavam uma constante ameaça. Vistos como criminosos em potencial, poderiam, a qualquer momento, causar desordens e por em xeque a segurança da população<sup>534</sup>.

Para cumprir essa *função civilizadora*, era necessário formar corpos de polícia eficientes, disciplinados e moralizados. A polícia era a autoridade estatal nas ruas; precisava portar-se de acordo. Isso significava manter os soldados decentemente fardados, aprovando créditos suplementares, quando necessário<sup>535</sup>, buscando-se nos tecidos o equilíbrio ideal entre custo, elegância e durabilidade<sup>536</sup>. Além disso, as cores, cortes, quepes e divisas auxiliavam a distinguir as diferentes corporações que se formavam na cidade. Não se poderia esperar que um policial *mambembe* representasse a ordem. Um agente descalço, desfardado e cheirando a álcool jamais despertaria o respeito que a população deveria manifestar pela autoridade<sup>537</sup>.

A segurança urbana ganhava cada vez mais importância, recebendo a atenção constante de administradores e estando sob a mira da imprensa local<sup>538</sup>. No período, as forças policiais eram organizadas em nível estadual, não existindo uma “Polícia Federal” nem guardas municipais. A exceção era o Rio de Janeiro, onde a

---

<sup>531</sup> BRETAS, 1997, p. 63.

<sup>532</sup> CORBIN, Alain. **Saberes e Odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 184-185.

<sup>533</sup> ROSA, 2003, p. 728.

<sup>534</sup> SALES, 2011, p. 64.

<sup>535</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d’Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 14 de janeiro de 1907, p. 14.

<sup>536</sup> Relatório apresentado pelo Coronel Comandante do Regimento de Segurança. Curitiba, 12 de janeiro de 1909, p. 65.

<sup>537</sup> ROSEMBERG, 2008, p. 342.

<sup>538</sup> GRUNER, 2012, p. 195.

polícia estava submetida ao governo central. Sem que houvesse fronteiras muito claras ou um planejamento muito definido, a atuação policial foi se separando em duas. Uma primeira, como auxiliar das ações administrativas e judiciárias, voltada à instrução e investigação de crimes, e uma segunda, destinada ao policiamento ostensivo das ruas. Com os devidos ajustes<sup>539</sup>, a divisão que ainda existe entre Polícia Civil e Militar<sup>540</sup>. Em 1909, o Comissário João Ribeiro de Macedo Filho justificava essa separação de funções utilizando a distinção entre polícia judiciária e administrativa de Faustin Hélie. Explicava que a polícia judiciária, em suma, agia como uma instância preparatória dos procedimentos judiciais. Já a atuação da polícia administrativa era, “por sua natureza, amplíssima”, mas acabava convergindo em um só grande objetivo: “manter a ordem”<sup>541</sup>.

Ao longo dos anos 1890, havia uma Repartição Central ou Secretaria de Polícia, comandada pelo Chefe de Polícia, assistido de comissários, subcomissários, um secretário e *amanuenses*, além de um médico, porteiros, *bedéis* e serventes. O outro braço da força policial era o Regimento de Segurança, comandado por um oficial militar e organizado em companhias hierarquizadas, chefiadas por capitães, seguidos de tenentes e alferes<sup>542</sup>. Em 1896, Curitiba estava dividida em dois comissariados de polícia: um primeiro abrangendo o território ao leste da capital – distritos de Colombo, Tamandaré, Canguiry e S. Casimiro do Taboão; o segundo, abrangendo o lado oeste – S. Quitéria, Nova Polônia, Thomaz Coelho, Araucária e Cruzeiro<sup>543</sup>. Em maio do mesmo ano, foi aprovada a criação de três postos policiais: um no Batel, outro na Rua da Graciosa<sup>544</sup> e um último no centro da cidade<sup>545</sup>. Ao longo dos anos, os distritos espalhados pelo estado eram criados e suprimidos de acordo com as necessidades.

---

<sup>539</sup> André Rosemberg alerta que essas continuidades baseadas nas linhagens em que se dividiu a polícia revelam-se anacrônicas e sistematizam em demasia a complexidade das funções dos agentes envolvidos. ROSEMBERG, 2008, p. 41.

<sup>540</sup> BRETAS, 1997, p. 40.

<sup>541</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909, p. 34.

<sup>542</sup> MORAES, José Gonsalves (org.). **Almanach Paranaense para 1897**. Curitiba: Impressora Paranaense, 1897, p. 63, 65; MORAES, José Gonsalves (org.). **Almanach Paranaense para 1898**. Curitiba: Impressora Paranaense, 1898, p. 50; CORREIA, Manoel Francisco; CORREIA, Leocadio (org.). **Almanach Paranaense para 1901**. Curitiba: Correia & C.a, 1901, p. 106.

<sup>543</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de agosto de 1896, p. 15.

<sup>544</sup> A rua iniciava na atual Barão do Serro Azul, seguindo pela Av. Cândido de Abreu e fazendo uma curva que convergia para a atual Av. João Gualberto.

<sup>545</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de agosto de 1896, p. 14. Pelo relatório de 1908, o então Chefe de Polícia João Baptista da Costa Carvalho Filho esclarece que o posto do “centro da cidade” ficava na Praça Zacarias.

Passados algum tempo, o crescimento do estado, sobretudo da capital, demandava uma estrutura maior e mais complexa. Era o que dizia Manoel Cavalcanti em 1912:

O aparelho policial, quer administrativo, quer judiciário, está a exigir uma reforma compatível com a evolução social e harmonica com os progressos do Estado. Já é tempo de cuidar-se da reorganização do serviço e de confiarem-se os cargos policiaes a pessoas que tenham elementos para se dedicarem a essa ardua missão. Passou a epoca em que fazer policia era simplesmente effectuar prisões.

O apparecimento de delinquentes astuciosos, de bôa apparencia e até de cultivo intellectual, patenteia a necessidade de hábeis investigadores, versados nos ensinamentos, da moderna sciencia da policia.

E' tempo de irmos pensando na organização de uma polícia letrada e de carreira. Verdade é que o orçamento do Estado, por enquanto, não permite senão um ensaio.

Assim sendo, poderíamos dar alguns passos, creando desde já Delegacias de varias entrancias, sendo as das Cidades mais importantes, preenchidas por bacharéis em Sciencias Juridicas e Sociaes<sup>546</sup>.

A Repartição Central de Polícia, naquele momento, já correspondia a uma conformação bem mais inchada em comparação àquela inicial, acumulando uma série de repartições e competências. Em 1908, a comarca de Curitiba dividia-se em três comissariados, 25 subcomissariados e 158 quarteirões policiais<sup>547</sup>. A direção do Gabinete de Identificação e da Penitenciária do Ahú também respondiam à chefatura de polícia. Mais tarde, a cidade foi dividida em quatro distritos policiais<sup>548</sup>, reduzidos para três pouco tempo depois<sup>549</sup>. Em 1911, outro grande passo foi tomado: a criação de uma Guarda Civil. Com ela, pretendia-se reduzir o problema do policiamento deficitário da capital, além de constituir uma força mais compatível com os moldes civilizacionais desejados. Esperava-se dos guardas um comportamento sério e cortês, cujas ações fossem guiadas pela cautela e mesmo os delinquentes fossem tratados de forma respeitosa e humana<sup>550</sup>. Em suas ações, eram orientados a prender desordeiros e ébrios, inclusive quando membros da própria corporação. Também deveriam ser conduzidos às autoridades aqueles que não tivessem profissão definida e que, à noite, fossem vistos junto a alguma porta ou muro em atitude suspeita e não dessem explicações para aquele comportamento<sup>551</sup>.

<sup>546</sup> Relatório apresentado ao Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

<sup>547</sup> Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1908, p. 4.

<sup>548</sup> LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redação Avenida Graciosa, 1916, p. 28-29.

<sup>549</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 4.

<sup>550</sup> GRUNER, 2012, p. 134.

<sup>551</sup> KARVAT, 1996, p. 115.

A Guarda Civil vinha em auxílio de uma antiga preocupação dos Chefes de Polícia com a insuficiência de pessoal no policiamento urbano. Para tentar sanar esse problema, as autoridades frequentemente requeriam medidas, como o aumento dos soldos, que incentivassem os cidadãos a adentrarem as fileiras da segurança pública e estimulassem aqueles que já faziam parte da força policial a se manterem nela. Em 1908, João Baptista Carvalho Filho solicitava uma medida ainda mais contundente: o deslocamento do *Esquadrão de Cavallaria* e de uma *Companhia de Guerra* para o policiamento da capital. O Chefe de Polícia sugeria um aumento no soldo das praças que assumissem essa função, com a condição de que tivessem boa conduta e soubessem ler e escrever corretamente<sup>552</sup>.

O policiamento noturno também era uma necessidade reclamada há tempos. Já em 1896, Manoel Cavalcanti se queixava da ausência do devido patrulhamento noturno, permitindo que cidadãos pacíficos fossem atacados por “individuos vagabundos e os gatunos emprehendessem seus meios criminosos de vida, isentos de quaesquer embaraços”<sup>553</sup>. Em 1903, cogitou-se a criação de uma Guarda Noturna<sup>554</sup>. Foram feitas iniciativas para obter apoio dos comerciantes e “um pequeno auxilio” dos cofres públicos<sup>555</sup>. A ideia conseguiu apoiadores<sup>556</sup> e foi anunciada para entrar em vigor a partir de 1º de abril, concentrando-se na área da rua XV<sup>557</sup>. Aparentemente, era mesmo coisa de 1º de abril. Não se falou mais na tal Guarda até o final de 1914, quando sua criação foi autorizada por um decreto do governo do Estado. O grupo seria mantido com contribuições da iniciativa privada, visando o patrulhamento das áreas comerciais. Seu funcionamento começaria na virada do ano seguinte<sup>558</sup>. Assim, em meados dos anos 1910, a segurança urbana em Curitiba era feita por diferentes forças, sujeitas a diferentes hierarquias: a Guarda Civil, as patrulhas do Regimento de Segurança, incluindo forças de cavalaria, e a Guarda

---

<sup>552</sup> Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1908, p. 9.

<sup>553</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Estado do Paraná pelo Chefe de Polícia Dr. Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho. Curitiba, 31 de agosto de 1896, p. 14.

<sup>554</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 04 de março de 1903, p. 2.

<sup>555</sup> **A República**. Curitiba, 05 de março de 1903, p. 2.

<sup>556</sup> **A República**. Curitiba, 07 de março de 1903, p. 2.

<sup>557</sup> **A República**. Curitiba, 17 de março de 1903, p. 1.

<sup>558</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de dezembro de 1914, p. 1.

Noturna<sup>559</sup>. Parte desses personagens eram completas novidades. O guarda urbano, da mesma maneira que o condutor de bonde, o cobrador, o acendedor de postes, era uma das figuras próprias da modernidade. A esses agentes cabia, entre outras coisas, moldar os hábitos urbanos aos tempos do progresso<sup>560</sup>. Atuando sobre um mesmo espaço, tendo que executar funções similares, mas sujeitas a autoridades diferentes, a convivência desses agentes, como se verá, nem sempre era fácil.

\* \* \*

Ao Chefe de Polícia Luiz de Albuquerque Maranhão, o delegado Antenor Coelho narrava as dificuldades e desafios da profissão de policial:

Entre todas as funções publicas, uma das mais difficeis de ser exercida é, por certo, a que se refere ao serviço policial, que demanda aptidões varias, para o completo exito das medidas que se devem applicar em beneficio da segurança social.

Conhecer a vida de uma Cidade, para combater-lhe os vicios, corrigir-lhe os desvios, prover á segurança de seus habitantes, pelos meios preventivos e repressivos de toda a ordem, facultados pela Lei, são misteres que exigem uma serie de qualidades especiaes no funcconario, as quaes muitas vezes não podem ser adquiridas senão após uma lenta aprendizagem.

Ora, emquanto não se conquista essa experiencia, que só vem com o tirocinio regular, o funcconario, que não se fez n'aquelle serviço, tem de haver-se entre dificuldades e estas podem ser portadoras de erros ou de faltas, para as quaes, se existe a boa vontade dos que conhecem as lides e os espinhos da vida do Policial, ha sempre o commentario impiedoso da massa geral dos cidadãos, que nunca os sabem perdoar<sup>561</sup>.

Nas palavras do delegado, a vida de policial era difícil. Apenas desse pequeno trecho, uma série de questões podem ser levantadas: o papel de vigilância atribuído às forças policiais; a falta de experiência de parte dos agentes, cujo processo de aprendizado levava tempo; os erros e faltas como parte integrante do cotidiano policial; a inclemência da opinião pública mediante esses deslizos.

Sidney Chalhoub aponta a repressão policial como uma “contrapartida inevitável” ao mundo dos botequins e das ruas, às formas de sociabilidade e lazer

---

<sup>559</sup> Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 4; Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 13.

<sup>560</sup> ROSEMBERG, 2008, p. 49-50.

<sup>561</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Policia pelo Delegado do 1º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 21.



populares. Através de constante vigilância, os policiais deveriam alinhar o cotidiano urbano aos desígnios dos dirigentes, arremessando ao xadrez os recalcitrantes<sup>562</sup>. A vigilância e a repressão das ofensas à *ordem pública* constituíam a principal tarefa das forças policiais<sup>563</sup>. Para tanto, exigia-se cada vez mais uma polícia bem treinada, apta a enfrentar com a máxima eficácia os problemas do dia-a-dia urbano.

Regressado do *Convênio Policial*, o delegado Mário de Castro chamava a atenção para a necessidade de formar “Escolas de Policia”, nas quais os iniciados na força aprenderiam:

Noções geraes de anatomia topographica, licções sobre o retrato fallado e o systema dactyloscopico de Vucetich, marcas e signaes particulares, signaes profissionaes, photographia judiciaria e regulamentos policiaes, accrescentando-se a isto, o que julgamos indispensavel, o estudo de noções geraes sobre a Constituição e o Codigo Penal<sup>564</sup>.

Não era preciso, nas palavras do delegado, que os agentes de polícia – ou mesmo delegados – fossem políglotas, conhecedores de psicologia, mecânica, armamentos. Esperava-se, no entanto, que eles não fossem alheios aos “processos scientificos para a investigação criminal”<sup>565</sup>. Mas a qualificação dos policiais enfrentava problemas mais graves do que a ausência de uma escola preparatória. Coelho, aparentemente de forma casual, apontou um dos grandes problemas que a formação das forças policiais enfrentava: “a dificuldade de manter um grupo estável de homens engajados no serviço policial”. Mal pagos, os agentes frequentemente abandonavam o serviço por outros que remunerassem um pouco melhor<sup>566</sup>. Muitas vezes, o Regimento de Segurança perdia soldados até mesmo para as fileiras do Exército, cujos soldos eram um pouco superiores. Em 1908, o Secretário de Interior Bento Lamenha Lins se queixava que os gastos com as fardas dos oficiais não valiam a pena, já que diversas vezes eles abandonavam o posto para assumir funções no Exército<sup>567</sup>.

Representantes do poder punitivo estatal, algozes dos cachaceiros e ociosos, estraga-prazeres nos divertimentos do povo, os guardas não eram exatamente *estimados* pela população. Malquistos e mal pagos, o que os levava a entrar para as

<sup>562</sup> CHALHOUB, 2001, p. 254-255.

<sup>563</sup> CAMARGO, 2010, p. 20.

<sup>564</sup> Relatório do Convênio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912, p. 29.

<sup>565</sup> Relatório do Convênio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912, p. 29.

<sup>566</sup> GRUNER, 2012, p. 131-132.

<sup>567</sup> Relatório apresentado ao Vice Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d’Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica. Curitiba, 23 de janeiro de 1908.

fileiras da polícia normalmente era a necessidade. Traço comum aos membros dessas tropas era a pobreza. Entrar para a polícia surgia como uma possibilidade entre aquelas disponíveis aos homens despossuídos. Isso reflete, inclusive, em outros traços do “perfil” dos policiais. A maior parte deles era composta por jovens, buscando ingressar em uma vida autônoma, livres dos laços parentais. Já alguns eram homens mais velhos, que viam naquela ocupação “um socorro emergencial”<sup>568</sup>.

Essas questões acarretavam em um cenário que punha em xeque os interesses estatais de ter na polícia a *nobre* representante da soberania estatal. Se o objetivo era sanear, civilizar a população, difundir os hábitos do progresso, conduzindo as massas a uma vida regrada, abstinência e laboriosa, era preciso que os agentes policiais também estivessem de acordo com esses parâmetros. No entanto, esses agentes eram recrutados em meio à população que estavam destinados a policiar e não raro, portadores dos mesmos *vícios* que deveriam punir. Se nos escalões mais elevados, as autoridades mostravam-se cômicas do alto papel que tinham em moralizar a sociedade e abrir alas à civilização, na ponta do sistema, os policiais não estavam lá tão preocupados com a *cartilha moralizante* de seus superiores<sup>569</sup>.

De todos esses fatores, se extraem os “erros e faltas” de que falava Coelho. Em suas horas de folga, ou mesmo em serviço, agentes da segurança pública também eram frequentadores dos botequins, casas de jogo e prostíbulos. Também se embriagavam e tomavam parte em conflitos. Em serviço, puniam as mesmas ações que praticavam nas folgas<sup>570</sup>. Não se trata apenas de uma questão de hábitos. Esses agentes eram recrutados do mesmo meio que os *inimigos da civilização*. Vinham dos mesmos lugares, tinham as mesmas origens, compartilhavam do mesmo cotidiano. Nas palavras de Rosemberg, o policial era “um personagem talhado à imagem e semelhança daqueles sobre quem deveria cair a clava da civilização”<sup>571</sup>.

É provável também que uma herança negativa do militarismo tenha recaído especialmente sobre os soldados do Regimento de Segurança. Ao contrário da Guarda Civil, forjada segundo os moldes da modernidade, pensada para atuar no ambiente da *cidade grande*, para inspirar o respeito e confiança da população, as praças do Regimento eram legatárias de uma tradição mais antiga e concebida

---

<sup>568</sup> ROSEMBERG, 2008, p. 100-103.

<sup>569</sup> Ibid., p. 261.

<sup>570</sup> SALES, 2011, p. 69.

<sup>571</sup> ROSEMBERG, op. cit., p. 206.

conforme parâmetros distintos. Ligado à tradição militar, o Regimento de Segurança provavelmente formava seus quadros conforme uma lógica de combate, treinando-os segundo uma disciplina dura e humilhante. Além dos soldos acanhados, essas questões também poderiam estar subjacentes à *repugnância* da população pelas armas, impedindo a corporação de completar seus quadros<sup>572</sup>. Aquartelados e treinados como militares, esses agentes não seriam moldados para conter ameaças e manter a ordem, mas para neutralizar seus inimigos, a qualquer que fosse o preço. Enquanto os civis aprendem a valorizar o “dom da vida”, o militarismo opera com um modelo de virilidade preparado para a violência e a morte. Além disso, as restrições da vida nos quartéis faziam com que os militares extravasassem suas pulsões energicamente fora dos muros da caserna. A figura do soldado como um sujeito grosseiro, embriagado, que desrespeita as mulheres e ameaça os civis marcou profundamente o imaginário em diversos lugares e períodos<sup>573</sup>.

*Desclassificados e incivilizados*, mas possuidores de uma pontinha do poder de punir estatal, não raro os agentes de polícia se desmesuravam. Nos inquéritos e processos criminais, eram frequentes as menções aos excessos cometidos, quase sempre desconsiderados por juízes e delegados. Vez ou outra, esses fatos ganhavam proporção, apareciam nos jornais e geravam investigações.

Benjamin Gomel, do Regimento de Segurança, foi chamado para atender uma ocorrência de briga conjugal, para onde já tinha ido também um guarda civil. Lá chegando, encontraram o marido completamente embriagado e com um facão na mão. Convenceram o rixoso a deixar a arma e acompanhá-los até o posto policial, mas, em dado momento, Gomel achou que seria agredido pelo ébrio e disparou dois tiros contra ele, deixando-o gravemente ferido. Foi absolvido pelo Juízo<sup>574</sup>. Em 1909, outro caso obteve bastante destaque nas folhas do *A República*. Prosseguia a denúncia contra o Sargento Hortêncio Gomes Ferreira e o Alferes Argemiro de Oliveira Santos, ambos do Regimento de Segurança. Dois anos antes, Hortêncio ocupava o cargo de carcereiro na cadeia civil da cidade, que era dirigida por Argemiro. Por ordens do alferes, o sargento agrediu, diversas vezes, dois alienados que se achavam

---

<sup>572</sup> GRUNER, 2012, p. 132. A questão do cotidiano do Regimento de Segurança, analisando aspectos do treinamento, disciplina, punições etc. exigiria um estudo à parte.

<sup>573</sup> BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade. O triunfo da virilidade**. Petrópolis: Vozes, v. 3, 2013. p. 195-248, p. 195.

<sup>574</sup> TJPR. Registro nº 1208 de 1914.

detidos. Hortêncio afirmou ter agido em estrita obediência hierárquica, não podendo ser punido. O promotor sustentou o contrário, afirmando que a ordem era manifestamente ilegal e não poderia ser cumprida nem tampouco isentava o réu da punibilidade<sup>575</sup>. O processo acabou anulado por um vício formal<sup>576</sup>.

Em 1912, o sargento Hortêncio voltou às folhas policiais. Junto com alguns companheiros foram à vizinha São José dos Pinhais a passeio. Regressando à Curitiba, decidiram fazer uma parada pelo negócio do alemão Albino Weifert. No botequim, beberam algumas cervejas e, à medida que o álcool subia para a cabeça, deixaram a severidade da vida adulta e começaram a encher a boca com cerveja e cuspi-la uns nos outros. A brincadeira ia bem, até que um desconhecido foi acidentalmente atingido por uma das bochechadas. Nesse momento, o alfaiate José Rebonato achou de bom tom desculpar-se com o estranho e sugerir aos colegas que cessassem as peraltices. Pensou que o tivessem ouvido quando Hortêncio o surpreendeu com um esguicho no meio do rosto. Zangando-se, tentou tirar o copo da mão do sargento; no cabo-de-guerra com o copo, acabaram quebrando-o, cortando o dedo do alfaiate.

Rebonato reclamou do corte, consequência imbecil da brincadeira. Hortêncio fez pouco dele e sacou um punhal para mostrar o que era um *corte de verdade*. Deu duas investidas com a lâmina, uma na direção de Rebonato e outra na de Serafim Fernandes Ribas, que não tinha nada com a discussão. O alfaiate conseguiu desviar o golpe, mas Serafim acabou atingido. Percebendo a gravidade do golpe, subiram todos no carro e o cocheiro – o mais embriagado entre todos – fustigou os cavalos rumo à cidade. Dando-se conta da desgraça, o sargento caiu em prantos, dizendo que estava perdido e que iria suicidar-se. Ironicamente, era o esfaqueado quem buscava acalmá-lo.

Na cidade, buscaram um médico, o qual enfaixou o ferimento e prescreveu medicações. Aos companheiros da vítima, segredou, porém, que era caso perdido. Após algumas horas, Serafim faleceu. Virgolino Mattoso, outro integrante do grupo, afirmou às autoridades que Serafim era bom homem, chefe de família e que não tinha dirigido nenhuma provocação a Hortêncio. O sargento também era um homem direito. Soubera que, tempos atrás, tinha agredido alguns detentos, mas lhe parecia que agiu

---

<sup>575</sup> **A República**. Curitiba, 18 de outubro de 1907, p. 2.

<sup>576</sup> **A República**. Curitiba, 23 de outubro de 1907, p. 2.

obedecendo ordens. Rebonato afirmou que a coisa toda não passou de uma casualidade. Culpou a falta de coordenação dos movimentos e controle dos impulsos que acomete os ébrios. Levado a Júri, as cédulas revelaram a crença na casualidade. Isento de intenção, Hortêncio foi absolvido. O Promotor Público não se conformou e recorreu da sentença. Novo Júri foi formado, dessa vez condenando o réu. O juiz estabeleceu a pena em seu mínimo, determinando dois anos de prisão<sup>577</sup>.

Se o assassinato de Serafim foi fruto de uma *brincadeira* de bêbados, em outros casos os agentes os atuavam friamente ou mesmo de forma premeditada. Certa manhã, o português Simplício Cardoso Marques estava em sua casa quando ouviu gritos. Pensando que fossem crianças, e temendo ser algum de seus filhos, fitou através da vidraça e então viu um soldado de polícia segurando uma mulher pelos braços. Junto deles, havia outro soldado. Simplício preferiu não interferir e continuou seus afazeres. Pouco mais tarde, ouviu gritos mais intensos e, de volta à janela, viu um dos soldados esfaqueá-la repetidamente. Antes do crime, o autor e o soldado que o assistiu *tomavam coragem* em um botequim. A investigação apurou que vítima e réu haviam sido amasiados por cerca de seis meses e, duas semanas antes do crime, ela o havia deixado. O réu sabia que aquele trajeto fazia parte do dia-a-dia da vítima e ficou esperando por ela. *A República* narrou o caso da seguinte maneira:

A victima era amazia do assassino, e não podendo mais supportar os continuos maus tratos que lhe eram infligidos pelo seu cruel amante, evadiu-se de sua companhia.

[...]

A's 10 horas da manhã de ante-hontem, foi a Maria buscar a comida de seus patrões, e o assassino e seu companheiro a emboscaram em uma venda defronte, onde beberam Logo que viram a victima sahir com a marmita de comida, atravessaram a rua, e o selvagem assassino tomando a marmita e jogando-a para longe de si, segurou a victima pelo braço, dizendo que ella n'aquelle momento ia pagar-lhe, e acto continuo vibrou-lhe as facadas homicidas, assistindo seu companheiro impassivelmente a esta tragedia<sup>578</sup>.

Às autoridades, o réu informou que bebeu demais e não conseguia se lembrar do que aconteceu<sup>579</sup>.

Nuno Barros Damasceno dos Reis, também soldado do Regimento de Segurança, planejou a morte do sogro em um dia de serviço. Teria um bom álibi, já que estava aquartelado. Escondeu trajes de paisano nas adjacências do quartel e saiu

<sup>577</sup> TJPR. Registro nº 1084 de 1912.

<sup>578</sup> **A República**. Curitiba, 23 de novembro de 1898, p. 1.

<sup>579</sup> TJPR. Registro nº 0374 de 1908.





sorratoriamente pelos fundos, indo até a casa do sogro. Esperou escondido no quintal até que o homem apareceu, tomando um tiro no braço e outro nas costelas. O soldado fugiu de volta para o quartel, mas, além de ter sido identificado pela vítima, que sobreviveu, foi visto por um vizinho, que também era militar e o prendeu<sup>580</sup>.





Em outros casos, justamente aqueles que deveriam garantir a segurança da população eram os que a ameaçavam. Na madrugada de 03 de novembro de 1904, o serralheiro Carlos Kruger voltava pra casa um tanto trôpego, quando, passando pela Rua do Riachuelo, uma praça de ronda o interpelou. Protegido pela noite e utilizando o capuz do capote, cobria parcialmente o rosto. Sem rodeios, perguntou ao passante se ele tinha algum dinheiro. Kruger negou que tivesse. O soldado então perguntou-lhe as horas. Quando tirou do bolso o relógio, o patrulheiro anunciou o assalto. Se recusando a entregar o relógio, o militar o tomou à força, arrancando-o com corrente e tudo. Para completar, deu na vítima um golpe com o rifle. Mais tarde, o praça Nestor Benedicto Machado foi preso em posse do tal relógio<sup>581</sup>.

43

Observações anthropometricas				Notações chromaticas			
1.3	comp. 18.7	Pé esq. 23.7		nº cor. 5-6.4	Idade 30 anos		
	larg. 15.5	Med. esq. 10		avulsa 8.11.12.13	Nascimento 1874		
0	bi-zyg. 13.5	Min. esq. 7.8		porph. ch. el.	2. Rio de Janeiro		
6.3	Orelha direita 6.2	Dig-Cub.ª 11.6		parte.	Estado de Pernambuco		
					Idade aparente 21		

REPUBLICA DO BRAZIL

Impressão dos dedos da mão DIREITA			
Pollegar	Index	Medius	Annular
			

notados a 6-11-1905

assinado

Figura 20. Ficha antropométrica de Nestor Machado. Fonte: TJPR.

<sup>580</sup> TJPR. Registro nº 1415 de 1916.

<sup>581</sup> TJPR. Registro nº 0445 de 1904.

Uma última situação, bastante recorrente, diz respeito aos conflitos entre guardas civis, militares do Regimento de Segurança e militares de outros agrupamentos do Exército. Havia uma rivalidade latente entre esses grupos e, quando se cruzavam pelos botequins e bordéis da cidade, os confrontos eram comuns, quase sempre tendo o álcool como estimulador<sup>582</sup>. O sentimento de coesão e solidariedade entre membros de uma mesma corporação também precisa ser considerado<sup>583</sup>. Nos momentos em que acudiam seus companheiros, transformavam os duelos em brigas de bandos. Nos depoimentos às autoridades, também é bastante visível o quanto *protegiam os seus*. Em um conflito na casa de negócio de Ângelo Tassi, que depois se tornou o famoso *Hotel Tassi*<sup>584</sup>, o soldado do Regimento de Segurança matou um anspeçada<sup>585</sup> da Artilharia com uma facada precisa acima da clavícula. Eduardo Braga, colega de regimento do réu, informou às autoridades que ambos se achavam em um quiosque próximo à Catedral bebendo café quando o anspeçada chegou e começou a provocar seu colega Marcolino. As duas praças se retiraram e seguiram em direção ao quartel do Regimento, que ficava na esquina da Mal. Floriano Peixoto com a *Avenida Ivahy*<sup>586</sup>. No caminho, decidiram terminar o café que fora interrompido em um quiosque defronte à estrada de ferro. O militar da artilharia, no entanto, os seguira e voltou a importunar Marcolino. Entraram no negócio de Tassi e o anspeçada pediu uma pinga. As provocações aumentaram e acabaram resultando em luta corporal. Os dois estavam armados de lâminas. Marcolino sofreu um corte superficial e então atingiu mortalmente seu opositor. Na sessão do Júri, a hipótese de legítima defesa prevaleceu e o militar foi inocentado<sup>587</sup>.

Não raro, as confusões eram generalizadas, como a que envolveu agentes de diversas corporações em um prostíbulo da Rua Lamenha Lins<sup>588</sup>. Um dos frequentadores, Valério Barboza, contou que foi até um botequim da região junto com um colega para beber umas pingas. Lá ficaram sabendo de um baile que acontecia

---

<sup>582</sup> COSTA, 2009, p. 77.

<sup>583</sup> BERTAUD, 2013, p. 222.

<sup>584</sup> Cf. LICHOVESKI, 2014.

<sup>585</sup> Antiga patente militar entre o soldado e o cabo.

<sup>586</sup> Atual Av. Getúlio Vargas. Nesse mesmo lugar funciona hoje o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar.

<sup>587</sup> TJPR. Registro nº 0244 de 1898.

<sup>588</sup> Naquela região, poucas quadras concentravam o 14º Regimento de Cavalaria, o 2º Regimento de Artilharia, o 2º Grupo de Obuzeiros e o grupo de Metralhadoras, como pode ser observado no mapa da cidade de 1914.

nas redondezas e foram observar. A festa corria solta ao som da gaita, tocada por um sargento de artilharia. Em dado momento, começou uma bulha que o depoente não sabia contar de onde surgiu. Foi um conflito intenso, com gente tentando fugir, se esconder, se armar. O próprio dono do local teria escapado pela janela. Valério também tentou saltar a janela, e acabou tomando uma facada de um paisano. Como estava escuro e as testemunhas não souberam informar a identidade de ninguém, o inquérito foi arquivado sem acusados<sup>589</sup>.

### 3.2 EMBRIAGUEZ COMO CONTRAVENÇÃO

*Quem fala alto é malandro  
E conhece a barra pesada  
Otário só tem dois direitos:  
Tomar tapa e não dizer nada*  
Os Direitos do Otário – Bezerra da Silva

De tempos em tempos, as lideranças policiais orquestravam ações pontuais de combate à vadiagem, prostituição e ao jogo. Os dois últimos constituíam uma espécie de “obsessão social” por conta dos espaços em que eram praticados: espaços de depravação, música, dança e bebidas<sup>590</sup>. Em 1916, a portaria de Lindolpho Pessoa determinando que as meretrizes se afastassem das ruas mais centrais da cidade foi acompanhada de perto pelos delegados, a fim de garantir que a determinação fosse cumprida<sup>591</sup>. Os delegados prestavam satisfações com certo ar de bajulação:

Sendo, como já ficou dicto, de alta relevancia para a acção policial o conhecimento dos males que corroem a sociedade, compenetrado dos deveres de meu cargo, puz-me a colher dados e informações seguras, chegando a conclusão de que as duas fontes capitaes da depravação e do crime, no 2º Districto e em toda a cidade, são – o bordel e a jogatina. Alias, V. Exa. enunciando e executando medidas contra o jogo e o meretricio, já presentia a estensão dos males de ambos derivados, e eu, indo ao encontro dos nobres e benemeritos intuitos seus, serei feliz se poder seguir-lhe as pizadas em tão moralisadora pugna<sup>592</sup>.

Reportando aos Chefes de Polícia, os delegados eram unânimes em reconhecer os riscos dessas *males* sociais. Enxergando no meretrício uma “chaga que corroe a nossa sociedade”, as forças policiais manifestavam o desejo de reprimir

<sup>589</sup> TJPR. Registro nº 1043 de 1912.

<sup>590</sup> CANCELLI, 2001, p. 35-36.

<sup>591</sup> Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1916, p. 8.

<sup>592</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Policia do Paraná pelo Delegado do 2º Districto. Curitiba, 25 de janeiro de 1917, p. 285.

aquelas imoralidades, sempre limitados pelo fato de que a prostituição não era, em sentido estrito, proibida. Por isso, as ações se limitavam a fiscalizar esses espaços, buscando “reprimir as cenas vergonhosas e os desmandos”. Atacando “pelas beiradas”, delegados manifestavam a intenção de minar a prostituição. Investigavam o *caftismo* – este sim, crime –, agiam em desordens, prendiam homens e prostitutas em estado alcoólico. Outro problema era muito mais grave: a exploração de menores. O Delegado Antônio Rodrigues de Paula afirmava ter retirado, “por vezes, menores irresponsáveis, entregues a deshonras, á bebedeira e ao vicio”<sup>593</sup>. Antenor Coelho, do 1º Distrito Policial, afirmava que, muitas vezes meninas de onze, doze anos se apresentavam ao *Serviço Higiênico Policial* “para serem identificadas como prostitutas”<sup>594</sup>. Quase vinte anos antes, *A República* já denunciava os esquemas que enviavam meninas principalmente francesas e italianas ao Brasil e à Argentina<sup>595</sup>. Em 1914, uma órfã de treze anos foi encontrada “num antro da rua Ivahy” e levada à delegacia. Lá contou que uma meretriz chamada Alice Silveira a convidou para morar em sua casa e, junto com o dono do lugar, lhe ofereceram roupas, dinheiro, perfumes e a obrigaram a prostituir-se<sup>596</sup>.

A “guerra ao jogo” foi outra constante, intercalando períodos de ofensivas diretas – minando os flancos das casas de tavolagem, lançando a *infantaria* vorazmente aos *fronts* – e períodos de armistício. As maiores ações parecem ter se concentrado por volta de 1917, quando a polícia investiu contra as casas de André Jorge, Theodoro Garcia, Antônio dos Santos e José Nasser, todas na Av. Luiz Xavier, as quais acabaram fechando as portas. Antônio Rodrigues de Paula, 2º Delegado, informava: “dei buscas reiteradas e repetidas em um sem numero de espeluncas disseminadas pelos logares escusos da cidade, em diversos pseudo-clubs de jogo que se ostentam em pleno centro da urbs”. A autoridade também vinha atuando contra o jogo do bicho, mas estava sofrendo de um descompasso com o judiciário: os

---

<sup>593</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Delegado do 2º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 358-359.

<sup>594</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Delegado do 1º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1920, p. 27.

<sup>595</sup> **A República**. Curitiba, 07 de abril de 1902, p. 1.

<sup>596</sup> **A República**. Curitiba, 14 de novembro de 1914, p. 1.

processos instaurados por sua iniciativa acabaram anulados. Com isso, reclamava que suas ações poderiam surtir o efeito contrário, trazendo à tona a ineficácia da lei<sup>597</sup>.

As ações contra a embriaguez parecem ter sido mais pulverizadas e contínuas. Primeiramente, era mais fácil desenvolver ações pontuais contra a prostituição e o jogo, porque seus espaços eram conhecidos e concentravam-se em certas partes da cidade (como a Av. Luiz Xavier, no caso do jogo, e a R. Augusto Stelfed, no caso da prostituição). Além disso, eram espaços de outras contravenções, como a própria embriaguez<sup>598</sup>. Por outro lado, havia um elemento complicador. O gosto de parte das elites pelos *prazeres escusos* do jogo e da prostituição tornavam a ação policial sujeita a uma série de pressões. Em 1911, por exemplo, o Chefe de Polícia Estanislau Cardoso fazia uma série de ponderações quanto ao jogo. Disse que o assunto era polêmico e que jamais aconselhou violências no trato da questão. Pelo contrário, recomendava aos seus auxiliares “uma perseguição moderada, porém teimosa”<sup>599</sup>. Ainda que as casas de tavolagem ou prostituição fossem mais ou menos requintadas, que as apostas nas mesas de jogo fossem maiores ou menores, que as mulheres fossem mais ou menos perfumadas, o agir *vicioso* era basicamente o mesmo entre pobres e ricos.

No caso da embriaguez, a situação parece um pouco distinta. Os membros da elite não andavam embriagados pela cidade a causar transtornos. Se exageravam na *champagne* durante um evento social, seriam discretamente retirados do salão, levados para um reservado onde poderiam se recompor, conduzidos em coche para suas casas. Se o *brandy* lhes subia à cabeça e algum desentendimento os levava às vias de fato, não seria a polícia chamada a intervir. Os *meganhas* atravessavam com facilidade as cercas dos pardieiros, mas jamais transporiam os umbrais dos palacetes. Estabelecia-se, assim, uma diferença entre o “modo de beber social” – elegante, civilizado – e a embriaguez vulgar dos frequentadores de botequins e tavernas<sup>600</sup>. Trocando em miúdos, o Código proibia e a polícia coibia a embriaguez pública; e a embriaguez dos afortunados via de regra era privada. Quando a polícia adentrava o

---

<sup>597</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Delegado do 2º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 359.

<sup>598</sup> COSTA, 2009, p. 170.

<sup>599</sup> Relatório apresentado ao Secretario dos Negocios do Interior pelo Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1911, p. 8.

<sup>600</sup> DUMAS DOS SANTOS, 1995, p. 73.



espaço privado, ia atraída por gritos ou denúncia. As elites não se expunham às denúncias e os gritos não se ouviam da calçada.

Por outro lado, a embriaguez dos populares fez-se a coqueluche das autoridades, podendo ser amplamente verificada nas estatísticas policiais do período. Marcos Bretas faz uma série de ressalvas bastante pertinentes quanto ao uso das estatísticas como fonte. Declara que elas não davam conta da atuação policial, sendo insuficientes para responder a uma série de questões. Além disso, as séries produzidas eram incompletas, portanto, não confiáveis<sup>601</sup>. Acrescente-se a isso o fato de as categorias escolhidas, formas de levantamento e sistematização dos dados mudavam a depender do ano, do funcionário responsável, do gabinete. Quanto às contravenções urbanas, as descrições das prisões se alternavam entre “turbulência”, “desordens”, “embriaguez”, “embriaguez e turbulência”, “embriaguez e desordens”, sem que pareça haver grande diferença prática entre esses delitos. Seja como for, as estatísticas permitem atestar que ébrios e desordeiros representavam a maior parte das prisões realizadas no dia-a-dia.

Os dados são consistentes ano após ano; de maneira geral, a proporção de ébrios nas chamadas prisões correccionais tinha pouca variação. Entre outubro de 1894 e agosto de 1895, foram presas pouco mais de 150 pessoas, a maioria como turbulentos<sup>602</sup>. No mesmo período do ano seguinte, foram cerca de 280 prisões, boa parte por turbulência e cerca de 40 por embriaguez<sup>603</sup>. Em 1900, houve em torno de 340 prisões, quase 40% delas por embriaguez e outro bom tanto combinando embriaguez e desordens ou jogo<sup>604</sup>. A mesma proporção se verificava seis anos mais tarde: por volta de 560 prisões, 225 por embriaguez. No ano seguinte, foram cerca de 420 prisões, das quais cerca de 120 correspondiam à embriaguez. Para o ano de 1908, as estatísticas começaram a ser separadas para cada posto policial. Pelos anos seguintes, vinha separada trimestralmente. Os motivos das prisões e suas proporções, no entanto, não sofreram grandes alterações.

---

<sup>601</sup> BRETAS, 1997, p. 13.

<sup>602</sup> Relatório do Chefe de Polícia do Estado apresentado ao Exm. Sñr. Dr. Governador. Curitiba, 29 de setembro de 1894.

<sup>603</sup> Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. Curitiba, 30 de setembro de 1895.

<sup>604</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Polícia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1900.

## Gabinete de Identificação e Estatística

Relação nominal dos contraventores identificados neste  
Gabinete durante o primeiro trimestre de 1912

Numero	NOMES	Datas	MOTIVOS
1	Manoel da Silva Oliveira	1 Janeiro	Embriag. e desordens.
2	Antonio Lousada Bastos	1	Idem
3	Maria Rukoska	1	Idem
4	João Reisnover	2	Idem
5	José Americo Guimarães	2	Idem
6	Miguel Crocoski	6	Idem
7	Pedro Sarturi	6	Idem
8	Roberto Jukeski	7	Idem
9	José Ignacio Murback	7	Idem
10	Dario Jayme	7	Idem
11	Antonio Theodoro	9	Idem
12	Bernardo Kean	9	Idem
13	Mina Kean	9	Idem
14	João Antonio de Souza	9	Idem
15	Carolina Rosa de Jesus	10	Idem
16	Eugenio Teixeira de Freitas	13	Idem
17	Jayme Ribeiro	14	Idem
18	João Olympio	14	Idem
19	Adriano Barboza	14	Idem
20	Romeu Celoti	15	Idem
21	Ludovico Remus	15	Idem
22	Julião Silva	15	Idem
23	João Aristides Brum	15	Idem
24	Estevão Miaski	15	Idem
25	Hugo Vandenberg	16	Idem
26	João Gross	17	Idem
27	Richer Mirai	17	Idem
28	Carlos Scheneider	19	Idem
29	Augusto Gronke	19	Idem
30	José Alves	19	Idem
31	João Narciso	21	Idem
32	Marcos Bara	21	Idem
33	Estanislao Marchewiz	21	Idem
34	Sibut	21	Idem
35	Armando Durval	21	Idem
36	José Berti	26	Idem
37	Antonio Rignon	27	Idem
38	Aristides da Costa Braga	4 Fev.	Idem
39	Francisco Macedo	4	Idem
40	Firmo Bueno de Sampaio	4	Idem
41	Luiz Alvares Horta Junior	5	Idem
42	Manoel Antonio Pereira	5	Idem
43	Francisco Justino Borges	5	Idem
44	João Felipe	5	Idem
45	Pedro Cordeiro	5	Idem
46	Antonio Gonçalves Placidio	5	Idem
47	José Leandro Monteiro	5	Idem
48	Joaquim Barboza	5	Idem
49	João Guenski	5	Idem
50	João Rigenek	12	Idem
51	Theodoro Kietcoscki	12	Idem
52	Izidoro Martins	12	Idem
53	Carlos Goddk	12	Idem
54	Carlos Zifert	12	Idem

Figura 21. Estatística criminal, 1912. Fonte: DEAP/PR.

<b>Nº</b>	<b>NOMES</b>	<b>Datas</b>	<b>MOTIVOS</b>
55	Victor Cordier	12 Fev.	Embriag. e desordens
56	Alberto Niffeler	12	Idem
57	Leocadia Valeria	12	Idem
58	Maria Bruneck	12	Idem
59	Veronica Kienki	12	Idem
60	Alfredo Gonçalves de Oliveira	13	Idem
61	José Francisco do Nascimento	13	Idem
62	Lidia Gomes de Oliveira	13	Idem
63	José Horacio	15	Idem
64	Jorge Ramalho	15	Idem
65	José Antonio de Oliveira	15	Idem
66	Thereza Baebler	15	Idem
67	Eduardo Baebler	15	Idem
68	Stephano Kureck	19	Idem
69	Estephano José dos Santos	19	Idem
70	Agostinho Peregil	19	Idem
71	João de Oliveira Cruz	19	Idem
72	Tobias José de Lima	19	Idem
73	Thomaz Pasteauk	19	Idem
74	Piat Bek	19	Idem
75	Woitger Bek	19	Idem
76	João Polaksk	19	Idem
77	Antonio Alves da Rocha	19	Idem
78	João Fleming	19	Idem
79	Luiza de Souza Macedo	20	Idem
80	Benedicto Martins Esteves	20	Idem
81	André Pietressen	20	Idem
82	Marcello Pavlick	20	Idem
83	João Antonio dos Santos	23	Idem
84	Jeremias Antonio dos Santos	29	Idem
85	Julia Cordeira da Cruz	1 Março	Idem
86	Antonio Pacheco da Cruz	2	Idem
87	Eloy Alves do Rosario	2	Idem
88	Julão Ignacio de Almeida	7	Idem
89	Gabriel Albino	11	Idem
90	Vergilio Kukla	11	Idem
91	Ricardo Martinez	11	Idem
92	Paulo Silvino da Motta	13	Embriaguez
93	Manoel Antonio dos Santos	14	Embriag. e desordens
94	Augusto de Oliveira	18	Idem
95	João de Brito e Oliveira	18	Idem
96	Euclides de Souza Pinto	18	Idem
97	Roberto de Oliveira	18	Idem
98	João Cardozo da Luz	18	Idem
99	Manoel de Mello	19	Idem
100	João Curial	19	Embriaguez
101	Leopoldo Roza	19	Embriag. e desordens
102	Pedro de Oliveira	20	Idem
103	José Ramos	21	Idem
104	Francisco Amatte	21	Idem
105	Ignacio Farka	22	Idem
106	João Graça	22	Idem
107	Albino Eisenhert	22	Embriagues
108	Pedro Rogensk	25	Embriag. e desordens
109	João Junkievski	25	Idem
110	João Klepeviski	26	Idem
111	Alexandre Klepeviski	26	Idem
112	Gabriel Tavares do Nascimento	30	Embriagues

Curitiba, 1 de Abril de 1912.

Figura 22. Estatística criminal, 1912. Fonte: DEAP/PR.

Com ébrios sendo presos praticamente todos os dias, o problema da embriaguez parecia cada vez mais longe de ser resolvido. A repressão não era suficiente para que as pessoas não continuassem bebendo e praticando desordens<sup>605</sup>. Aos incautos que acreditavam na eficácia do punitivismo, a realidade se impunha. Antes de rever as práticas punitivistas, no entanto, faziam exatamente o contrário: diziam que as prisões eram frouxas. Em 1917, Antônio Rodrigues de Paula queixava-se que a prática da detenção temporária não resolvia o problema: “o alcoolatra apenas sahido do xadrez volta, novamente, á bebedice para reencetar o circulo vicioso da nova entrada e nova sahida”<sup>606</sup>. As estatísticas, de fato, apontam para o que ele reclamava – a maioria dos presos eram soltos dentro de 24 horas. Outras vezes, segundo Elizabeth Cancelli, duravam apenas algumas horas, até que o efeito da embriaguez passasse. Muitas dessas prisões provavelmente sequer ficavam registradas<sup>607</sup>.

Independente da maior ou menor fé que as autoridades depositassem nas chamadas “prisões correcionais”, elas ocorriam o tempo todo, sendo um bom indicativo do alcance dos meios de controle social utilizados<sup>608</sup>. Dentro dessa *categoria*, outra modalidade bastante praticada era a das prisões para “averiguações”. Elas são também um forte indicativo da preocupação manifestada com a “ordem pública”. Seus alvos eram aqueles que se manifestavam como ameaças às normas do trabalho, à moralidade pública ou identificados pela ampla noção de “suspeitos”<sup>609</sup>. Nossos *desordeiros* mais conhecidos, como “An-An-An” e Miguel Passos/Paski, foram, em algum momento, alvos desse tipo de prisão. É provável, no entanto, que ela fosse usada mais para prevenir crimes contra a propriedade, seguindo aquela prescrição de prender indivíduos encostados em muros ou próximo de portas à noite em atitude suspeita<sup>610</sup>. É de se esperar que, aqui, a *cartilha lombrosiana* seguisse determinando a cara dos suspeitos.

Em 1920, Antenor Coelho, Delegado do 1º Distrito, apresentava suas considerações sobre as prisões correcionais e o álcool. Dizia que as detenções por

---

<sup>605</sup> SALES, 2011, p. 70.

<sup>606</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Delegado do 2º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 359.

<sup>607</sup> CANCELLI, 2001, p. 155.

<sup>608</sup> GRUNER, 2012, p. 199.

<sup>609</sup> FAUSTO, 1984, p. 33.

<sup>610</sup> KARVAT, 1996, p. 115.

embriaguez representavam mais da metade do total de prisões correcionais. Também via no alcoolismo um fator preponderante na criminalidade. Para o delegado, a punição prevista para a embriaguez habitual era insignificante e “não satisfaz hoje as aspirações da sociedade brasileira, que reclama medidas de maior alcance para a solução do problema”. Em alternativa à prisão, oferecia outros meios:

Taxação elevada das vendas e bordeis onde se vendam o alcool, ensino anti-alcoolico, tratamento do alcoolismo pela educação da vontade, desenvolvimento das sociedades de temperança, restrição, e revogação nos casos necesarios, das licenças para vendas de bebidas alcoolicas e muitos outros<sup>611</sup>.

O policial demonstrava-se atenuado com os tempos. O acompanhamento das políticas de repressão ao consumo de bebidas através das primeiras décadas republicanas sugere um descolamento da *embriaguez*, termo mais próximo do vocabulário forense, para o *alcoolismo*, designação mais ligada ao saber médico. Ao longo da década de 1920, foram se desenvolvendo ligas antialcoólicas, séries de palestras e conferências<sup>612</sup>, adoção de novas políticas públicas etc. Os internamentos iam substituindo a “tradicional noite no xadrez”<sup>613</sup>.

Antenor Coelho mencionava, ainda, as boas-novas da recém implantada *Lei da proibição* nos Estados Unidos. Dizia que desde logo ela começava a produzir “os seus proveitosos resultados”<sup>614</sup>. Ah, se ele soubesse...

\* \* \*

A imensa maioria dos ébrios detidos não passavam de um nome em uma lista, convertidos em um dado estatístico e, vez ou outra, transcrito nas notas policiais dos jornais. Mesmo quando causavam tumultos, se envolviam em pequenos conflitos, a polícia não costumava levar os casos adiante. O preso acordava com o sol nascendo quadrado, buscava na cabeça doída pela ressaca e pelos safanões a memória do que se passou, vestia seu chapéu e ia embora, deixando o nome no livro de ocorrências<sup>615</sup>.

---

<sup>611</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia pelo Delegado do 1º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 23-24.

<sup>612</sup> Como a ocorrida em 1922 no Hospital de Misericórdia de Curitiba, ministrada pelo médico João Candido sob o título “O alcool não é aperitivo nem thermogenico”. GRUNER, 2012, p. 106.

<sup>613</sup> BRETAS, 1997, p. 102.

<sup>614</sup> Relatório apresentado ao Chefe de Polícia pelo Delegado do 1º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 23.

<sup>615</sup> BRETAS, op. cit., p. 24.



A abertura de inquéritos nos casos de embriaguez era raríssima, havendo umas poucas exceções. Em 1906, o pedreiro João Leinig viu-se processar pelo fato de, em estado de embriaguez, ter insultado sua família e ameaçado de morte sua mulher. O fato foi confirmado pelo praça do Regimento de Segurança que efetuou a prisão. O militar disse que, quando chegou, Leinig estava bastante alcoolizado e prometia matar a esposa, ameaça que seguiu repetindo mesmo na delegacia. Uma vizinha contou ao agente que o réu vivia embriagado. Questionado, o autor afirmou que não se lembrava de ter insultado a ninguém e admitiu que bebia. Em 14 de maio de 1906, foi condenado a 26 dias e seis horas de prisão com base no Art. 396 do Código Penal – embriagar-se por hábito<sup>616</sup>. De todo o conjunto documental levantado, é a única condenação confirmada por embriaguez.

Em 1911, foi instaurado um inquérito para apurar se Zacharias era ébrio habitual. Foram ouvidas testemunhas, que confirmaram as suspeitas policiais. Francisco José Fernando afirmou que conhecia Zacharias há cerca de um ano e, de fato, ele era dado ao vício da embriaguez. Apresentava-se em lugares públicos completamente embriagado. No sábado anterior à tomada do depoimento, inclusive, foi visto bêbado atirando pedras no telhado das casas pela rua. Estanislau Schimidt o conhecia há oito anos e confirmou o que o primeiro depoente disse. Uma vizinha, no mesmo sentido, disse que o inquerido se embriagava costumeiramente e, nos últimos tempos, era raro o dia em que estava sóbrio. Chamado para depor, Zacharias negou as acusações, dizendo que bebia apenas de vez em quando. Afirmou que era trabalhador – tipógrafo –, mas no momento estava sem emprego. O inquérito foi remetido à Justiça<sup>617</sup>.

Distante do centro da cidade, na *Colônia Santo Ignácio*, encontramos um último caso. Alberto Tabor, de 22 anos, foi alvo de um inquérito autuado *ex officio* para investigar o fato de ele ser “desordeiro e ébrio habitual”. Um negociante que vivia na colônia afirmou que ele vivia causando tumultos no negócio dele, por vezes danificando objetos no interior do comércio. Disse que era conhecido na colônia como desordeiro e ébrio, que fazia algazarras em casamentos, batizados e outras festas. No fim de semana anterior à oitiva, tinha praticado novas desordens em um baile. Deu até alguns tiros. Outros colonos foram ouvidos e depuseram no mesmo sentido<sup>618</sup>.

---

<sup>616</sup> TJPR. Registro nº 0060 de 1906.

<sup>617</sup> TJPR. Registro nº 0943 de 1911. O desfecho desse caso, infelizmente, não consta nos autos.

<sup>618</sup> TJPR. Registro nº 1349 de 1915.

Ainda assim, a prerrogativa de abrir inquéritos pode ser considerada a ferramenta legal que mais dava força à atuação policial. Instituído pela reforma judiciária de 1871, o inquérito policial tornou-se uma importante peça da atuação das autoridades policiais. Ele poderia ser instaurado *ex officio* para investigar alguma notícia que chegava aos ouvidos da polícia; mediante denúncia dos cidadãos; também nos casos de flagrante delito. Uma vez aberto, o delegado ficava vinculado à autoridade judicial, já que o encerramento do inquérito dependia da decisão desta. A fase de inquérito encerrava de duas maneiras: mediante arquivamento, com parecer do Promotor Público, ou oferecimento da denúncia pelo promotor, dando início à fase judicial.

A reforma de 1871, do ponto de vista formal, representou uma grande redução do poder dos policiais. Antes dela, cabia à polícia processar e julgar infrações às Posturas Municipais<sup>619</sup>, Termos de Segurança<sup>620</sup>, de Bem-Viver<sup>621</sup>, contravenções, crimes de menor gravidade e mesmo crimes comuns<sup>622</sup>. Após a reforma, restaram apenas a competência para processar (e não julgar) os Termos de Segurança e Bem-Viver e os crimes policiais. Por outro lado, foi criado o inquérito. Através dele, mantinha-se a iniciativa da polícia na instrução criminal, ainda que houvesse intervenção do Judiciário. Essa mudança representava também uma distinção mais clara entre Polícia e Justiça, cujas fronteiras eram, até então, pouco definidas. Com isso, as autoridades judiciárias ficaram mais distantes das atividades policiais. Dando acesso privilegiado aos fatos do crime e amplo poder para promover diligências, o inquérito permitia à polícia influenciar os rumos da ação judicial. Por esses motivos, foi bastante criticado no período de sua criação<sup>623</sup>.

---

<sup>619</sup> Regramentos municipais que determinavam normas de comportamento urbano e formavam uma espécie de “plano piloto”, determinando regras para o comércio, as construções, o uso das vias públicas etc. Cf. PEREIRA, 2003.

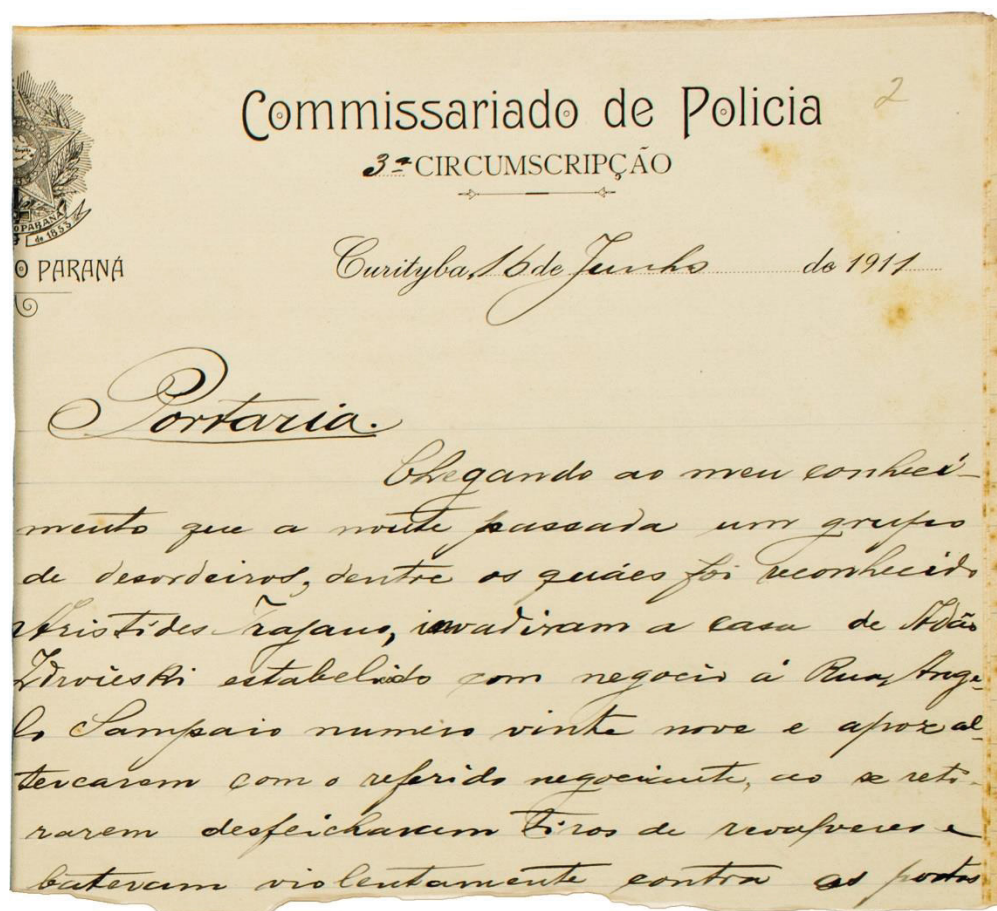
<sup>620</sup> “Procedimento adotado por qualquer autoridade inferior (oficial de justiça, inspetor, subdelegado) que encontrasse algum suspeito que houvesse cometido algum crime ou que demonstrasse vestígios da pretensão de cometê-lo (como o porte de armas, ameaças a alguém). O suspeito seria conduzido à presença da autoridade criminal e obrigado a assinar o termo”. KOERNER, Andrei. **Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 99.

<sup>621</sup> Termos de compromisso que “deveriam ser assinados pelos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas que perturbassem o sossego público e os turbulentos que por palavras ou ações ofendessem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias”. Ibid., p. 99.

<sup>622</sup> As contravenções, também conhecidas como crimes policiais, eram delitos cuja pena fosse de até seis meses de detenção. Já os crimes comuns eram mais graves, tinham penas maiores e eram julgados pelo Júri. A competência para esses crimes era compartilhada com o Juiz Municipal. Id.

<sup>623</sup> Ibid., p. 100-102.

O inquérito iniciava com uma portaria de abertura, narrando brevemente os fatos que o motivavam. Geralmente se seguia a fórmula “chegando ao meu conhecimento que...”, determinando, em seguida, as primeiras providências: intimação do denunciado, das testemunhas, auto de corpo de delito ou autópsia e demais providências que parecessem necessárias. Os depoimentos eram tomados na presença do Promotor Público e, se o acusado fosse menor de 21 anos, era nomeado um curador *ad hoc* para assisti-lo. As declarações eram transcritas e assinadas por testemunhas. Se objetos fossem apreendidos – desde o instrumento do crime até um chapéu deixado para trás –, era elaborado um auto de apreensão, descrevendo esses objetos. Eventualmente se produziam descrições da cena do crime (o que, mais tarde, foi substituído pela fotografia). Feitas todas as diligências policiais, o delegado responsável elaborava um relatório, resumindo as principais partes do inquérito, e remetia à promotoria<sup>624</sup>.



<sup>624</sup> Relatório apresentado ao Secretario Geral do Estado pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1920, p. 390-394. Na forma de anexo, reproduzo o modelo adotado pelas delegacias.

Figura 23. Recorte de uma portaria de instauração de Inquérito Policial. Fonte: TJPR.

Na fase judicial, poderiam emergir fatos novos. As testemunhas eram ouvidas novamente e outras poderiam ser arroladas. Por outro lado, a maneira com que o inquérito foi produzido na delegacia claramente manipulava a atuação de promotores e juízes<sup>625</sup>. O relatório final do delegado, principalmente, contava muito. Era comum que promotores demorassem para elaborar seus pareceres e justificassem o atraso pelo “acúmulo de serviço”. Nesses momentos mais assoberbados, muito provavelmente o promotor se baseava no que dizia o relatório e apenas *passava o olho* pelas demais páginas.

Como parte do papel investigativo da polícia, toda ação na qual houvesse suspeita de crime deveria ser investigada. Muitas dessas investigações acabavam concluindo que não estavam diante de delito algum. Pessoas que exageravam no álcool podiam cair pelas ruas, sofrer algumas escoriações e achar que tinham sido agredidas. Em casos mais graves, podiam se envolver em acidentes fatais. Outra infinidade de inquéritos tratava de suicídios. Em todos esses casos, algumas diligências seriam feitas e testemunhas seriam ouvidas. E em todos eles o álcool tinha seu papel.

Quando um jornaleiro austríaco e sua esposa foram acusados pelo polonês André Haplt de terem-no agredido, ambos respondem que o denunciante vivia embriagado e frequentemente aparecia pela vizinhança machucado. A esposa, Ana Rodina, disse que certa vez ele chegou a cair de uma ponte da estrada de ferro, ferindo-se gravemente. Testemunhas, no entanto, teriam visto a agressão. Um soldado do Regimento de Segurança encontrara o investigado mais cedo e teria ouvido ele se queixar que, se escutasse outra vez o polaco passando de cantorias pela rua da sua casa, iria dar-lhe uma surra. Apesar disso, o promotor opinou pelo arquivamento do inquérito e o juiz acedeu<sup>626</sup>. Algo muito semelhante aconteceu com João Mariano, encontrado ferido no meio da rua. Ele informou que fora agredido por praças do Regimento de Infantaria e alguns paisanos, dentre eles um polaco conhecido por *Gago*. Testemunhas, no entanto, disseram que o viram bastante

---

<sup>625</sup> ROSEMBERG, 2008, p. 43.

<sup>626</sup> TJPR. Registro nº 0489 de 1905.

alcoolizado e atribuíram os ferimentos a alguma queda que teria sofrido. O inquérito foi arquivado<sup>627</sup>.

Em 1907, o italiano Celeste Pissato foi encontrado morto em uma vala. Testemunhas disseram que ele “dava-se ao vício da embriaguez” e o inquérito concluiu que a *causa mortis* devia ter sido alguma moléstia relacionada ao excesso alcoólico<sup>628</sup>. O mesmo foi concluído para um tal Ermelino de Moraes, encontrado morto na estrada que ia ao *Bariguy*. Examinado no Necrotério Público, o legista responsável concluiu que ele morreu “de alcoolismo”. No relatório do inquérito, o delegado utilizou a expressão “entoxicação alcoólica”. Testemunhas disseram que ele tinha deixado um botequim da região antes de ser encontrado<sup>629</sup>. Martha Ramos faleceu sem deixar grandes mistérios: encontrada em uma valeta, ainda tinha a garrafa de cachaça junto ao corpo<sup>630</sup>. Angelo Luchetta<sup>631</sup> e João Gurski<sup>632</sup> morreram da mesma maneira: afogados, após caírem no rio.

Dentro da perspectiva médica, as relações entre alcoolismo e suicídio eram frequentes. As vozes que se erguiam contra o álcool viam nele uma ladeira que tinha na morte sua consequência última. Tornando-se viciado, o homem deixaria de cumprir seus deveres como trabalhador, provedor do lar, pai e marido. Em meio à “vergonha da derrota e do fracasso”, embriagava-se uma última vez e tirava a própria vida<sup>633</sup>. Muitos dos inquéritos instaurados para investigar suicídios adotavam esse mesmo discurso. As testemunhas que conheciam Wenceslau apontaram seu costume de embriagar-se<sup>634</sup>. O italiano Henrique, de 57 anos, foi definido pelo delegado do caso como “ebrio incorrigível”<sup>635</sup>. O mesmo aconteceu com Francisco Azevedo<sup>636</sup>, Anselmo Jerônimo<sup>637</sup> e tantos outros. O único caso feminino encontrado tratava de uma jovem de 19 anos, chamada Octacília. Segundo testemunhas, ela estava inconsolável

---

<sup>627</sup> TJPR. Registro nº 0873 de 1910.

<sup>628</sup> TJPR. Registro nº 0682 de 1907.

<sup>629</sup> TJPR. Registro nº 0861 de 1910.

<sup>630</sup> TJPR. Registro nº 1211 de 1914.

<sup>631</sup> TJPR. Registro nº 1495 de 1917.

<sup>632</sup> TJPR. Registro nº 1597 de 1918.

<sup>633</sup> MATOS, 2001, p. 46.

<sup>634</sup> TJPR. Registro nº 0671 de 1907.

<sup>635</sup> TJPR. Registro nº 1093 de 1913.

<sup>636</sup> TJPR. Registro nº 1222 de 1914.

<sup>637</sup> TJPR. Registro nº 1241 de 1914.



porque seu amante a deixou e viajou para o estrangeiro. A jovem se embriagou e cometeu o ato derradeiro<sup>638</sup>.

Para os tantos outros casos que chegavam aos ouvidos da polícia, que efetivamente se enquadravam em algum tipo penal, os esforços dos *homens da lei* tampouco eram garantidos e podiam variar de acordo com diversos fatores. Marcos Bretas menciona que aqueles casos tidos como de menor importância, envolvendo brigas de familiares ou vizinhos, pequenas agressões que já tinham sido resolvidas etc. muitas vezes sequer eram investigados<sup>639</sup>. Quando se convertiam em inquérito, dependiam também de um conjunto probatório (que, em um período muito anterior à colheita de digitais, material genético, imagens de câmeras de segurança etc. se resumia quase que exclusivamente à presença de testemunhas), da localização dos suspeitos, da apreensão de elementos do crime etc. Nos crimes cometidos por “um pretinho bem trajado”, “um soldado cujo nome desconheço”, “um José de Tal” etc., o ímpeto investigativo reduzia drasticamente. Para os crimes acobertados pela penumbra da noite, dificultando a identificação dos criminosos, sucedia o mesmo. O fato de que, com frequência, as testemunhas ocultavam o que sabiam, dificultando a ação policial, também precisa ser considerado. Muitas vezes, distorciam ou escondiam informações para proteger seus companheiros ou temendo represálias. Sobretudo, para os populares, o aparato policial representava uma força ameaçadora, cujas regras de funcionamento lhes eram alheias. Por isso, falar o mínimo possível era, também, uma tática de autopreservação<sup>640</sup>.

Outros casos pareciam ser deliberadamente ignorados por envolverem gente *desclassificada*: um vadio que apanhou na rua, uma meretriz que teve problemas com um cliente. Maridos bêbados que agrediam *moderadamente* as esposas também não ganhavam atenção, estando implícita a lógica pré-moderna de que o Estado não adentrava as questões “da casa”<sup>641</sup>. Apesar de, frequentemente, a negligência estar estampada, as autoridades buscariam passar a impressão de que cumpriram seu

---

<sup>638</sup> TJPR. Registro nº 1474 de 1917.

<sup>639</sup> BRETAS, 1997, p. 24.

<sup>640</sup> FAUSTO, 1984, p. 22.

<sup>641</sup> Cf. SEELAENDER, Ailton. A Longa Sombra da Casa: poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do Antigo Regime à Modernidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 473, p. 327-424, jan./mar. 2017. No caso específico da violência contra a mulher, cf. VIRGILLI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade. A virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, v. 3, 2013.

dever. Todas essas hipóteses acabavam resumidas em um jargão técnico e pretensamente neutro: “falta base para a denúncia”.

## 4 EMBRIAGUEZ E JUSTIÇA

### 4.1 LEIS, PERSONAGENS E EMBRIAGUEZ NA JUSTIÇA CRIMINAL

*I fought the law and the law won*

*I fought the law and the law won*

I fought the law – The Clash

Enquanto tipo penal, a embriaguez dificilmente seguia para além das delegacias. Como parte integrante de outros delitos, porém, ela fazia parte do cotidiano do Judiciário. Do mesmo modo que a polícia, o Judiciário também passou por mudanças ao longo do Império e foi reestruturado após a Proclamação para adaptar-se às demandas republicanas. Tanto o direito material penal quanto o processual passaram por grandes alterações. O processual, principalmente.

A estruturação do Estado sob o aspecto político, administrativo e judicial era uma questão central, principalmente visando a manutenção da integridade territorial e a ordem social<sup>642</sup>. Nesse sentido, a proposta federalista foi a que mais teve espaço entre os republicanos, pois “organizava o novo regime em bases descentralizadas, dando às antigas províncias, agora transformadas em estados, maior autonomia e controle fiscal, e jogava por terra a crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional”<sup>643</sup>. Essa solução, inspirada no modelo estadunidense, convinha especialmente aos republicanos de províncias como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que representavam grandes potências locais e buscavam maior autonomia face ao governo central<sup>644</sup>. Tais ideias também foram bastante significativas em termos legislativos.

---

<sup>642</sup> CARVALHO, 2017, p. 24.

<sup>643</sup> SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 320.

<sup>644</sup> CARVALHO, op. cit., p. 26.

Se, durante o Império, a unicidade do direito penal parecia um caminho óbvio a se seguir (lembrando que as primeiras codificações brasileiras foram, justamente, o Código Criminal em 1830 e o Processual Criminal em 1832), a manutenção dessa estrutura foi contestada com a Proclamação<sup>645</sup>. Parte dos envolvidos no debate defendiam a adoção de códigos regionais. Após uma série de discussões, optou-se por manter a cargo da União o direito material e delegar às unidades federativas o processo penal e a organização judiciária dos estados<sup>646</sup>.

O Código Penal, tão logo editado, foi alvo de uma série de críticas. Em grande medida, por não ter absorvido as *ideias modernas* da criminologia e ter, pelo contrário, mantido a mesma lógica *retrógada* da *Escola Clássica* que já vigorava no diploma anterior. Sua publicação também foi muito rápida (anterior à própria Constituição), pouco discutida e o texto foi considerado mal redigido<sup>647</sup>. Em 1913, o Procurador Geral de Justiça do Estado, Conrado Caetano Erichsen, dizia que o Código de 1890 estava condenado à morte “desde o dia de sua promulgação”. O motivo? Ter preferido as “velhas escolas” à “nova escola penal” de “Lombroso, Garofalo, Ferri, Tarde”. Para o Procurador, a solução era seguir “obedecendo á influencia das ideias modernas” na medida em que “as normas da bôa Hermeneutica” permitissem<sup>648</sup>.

Um dos grandes problemas relacionados à unicidade ou multiplicidade do(s) Código(s) estava no paradoxo aparentemente insolúvel que era forjar o sentimento de identidade nacional em um país, sob certo ponto de vista, recém-inaugurado e, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades de cada parte do vasto território nacional. Durante as discussões em torno do tema, uma das críticas que emergiram foi, inclusive, que a nacionalidade brasileira seria colocada em risco pela multiplicidade de códigos, já que a presença significativa de imigrantes europeus descaracterizaria a identidade nacional dessas codificações<sup>649</sup>.

As críticas mais contundentes partiam dos grandes representantes da criminologia positivista. Criticava-se tanto a unicidade do Código Penal quanto a ideia

---

<sup>645</sup> SONTAG, Ricardo. Unidade Legislativa Penal Brasileira e a Escola Positiva Italiana: um debate em torno do Código Penal de 1890. **Justiça & História**, v. 11, n. 21 e 22, p. 89-124, 2011, p. 91.

<sup>646</sup> VALLE, Gabrielle Stricker do. **Uma História da Cultura Jurídica Processual Penal Brasileira (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018, p. 106.

<sup>647</sup> CAULFIELD, 2000, p. 69.

<sup>648</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral da Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1912, p. 13-14.

<sup>649</sup> SONTAG, 2011, p. 97.

de igualdade que ele exprimia. Um primeiro problema que destacavam era o de tratar o crime segundo os pressupostos *clássicos*, como um ato de vontade, praticado por alguém livre e conhecedor do *mal* que praticava. Essa perspectiva, herdeira do Iluminismo, já havia sido quebrantada pelos *grandes mestres* da criminologia, que *demonstraram* a falta de poder de escolha do indivíduo criminoso<sup>650</sup>. Um dos grandes críticos do novo Código, o médico Nina Rodrigues, usava os exemplos da vadiagem e dos crimes contra a propriedade para, em sua perspectiva racial, apontar o grande erro cometido pelo legislador. Segundo ele, um dos *traços antropológicos* dos mestiços era justamente a indolência, de modo que eles não teriam consciência do ato contraventor. Do mesmo modo, a herança cultural dos índios e negros explicava os atentados contra a propriedade privada, já que a noção de propriedade não lhes fazia sentido<sup>651</sup>.

Decorrencia disso era o entendimento de que as *diferentes raças* deveriam receber tratamentos diferenciados quando delinquissem. Nesse sentido, o pensamento de autores como Nina Rodrigues “revela uma espécie de ‘racismo paternalista’”<sup>652</sup>, já que considerava os brancos mais puníveis que negros e *mestiços*, pois possuíam maior *consciência* do delito. Essas particularidades deveriam ser consideradas na aplicação das penas e mesmo na criação de instituições de correção próprias<sup>653</sup>. E, se a legislação penal deveria atentar para a individualidade do transgressor, também deveria ter em consideração as especificidades locais. Assim, justificava-se a opção por códigos regionais. Essa defesa da multiplicidade de códigos, no entanto, não era unívoca entre os autores brasileiros que se identificavam com o positivismo criminológico. João Vieira, por exemplo, era uma voz contrária, o que aponta, outra vez, para a complexidade das leituras em torno à *nova sciencia penal* no Brasil<sup>654</sup>. Nesse e em outros aspectos, os defensores da *Escola Positiva* não conseguiram exercer a influência que gostariam. Houve um esforço para que sua substituição viesse o mais rápido possível, ao qual o Código sobreviveu, sendo substituído apenas em 1940<sup>655</sup>.

---

<sup>650</sup> Ibid., p. 103.

<sup>651</sup> SONTAG, 2011, p. 105.

<sup>652</sup> Ibid., p. 111.

<sup>653</sup> CAULFIELD, 2000, p. 72.

<sup>654</sup> SONTAG, op. cit., p. 121.

<sup>655</sup> CAULFIELD, op. cit., p. 73.

No novo Código, a embriaguez aparecia de duas formas um tanto contraditórias: a primeira, como atenuante da pena (ou mesmo excludente de licitude, conforme certas interpretações) e como contravenção penal.

O art. 42, § 10, do Código definia como atenuante “ter o delinquente cometido o crime em estado de embriaguez incompleta, e não procurada como meio de o animar á perpretração do crime, não sendo acostumado a commetter crimes nesse estado”. Já o art. 27, § 4º, excluía a culpabilidade de quem se achasse “em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime”. Réus e advogados eventualmente tentavam associar esse “estado de completa privação de sentidos” ao estado de “completa embriaguez” para escapar à responsabilidade penal – e, às vezes, funcionava. Por outro lado, quando a embriaguez era procurada para “dar coragem” ao criminoso ou quando ele era um ébrio habitual, a situação poderia ser agravada<sup>656</sup>. Ainda que essa não fosse uma disposição formal do Código, a influência do estado alcoólico nesses casos pode ser intuída das decisões.

Já a tipificação penal da embriaguez concentrava-se em três artigos do Código. O art. 396, que punia com 15 a 30 dias de prisão o ato de “embriagar-se por habito ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta”, o art. 397 que punia quem ministrasse bebida a terceiro com intuito de embriagá-lo ou aumentá-lhe a embriaguez – caso agravado se a vítima fosse menor – e o art. 398 que punia o dono de negócios que vendesse bebidas a pessoas já embriagadas. Na esteira da medicina, o Código foi alvo de críticas por punir apenas o ato da embriaguez, e não o vício do alcoolismo<sup>657</sup>. Como já indicado no capítulo anterior, a efetividade desses dispositivos é bastante questionável.

Outro grande problema é justamente *medir* o quanto o sujeito acusado estava embriagado e, em consequência disso, quanto de *consciência* lhe restava, bem como a intencionalidade ou não de ter atingido aquele estágio de ebriedade. Estar no comando de suas ações era um elemento essencial na formação da culpa, demandando a árdua tarefa de perscrutar a psiquê do acusado e buscar nela *consciência e intencionalidade*<sup>658</sup>. Por isso, frequentemente as testemunhas nos

---

<sup>656</sup> COSTA, 2009, p. 172.

<sup>657</sup> CANCELLI, 2001, p. 154.

<sup>658</sup> COSTA, loc. cit.



processos eram provocadas a opinar sobre *quão bêbados* os réus estavam no momento do ato criminoso.

\* \* \*

Promulgada a legislação material, fazia-se necessária a norma processual que lhe desse efetividade, que ficou a cargo dos entes federativos. A organização judiciária no nível estadual também coube a cada estado, demanda essa bastante defendida entre os republicanos. Para eles, todo poder que não emanasse do voto popular deveria ser delegado; do contrário, seria uma usurpação. Quanto à nomeação de juízes, defendiam que fosse feita pelos governos dos estados, garantindo aos entes federativos o controle da magistratura, em oposição ao modelo monárquico centralizador<sup>659</sup>.

No Paraná, essa foi uma longa discussão. Por esse motivo, o Código de Processo Criminal de 1832, com suas sucessivas reformas, seguiu sendo utilizado ainda nos primeiros anos do século XX. O Decreto nº 4.824 de 1871<sup>660</sup>, que regulava a divisão judiciária e a execução da reforma de 1871, ainda era parcialmente utilizado ao longo da década de 1910<sup>661</sup>. Em 04 de julho de 1891, foi promulgada a primeira *Constituição Estadual do Paraná*. Nela, um título referente ao Poder Judiciário estabelecia que a magistratura de primeira instância seria exercida pelos Juízes Distritais, Municipais e de Direito, “conforme as alçadas e a matéria judiciária que lhes fossem atribuídas em lei ordinária”<sup>662</sup>. Já no ano seguinte, em 1892, era promulgada uma nova Constituição<sup>663</sup>.

Ainda em 1892, uma Lei Estadual “autorizou a nomeação de um cidadão ou de uma Comissão” para preparar, em até seis meses, uma “Codificação das Leis Processuais”, abrangendo o processo civil, criminal e comercial. Para essa missão, foi escolhido o Juiz Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, que cumpriu com o que

---

<sup>659</sup> KOERNER, 2010, p. 147.

<sup>660</sup> BRASIL. Decreto nº 4.824 de 22 de novembro de 1871.

<sup>661</sup> Nos casos de lesão corporal, por exemplo, que o Decreto tratava como *crimes policiais*. O rito desses procedimentos era definido no art. 48 e parágrafos e pode ser encontrado mesmo nos anos finais da década de 1910.

<sup>662</sup> SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE. **História do Poder Judiciário do Paraná**. Curitiba: Indústria Gráfica Serena, 1982, p. 42.

<sup>663</sup> *Ibid.*, p. 44.

foi demandado. No entanto, o projeto apresentado por ele recebeu uma série de críticas, acusado de se tratar de “uma Collecção de disposições que alteram profundamente leis geraes do Estado, da União e, talvez, preceitos da Constituição Federal”<sup>664</sup>. O dispositivo acabou sendo promulgado, mas “teve uma vida ephemera, uma vigencia de poucos mezes”<sup>665</sup>.

Em 08 de maio de 1899, o *Congresso Legislativo do Estado do Paraná* decretou a Lei nº 322, composta de 345 artigos que legislavam sobre a divisão judiciária e o processo criminal<sup>666</sup>. Segundo essa lei, em seu art. 1º, a Justiça Civil e Criminal no Paraná seriam exercidas pelo Superior Tribunal de Justiça, Juízes de Direito e Municipais, Tribunal do Júri e Juízes distritais. O Ministério Público, segundo o art. 2º, era considerado um órgão auxiliar do Judiciário. As normas processuais penais iam do art. 284 até o 329. O Código de Processo Criminal do Império e suas reformas de 1841 e 1871 continuariam sendo utilizadas subsidiariamente (art. 284).

Em 1903, o Juiz de Direito da Comarca de Castro, João Baptista da Costa Carvalho Filho (que já conhecemos no cargo de Chefe de Polícia, exercido mais tarde), foi nomeado para organizar um novo projeto de Código de Processo Criminal<sup>667</sup>. Mais tarde, governadores de vários estados propuseram um congresso para estabelecer, de maneira consensual, uma legislação processual única<sup>668</sup>. O Paraná ingressou nessa proposta, cujas atividades deveriam iniciar em abril de 1904, e o projeto de Costa Carvalho ficou interrompido. Para participar desse congresso, foi nomeado o jurista Rodrigo Octavio de Langard Menezes. Porém, até o final de 1905, o congresso não tinha ocorrido e já parecia pouco provável que viesse a ocorrer<sup>669</sup>. Costa Carvalho foi então afastado da Comarca de Castro para dedicar-se

---

<sup>664</sup> Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná pelo Secretário dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 29 de setembro de 1894, p. 5-6.

<sup>665</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 30 de dezembro de 1904, p. 15.

<sup>666</sup> PARANÁ. Lei nº 322 de 08 de maio de 1899.

<sup>667</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 11 de janeiro de 1906, p. 8.

<sup>668</sup> SONTAG, 2011, p. 115.

<sup>669</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 11 de janeiro de 1906, p. 8.

integralmente ao seu projeto de código<sup>670</sup>. O magistrado elaborou seu protótipo, mas, até o início de 1908, ele ainda não tinha sido discutido pelo Congresso Estadual<sup>671</sup>.

Mais tarde, o jurista Francisco de Azevedo Macedo foi incumbido de oferecer um substitutivo ao projeto de Costa Carvalho. Ambas as propostas continuaram à mercê do Legislativo por mais alguns anos<sup>672</sup>. O tão discutido Código de Processo Criminal estadual só foi publicado em 23 de fevereiro de 1920<sup>673</sup>. Em sessão no Congresso Legislativo do Estado, Azevedo Macedo pediu a palavra para apresentar suas considerações. Explicou que fez parte da comissão encarregada de estudar o projeto de Costa Carvalho e emendá-lo no que fosse necessário. Nesse processo, porém, declarou ter conservado o método do antecessor e mantido muitas de suas disposições, reconhecendo o mérito do jurista na conclusão do Código<sup>674</sup>. Em suma, durante todo o período aqui estudado, a legislação processual penal paranaense permaneceu um amálgama da antiga legislação monárquica, de compilações, disposições de curta duração e leis esparsas combinadas, enquanto tentativas de codificação eram discutidas interminavelmente.

Apesar de, com um século de afastamento, esse parecer um sistema processual impraticável, composto por inúmeras peças que parecem não se encaixar, nem todos reclamavam dele. Para os críticos da legislação penal, essa inclusive poderia representar uma situação vantajosa. Com as imprecisões do Código Penal e das inconsistências da legislação processual, juristas se aproveitaram “para interpretar as leis por meio dos estudos jurídicos e da jurisprudência, deixando nelas uma marca indelével”<sup>675</sup>.

Para o Procurador Geral de Justiça Conrado Caetano Erichsen, ainda em 1912, o conjunto legislativo que o estado possuía era bastante completo e necessitava apenas “alguns pequenos retoques tendentes á imprimir-lhes uma certa systematisação, a expurgal-as de visíveis incongruências, vícios de redacção e outros pequenos senões”. E concluía:

---

<sup>670</sup> Relatório do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná apresentado ao Presidente do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1905, p. 4.

<sup>671</sup> Relatório apresentado ao Vice Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d’Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 23 de janeiro de 1908, p. 14.

<sup>672</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral da Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1912, p. 14.

<sup>673</sup> PARANÁ. Lei Nº 1916 de 23 de fevereiro de 1920.

<sup>674</sup> **A República**. Curitiba, 03 de março de 1920, p. 3.

<sup>675</sup> CAULFIELD, 2000, p. 73.

Assim como é certo que na ordem material o mais aperfeiçoado instrumento se torna inútil quando manejado por mãos inexperatas, e que, pelo contrario, a pericia, a habilidade, o esforço indefesso e intelligente, supre quasi sempre as imperfeições dos aparelhos materiaes de que disõe o operario, assim tambem, na ordem juridica, o juiz traquejado no seu nobre officio, illuminado pelas luzes de um entendimento apuradamente educado na escola do bem, do direito e da justiça [...] saberá sempre desempenhar a missão altamente nobre e edificante a que é chamado pela sociedade<sup>676</sup>.

Seguindo a Lei nº 322 de 1899, que parece ter sido a mais completa e perene em termos processuais no recorte estudado, bem como nos servindo dos processos criminais levantados, vejamos os principais personagens envolvidos e a estrutura processual básica no período. Em seguida, trataremos do papel ocupado pela embriaguez nos casos processados pela Justiça.

### *Juiz de Direito*

Os Juízes de Direito eram nomeados pelo Governador do Estado, dentre os Juízes Municipais<sup>677</sup> e Promotores Públicos graduados em Direito, e que “mais se tiverem distinguido por sua habilitações, integridade e moralidade, em quatro annos de effectivo exercicio n'aquelles cargos e provarem esses requisitos em concurso mediante o Superior Tribunal de Justiça” (art. 59). Na falta de Juízes Municipais ou Promotores Públicos para concorrer ao cargo, seriam habilitados bacharéis com mais de seis anos de prática forense (art. 64). Cada uma das comarcas do estado teria um Juiz de Direito, exceto a da capital, que teria dois (art. 65). Suas funções eram amplíssimas, abrangendo os processos por crimes comuns, a presidência do Júri, concessão de *habeas corpus* e fiança, revisão das sentenças dos Juízes Municipais e Distritais, realização e anulação de casamentos, etc. (art. 66).

### *Promotores Públicos*

---

<sup>676</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral da Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1912, p. 14.

<sup>677</sup> Juízes “nomeados pelo Governador do Estado dentre os bachareis ou doutores em direito pelas faculdades officiaes ou livres da Republica, que tiverem pelo menos um anno de pratica forense ou igual tempo no exercicio no Ministerio Publico” (art. 71). Entre suas funções estavam a formação da culpa nos crimes comuns, a pronúncia ou não nos crimes comuns, a prisão dos culpados, concessão de fiança, preparo dos processos para o julgamento pelo Júri, convocar jurados, sortear e notificar jurados etc. (art. 72). A função de Juiz Municipal estava presente desde o Império. Era responsável pela maior parte das funções nas subdivisões das comarcas. Sua nomeação era feita pelos governos provinciais e não se exigia o bacharelado em Direito. No período estudado, já não encontramos Juízes Municipais em Curitiba. SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE, 1982, p. 34.

Os Promotores Públicos representavam o Ministério Público nas Comarcas, enquanto seus adjuntos estavam presentes nos Termos (subdivisão da Comarca). Eram nomeados livremente pelo Governador do Estado entre os bacharéis em Direito ou, na falta de candidatos graduados, quaisquer cidadãos maiores de 21 anos que, no entender do governador preenchessem as condições necessárias (art. 145). Estavam diretamente subordinados ao Procurador Geral de Justiça e não possuíam vitaliciedade, podendo ser demitidos pelo governador a qualquer momento (art. 147).

Entre suas atribuições, estavam as de denunciar crimes e contravenções, acompanhar os julgamentos do Tribunal do Júri, denunciar os crimes de ação pública, requerer a prisão de criminosos, officiar nas causas de sua jurisdição, visitar asilos de órfãos e alienados, visitar as cadeias e solicitar *habeas corpus* quando necessário, requerer diligências policiais etc. (art. 148).

#### *Tribunal do Júri*

O art. 77 da Lei nº 322 mantinha o *Tribunal do Jury*, outro velho conhecido dos tempos do Império. Essa manutenção era uma imposição que decorria da própria Constituição republicana, em seu art. 72, § 31<sup>678</sup>. Com competência para ser o *juiz de fato* de uma série de crimes, o tribunal era formado por 48 membros escolhidos por sorteio, dos quais eram tirados 12 para compor o conselho de sentença. O *Tribunal do Jury* se reunia periodicamente, tanto em sessões ordinárias quanto extraordinárias (art. 78). A instituição do Júri foi, provavelmente, o aspecto mais criticado pelos juristas, desde os personagens locais aos grandes nomes da *sciencia penal* na Europa.

Frequentemente, o Júri era associado à ineficácia da Justiça, que, por culpa dessa instituição, falhava em *fazer justiça*. Manoel Cavalcanti Filho alegava, inclusive, que a polícia “deixa de effectuar a detenção de individuos culpados” por saber que eles seriam agraciados com “a ordem de *habeas-corpus*” ou então soltos pelo Tribunal do Júri, diante do qual os advogados “desenvolvem vergonhosa *cabala*; para conseguir a absolvição de réos confessos”<sup>679</sup>.

---

<sup>678</sup> BRASIL. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).

<sup>679</sup> Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica do Estado do Paraná pelo Chefe de Polícia Dr. Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho. Curitiba, 31 de agosto de 1896, p. 7 – grifo no original.



Antônio Cardoso de Gusmão, em 1904, afirmava que “não fosse a barreira do texto constitucional e justos applausos conquistaria o legislador que suprimisse tão inútil e tão desacreditada instituição judiciária”. O autor amparava-se, sobretudo, em Garofalo para manifestar seu ponto de vista, resumido da seguinte maneira:

A funcção do jurado exige certa cultura intellectual, ao menos certos conhecimentos geraes, exige uma attenção reflectida – o exercidio da reflexão. Abandonar o exercicio dessa funcção á ignorancia e á incapacidade, é um erro funestissimo, um perigoso attentado á fortuna, á honra e á liberdade. Nas sociedades cultas não ha funcção mais difficil, mais elevada e de mais graves responsabilidades do que a distribuição da justiça. D’ahi a grande campanha contra o jurado. A moderna escola penal repelle o jury, porque o considera uma instituição caduca, incapaz de progresso, productora do augmento da criminalidade e, na opinião de Tarde, perigosa «com os seus effeitos incorrigiveis, com suas idéas que variam, segundo o capricho da opinião reinante»<sup>680</sup>.

\* \* \*

Além da organização judiciária, a Lei nº 322 apresentava de maneira resumida as principais regras para o andamento dos processos penais, desde sua abertura à sentença. Como visto no capítulo anterior, o inquérito policial poderia ser encerrado tanto pelo arquivamento (por não ter sido encontrado indício de crime, não ser possível encontrar suspeitos, não haver elementos para a denúncia) quanto com a denúncia oferecida pelo Promotor Público. O processo criminal poderia preceder do inquérito, embora não fosse comum, sendo iniciado mediante queixa, denúncia ou *ex officio* (art. 298). Na grande maioria dos casos, era pela denúncia do Promotor Público. A primeira fase do processo era a de *formação da culpa* e se daria com o réu solto ou preso, em flagrante delito ou preventivamente, em caso de crime inafiançável onde houvesse fortes indícios de culpa (art. 317).

A partir daí, normalmente se procedia com a qualificação do réu, que respondia seu nome, de quem era filho, qual sua idade, estado civil, profissão, nacionalidade, local de nascimento e se sabia ler e escrever. Eram ouvidas vítima(s), testemunhas, tanto novas quanto aquelas que já haviam prestado depoimento no inquérito policial. O réu acompanhava os depoimentos e poderia contestá-los. Em casos mais complexos, o número de testemunhas poderia passar de uma dezena, levando mais de uma sessão para que todas fossem inquiridas. Ouvidas as

---

<sup>680</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 30 de dezembro de 1904, p. 27-28.

testemunhas, dava-se vistas ao Promotor Público, que poderia solicitar novas diligências ou, convencido do fato criminoso, requerer o prosseguimento do feito.

Nesse caso, o réu passava pelo interrogatório. Do mesmo modo que na qualificação, seria perguntado seu nome, naturalidade, local de residência, profissão etc. Aqui, porém, também seria questionado onde ele estava no momento do crime, se ele conhecia as testemunhas e tinha algo a declarar sobre elas, se possuía provas de sua inocência. O réu poderia apresentar as provas que possuísse ou deixar que seu advogado – se tivesse constituído um – o fizesse por escrito. Nesse caso, o promotor contestaria também por escrito.

Nos casos mais simples, como as lesões corporais leves, o promotor, se entendesse que o réu era culpado, pediria a condenação e o juiz decidiria sobre o pedido. Nos casos mais graves, de competência do Júri, o procedimento era também mais complexo.

Se o promotor opinasse pela pronúncia e o juiz concordasse, o réu seria pronunciado incurso nas penas de que era acusado, tendo seu nome lançado no *rol dos culpados*. Em seguida, o promotor oferecia o *libelo acusatório*, apontando, geralmente em tópicos, aquilo que pretendia demonstrar diante dos jurados. As testemunhas seriam elencadas novamente, para serem ouvidas perante o Júri.

Seria apregoado edital convocando os cidadãos sorteados, quarenta e oito ao todo, para se apresentarem na sessão do Júri. Presentes os sorteados, o porteiro do Júri tocava a campainha e a sessão iniciava. Cada uma das quarenta e oito cédulas com o nome dos possíveis jurados era aberta, verificada diante do público e devolvida à urna do sorteio. Os eventuais faltantes deveriam justificar a ausência, podendo ser multados. Em seguida, era formado o *Júri de Sentença*. À medida que os nomes eram retirados, promotor e réu poderiam aprovar ou não cada nome sem necessidade de justificativa, limitados a doze exclusões cada um (art. 94). Selecionados doze nomes, o Júri estava completo.

Concluído o sorteio, o primeiro dos sorteados lia o *termo de promessa*: “Prometto pronunciar-me bem e sinceramente n’esta causa, haver-me com verdade e justiça, tendo diante dos olhos a lei e proferir o meu voto segundo a minha consciência” (art. 97), ao que os demais jurados repetiam em uníssono que assim prometiam. Proferido o juramento, o réu era interrogado outra vez e o escrivão lia todo o processo de formação da culpa e as últimas respostas do réu. O promotor prosseguia com a acusação, lendo as partes do processo que julgasse pertinentes. O

réu, por meio de seu procurador, defendia-se das acusações. Concluídos os debates, o Juiz questionava se restava alguma dúvida aos membros do Júri e, estando tudo esclarecido, eram propostos os quesitos a que os jurados deveriam responder. Lidos os quesitos, os jurados retiravam-se para uma sala secreta, onde haveriam de votar.

Os quesitos geralmente seguiam fórmulas padronizadas, questionando se o acusado era, de fato, autor do delito, se o ato criminoso, por si só, produziu os resultados verificados, se o réu agiu com surpresa, superioridade de forças, armas etc., se havia circunstâncias atenuantes. A defesa também poderia requerer algum quesito que julgasse pertinente.

Concluída a sessão secreta, os membros eram levados de volta à sala pública, acompanhados por oficiais de justiça, que lavravam um termo de incomunicabilidade do Júri de Sentença. O presidente do Júri lia então as respostas para os quesitos, o magistrado escrevia a sentença e a lia em voz alta.

Ainda era possível recurso à instância superior, tanto da parte do acusado quanto do promotor.

\* \* \*

Nos *delitos etílicos*, uma série de estratégias pode ser verificada, na tentativa do réu usar a ebriedade em benefício próprio. Na noite de 30 de janeiro de 1910, a viúva Rueda contou que estava em sua casa na Rua Pedro Ivo quando ouviu um barulho suspeito. Levantou-se para ver o que era e foi surpreendida por um indivíduo saindo da casa pela janela. A viúva não se intimidou: saiu correndo atrás do meliante enquanto gritava, com sotaque espanhol, “ladrão, ladrão!”. O fugitivo evadiu-se o mais rápido que conseguiu, deixando o chapéu cair pelo caminho. A polícia o perseguiu pela Rua Dr. Muricy e conseguiu detê-lo.

Preso em flagrante, o réu, identificado como Norberto de Aguiar Sant’Anna, pedreiro, com 24 anos de idade, natural do Piauí, não tinha opções a não ser confessar o crime. Declarou, no entanto, que só fez aquilo porque se achava embriagado. Entre os itens que subtraíra, estava uma caixa de *confetti*, uma colcha e dois travesseiros. Dias depois, o réu compareceu perante o Juiz de Direito da 2ª Vara e o Promotor Público, sendo interrogado acerca do ocorrido. Confessou novamente o delito, mas afirmou que estava “muito embriagado, tanto assim que só sabe que praticou o crime por lhe dizerem no dia seguinte”. Por esse motivo, esperava “ser

absolvido visto que o acto que praticou não é criminoso, conforme está declarado no artigo 27 § 4º do Código Penal – achar-se o acusado em estado de “completa privação dos sentidos”.

Na qualificação, o réu declarou ser analfabeto, mas quando fez sua própria defesa oralmente, citou inclusive a previsão legal que o favorecia. A manifestação foi transcrita pelo escrivão da Vara. Quem orientou Norberto sobre o que falar, não há como saber. De todo modo, sua estratégia funcionou. O Promotor Público, Lindolpho Pessoa, insistiu que Norberto fosse condenado pelo crime de furto. O magistrado, no entanto, reconheceu o argumento do acusado e o absolveu<sup>681</sup>.

No ano seguinte, uma casa da Rua Brigadeiro Franco foi palco de um crime muito mais grave. Era uma casa pequena, com uma porta e uma janela na frente. Por dentro, dividia-se em uma saleta, quarto e cozinha, com uma porta estreita separando cada cômodo. Entre a porta que dividia sala e cozinha, Emília foi encontrada em decúbito dorsal, com a saia creme, a camisa de crochê e o casaco rosado manchados de sangue. Uma poça se formava no assoalho de madeira em torno dela.

Era carnaval de 1911, madrugada de domingo, quando Felipe Gonçalves de Araújo, conhecido como *Nhô Ipa*, foi até a casa de Domingos José dos Santos, a quem tratava por compadre. Ouvindo as batidas na porta, Domingos levantou, trajando ceroulas, e reconheceu tratar-se de *Nhô Ipa*. O visitante inoportuno buscava Emília Fracari, sua amásia, que se refugiava na casa de Domingos e sua esposa Carolina depois que o amante tentou assassiná-la.

Naquele domingo, por volta das 2h30 da manhã, após recursar-se a voltar pra casa com o amásio, Emília foi esfaqueada. O golpe perfurou o pulmão esquerdo, produzindo a morte imediata. Felipe, autor do crime, fugiu.

Noticiado o crime, o acusado foi preso, processado e levado a Júri. Tanto à polícia, na fase de inquérito, quanto à Justiça, quando interrogado, disse que, naquela noite, tinha estado com amigos bebendo, primeiro na Av. Luiz Xavier, depois na *Sociedade Garibaldi*. Declarou que bebeu em demasia e, a partir de certa hora, não possuía qualquer recordação do que aconteceu. Segundo o réu, não se lembrava de ter ido à casa de Domingos. Durante o julgamento, um dos quesitos propostos ao *Conselho de Sentença*, a pedido da defesa, arguia se o réu estava em estado de

---

<sup>681</sup> TJPR. Registro nº 0883 de 1910.

completa privação dos sentidos e da inteligência quando cometeu o crime. Por unanimidade, o Júri respondeu negativamente. *Nhô Ipa* foi condenado a 25 anos de prisão. Recorreu, mas a sentença foi mantida<sup>682</sup>.

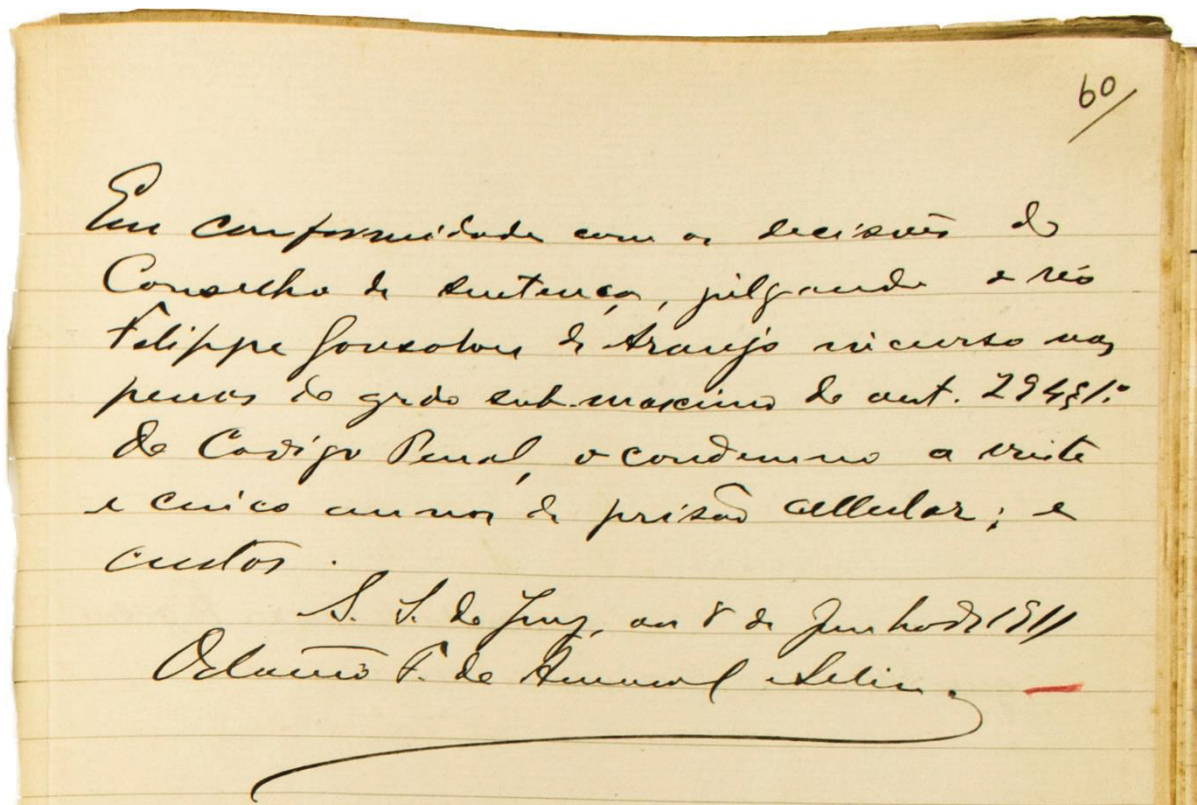


Figura 24. Decisão que condenou *Nhô Ipa*. “Em conformidade com a decisão do Conselho de Sentença, julgando o réo Felipe Gonsalves de Araujo incurso nas penas do grau sub-maximo do art. 294 § 1º do Codigo Penal, o condemnno a vinte e cinco annos de prisão cellullar; e custas. S. S. [Sala de Sessões] do Jury, ao 8 de Junho de 1911”. Fonte: TJPR.

O argumento da “completa privação de sentidos” foi empregado algumas vezes, mas não a ponto de permitir uma análise seriada. Nesses casos em que a opção pelos estudos de caso se impõe às análises quantitativas, Ginzburg apresenta um problema inescapável: “o de selecionar, na massa dos dados disponíveis, casos relevantes e significativos”. E questiona: “significativos no sentido de estatisticamente frequentes?”, respondendo que “nem sempre”. Tomando emprestada de Edoardo Grendi a noção de “excepcional normal”, o autor explica que casos considerados *incomuns*, *raros*, podem ser mais reveladores de uma certa *realidade social* do que

<sup>682</sup> TJPR. Registro nº 1085 de 1912.



aqueles *comuns*, repetidos à exaustão. Nas palavras de Ginzburg: “um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais relevador do que mil documentos estereotipados”<sup>683</sup>.

Comparando os dois crimes – um furto malsucedido de colcha e travesseiros e um homicídio violento cometido no meio da madrugada –, duas ou três hipóteses podem ser aventadas. Uma primeira, de que o estado de embriaguez aferido pelos depoentes tivesse contado para as decisões. As testemunhas dos dois casos, porém, disseram mais ou menos o mesmo: os réus estavam alcoolizados, mas não a ponto de não saberem o que estavam fazendo. A segunda hipótese, mais provável, é que esse dispositivo tivesse uma aplicação um tanto elástica, permitindo dar uma segunda chance a ébrios que cometeram pequenos malfeitos, mas negando que réus de crimes graves ficassem impunes. Um terceiro ponto que talvez tivesse influência era o julgador competente: no primeiro caso, um Juiz de Direito; no segundo, o Júri popular. O juiz do primeiro caso, porém, não foi um *legalista*. Não havia qualquer depoimento no sentido de que o réu estivesse, de fato, totalmente fora de si. Mesmo assim, usou o dispositivo em benefício de um pobre-coitado, jovem e referendado como trabalhador, que cometeu um delito cujo dano a recuperação dos itens furtados já reparara. No segundo caso, é possível que o Júri – embora frequentemente acusado de complacência – não fosse aceitar nenhum argumento a favor do réu, homem de “brutais instintos” que assassinou uma jovem indefesa e evadiu-se na escuridão na madrugada.

Outras vezes, a menção ao artigo da lei não vinha nos autos, mas ficava subentendida. Caso de Pedro Bahia de Mello, militar da Companhia de Metralhadoras, que parece ter iniciado um conflito sem motivação, apenas por estar sob efeito do álcool. No dia 07 de outubro de 1911, deixando a casa de negócio de José Rodrigues, conhecido como *Hespanhol*, o soldado atacou, com um punhal, o pedreiro Sebastião do Nascimento e o seleiro Manoel Borges, deixando ambos levemente feridos. Segundo testemunhas, não houve qualquer discussão ou motivo para as agressões. Conforme *A República*, o botequim do *Hespanhol* era um “ponto escolhido por um grupo de ebbrios, que todos os dias alli se reúnem”<sup>684</sup>.

---

<sup>683</sup> GINZBURG, Carlo. **O nome e o como...** Op. Cit., p. 176-177.

<sup>684</sup> **A República**. Curitiba, 07 de outubro de 1911, p. 2.

O acusado foi preso pouco depois e interrogado naquele mesmo dia, negando a autoria das lesões. No dia 10, entretanto, foi ouvido outra vez, fazendo a seguinte declaração:

“Na manhã do dia sete do corrente o respondente bebeu por varias vezes cachaça, em diversos negocios e depois foi a casa de negocio de José Hespanhol, onde bebeu mais, não sabendo ja que horas eram; que alli comprou a faca que lhe foi agora apresentada por mil e oitocentos reis e depois sahiu e encontrando-se com dois paisanos desconhecidos perto da casa de José Hespanhol, ferio-os com a mesma faca que ja alludio; que não houve discussão entre o respondente e os paisanos; que commetteu o crime por estar muito embriagado na ocasião, tendo tambem negado a sua autoria no mesmo delicto devido ao mesmo seu estado; que não se lembra se no negocio tinha outras pessoas quando se deu o facto, alem dos donos da casa”.

No começo do mês seguinte, realizou-se uma audiência judicial para instruir o processo. O réu afirmou que não se recordava de ter praticado crime algum, pois “achava-se em estado de completa embriaguez”. Afirmou que só teve ciência dos fatos “por lhe terem dito e porque voltando ao seu estado normal viu-se preso sendo-lhe então explicada a causa”. Disse que nunca tinha visto e não conhece as vítimas. Apesar de não mencionar o texto legal, a argumentação do réu se encaixa perfeitamente nele. Esse pode ser um indício de como a lei circulava entre os populares. Talvez fosse uma daquelas previsões que as pessoas *sabem que existem*, mesmo sem nunca terem lido isso na lei, como “só falo na presença do meu advogado” ou “tenho direito a um telefonema”. Seja como for, o militar acreditou que alegar achar-se “completamente embriagado”, ou seja, em completa privação de sentidos, poderia funcionar. Bahia foi absolvido, mas sob outro fundamento. Mesmo tendo sido apreendida com ele a arma do crime, o juiz do caso entendeu que a denúncia não estava “sufficientemente provada”<sup>685</sup>.

O caso do sargento Hortêncio<sup>686</sup> também pode sinalizar uma alternativa à excludente do art. 27. Sendo um homicida, mas tendo assassinado um companheiro seu em um ato inconsequente de ébrio, o militar não era um *ladroão de galinhas*, tampouco um assassino cruel e covarde. Em seu julgamento, também foi requerido como quesito ao Júri se o réu estava em “completa privação dos sentidos” quando apunhalou Serafim. Os depoimentos diziam que não: totalmente ébrio estava apenas o condutor da carroça; Hortêncio estava moderadamente. O Júri acatou essa versão

---

<sup>685</sup> TJPR. Registro nº 0962 de 1911.

<sup>686</sup> TJPR. Registro nº 1084 de 1912. Já narrado nas pgs. 144-146 desse trabalho.

e negou-lhe a excludente. No entanto, reconheceu o atenuante do art. 42, § 10, considerando que o réu estava razoavelmente embriagado e que não chegou a esse estado movido pela intenção de delinquir. Além disso, os jurados entenderam que o ferimento produzido não foi a causa imediata da morte, já que a vítima só veio a falecer horas mais tarde. A sentença acabou condenando o réu a dois anos de cárcere<sup>687</sup>.

Em 1917, um crime movimentou a colônia italiana de Santa Felicidade. O italiano Domingos Leonardi era acusado pela própria esposa de ter estuprado e engravidado Maria Carolina, filha do casal, diagnosticada como *imbecil*. Segundo apurado nos autos, havia cerca de dois anos que o réu abusava da filha, que no início era menor de idade. Ela já havia estado grávida uma primeira vez, mas o bebê faleceu dias depois de nascer e o caso não foi noticiado. Para cometer os estupros, Domingos tratava de ficar sozinho com a filha, mandando a mulher e as outras filhas para a cidade e os filhos para a roça.

Levado a julgamento, o Júri entendeu que o acusado mantivera continuamente relações sexuais com a filha nos dois anos que antecederam o processo. Apesar de reconhecer tratar-se de um ato continuado, o Júri identificou duas circunstâncias atenuantes: o *comportamento exemplar* do réu antes do crime e o estado de embriaguez durante. Decisão inusitada dos jurados, reconhecendo em alguém que estuprava uma filha com deficiência mental comportamento anterior *exemplar* e considerando também que o crime foi praticado em estado de ebriedade – um crime que admitiram ter sido repetidamente praticado ao longo de dois anos. A pena foi definida em sete anos de prisão<sup>688</sup>.

Se há algo que esses diferentes casos parecem demonstrar é a ausência de um papel linear desempenhado pela embriaguez na justiça penal. No cotidiano da Justiça, o viés patológico do álcool era posto de lado e a problemática predominante centrava-se na moral<sup>689</sup>. Entre operadores jurídicos e membros do Júri, essa moral poderia variar, conforme suas percepções de mundo e seu próprio gosto por tomar

---

<sup>687</sup> TJPR. Registro nº 1084 de 1912.

<sup>688</sup> TJPR. Registro nº 1513 de 1917. A pena máxima para estupro, de acordo com o Código Penal, era de seis anos, mas seria aumentada em sua quarta parte pela relação de parentesco, podendo chegar a oito anos e meio. Se, ao calcular a pena, o juiz estabeleceu inicialmente o grau máximo da pena, as circunstâncias atenuantes a reduziram em um ano e meio. Apesar de condenado, Domingos Leonardi recorreu e o processo passou por inúmeras movimentações, acabando prescrito em 1927.

<sup>689</sup> COSTA, 2009, p. 88.

uns tragos. Ainda, como destilar o álcool dos vários ingredientes misturados no mesmo caldeirão que compõe o julgamento de um crime? Tampouco a mera leitura dos diplomas legais e suas interpretações daria conta de demonstrar a complexidade que a aplicação da legislação assume no cotidiano forense. Há, “entre as leis formais e a efetividade delas”, um lapso<sup>690</sup> que só pode ser percebido ao adentrar o nível do acontecimento. Há, entre o céu e a terra, mais do que supõe nossa principiologia.

#### 4.2 TRATAMENTO DA EMBRIAGUEZ NO JUDICIÁRIO

*Estou aqui de passagem*  
*Sei que adiante um dia vou morrer*  
*De susto, de bala ou vício*  
*De susto, de bala ou vício*  
 Soy Loco por ti America – Caetano Veloso

O álcool era um elemento presente em uma série variada de crimes, os quais denominei *delitos etílicos*. Na série composta por esses crimes, que tinham no álcool um elemento em comum, nem sempre era o acusado quem estava embriagado. Em certos casos, a *questão alcoólica* vinha à tona porque a vítima estava alcoolizada e, em alguma medida, isso motivou ou contribuiu para a ocorrência do delito.

Os crimes contra a propriedade limitaram-se a uns poucos casos. Um furto ou roubo bem-sucedido costuma requerer a sobriedade. No caso do roubo, entretanto, uma vítima alcoolizada poderia ser um alvo fácil, desde que possuísse alguns cobres. Também foram raras as ocorrências de injúrias. Uns poucos queixosos levaram a sério as ofensas que sujeitos alcoolizados lhes imputaram e recorreram às autoridades policiais ou à Justiça Penal. Há, ainda, uma pequena amostra de defloramentos, entendidos pelo Código Penal como *crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias*, um caso de *armas proibidas*, um caso de estelionato e um incêndio.

Já o conjunto que predomina é o de “crimes contra a segurança da pessoa e a vida”. As lesões corporais, tanto leves (art. 303 do Código Penal) quanto graves (art. 304), representam a maior parte dos casos, sobretudo na segunda metade do período

---

<sup>690</sup> ROCHA JR., Francisco. **Recursos do Supremo Tribunal de Justiça do Império: o liberalismo penal de 1841 a 1871**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 154-155.

analisado. Também foi encontrada uma fração significativa de tentativas de homicídio. Os homicídios compõem outra grande parcela do total de crimes.

<b>MOTIVO</b>	<b>OCORRÊNCIAS</b>
Armas Proibidas	1
Defloramentos	3
Desordens	5
Embriaguez	3
Estelionato	1
Furto	4
Homicídio	44
Incêndio	1
Injúrias verbais	2
Jogos	2
Lesões corporais	70
Roubo	3
Tentativa de homicídio	12
Vadiagem	1

Quadro 04. Crimes e contravenções encontrados<sup>691</sup>. Fonte: TJPR

Esses números não são uniformes através das décadas. Em uma rápida comparação entre os delitos encontrados na primeira década estudada e na última, notamos uma série de diferenças. Na primeira década, a maior parte dos delitos concentra-se em homicídios, tentativas de homicídio e lesões corporais, acrescentando-se apenas dois casos de injúrias, um estelionato e um furto. Na última década, outros tipos são encontrados, incluindo as contravenções de embriaguez e vadiagem. Ainda, a primeira década trouxe 28 casos de homicídios e tentativas de homicídio, mais do que o dobro dos casos de lesão corporal, que foram 13. Na última, há uma redução

---

<sup>691</sup> Levantamento tomando indiferentemente inquéritos policiais e processos-crime. Enquanto inquéritos, ainda foram encontrados sete registros de casualidades (acidentes, mortes naturais) e oito suicídios.



no número absoluto de homicídios e tentativas (apesar da enorme diferença populacional) para 21 casos e um aumento das lesões para 20 incidências. Para essas comparações, seria mais profícuo analisar todos os casos disponíveis no período, e não apenas os *delitos étlicos*. Entretanto, o que esses dados parecem sugerir é uma atuação mais presente da Justiça Penal, que passava a receber e processar mais crimes *menos graves*. Os homicídios, quando apareciam, não poderiam ser ignorados nem pela população nem pela Justiça. Já as lesões, antes de sugerirem um *aumento da agressividade* da população, parecem sugerir que casos anteriormente resolvidos no âmbito privado foram sendo levados cada vez mais à autoridade estatal.

Para os principais tipos penais encontrados, serão traçadas algumas considerações e apresentados alguns casos. Novamente, surge o problema teórico em torno do *foco*. Eric Hobsbawm esclareceu que essa mudança de perspectiva – de uma análise quantitativa para o enfoque no particular – não se trata de um abandono da tentativa de oferecer explicações para o passado, como alguns setores da historiografia vieram a afirmar. Essa opção, ao contrário, é adotada como “o meio de iluminar uma questão mais ampla, que vai muito além do caso particular e seu personagem”<sup>692</sup>.

### *Furtos e roubos*

Assim como o caso de Norberto Garcia, citado no tópico anterior, outras incidências de furto estavam envoltas em circunstâncias inusitadas. Tibúrcio Marcial, de 20 anos de idade, foi denunciado por furto a uma casa. O proprietário afirmou não ter visto o jovem com *a boca na botija*, mas, nos dias anteriores, observou que ele passava em *atitude suspeita* pela frente da casa. Era tempo de carnaval e Tibúrcio aproveitou intensamente aqueles dias na companhia dos seus, gastando cifras incompatíveis com seus poucos proventos de impressor. Detido para *averiguações*, o acusado foi revistado e encontraram com ele um bom maço de dinheiro, escondido entre a calça e as ceroulas<sup>693</sup>.

Francisco Amatta também tinha 20 anos. Se identificava como fotógrafo, mas estava ganhando a vida como empregado em um negócio na Av. Luiz Xavier.

---

<sup>692</sup> Tradução do autor para: “The means of illuminating some wider question, which goes far beyond the particular story and its character”. HOBBSAWM, Eric. The revival of narrative: some comments. **Past and Present**, n. 86, p. 3-8, fev. 1980, p. 4.

<sup>693</sup> TJPR. Registro nº 0134 de 1893.

Enquanto o patrão dormia, Francisco teria subtraído uma boa quantia em dinheiro e dois relógios de prata. Acordando no dia seguinte e dando falta de seus bens, o negociante foi até o quarto que dormia Francisco e não o encontrou, supondo que tinha sido ele o autor do furto. Francisco foi encontrado a caminho de Castro e confessou o delito. Disse tê-lo praticado porque estava bêbado.

Os únicos roubos denunciados foram aquele praticado pelo praça do Regimento de Segurança Nestor Machado<sup>694</sup> e mais um, do qual foi acusado o austríaco Gregório Rubiniez, também praça do Regimento. Do mesmo modo que no primeiro caso, a vítima do roubo estava embriagada. Como não houve testemunhas do fato e não encontraram provas contra Gregório, o caso ficou sem solução<sup>695</sup>.

Sobre o perfil dos larápios, Boris Fausto destaca as seguintes características: “integrantes do chamado mundo da delinquência; pessoas acusadas ocasionalmente, às vezes sem o menor fundamento; [...] membros de quadros inferiores do aparelho repressivo”<sup>696</sup>. Nos poucos furtos encontrados, não há indícios de que os acusados fossem membros recorrentes do *mundo da delinquência*. Seus perfis passam longe daquele de um *gatuno* profissional<sup>697</sup>, a começar pelo envolvimento com o álcool antes ou após o crime. Sobre a presença dos membros do aparelho repressivo, embora haja apenas dois casos de roubo, é curioso que ambos os acusados pertencessem ao Regimento de Segurança. Também é notável que, em se tratando dos roubos, a embriaguez estava na vítima, tornando-as mais frágeis. Tais casos talvez só não fossem recorrentes porque esses trôpegos desavisados normalmente eram também despossuídos.

### *Defloramentos*

Antônio Zanotto, jardineiro de 18 anos, foi denunciado pelo defloramento da menor Francisca Maciel. O Código Penal de 1890 possuía quatro artigos no capítulo denominado “Da violência carnal”. Zanotto tinha incorrido no art. 267: “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”, para o qual estava

---

<sup>694</sup> TJPR. Registro nº 0445 de 1904. Já narrado na pg. 147 desse trabalho.

<sup>695</sup> TJPR. Registro nº 0615 de 1906.

<sup>696</sup> FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 128.

<sup>697</sup> Os ladrões considerados profissionais eram eventualmente mencionados em relatórios de Chefes de Polícia e outras autoridades, sobretudo para defender a modernização das técnicas investigativas, já que as diligências tradicionais não seriam suficientes para lidar com esses tipos criminosos.

prevista a pena de prisão por até quatro anos. As outras possibilidades do capítulo eram “attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral” (art. 266) e “estuprar mulher virgem ou não, mas honesta” (art. 268). Já no art. 269, dava-se a definição do Código para estupro: “acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não”.

Apesar de mudanças pontuais (na categorização, nas penas), a noção de defloração seguiu bastante semelhante àquela já adotada pelo Código Criminal de 1830. Diferentemente do estupro, que envolvia o emprego de violência, o defloração envolvia “sedução, engano ou fraude” e se limitava às moças virgens e menores de vinte anos. Várias questões relacionadas a esse tipo penal foram alvo de amplas discussões, a começar pela própria idade limite, acima da praticada em boa parte das “nações civilizadas”. O clima tropical também contribuiria para que a *sensualidade* aflorasse mais cedo<sup>698</sup>.

O jovem jardineiro citado namorava Francisca e teria prometido se casar com ela. Falou que estava guardando dinheiro para sacralizar a união e pediu um *adiantamento* das *prerrogativas* conjugais. A *benesse* lhe foi concedida algumas vezes, na sala da casa de Francisca. Como os dois eram vizinhos, provavelmente era mais fácil ludibriar a vigilância dos pais. À medida que foi ganhando a confiança da família, Antonio passou a abusar dessa confiança e “portava-se com insolencia por vezes na casa da respondente”, indo embriagado até a casa e causando confusões.

Passado um tempo, Francisca acabou engravidando e, quando contou para o rapaz, ele surgiu com uns vidros de remédio que ela deveria tomar. A moça obedeceu e teve uma reação violenta, vomitando sangue. A mãe dela, Avelina Padilha, acabou descobrindo e levou o caso à polícia. Após a tramitação do inquérito, o Promotor Público ofereceu denúncia perante o Juiz da 2ª Vara de Curitiba. O réu não negou que mantivesse relações sexuais com Francisca, mas afirmou que não foi o autor do defloração. Ela já “nao era moça honesta” quando Antonio a conheceu<sup>699</sup>.

O desfecho desse caso é desconhecido, mas havia uma previsão legal para escapar à punição. O parágrafo único do art. 276 do Código Penal declarava que:

---

<sup>698</sup> CAULFIELD, 2000, p. 74.

<sup>699</sup> TJPR. Registro nº 1504 de 1917.

Não haverá logar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior.

Além desse caso, apenas outros dois foram encontrados: o de Elza Nemetz<sup>700</sup> e o de Maria Carolina<sup>701</sup>. Também nesses casos, as investigações começaram pela queixa dos pais. No caso de Elza, foi o pai quem levou o caso à polícia. Como o promotor não enxergou base para denúncia e solicitou o arquivamento do feito, no que foi atendido, não houve ação penal. No segundo caso, foi a mãe de Maria Carolina quem fez a queixa, também à polícia. Após a conclusão do inquérito, o Promotor Público ofereceu a denúncia.

### *Injúrias verbais*

Foram encontrados apenas dois casos de injúrias verbais. No primeiro, de 1890, a iniciativa foi do ofendido, Miguel Montezano, que possuía negócio na Praça Tiradentes. Segundo o negociante, Francisco Bentim da Costa teria entrado no estabelecimento, pediu uma xícara de café e um cálice de *cognac*. Então começou a “dirigir graçollas” às pessoas que estavam no local e injúrias ao dono do estabelecimento, a quem chamou de “gringo, ladrão, gatuno e filho da puta”. Disse que o negociante não possuía crédito na praça e coisas do gênero. Segundo testemunhas, o réu não estava tão embriagado a ponto de não poder controlar suas palavras. O tipo das ofensas e os depoimentos sugerem que se tratava de algum ressentimento anterior com o dono do local e não um confronto ocorrido no momento, ainda que o *cognac* possa ter contribuído para deflagrá-lo. O desfecho do caso é desconhecido.

O segundo caso foi instaurado *ex officio* pelo Chefe de Polícia, que foi até o local onde a confusão acontecia. Um tal José Luiz teria estado na Repartição de Correios durante a tarde de 16 de maio de 1896 para enviar uma carta. Já embriagado, perdera a paciência com o procedimento dos correios e insultara o funcionário que o atendia. Armou-se uma confusão e os funcionários retiraram José Luiz da repartição. Horas mais tarde, ele regressou, dessa vez armado de um revólver, que fazia questão de exhibir. Promoveu novas desordens e insultos. Segundo as testemunhas, seu

---

<sup>700</sup> TJPR. Registro nº 1507 de 1917. Já narrado nas pgs. 68-69 desse trabalho.

<sup>701</sup> TJPR. Registro nº 1513 de 1917. Já narrado na pg. 179 desse trabalho.

estado alcoólico era crítico. Nessa segunda ocorrência, é provável que o porte ostensivo da arma de fogo é que tenha motivado uma ação mais severa. Se apenas dois casos não são eloquentes acerca da questão, a ausência de outros pode ser: se a polícia instaurasse um inquérito a cada vez que um ébrio perdeu o controle da própria língua, provavelmente não faria outra coisa.

### *Lesões corporais*

As lesões corporais encontravam-se previstas no Título X, “Dos crimes contra a segurança da pessoa e a vida”, capítulo V do Código Penal. A primeira possibilidade era também denominada *ferimentos leves* e consistia em “offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue” (art. 303). Se as consequências fossem mais severas, causando mutilações, deformidades, se a recuperação tomasse mais de 30 dias ou se os danos fossem permanentes, a lesão enquadrava-se no art. 304, dos *ferimentos graves*. A terceira possibilidade era “servir-se alguém, contra outrem, de instrumento aviltante no intuito de causar-lhe dôr physica e injurial-lo” (art. 305), ou seja, uma *tentativa* ou *ameaça* de lesão. E, por último, causar a lesão por imprudência, negligência ou inobservância de alguma norma (art. 306). Assim, os crimes entendidos como lesão corporal variavam bastante, indo desde uns safanões até um espancamento que quase levasse à morte.

Alguns fatos enquadrados como *ferimentos graves*, inclusive, possuíam uma fronteira bastante tênue com as tentativas de homicídio. Caso do sapateiro Adão Zolotoski, que, certa noite de 1914, deu um tiro de revólver em Francisco Nicolau. Segundo testemunhas, Francisco e mais um companheiro estiveram pelas vizinhanças de Adão horas antes, embriagados e causando tumultos. O Regimento de Cavalaria foi acionado e Francisco conseguiu fugir, mas seu colega foi levado ao xadrez. Mais tarde, o *desordeiro* voltou buscando tirar satisfações com Zolotoski, que acreditava ter sido o *dedo-duro*. Francisco deu-lhe alguns socos e puxou uma faca, investindo contra Adão. Nesse momento, o sapateiro sacou um revólver e deu-lhe um tiro na mão. Sendo o agredido reconhecido como “desordeiro contumaz”, e o réu como “moço de bons costumes”, o promotor não ofereceu o libelo acusatório e, pelo contrário, pediu sua absolvição<sup>702</sup>. O mesmo aconteceu no caso de Francisco

---

<sup>702</sup> TJPR. Registro nº 1269 de 1914.



Waletzko<sup>703</sup>, que respondeu por dar um tiro no peito da esposa. Apesar da capacidade letal do ferimento, a denúncia foi oferecida nos termos do art. 304, provavelmente porque o promotor entendeu que o réu não tinha a *intenção* homicida<sup>704</sup>.

Se a fronteira entre os *ferimentos graves* e a tentativa de homicídio era mais tênue e dependia de um elemento subjetivo – a *intenção* –, a linha que separa os *ferimentos leves* dos graves era mais visível, já que o enquadramento no art. 304 dependia de uma consequência verificável, normalmente através do exame de corpo de delito ou do chamado exame de sanidade, realizado algum tempo depois das lesões para averiguar se os danos persistiam. Por outro lado, isso fazia com que lesões que seriam entendidas, no senso-comum, como graves, fossem consideradas leves por imposição do texto legal. Caso de Josefa Budziak, que foi “brutalmente espancada” por Francisco Lopes das Chagas. Consta que ela estava cuidando do balcão do botequim que o marido era proprietário. Francisco, que tinha ido ao local tomar cerveja, teve um desentendimento com a balconista, puxando-a pelos cabelos, derrubando-a no chão e dando diversos golpes em seguida. Em dado momento, a vítima ficou desacordada. No auto de corpo de delito, foram constatadas “diversas contusões echymosadas”, espalhadas pela espádua esquerda, antebraços, abdômen, coxa e joelho. Como não deixou sequelas ou impossibilitou Josefa temporariamente, a denúncia foi oferecida nos moldes do art. 303 – *ferimentos leves*.

Também é notável que a separação entre os dois artigos seja medida pela capacidade de trabalho após a lesão. A letra do Código coloca em evidência que não é tanto a integridade física da vítima a ser tutelada, mas sua aptidão para o trabalho. Essa previsão sugere que o enquadramento do delito poderia variar também conforme a ocupação da vítima. Um alfaiate, por exemplo, poderia sofrer uma lesão na perna que o manteria trabalhando, mas afastaria um entregador de jornais do seu ofício. O trabalho era o valor máximo; qualquer ferimento que não o afetasse não seria grave o bastante.

Os botequins, espaço ideal para se alimentar<sup>705</sup>, saber do que estava acontecendo pela cidade<sup>706</sup>, desabafar frustrações, fazer uma pausa no trabalho<sup>707</sup> e,

---

<sup>703</sup> TJPR. Registro nº 1034 de 1912. Já narrado na pg. 71 desse trabalho.

<sup>704</sup> TJPR. Registro nº 1034 de 1912.

<sup>705</sup> SILVA, João Luiz. **Alimentação de rua na cidade de São Paulo (1828-1900)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 111.

<sup>706</sup> SILVA, 2008, p. 117.

<sup>707</sup> URÍA, 2003, p. 577.

é claro, beber, eram o espaço privilegiado das lesões corporais. Do mesmo modo, os cabarés, onde os vapores etílicos, a luz opaca, a música das violas e gaitas, as risadas e conversas altas, o movimento de meretrizes e clientes do salão para os quartos, formavam o ambiente ideal para transformar qualquer despropósito em uma confusão generalizada. Nesses espaços onde a *honra* e a *moralidade pública* não entravam<sup>708</sup>, o crime predominava.

Em 1913, “por motivos futeis e exaltados os animos pelo alcool, [Sebastião Alexandre e João Chimanski] chegaram a vias de facto”. Assim escreveu o delegado em seu relatório do caso. Foi o mesmo que disse Sebastião, que agrediu com um facão ao seu opositor. Na transcrição das perguntas que lhe foram feitas, “deu origem ao facto estarem ambos embriagados”. Segundo a vítima, ele estava no negócio do *Duduca*, onde também estavam Sebastião, Romão Baptista, Luiz Fagues e outros. Ele disse estar já “bastante alcoolizado” quando Sebastião o agrediu, fazendo-o ir ao chão e ferindo-o. Romão, no entanto, disse que a vítima também não era assim tão inocente: ambos deram e levaram socos até que o réu sacou o facão. Para todas as testemunhas ouvidas, não havia qualquer inimizade entre os dois. O único motivo da briga teria sido o excesso alcoólico<sup>709</sup>. Nas páginas do *A República*, a notícia “A facção...” tinha o subtítulo “luta entre dois valentes”, começando a narrar de maneira idílica a relação dos dois envolvidos, que terminaria em cizânia:

Amigos que eram, Sebastião Alexandre e João Chimonski viviam na mais cordeal camaradagem, sem que a menor nuvem viesse entenebrececer o céu límpido da sua amisada. Mas, como não ha bem que sempre dura, estava escripto que n'um bello dia os dois amigos se estranhariam por qualquer motivo, chegando a vias de facto.

E foi ante-hontem o dia... Sebastião encontrando João Chimonski, por volta das 5 horas da tarde, no lugar denominado Campo Novo, não esteve para cerimonias, á uma simples troca de palavras desenbainhou o facão e agredio o seu amigo produzindo-lhe diversos ferimentos<sup>710</sup>.

No ano seguinte, durante um *maxixe* em um prostíbulo conhecido como *Congresso*, houve uma bulha generalizada, da qual Maria *Serro Azul* saiu ferida. Não à toa as danças e bailes eram uma preocupação antiga das autoridades públicas, que impunham limitações e empecilhos através das posturas municipais<sup>711</sup>. *Serro Azul* contou à polícia que, por volta da meia-noite, ela, os proprietários da casa e outras

<sup>708</sup> BONI, 1985, p. 154.

<sup>709</sup> TJPR. Registro nº 1117 de 1913.

<sup>710</sup> **A República**. Curitiba, 23 de novembro de 1912, p. 2.

<sup>711</sup> PEREIRA, 1996, p. 160.

peessoas estavam dançando quando chegou um grupo com diversos soldados do Exército. Eles estavam armados de cacetes e, indo até o salão de dança, quebraram o foco de luz. Nessa ocasião, Maria foi para o botequim da casa e alguns soldados a seguiram. Um deles, pegando uma garrafa vazia, arremessou-a contra a meretriz, atingindo-a na cabeça. Testemunhas disseram que os militares estavam todos embriagados e apontaram um tal *Maranhão* como autor. Interrogado, José de Albuquerque Maranhão, soldado do Regimento de Artilharia, disse que a meretriz estava embriagada e altercava com um colega. Alguém que estava do lado de fora atirou uma garrafa janela adentro e, *por azar*, acabou atingindo a vítima. Alegando falta de provas, o promotor do caso, que se referiu à *Serro Azul* como “ébria e desordeira conhecida”, pediu o arquivamento<sup>712</sup>.

A edição de 20 de setembro de 1904 do *Diário da Tarde* trouxe uma notícia intitulada “Scena vandalica”, seguida pelo subtítulo “soldados do exercito”. Dizia:

Em uma casa da rua dr. Muricy onde residem as meretrizes Rosa Turca e Maria da Conceição, achavam-se algumas praças do exercito ás 9 ½ horas da noite promovendo desordens.

Avisado o official de ronda de policia ahi compareceu encontrando a casa em completo abandono, sendo informado que as referidas praças haviam invadido aquella casa, expulsando as mulheres e collocando todos os moveis em plena rua, depois do que retiraram-se.

Desse facto constou ao mesmo official ter sahido ferido na cabeça o soldado de nome Manoel Baptista de Camargo.

Essa praça foi recolhida ao hospital militar, segundo informou o official de estado-maior.

A' cadeia publica foi recolhido o civil Felisberto Theophilo, por ter tomado parte naquelle acto de vandalismo, não sendo possivel capturar as outras praças do exercito, que não foram encontradas<sup>713</sup>.

À polícia, Felisberto disse que estava passando em frente à casa e ouviu gritos de socorro. Por isso entrou e viu que três soldados do 6º Regimento de Artilharia estavam causando tumultos. Ele pediu que os soldados se retirassem e não fizessem mal àquelas mulheres. Dois deles assentiram, mas Manoel de Camargo avançou contra Felisberto portando uma navalha. Por isso, ele se viu obrigado a defender-se, dando uma bengalada na cabeça do soldado e fugindo, perseguido pelos companheiros da vítima. O promotor do caso chegou à conclusão de que o soldado agredido era “exaltado e barulhento, que estava embriagado e quiz agredir ao denunciado”, optando por sua absolvição. No dia 28 de novembro, o juiz julgou

<sup>712</sup> TJPR. Registro nº 1280 de 1914.

<sup>713</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 20 de setembro de 1904, p. 2.

improcedente a denúncia<sup>714</sup>. Apesar de ter bancado o *bom moço*, Felisberto Theophilo aparentemente era mais um *pulha*, frequentador de tavernas e cabarés. Em outras ocasiões, foi preso por ameaçar um transeunte com uma pistola<sup>715</sup>. Também arrombou uma casa e agrediu sua moradora<sup>716</sup>, atirou em um sujeito, atingindo-o de raspão<sup>717</sup>, foi preso causando desordens<sup>718</sup>, agrediu e tentou estuprar uma mulher<sup>719</sup>, e a lista segue.

Ayres estava no bordel da Graça de Castro, na Rua Augusto Stelfed, quando viu entrando Benedicto Monteiro, a quem conhecia de vista. Pouco depois, ouviu um barulho vindo da recepção. Correu para lá a tempo de ver Monteiro dar uma cadeirada em Antônio Costa, primo de Ayres. Segundo ele, seu primo conseguiu segurar a cadeira e a utilizou para empurrar Monteiro para longe de si. Não sabia afirmar se foi Antônio Costa quem apunhalou Monteiro. Provavelmente por ser parente, Ayres estava omitindo o que vira. Na conclusão do inquérito, o delegado do caso dizia estar provado que Antônio Costa Netto esfaqueou Benedicto Monteiro. Ayres, por sua vez, não apenas viu tudo, como acabou levando uma facada de raspão, quando tentava apartar o conflito. Segundo as mulheres que estavam na casa, Antônio entrou e ficou provocando Benedicto, que não lhe deu atenção. Não satisfeito, Antônio tentou dar-lhe uma cadeirada, da qual a vítima se defendeu, levando uma facada em seguida. O investigado afirmou que estava embriagado e não se recordava do que aconteceu<sup>720</sup>.

Para as autoridades públicas, juristas, médicos, jornalistas etc. a ocorrência desses eventos era mais do que suficiente para demonstrar que aqueles eram espaços de promiscuidade e crime, devendo ser censurados ao máximo. Na ótica de tais agentes, os frequentadores desses locais eram desconectados de suas responsabilidades, da vida familiar, perdiam o controle de suas pulsões e acabavam entregues a uma vida viciada e delituosa.

### *Tentativas de homicídios*

O art. 13 do Código Penal determinava:

---

<sup>714</sup> TJPR. Registro nº 0446 de 1904.

<sup>715</sup> **A República**. Curitiba, 11 de setembro de 1905, p. 2.

<sup>716</sup> **A República**. Curitiba, 18 de julho de 1905, p. 2.

<sup>717</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de agosto de 1905, p. 2.

<sup>718</sup> **A República**. Curitiba, 21 de fevereiro de 1905, p. 2.

<sup>719</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 31 de maio de 1904, p. 2.

<sup>720</sup> TJPR. Registro nº 1467 de 1917.

Art. 13. Haverá tentativa de crime sempre que, com intenção de commettel-o, executar alguém actos exteriores que, pela sua relação directa com o facto punivel, constituam começo de execução, e esta não tiver logar por circunstancias independentes da vontade do criminoso.

Nesses casos, o crime seria punido com as penas do tipo consumado, menos a sua terça parte (art. 63). É certo que os motivos que levam a uma *tentativa* de homicídio são os mesmos que levam ao próprio homicídio, já que, por definição, a tentativa exige o objetivo de consumir o fato. A dificuldade, portanto, era perscrutar a consciência do indivíduo, determinando se ele tinha ou não o desejo de matar sua vítima. Em uma série de casos, principalmente quando era a vítima quem iniciava o confronto, era comum o autor alegar ter *atirado para assustar*, para *repelir o agressor* etc. Normalmente, essas ações acabavam julgadas improcedentes, mas o julgador preferia seguir pelo terreno da legítima defesa, menos incerto que o da *intenção*<sup>721</sup>.

Problema também frequente nas brigas de botequim e confusões generalizadas era a violência acabar se estendendo a quem não tinha nada a ver com o conflito. Caso de Serafim, morto por Hortêncio<sup>722</sup>, de Ayres, atingido com uma facada no ombro<sup>723</sup> e de outros tantos. O mesmo aconteceu com Antônio Dariva, alvejado com um revólver por Eugênio Carassay.

A altercação se deu em uma casa de negócio no *alto do Bigorrilho* entre o réu Eugênio Carassay e Valentim Antoniassi. O dono do negócio contou que Carassay e Antoniassi estavam “cantando e bebendo” em meio a outros sujeitos que jogavam cartas. Entre os jogadores, Antonio Dariva. Por algum motivo qualquer, os dois boêmios começaram a discutir e sacaram suas armas. Eugênio atirou contra Valentim, mas acertou Antônio. O dono do botequim apressou-se em conter o réu, que ainda disparou outra vez, mas sem acertar em ninguém. Um lavrador italiano declarou à polícia que não conhecia a índole dos brigões, mas sabia que eles sempre andavam armados. À justiça, descreveu uma cena de *western* hollywoodiano, na qual “Antoniassi puxou do bolso a pistola e Carassay pouco depois o revolver, ficando um de frente ao outro” no meio do *saloon* do Bigorrilho. Quanto a Antônio, o depoente disse que era “homem de bons costumes” e não se metia com a vida de ninguém. Foi

---

<sup>721</sup> Casos como o de José Manoel dos Santos (TJPR. Registro nº 0968 de 1910, narrado nas pgs. 52-54 desse trabalho) e de José Diogo (TJPR. Registro nº 1404 de 1916, narrado nas pgs. 19-20 desse trabalho).

<sup>722</sup> TJPR. Registro nº 0374 de 1908. Já narrado nas pgs. 145-146 desse trabalho.

<sup>723</sup> TJPR. Registro nº 1467 de 1917.



emitida ordem de prisão contra Eugênio, mas ele estava foragido. Em 1937 a ação prescreveu<sup>724</sup>.

### *Homicídios*

Antônio Cardoso era pardo, aparentava uns 28 anos, tinha estatura e compleição médias. Vestia um paletó aberto, camisa escura de algodão e calças de brim quando o encontraram em um banhado à beira de um carreiro. Pelo corpo e pelas roupas, lama e sangue se misturavam. Tinha vários ferimentos, alguns feitos por objeto cortante e outros por objeto contundente.

Naquele dia, Antônio tinha estado com alguns portugueses – Julio de Souza, Manoel de Oliveira e Hermínio da Silva, vulgo *Passarinho* – que moravam por volta da Rua João Negrão. *Passarinho* dividia a mesma casa de Antônio e, retornando do seu trabalho de jornaleiro, o encontrou junto com Julio, Manoel e outros companheiros que estavam jantando. Terminando de comer, decidiram ir até o negócio de Alfredo Seremin, que ficava logo em frente da casa, para “matar o bicho”<sup>725</sup>. Antônio Cardoso e Julio de Souza se excederam, bebendo “diversas pingas”. O dono do negócio disse que os companheiros trocavam provocações enquanto bebiam, ora por brincadeira, ora parecendo que iriam brigar. Lá também “se achava um preto” que *Passarinho* disse não conhecer, mas que abriu a porta para eles quando decidiram sair. Julio estava embriagado a ponto de não parar em pé, e por isso Cardoso e *Passarinho* tiveram de carregá-lo pelo caminho.

Passando em frente a outro botequim, resolveram entrar para tomar uma cerveja e mais uma pinga. De volta à rua, iam carregando Julio de Souza com dificuldade. Seguiram por um carreiro que levava na direção da casa de Julio, caminhando trôpegos em meio à escuridão, caindo algumas vezes. Nesse momento, ouviram vozes vindo na mesma direção deles. *Passarinho* censurou Julio para que se mantivesse em pé, pois estavam passando vergonha. Logo depois, as vozes os alcançaram. Estavam também em três. Um deles deu um empurrão em Cardoso e o outro saltou em frente a Hermínio, sacando um revólver, cujo cano reluzia em meio à noite. O malfeitor disparou e *Passarinho* fugiu o mais rápido que pode, tropeçando

---

<sup>724</sup> TJPR. Registro nº 1053 de 1912.

<sup>725</sup> Expressão muito comum em certas regiões de Portugal, de onde foi importada para o Brasil, que fazia referência ao ato de beber. CAMARGO, 2010, p. 205.

pela escuridão, caindo aqui e acolá, até chegar na Praça Eufrásio Correia e pedir por socorro.

Acompanhado de dois guardas civis, Hermínio indicou o trajeto e a certa altura encontraram Julio de Souza. Estava caído sozinho, um tanto atordado, com um ferimento na testa. Perguntaram se sofrera algo grave e respondeu que não. Seguiram a busca. Pouco adiante encontraram Cardoso, já sem vida.

O depoimento de Julio pouco ajudava. O português disse ter bebido tanto naquela noite que não sabia precisar sequer o que havia bebido. Lembrava-se de ter ouvido a detonação de dois tiros e, em algum momento, *Passarinho* lhe falando: “ah, Julio... parece que mataram o Cardoso”.

Esse caso provavelmente teria ficado sem solução, se não fosse a atitude néscia de um dos envolvidos. Dias depois, na estação de trem, ele discutia com um tal João. A fim de botar-lhe medo, alardeou que “já tinha matado um” e não se importaria em matar outro. Um guarda civil escutou a bravata e o levou preso. No Posto Central, Belarmino Ferreira de Paula confessou o crime. Contou que estava com dois companheiros – Claudio Ribeiro e Theodoro Vasconcellos – no botequim que pertencia ao pai de Ribeiro. Lá encontraram três indivíduos, entre os quais Cardoso, a quem eles conheciam há tempos. Então combinaram de matar Cardoso e os portugueses que estavam com ele.

No momento em que Cardoso, Julio e *Passarinho* deixaram o local, foram seguidos pelos homicidas. Quando pareceu mais oportuno, Belarmino acertou Antônio com uma alavanca de ferro, fazendo-o cair. Assustado, Hermínio saiu correndo e o réu correu também tentando alcançá-lo, mas não conseguiu. Enquanto isso, seus comparsas, que estavam armados de revólveres, atiraram em Cardoso. Claudio ainda deu duas facadas na vítima. Belarmino teve o nome lançado no rol dos culpados e foi levado a Júri. Considerado cúmplice do crime, foi sentenciado em cinco anos de prisão. Cláudio e Theodoro estavam foragidos e não há notícia de que tenham sido encontrados<sup>726</sup>.

---

<sup>726</sup> TJPR. Registro nº 1200 de 1914.

Entre os casos de homicídios localizados, há um pouco de tudo. Emboscadas por rusgas anteriores<sup>727</sup>; mortes fúteis, causadas por *acidente*<sup>728</sup>; brigas de bar<sup>729</sup>; crimes passionais<sup>730</sup>; brigas de parentes<sup>731</sup> e por aí adiante. Os espaços e eventos privilegiados são os já conhecidos: botequins, bordéis, bailes, reuniões de gente de *má fama*, mas também o lar doméstico – nos conflitos conjugais, reuniões de família, festividades. Há velhos desafetos, mas também desconhecidos. Homicídios planejados, executados de emboscada, e assaltos de agressividade.

Tendo estudado as relações agressor/vítima nos homicídios em São Paulo durante um período semelhante, Boris Fausto encontrou os maiores índices entre parentes e entre desconhecidos. Em seguida, vinham colegas de trabalho, amigos, vizinhos, relações de negócios, amantes e por aí adiante<sup>732</sup>. É provável que, na totalidade dos homicídios, essas taxas em Curitiba fossem semelhantes. Já no caso dos *delitos etílicos*, a situação acaba sendo um pouco diferente. Estimulados pelo álcool, as discussões fatais entre desconhecidos aumentavam consideravelmente. Crimes passionais também parecem ter tido uma incidência maior durante o domínio da embriaguez.

Levados a Júri, boa parte dos réus acabavam absolvidos, na maior parte das vezes porque os jurados não consideravam que estivesse provada a autoria do crime ou porque o réu teria agido em legítima defesa. Entre os condenados, dois dos casos com as maiores penas foram muito semelhantes: o homicídio de Maria Marcondes<sup>733</sup> e o de Emília Fracari<sup>734</sup>. Manoel, assassino de Maria, foi condenado a 30 anos de prisão e *Nhô Ipa*, assassino de Emília, a 25 anos. *Nhô Ipa* foi visto pelos jornalistas do *Diário da Tarde* na oficina tipográfica do Presídio do Ahú durante uma visita que o jornal prestou à instituição. Disseram tê-lo encontrado “de pé, firme, no serviço de composição, os olhos fixos num original e na caixa dos typos tornando-se um

---

<sup>727</sup> TJPR. Registro nº 0201 de 1897.

<sup>728</sup> Como no caso de Alberto Mielke, que assassinou Adolpho Fisher, seu amigo, em uma noite de Natal. O réu alegou estar muito embriagado e sequer sabia porque cometeu a agressão que levou Adolpho à morte. TJPR. Registro nº 0138 de 1893.

<sup>729</sup> Caso de Porfírio Lucindo de Aguiar, que esfaqueou outro frequentador do botequim por conta de uma discussão. TJPR. Registro nº 0140 de 1893.

<sup>730</sup> TJPR. Registro nº 0374 de 1908.

<sup>731</sup> TJPR. Registro nº 1476 de 1917.

<sup>732</sup> FAUSTO, 1984, p. 97.

<sup>733</sup> TJPR. Registro nº 0374 de 1908. Já narrado na pg. 146 desse trabalho.

<sup>734</sup> TJPR. Registro nº 1085 de 1912. Já narrado na p. 175 desse trabalho.

elemento util, elle que o destino levara a uma existencia dissoluta e ás grades de uma prisão”<sup>735</sup>. Em 1914, um correspondente visitou a penitenciária e o entrevistou:

- Qual é o seu crime?
- Homicídio.
- Ha quantos annos está aqui?
- 3 annos.
- Quantos annos de pena ainda tem?
- Ainda tenho 22 annos.
- Lembra-se do facto delictuoso?
- Não me lembro, estava embriagado. Ainda hoje não sei explicar... um horror...
- E’ bem tratado aqui?
- Muito bem. Olha, diga para o “Diario” que nós somos tratados correctamente. Gósto muito do seu jornal porque é do povo<sup>736</sup>.

Casos como o de Manoel e Nhô Ipa, com condenações a longos anos de cárcere, parecem ter sido bastante raros e é significativo que ambos envolvam circunstâncias tão semelhantes. As manifestações de violência, fossem na forma de lesões corporais, tentativas de homicídio ou homicídios, contra desconhecidos em botequins, amigos, rivais, prostitutas ou amásias, carregavam, em sua estrutura, uma forte noção de masculinidade que reproduzia padrões de comportamento perante outros homens e perante as mulheres<sup>737</sup>. O modelo do ser masculino era, primeiramente, atrelado ao aspecto físico – o homem deve ser um forte. Seu temperamento estava vinculado ao uso dessa força<sup>738</sup>. É certo que a ideia de masculinidade era complexa e múltipla, forjada pelos discursos em torno dela, mas também pelas práticas cotidianas em diferentes contextos, suportando a existência de múltiplas *masculinidades*<sup>739</sup>: masculinidade operária, masculinidade ébria, masculinidade criminosa etc.

Apesar disso, algumas características acabavam se revelando constantes: o sentimento de honra e solidariedade com os companheiros, a coragem, o domínio sobre as mulheres. No botequim com os amigos e nos eventuais conflitos que poderiam surgir, o homem suporta igualmente o álcool e os golpes<sup>740</sup>. Nas brigas valia

<sup>735</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 23 de outubro de 1912, p. 1.

<sup>736</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 27 de janeiro de 1914, p. 4.

<sup>737</sup> MATOS, 2001, p. 68.

<sup>738</sup> KALIFA, Dominique. Virilidades Criminosas? In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade. A virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, v. 3, 2013, p. 304.

<sup>739</sup> MATOS, 2001, p. 99.

<sup>740</sup> KALIFA, 2013, p. 305-306.

tudo: cadeiras, porretes, revólveres, mas o verdadeiro homem era aquele que manejava a lâmina com destreza. Com a arma de fogo, qualquer um poderia ameaçar a qualquer um. É possível eliminar o adversário sem ter de se expor ao risco. Não se exige a mesma coragem de quem se serve da lâmina<sup>741</sup>. Usada habilmente, como uma extensão do próprio braço, ela era a arma por excelência, que permitia a morte espetacularizada pelo esvaimento do sangue. Foi aos poucos, ao longo do século XX, que o uso do revólver sobrepujou a arma branca<sup>742</sup>. Boris Fausto teve o cuidado de tabelar os instrumentos homicidas nos casos que trabalhou e a diferença entre as duas décadas finais do século XIX e as duas primeiras do XX é imensa: armas de fogo foram usadas apenas sete vezes no primeiro recorte e oitenta e quatro no segundo<sup>743</sup>.

No trato com as mulheres, deveria mostrar-se superior e exercer sua posse sobre elas. As características dadas ao feminino, por vezes, reforçavam essa superioridade e necessidade de dominação: a mulher era ingrata, instável, traiçoeira<sup>744</sup>, justificando a desconfianças e o comportamento agressivo do amásio ou marido. Vimos dois casos idênticos nesse sentido – a amásia que sofria maus tratos, deixou a companhia do amante e acabou brutalmente assassinada. Era preferível matar a companheira a vê-la vivendo fora de seus domínios. À mulher, nesses casos, restavam duas alternativas: “suportar ou morrer”<sup>745</sup>. Apesar de alguns casos graves, é notável que haja poucas denúncias de lesões corporais no âmbito doméstico. O exercício de uma dominação violenta pelos maridos e amásios não era um assunto atinente ao público, exceto quando ultrapassava os limites do *aceitável*.

Sob a perspectiva da virilidade, violência e embriaguez apresentavam um papel controverso. A violência possuía um elemento elogioso, já que estava associada à força e altivez masculinas<sup>746</sup>. Era uma demonstração de potência, mas também “uma necessidade, uma questão de sobrevivência em um universo social dominado pela violência física”<sup>747</sup>. Mas encontrava certos limites, amparados pela honradez, pela lealdade, pela legitimidade. A valentia provocadora do ébrio, nesse sentido, era

---

<sup>741</sup> CAIMARI, 2009, p. 172.

<sup>742</sup> KALIFA, 2013, p. 305.

<sup>743</sup> FAUSTO, 1984, p. 96.

<sup>744</sup> MATOS, 2001, p. 87.

<sup>745</sup> VIRGILLI, 2013, p. 102.

<sup>746</sup> ROSA, 2003, p. 18.

<sup>747</sup> KALIFA, 2013, p. 308.



malvista, pois demonstrava uma atitude incontrolada e injustificada, que violava as regras do “bem-viver” entre cavalheiros<sup>748</sup>. Beber em abundância e permanecer em *bom estado* era um sinal de força.

A embriaguez, do mesmo modo, era parte integrante das sociabilidades e da própria identidade masculina<sup>749</sup>. Aprendia-se com o pai, ainda na infância. Caso fictício – mas que refletia uma prática real – de Amâncio e o filho João Coqueiro, personagens criados por Aluísio Azevedo. Para fazer do menino um homem, o pai dava-lhe vinho, cerveja e tentou inclusive introduzi-lo ao conhaque<sup>750</sup>. Por outro lado, os excessos do ébrio contumaz faziam com que ele perdesse suas características viris. Tornava-se fraco, impotente, incapaz de raciocinar e impor-se perante os outros. Perdia o senso moral, passava vergonha, dormia em qualquer lugar<sup>751</sup>. Em última análise, perdia a capacidade de trabalho, de sustento da mulher e da prole, características centrais da *boa masculinidade*.

\* \* \*

Resta fazer algumas breves considerações quanto ao destino que os diversos casos encontrados costumavam ter. Há uma tendência no senso-comum, mas também entre acadêmicos e profissionais do ramo, que as leis penais tenham se tornado, gradativamente, mais brandas e garantistas. Essa impressão pode ser corroborada pela ideia de uma mudança paradigmática que tirou das penas seu papel de espetáculo, eliminando os patíbulos, pelourinhos, galés em troca do presídio moderno<sup>752</sup>. Em vez de ser lida como um intrincado processo de modificação dos propósitos punitivos, essa mudança foi, muitas vezes – especialmente pela penalística – encarada como uma mera *atenuação* do punir. Ou seja, tomou-se em consideração a ideia de uma “redução de intensidade” das leis penais, quando se estava diante de um “deslocamento o objeto da ação punitiva”<sup>753</sup>. Cederam, assim, à tentação de

---

<sup>748</sup> MATOS, 2001, p. 60.

<sup>749</sup> ROSA, 2003, p. 86.

<sup>750</sup> AZEVEDO, A. **Casa de Pensão**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 62-63.

<sup>751</sup> MATOS, 2001, p. 60.

<sup>752</sup> A abrangência desse modelo, sobretudo no contexto local, é bastante problemática. A esse respeito, cf. MASSUCHETTO, Vanessa. **Os autos de livramento crime e a Vila de Curitiba: apontamentos sobre a Cultura Jurídica Criminal (1777-1800)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, p. 20-23.

<sup>753</sup> FOUCAULT, 1987, p. 18.

enxergar um direito mais punitivo no Antigo Regime do que nos regimes que o sucederam. Parece um tanto presumível que o direito no presente possui mais garantias e é menos punitivo do que no século XIX, que era *melhor* que o do século XVIII, *melhor* do que o do século XVII, *melhor* que o medieval e assim sucessivamente, o que não necessariamente é verdade<sup>754</sup>. Esse uso teleológico do passado, especialmente na mão dos juristas, serve a um propósito bastante pragmático: mostrar que já não estamos *tão mal assim*.

O que encontrei nos casos pesquisados, nesse sentido, pode surpreender. Em primeiro lugar, um número de condenações menor do que aquele que, adotando uma visão apressada do direito pretérito como *mais punitivo*, se poderia esperar. A historiografia efetivamente demonstra que o início do período republicano no Brasil foi um período de forte repressão estatal, sobretudo contra os mais pobres, motivada por uma *necessidade* de adequar a nação aos moldes civilizacionais almejados. A contenção dos hábitos populares de lazer, a necessidade de *morigerar* uma sociedade recém-saída da escravidão, marcada pela *indolência*, pela *aversão ao trabalho*, fez com que o aparato repressivo tenha funcionado a todo o vapor. É o que as estatísticas policiais, por exemplo, demonstram em Curitiba, em Porto Alegre<sup>755</sup>, São Paulo<sup>756</sup>, Rio de Janeiro<sup>757</sup>, Fortaleza<sup>758</sup> etc. Que as prisões preventivas, por averiguações e correccionais eram muitas, também não se nega. No entanto, quando passamos da polícia para o Judiciário, dos inquéritos às ações penais, as fontes apontam para uma redução sensível do *afã* punitivo, como se depreende dos desfechos dos procedimentos.

---

<sup>754</sup> A esse respeito, cf. HESPANHA, Antônio Manuel. Da "iustitia" à disciplina": textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: HESPANHA, A. M. **Justiça e Litigiosidade**: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

<sup>755</sup> MAUCH, 2004, p. 158; 180-181.

<sup>756</sup> FAUSTO, 1984, p. 32-46.

<sup>757</sup> BRETAS, 1997, p. 80-91.

<sup>758</sup> FONTELES NETO, 2015, p. 180-182.

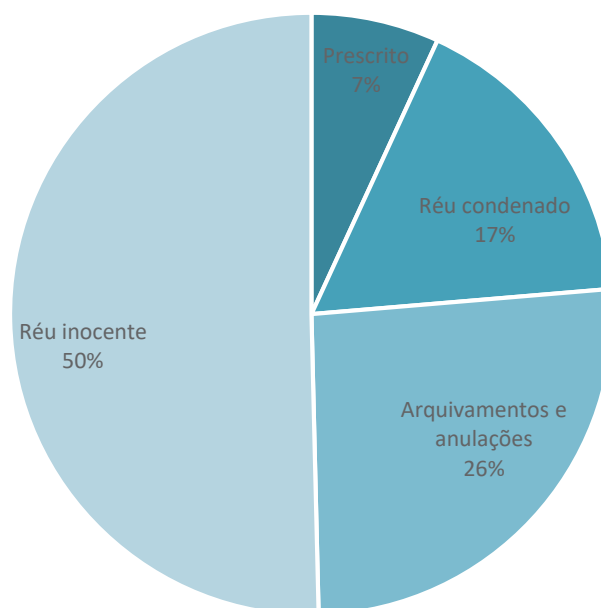


Gráfico 04. Desfecho dos procedimentos. Fonte: TJPR<sup>759</sup>.

Em segundo lugar, um forte zelo pelas questões formais, de procedimento. Acredito que outra tendência, sobretudo no meio jurídico, seja pensar que, à medida que as normas processuais foram ficando mais intrincadas, elas também foram sendo mais valorizadas. Caminhando rumo ao presente, parece, de fato, que a operação do direito se torna gradativamente mais complexa, para responder a uma estrutura judiciária que se torna gradativamente maior, que se divide em competências cada vez mais específicas – uma Justiça do Trabalho, Eleitoral, a criação de Juizados Especiais etc. – e, à medida que passam a existir, exigem regras próprias de funcionamento. Não parece errado, portanto, admitir que a Justiça tenha se tornado mais *complexa* com o passar do tempo, mas não se deve ignorar que isso ocorreu para acompanhar uma sociedade que também se complexificou. O problema está em concluir a partir daí que o direito presta hoje um serviço *mais profissional, mais técnico* ou mesmo *melhor* pelo fato de atender às demandas de um mundo mais complexo. Dentro dessa perspectiva teleológica, o que antecede o atual torna-se facilmente um

<sup>759</sup> Os casos cujo desfecho ficou desconhecido foram desconsiderados, mas representavam cerca de 20% do total. Explico minha hipótese para essa incidência no Apêndice 1.

*vale-tudo jurídico*, no qual seguir os procedimentos só é algo obrigatório à medida que eles ajudem a *fazer justiça*, o que, na maior parte das vezes, significa punir.

Quando Adão Adacoski atirou contra João Pietzikosky<sup>760</sup>, ele foi denunciado por tentativa de homicídio. Durante a formação da culpa, no entanto, o promotor do caso concluiu que, na verdade, o tipo adequado seria o do art. 303 do Código Penal – ferimentos leves. Os dois tipos penais, no entanto, deveriam ser processados segundo ritos processuais distintos. Por esse motivo, o Promotor Público opinou pela nulidade da ação<sup>761</sup>.

Semelhante caso sucedeu com Manoel Rosa<sup>762</sup>, processado por vadiagem. Mesmo com várias testemunhas dando embasamento à acusação e sem um advogado que defendesse Manoel delas, o promotor opinou pela nulidade do feito. Declarou que “o indiciado não foi submettido a interrogatorio”, como determinava o rito da ação. Por isso, “o M. julgador, tendo em vista as disposições da mesma Lei, fará o que fôr de Justiça”. O magistrado concordou com a nulidade e Manoel ficou livre para seguir sua vida de vadio<sup>763</sup>.

O mesmo erro fez com que Torquato Capellani, acusado de ter jogos proibidos em seu botequim e ainda permitir que menores jogassem, tivesse anulado o processo em que era réu. O negociante apresentou sua defesa e destacou o “acervo completo de nulidades” constantes dos autos: não havia sido lavrado o auto de prisão em flagrante, não foi qualificado no inquérito, não foram ouvidas testemunhas dentro do prazo e a autoridade policial não tomou sua defesa. Ainda, as testemunhas foram ouvidas sem terem sido devidamente arroladas e intimadas sem um despacho anterior que determinasse essa intimação. Por fim:

Na hypothese de eu não ter sido preso, o processo deveria ter sido iniciado por portaria da autoridade e o réo citado para comparecer 24 horas depois da citação), o que ainda não aconteceu, pois fui solto no dia 17 á tarde, e no dia 18 fui intimado, não para assistir a inquirição das testemunhas de accusação, mas para apresentar testemunhas de defesa (cert. fls. 18v). No dia 19 que era quando terminava ás 24 horas de praso para apresentar a minha defesa, já não pude mais isso faser, por ter o referido Escrivão certificado ter decorrido esse praso, tolhendo assim a minha defesa (Cert. á fls 9 destes autos).

Nesse mesmo dia, Meritissimo Juiz, foram os autos conclusos, despachados, recebidos e remmettidos!!!! (Termos de fls. 8v).

<sup>760</sup> TJPR. Registro nº 0982 de 1911. Processo já narrado na pg. 71-72 desse trabalho.

<sup>761</sup> TJPR. Registro nº 0982 de 1911.

<sup>762</sup> TJPR. Registro nº 1220 de 1914. Processo já narrado na pg. 79 desse trabalho.

<sup>763</sup> TJPR. Registro nº 1220 de 1914.

Sobre as demais nullidades existentes nos presentes autos e a não minha culpabilidade deixo de mais alongar-me em expol-as por confiar no alto critério de justiça com que sempre pautou os seus actos o honrado e impolluto Magistrado que me vai julgar<sup>764</sup>.

Arthur Cartacho foi preso em flagrante, embriagado, atirando com um revólver. Foi enquadrado no art. 377 do Código Penal – conhecido como *uso de armas proibidas*. Ao fim do inquérito, o Promotor Público observou uma série de nulidades na condução do caso, e opinou “pela anulação do presente processo, por nao terem sido observadas as formalidades legaes”. O juiz do caso compreendeu que houve “prejuizo dos direitos de defeza do accusado”, julgando, “portanto, nullo todo o processado, de accordo com o parecer do Dr. Promotor Publico”<sup>765</sup>.

Mesmo com a miscelânea processual reinante no período, o que observamos é uma série de garantias processuais que deveriam e, em regra, eram observadas. Isso se verifica inclusive quando não havia advogado constituído ou quando ele não mencionava nenhuma dessas regras.

A partir dessas considerações, é preciso diferenciar os fins da atuação policial e judicial no período. A primeira estava mais voltada para a manutenção da ordem entre os cidadãos. Devia estar atenta, vigilante, prevenindo a ocorrência de delitos e prendendo desordeiros, ébrios, vadios, *suspeitos* etc. Em grande medida, tratava-se de um *saneamento* do espaço urbano. Pode-se dizer que era uma atuação mais *direta* e *abreviada*. Boa parte dessas ocorrências eram resolvidas com o encaminhamento do elemento problemático ao posto policial, mantido algum tempo na reclusão para se *acalmar* e devolvido às ruas. O Judiciário, por sua vez, mexia com engrenagens mais lentas e engenhosas. Demandava um procedimento não limitado à figura do juiz, mas que envolvia etapas variadas, com idas e vindas entre promotoria e polícia, sujeito a uma série de garantias e ameaçado por uma série de nulidades. Por isso, em certa medida, o Judiciário ficava alheio a essas questões menos *dignas* de movimentar seu pesado mecanismo.

Apesar das diferenças, não significa que a Justiça não representasse também uma fonte de ameaça na vida dos populares. Sua atuação também se revelava uma forma de violência, mesmo que mais “racional e contida”. Na visão de seus operadores, uma atuação em prol de toda a sociedade através do manuseio das leis.

---

<sup>764</sup> TJPR. Registro nº 1498 de 1912.

<sup>765</sup> TJPR. Registro nº 1055 de 1912.



A violência policial, por sua vez, mais direta e visível, mais abusiva e, frequentemente, corpórea. Por isso, a desconfiança da população com as autoridades se dava menos em relação às leis, escritas para oprimi-los, e mais em relação à opressão concreta praticada pelos meganhas<sup>766</sup>. De todo modo, ambas as instituições movimentavam mecanismos perigosos, operados segundo princípios que a população não compreendia. Colocar-se perante a autoridade policial ou judicial representava uma ameaça, contra a qual a melhor proteção era se expor o mínimo possível<sup>767</sup>. No seu ideal, essas instituições representavam a proteção dos direitos e interesses da população, preservando suas garantias e segurança. Na prática, os populares pareciam se sair melhor longe delas.

---

<sup>766</sup> CHALHOUB, 2001, p. 281-282.

<sup>767</sup> FAUSTO, 1984, p. 22.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em setembro de 1930, Moacyr Jurema publicou uma longa coluna no *Diário da Tarde* contando um pouco sobre o amigo. Nela afirmava ter sido colega de infância de Júlio do Couto, velho companheiro de Simão Bialé e outros *pândegos*. Contava que, ao contrário da maioria dos *malnascidos* que circulavam pelos *antros* da cidade e viviam de pequenas vigarices, “Julinho” era “filho de distinta família patricia”. Ele e o autor frequentaram a escola juntos nos idos de 1896 e possuíam “estreita camaradagem”. Por isso, o autor dizia estar escrevendo com os olhos marejados de lágrimas a póstuma homenagem ao companheiro que “passou pela vida como uma nebulosa, á mercê dos ventos causticos da sorte, incompreendido, repellido, despresado, á gargalhar, á gargalhar sempre como um desafio ás convenções da sociedade, dessa sociedade de falsos ouropéis”. Por “uma ironia da sorte”, Júlio acabou por trocar “as roupagens alvas da esperança pelos andrajos esfarrapados da desgraça”. A partir daí o moço degingolou:

Derrapou na vida e manteve-se sempre, na sua posição de bohemio, com um amargo sorriso nos labios, donde se entevia o perdão para os seus algozes e sempre, uma ironia fina, intellectual e caustica, para os seus inimigos. Separados, na encruzilhada da vida, o Julio, que, então, possuía dois preparatorios: Portuguez e Geographia, deixou-se empolgar completamente pela bohemia e nunca mais attendeu aos rôgos de sua família, nem aos pedidos e conselhos de seus amigos<sup>768</sup>.

No começo do mês seguinte, Moacyr Jurema seguiu contando seus causos da Curitiba de outrora e mencionando outros tipos das décadas anteriores, como o próprio Bialé, “homem de musculos de aço, que nunca correu e desconhecia, pela sua comprovada bravura, o que fosse o medo”. Assim, romanceava um passado não tão distante, de uma cidade que estava crescendo, apesar da precariedade que persistia em diversos aspectos:

Curityba, era uma cidade lamacentá, mal illuminada, á noite, mas, muito alegre e feliz, pelo convívio social de seus filhos e dos raros forasteiros que, então, se abalançavam a vir, para matar saudades, comendo pinhão e xarque gordo, que havia em abundancia<sup>769</sup>.

Na publicação anterior, lembrava dos tempos em que a cidade “só tinha sapos e pinheiros”. Mas, “si não possuía automoveis, nem asfalto, nem Universidades, nem

<sup>768</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, 30 de setembro de 1930, p. 2.

<sup>769</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, 06 de outubro de 1930, p. 2.

estatuas, nem cinemas, nem cabarets, orgulhava-se dos seus homens e do valor intrínseco dos seus notáveis filhos”. Moacyr Jurema lembrava dos *notáveis*, mas oferecia a coluna “ao Pajaubá, Nho Hipa, Nho Dito, e outros destroços antropomórficos, – espartanos na luta da vida, – hoje, esquecidos”. Dedicava o escrito, sobretudo, ao velho amigo Júlio, “único e verdadeiro boêmio da terra das araucárias”<sup>770</sup>.

Conduzir esse trabalho trouxe uma variedade de desafios: manipular uma série de discursos distintos, presentes em um conjunto de fontes bastante amplo e diverso; explorar a questão da embriaguez em seu domínio mais amplo, abordando aspectos variados atinentes à criminalidade; balancear as relações entre os casos particulares e seus contextos, buscando aferir o quanto um dado individual é representativo de um todo; fazer uma historiografia jurídica caminhando próximo às suas fronteiras (e, por vezes, ultrapassando-as) etc. Um desafio bastante significativo, no entanto, está relacionado aos relatos como o que acabo de citar.

Nessas narrativas, os tempos de outrora eram sempre mais simples, mais agradáveis, menos problemáticos. Boa parte das mazelas passadas desaparecem à medida em que a pessoa que escreveu se referia ao *seu tempo* como aquele pretérito. Não raro ouvimos das gerações anteriores à nossa que o *tempo delas* é aquele que era bom. Na coluna do *Diário*, Simão Bialé, indiciado por uma infinidade de crimes, colecionador de detenções, foi lembrado por sua força e bravura. Até o “esquecido” *Nhô Ipa*, cujos 25 anos de pena pelo assassinato de sua amásia ainda não haviam decorrido, foi lembrado.

Mesmo para quem está mais habituado/a com o trabalho historiográfico, o risco de romancear o passado e seus personagens é latente. O contrário também é válido. Sobretudo ao se trabalhar com uma seleção documental “especializada em violência”<sup>771</sup>, as chances de exagerar nos *perigos* da cidade moderna são imensas. O mesmo ocorre no trato com a bibliografia, quando aproximamos a Paris de Kalifa, a Buenos Aires de Caimari ou o Rio de Chalhoub do caso curitibano. Não há resposta fácil para esses dilemas, mas é preciso enfrentá-los.

Todas essas preocupações se relacionam à tentativa de conciliar “um estatuto científico forte” e “resultados relevantes”, equilíbrio que, por vezes, parece

---

<sup>770</sup> **Diário da Tarde**. Curitiba, 30 de setembro de 1930.

<sup>771</sup> CHALHOUB, 2001, p. 104.

inatingível<sup>772</sup>. Busquei aqui contar boas histórias e dar explicações válidas a partir delas. Isso exige o trato de um *corpus documental* significativo, amparado por uma bibliografia ampla. Mas Ginzburg lembra que “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”<sup>773</sup>.

Em meio a esse aprendizado, percebo ter escrito uma história de muitos “talvezes”. Novamente, Ginzburg vem em meu auxílio e separa os dois domínios que aqui se misturam – o jurídico e o historiográfico. Entre a ótica do juiz e a do historiador, há uma diferença essencial no uso do *talvez*. Para o primeiro, a “margem de incerteza tem um significado puramente negativo, e pode conduzir a um *non liquet* – em termos modernos, a uma absolvição por falta de provas”. No segundo caso, o *talvez* é um estímulo para aprofundar a investigação, traçar comparações, explorar o “campo de possibilidades historicamente determinadas”<sup>774</sup>.

Não cabe à historiografia julgar personagens como *An-An-An*, *Nhô Ipa* ou Júlio do Couto. Quem experimentar fazê-lo, estará simplificando e empobrecendo o conhecimento histórico<sup>775</sup>. Para nós, mais de um século passado, não importa buscar uma *verdade dos fatos* nos depoimentos de testemunhas, vítimas e réus, a fim de responder se esses últimos cometeram ou não os delitos de que foram acusados. Isso seria regressar à busca rankeana por aquilo que *realmente aconteceu*. Tampouco importa responder à questão maniqueísta de se eles foram sujeitos *bons* ou *maus*. A criminalidade, estudada aqui pela chave da embriaguez, sugere, no entanto, uma série de outros questionamentos, aos quais espero poder demonstrar algumas possibilidades.

Uma primeira consideração diz respeito à proposta de situar o problema da criminalidade no espaço e no tempo. Da maneira como foi estudada, a embriaguez é um problema histórico, próprio da modernidade. É certo que o consumo de bebidas

---

<sup>772</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 178.

<sup>773</sup> *Ibid.*, p. 179.

<sup>774</sup> GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de 'Il ritorno de Martin Guerre' de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 183 – grifo no original.

<sup>775</sup> GINZBURG, Carlo. **The Judge and the Historian**: marginal notes on a late-twentieth-century miscarriage of justice. London/New York: Verso, 2002, p. 118.

alcoólicas remete a tempos imemoriais, presente entre egípcios, gregos, mesopotâmios na Antiguidade, passando pelos mosteiros e tavernas medievais, atravessando oceanos na forma de destilados como o rum e o gin<sup>776</sup>. A embriaguez, enquanto problema policial, ou o alcoolismo, enquanto problema de saúde, no entanto, emergiram a partir do século XIX. É também um problema espacial, próprio das cidades em crescimento, com seus novos espaços de lazer e novas formas de sociabilidade. Ainda, possui rostos privilegiados, como o jovem, o trabalhador imigrante, a mulher prostituta. Rostos variados, mas quase sempre perpassados pela pobreza, por uma vida de dificuldades para as quais o copo de bebida parecia oferecer um alento. Mais que um problema em si, a embriaguez demonstrava ser uma maneira de manter o controle sobre os populares.

Também fica visível a *onipresença* da embriaguez nos espaços de poder. Nos gabinetes dos Chefes de Polícia, Comissários e Delegados, Procuradores de Estado, Promotores Públicos, Juízes etc., o incômodo com a ebriedade era uma constante. Esse incômodo encontrava suas bases no pensamento acadêmico do período, nas vozes da *sciencia*. As relações entre álcool, doença, degeneração e criminalidade eram frequentes e faziam parte do pensamento dos mais influentes estudiosos de então, na Itália ou na França, na Suíça ou na Bélgica, na Argentina ou no Brasil. Autores diversos circularam entre as autoridades locais, incluindo os graduados nas *sciencias* jurídicas e mesmo os *práticos* que sobreviviam ao avanço do bacharelismo. Também são notáveis as intenções de transformar essas teorias em prática, modernizando o aparato policial, as técnicas de investigação, de identificação de criminosos, o sistema penitenciário etc.

Nos últimos capítulos, busquei tratar um pouco não apenas da embriaguez frente ao aparato policial e jurídico, mas também das complexidades inerentes a essas instituições. As forças policiais, sobretudo, foram moldadas para atender às demandas da modernidade. Nesse sentido, ao contrário de estruturas consolidadas no tempo, com campos de atuação definidos, o que encontrei foi um período de formação do aparelho policial, especialmente aquele voltado para agir nas cidades. A atuação das delegacias, do Regimento de Segurança, de outros agrupamentos ligados às Forças Armadas, a formação de uma Guarda Civil etc. estava recheada de dificuldades, fosse

---

<sup>776</sup> Para uma narrativa bastante interessante sobre a história das bebidas no mundo (e menos rígida sob o aspecto historiográfico), cf. STANDAGE, Tom. **A History of the World in 6 glasses**. New York: Walker & Company, 2006.

de regulamentação, hierarquia, orçamento ou pessoal. Em particular a questão de pessoal era tão eloquente quanto contraditória. Os altos índices de militares e guardas civis como investigados e réus em inquéritos e processos é um indício dessa problemática. Recrutados do *populacho*, os policiais acabavam sendo uma *cópia fardada* dos sujeitos que deveriam policiar. Por isso, ainda que as prisões de contraventores fossem cotidianas, é preciso matizar o poderio das forças policiais em manter a ordem urbana, já que elas não eram plenamente capazes de preservar essa ordem sequer em seus próprios quadros.

O Judiciário, por sua vez, parecia ter estruturas mais sólidas, mas também enfrentava um momento de mudanças em sua estrutura e nas regras de operação do direito. O republicanismo encetou uma longa discussão em torno das codificações penais e a opção pela competência das unidades federativas em termos de legislação processual fez com que, no Paraná, houvesse um grande lapso entre o Código de Processo Criminal monárquico e o Código de Processo Penal republicano. Esse lapso foi mitigado por uma série de reformas e regulamentações esparsas, mas também proporcionou uma longa permanência das leis imperiais sobre o tema. Se as instituições republicanas tentaram em vários aspectos fazer em pedaços a antiga *tabuleta do Império*, o Judiciário parece ter enfrentado transições graduais, repletas de continuidades e avesso às rupturas mais significativas.

Quando à atuação de juízes e promotores nos *delitos étlicos*, o que encontrei foi uma situação também bastante complexa. Embriaguez utilizada para desqualificar testemunhas, responsabilizar vítimas, culpar acusados. Embriaguez utilizada para inocentar acusados. Embriaguez como delito, mas também como atenuante e excludente da punibilidade. Ainda, as petições e decisões em regra concisas e pragmáticas, não permitiam tirar delas um discurso mais aprofundado de advogados, promotores e magistrados. Os autos processuais permitem, por outro lado, atentar para as questões de procedimento, tentar desvendar a operação do direito pretérito e rastrear certas constantes nos tipos penais mais comuns, no andamento das ações, nos argumentos repetidos com mais frequência etc.

O olhar para as testemunhas, vítimas e réus revela uma série de informações quanto ao cotidiano, às visões de mundo e aos conflitos envolvendo a *gente comum*. Essa multiplicidade de casos, com histórias e desfechos diversos, lembra também que o direito atua sobre as vidas de pessoas reais. A atenção à jurisprudência, às estruturas, às totalizações, frequentemente faz com que percamos essa dimensão.



Como considerava Michel de Certeau, “não há direito que não se inscreva sobre corpos”<sup>777</sup>.

Por fim, pretendi prestar uma contribuição tanto mais ampla do que a discussão em torno da bebida. Seguindo as propostas de Ginzburg, Ladurie, Zemon Davis, entre outras inspirações, procurei, ao tratar de um problema específico, permitir que se enxergue um pouco além dele. Espero que esse trabalho possa vir a contribuir com estudos sobre hábitos populares, questões relacionadas à criminalidade, ao aparato policial e judiciário, saber criminológico etc. Espero também ter encorajado fronteiras mais elásticas entre diferentes modos e espaços de produção historiográfica. Espero sobretudo ter provocado algumas reflexões sobre as tantas coisas que o passado encerrou e outras tantas reminiscências do *tempo dos bonds*. O período investigado termina praticamente um século antes do trabalho que o investiga. No entanto, espectros dos mesmos discursos, das mesmas *soluções* que seguem falhando década após década, das mesmas contradições, permanecem. As culpas pela *desordem* e pelos *delitos* continuam recaindo sobre a mesma gente pobre e empobrecida, de alegrias fugazes e leves como pluma, continuamente posta às margens da *civilização*.

---

<sup>777</sup> CERTEAU, 1998, p. 231.

## **FONTES**

### **a. Processos e inquéritos criminais**

TJPR. Registro nº 0060 de 1906.

TJPR. Registro nº 0062 de 1890.

TJPR. Registro nº 0128 de 1893.

TJPR. Registro nº 0134 de 1893.

TJPR. Registro nº 0138 de 1893.

TJPR. Registro nº 0140 de 1893.

TJPR. Registro nº 0193 de 1896;

TJPR. Registro nº 0201 de 1897.

TJPR. Registro nº 0244 de 1898.

TJPR. Registro nº 0374 de 1908.

TJPR. Registro nº 0445 de 1904.

TJPR. Registro nº 0446 de 1904.

TJPR. Registro nº 0471 de 1904.

TJPR. Registro nº 0473 de 1904.

TJPR. Registro nº 0489 de 1905.

TJPR. Registro nº 0554 de 1905.

TJPR. Registro nº 0612 de 1906.

TJPR. Registro nº 0612 de 1906;

TJPR. Registro nº 0615 de 1906.

TJPR. Registro nº 0653 de 1907.

TJPR. Registro nº 0671 de 1907.

TJPR. Registro nº 0682 de 1907.

TJPR. Registro nº 0745 de 1909;

TJPR. Registro nº 0861 de 1910.

TJPR. Registro nº 0873 de 1910.

TJPR. Registro nº 0883 de 1910.

TJPR. Registro nº 0908 de 1909;

TJPR. Registro nº 0943 de 1911.

TJPR. Registro nº 0955 de 1911.

TJPR. Registro nº 0962 de 1911.

TJPR. Registro nº 0968 de 1911.

TJPR. Registro nº 0982 de 1911;

TJPR. Registro nº 1034 de 1912

TJPR. Registro nº 1043 de 1912.

TJPR. Registro nº 1053 de 1912.

TJPR. Registro nº 1055 de 1912.

TJPR. Registro nº 1084 de 1912.

TJPR. Registro nº 1085 de 1912.

TJPR. Registro nº 1093 de 1913.

TJPR. Registro nº 1117 de 1913.

TJPR. Registro nº 1118 de 1913.

TJPR. Registro nº 1200 de 1914.

TJPR. Registro nº 1208 de 1914

TJPR. Registro nº 1211 de 1914.

TJPR. Registro nº 1216 de 1914.

TJPR. Registro nº 1220 de 1914.

TJPR. Registro nº 1222 de 1914.

TJPR. Registro nº 1223 de 1914.

TJPR. Registro nº 1241 de 1914.

TJPR. Registro nº 1269 de 1914.

TJPR. Registro nº 1280 de 1914.

TJPR. Registro nº 1312 de 1915.

TJPR. Registro nº 1319 de 1915.

TJPR. Registro nº 1349 de 1915.

TJPR. Registro nº 1404 de 1916.

TJPR. Registro nº 1415 de 1916.

TJPR. Registro nº 1464 de 1917.

TJPR. Registro nº 1467 de 1917.

TJPR. Registro nº 1474 de 1917.

TJPR. Registro nº 1476 de 1917.

TJPR. Registro nº 1486 de 1917.

TJPR. Registro nº 1495 de 1917.

TJPR. Registro nº 1498 de 1917.

TJPR. Registro nº 1504 de 1917.

TJPR. Registro nº 1507 de 1917.

TJPR. Registro nº 1513 de 1917.

TJPR. Registro nº 1520 de 1917.

TJPR. Registro nº 1597 de 1918.

TJPR. Registro nº 1637 de 1920.

**b. Registros de identificação criminal**

DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 1.091, 1912-1942.

DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 1.311, 1914-1939.

DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 1.689, 1908-1938.

DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 2.198-A, 1918-1943.

DEAP/PR. Registro de identificação criminal nº 2.930, 1902-1938.

**c. Jornais**

**A Notícia.** Curitiba, 12 de janeiro de 1907.

**A Notícia.** Curitiba, 17 de janeiro de 1907.

**A Notícia.** Curitiba, 27 de dezembro de 1906.

**A Província.** Recife, 01 de julho de 1891.

**A Província.** Recife, 06 de janeiro de 1901.

**A Província.** Recife, 12 de novembro de 1891.

**A República.** Curitiba, 01 de abril de 1910.

**A República.** Curitiba, 01 de agosto de 1906.

**A República.** Curitiba, 01 de setembro de 1900.

**A República.** Curitiba, 02 de dezembro de 1905.

**A República.** Curitiba, 02 de maio de 1906.

**A República.** Curitiba, 02 de setembro de 1913.

**A República.** Curitiba, 03 de agosto de 1904.

**A República.** Curitiba, 03 de fevereiro de 1906.

**A República.** Curitiba, 03 de março de 1920.

**A República.** Curitiba, 04 de agosto de 1895.

**A República.** Curitiba, 05 de fevereiro de 1907.

**A República.** Curitiba, 05 de maio de 1891.

**A República.** Curitiba, 05 de março de 1903.

**A República.** Curitiba, 05 de março de 1917.

**A República.** Curitiba, 07 de abril de 1902.

**A República.** Curitiba, 07 de agosto de 1905.

- A República.** Curitiba, 07 de março de 1903.
- A República.** Curitiba, 07 de outubro de 1908.
- A República.** Curitiba, 07 de outubro de 1911.
- A República.** Curitiba, 08 de dezembro de 1889.
- A República.** Curitiba, 08 de janeiro de 1909.
- A República.** Curitiba, 08 de outubro de 1890.
- A República.** Curitiba, 09 de março de 1908.
- A República.** Curitiba, 10 de abril de 1901.
- A República.** Curitiba, 10 de agosto de 1893.
- A República.** Curitiba, 10 de janeiro de 1918.
- A República.** Curitiba, 11 de setembro de 1905.
- A República.** Curitiba, 12 de agosto de 1904.
- A República.** Curitiba, 13 de agosto de 1888.
- A República.** Curitiba, 14 de dezembro de 1889.
- A República.** Curitiba, 14 de novembro de 1914.
- A República.** Curitiba, 15 de dezembro de 1899.
- A República.** Curitiba, 15 de dezembro de 1906.
- A República.** Curitiba, 15 de junho de 1903.
- A República.** Curitiba, 15 de outubro de 1915.
- A República.** Curitiba, 16 de fevereiro de 1910.
- A República.** Curitiba, 16 de novembro de 1910.
- A República.** Curitiba, 17 de agosto de 1903.
- A República.** Curitiba, 17 de março de 1903.
- A República.** Curitiba, 18 de janeiro de 1917.
- A República.** Curitiba, 18 de julho de 1904.



**A República.** Curitiba, 18 de julho de 1905.

**A República.** Curitiba, 18 de outubro de 1899.

**A República.** Curitiba, 18 de outubro de 1907.

**A República.** Curitiba, 19 de abril de 1912.

**A República.** Curitiba, 19 de janeiro de 1909.

**A República.** Curitiba, 19 de junho de 1911.

**A República.** Curitiba, 20 de abril de 1912.

**A República.** Curitiba, 20 de agosto de 1901.

**A República.** Curitiba, 21 de agosto de 1895.

**A República.** Curitiba, 21 de fevereiro de 1905.

**A República.** Curitiba, 21 de outubro de 1900.

**A República.** Curitiba, 21 de outubro de 1908.

**A República.** Curitiba, 22 de dezembro de 1910.

**A República.** Curitiba, 22 de junho de 1901.

**A República.** Curitiba, 23 de agosto de 1909.

**A República.** Curitiba, 23 de novembro de 1898.

**A República.** Curitiba, 23 de novembro de 1912.

**A República.** Curitiba, 23 de outubro de 1907.

**A República.** Curitiba, 28 de abril de 1897.

**A República.** Curitiba, 28 de julho de 1910.

**A República.** Curitiba, 28 de março de 1900.

**A República.** Curitiba, 28 de março de 1905.

**A República.** Curitiba, 28 de novembro de 1906.

**A República.** Curitiba, 28 de outubro de 1897.

**A República.** Curitiba, 29 de julho de 1903.

**A República.** Curitiba, 31 de maio de 1904.

**Correio Paulistano.** São Paulo, 02 de fevereiro de 1912.

**Correio Paulistano.** São Paulo, 04 de novembro de 1887.

**Correio Paulistano.** São Paulo, 07 de novembro de 1883.

**Correio Paulistano.** São Paulo, 17 de janeiro de 1912.

**Correio Paulistano.** São Paulo, 29 de novembro de 1908.

**Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 06 de janeiro de 1884.

**Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 08 de março de 1887.

**Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 21 de agosto de 1867.

**Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 22 de fevereiro de 1873.

**Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 23 de julho de 1873.

**Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 25 de agosto de 1880.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 02 de maio de 1902.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 03 de agosto de 1904.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 03 de julho de 1899.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 03 de outubro de 1911.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 04 de fevereiro de 1907.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 04 de março de 1903.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 05 de outubro de 1915.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 05 de outubro de 1917.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 05 de outubro de 1948.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 06 de fevereiro de 1902.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 06 de outubro de 1930.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 07 de abril de 1908.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 07 de outubro de 1915.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 08 de julho de 1906.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 08 de maio de 1901.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 10 de agosto de 1903.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 10 de outubro de 1903.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 11 de junho de 1900.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 13 de fevereiro de 1905.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 14 de junho de 1913.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 14 de junho de 1918.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 14 de novembro de 1904.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 14 de outubro de 1915.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 15 de abril de 1916.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 15 de junho de 1903.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 17 de agosto de 1905.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 17 de dezembro de 1914.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 17 de junho de 1903.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 17 de outubro de 1899.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 18 de agosto de 1914.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 19 de abril de 1901.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 19 de setembro de 1931.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 20 de junho de 1904.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 20 de setembro de 1904.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 21 de setembro de 1940.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 22 de julho de 1916.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 23 de agosto de 1927.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 23 de novembro de 1907.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 23 de outubro de 1912.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 24 de abril de 1929.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 24 de fevereiro de 1909.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 25 de setembro de 1915.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 27 de janeiro de 1914.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 27 de novembro de 1922.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 28 de julho de 1903.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 29 de dezembro de 1908.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 29 de junho de 1955.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 29 de março de 1923.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 30 de dezembro de 1902.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 30 de novembro de 1901.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 30 de novembro de 1908.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 30 de setembro de 1899.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 30 de setembro de 1930.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 31 de janeiro de 1917.

**Diário da Tarde.** Curitiba, 31 de maio de 1904.

**Diário de Pernambuco.** Recife, 05 de fevereiro de 1885.

**Diário de Pernambuco.** Recife, 18 de dezembro de 1903.

**Diário de Pernambuco.** Recife, 18 de dezembro de 1904.

**Diário de Pernambuco.** Recife, 26 de maio de 1893.

**Diário de Pernambuco.** Recife, 26 de maio de 1904.

**Gazeta Paranaense.** Curitiba, 29 de dezembro de 1887.

**Jornal de Recife.** Recife, 15 de novembro de 1886.

**Jornal de Recife.** Recife, 26 de junho de 1928.

**Jornal de Recife.** Recife, 11 de julho de 1890.

**Jornal de Recife.** Recife, 18 de dezembro de 1890.

**Jornal de Recife.** Recife, 24 de março de 1886.

**Jornal de Recife.** Recife, 26 de novembro de 1889.

**Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 10 de julho de 1882.

**Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1897.

**Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1891.

**O Dia.** Curitiba, 28 de junho de 1956.

**O Orbe.** Maceió, 24 de agosto de 1884.

**O Orbe.** Maceió, 24 de junho de 1885.

**O Paraná.** 01 de setembro de 1911.

**O Paraná.** 24 de abril de 1911.

**O Republicano.** Aracajú, 29 de abril de 1891.

#### d. **Relatórios administrativos**

Relatorio apresentado ao Governador do Estado do Paraná pelo Secretário dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 29 de setembro de 1894.

Relatorio do Chefe de Policia do Estado apresentado ao Exm. Sñr. Dr. Governador. Curitiba, 29 de setembro de 1894.

Relatorio apresentado ao Secretário dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Chefe de Polícia Interino Benedicto Pereira da Silva Carrão. Curitiba, 30 de setembro de 1895.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de agosto de 1896.

Relatorio apresentado ao Governador do Estado do Paraná pelo Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curitiba, 01 de setembro de 1897.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo encarregado do expediente da polícia do estado. Curitiba, 31 de agosto de 1897.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica do Paraná pelo Chefe de Policia Interino do estado. Curitiba, 20 de dezembro de 1898.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1900.

Relatorio apresentado ao Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Juiz de Direito da Lapa. Lapa, 30 de dezembro de 1903.

Relatorio apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 30 de dezembro de 1904.

Relatorio da Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica. Curitiba, 13 de janeiro de 1905.

Relatorio do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná apresentado ao Presidente do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1905.

Relatorio apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1906.

Relatorio apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral de Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1906.

Relatorio apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado nos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica. Curitiba, 11 de janeiro de 1906.

Relatorio apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica. Curitiba, 14 de janeiro de 1907.

Relatorio do Gabinete de Identificação apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 01 de janeiro de 1907.

Relatorio do Gabinete de Identificação e Estatística apresentado ao Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1907.

Relatorio apresentado ao Procurador Geral de Justiça pelo 2º Promotor Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba, 30 de novembro de 1908.

Relatorio apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1908.

Relatorio apresentado ao Vice Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica. Curitiba, 23 de janeiro de 1908, p. 28.



Relatorio do adjunto da Promotoria Publica do Termo do Ribeirão Claro. Ribeirão Claro, 16 de novembro de 1908.

Relatorio apresentado ao Procurador Geral de Justiça pelo 2º Promotor Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Curitiba, 15 de novembro de 1909.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

Relatorio apresentado pelo Commissario de Policia da 1ª Circumscripção ao Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de dezembro de 1909

Relatorio apresentado pelo Coronel Comandante do Regimento de Segurança. Curitiba, 12 de janeiro de 1909.

Relatorio apresentado ao Secretario dos Negocios do Interior pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1911.

Relatorio apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Diretor da Penitenciária. Curitiba, 15 de dezembro de 1912.

Relatorio apresentado ao Presidente do Estado do Paraná pelo Procurador Geral da Justiça. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

Relatorio apresentado ao Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

Relatorio apresentado ao Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.

Relatorio do Convenio Policial Brasileiro reunido em S. Paulo. São Paulo, 11 de abril de 1912.

Relatorio apresentado ao Chefe de Polícia do Paraná pelo Director da Penitenciária. Curitiba, 31 de dezembro de 1916.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1916.

Relatorio apresentado ao Chefe de Policia do Paraná pelo Delegado do 2º Districto. Curitiba, 25 de janeiro de 1917.

Relatorio apresentado ao Chefe de Policia do Paraná pelo Delegado do 2º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917.

Relatorio apresentado ao Chefe de Policia pelo Delegado do 1º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1917.

Relatorio apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1917, p. 13.

Relatorio apresentado pelo Delegado do 2º Districto ao Chefe de Polícia do Paraná. Curitiba, 25 de janeiro de 1917.

Relatorio apresentado ao Chefe de Policia do Paraná pelo Delegado do 1º Districto. Curitiba, 31 de dezembro de 1920.

Relatorio apresentado ao Secretario Geral do Estado pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1920.

#### e. Guias e almanaques

CORREIA, Manoel Francisco; CORREIA, Leocadio (org.). **Almanach Paranaense para 1901**. Curitiba: Correia & C.a, 1901, p. 106.

LAMBERT, Egydio. **O Guia Paranaense**. Curitiba: Redacção Avenida Graciosa, 1916.

MORAES, José Gonsalves (org.). **Almanach Paranaense para 1897**. Curityba: Impressora Paranaense, 1897.

#### f. Obras do Período

ARAÚJO, João Vieira de. **Código Criminal Brasileiro**: Commentario filosófico-científico em relação com a jurisprudência e legislação comparada. Recife: Editor José Nogueira de Souza, 1889.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

AZEVEDO, A. **Casa de Pensão**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BERTILLON, A. De l'Identification par les Signales Anthropométriques. **Archives de l'Anthropologie Criminelle et des sciences pénales**, 1886.

CASTRO, Franciso José Viveiros. **A Nova Escola Penal**. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.

CUCHE, P. **Traité de Science et de Législation Pénitentiaires**. Paris: Librairie Generale de Doit & de Jurisprudence, 1905.

DEMME, R. **Über den Einfluss des Alkohols auf den Organismus des Kindes**. Stuttgart: Verlag Von Ferdinand Enke., 1891.

FERRI, Enrico. **La Sociologie Criminelle**. Ancienne Librairie Germer Bailliére et Cie: Paris, 1905.

FERRI, Enrico. **Sociologia Criminale** (3ª ed.). Torino: Fratelli Bocca, 1892.

GAROFALO, R. **La Criminología**: estudio sobre el delito y sobre la teoría de la represion. Tradução: Pedro Dorado Montero. Madrid: La España Moderna, 1890.

LEGRAIN, P. **Dégénérescence Sociale et Alcoolisme**. Paris: Georges Carré, 1895.

LEGRAIN, P. **Du délire chez les dégénérés**: observations prises a l'Asile Sainte-Anne. Paris: A. Delahaye et. E. Legrosnier, 1886;

LEGRAIN, P. **Éléments de Médecine Mentale appliqués à l'étude du Droit**. Paris: Arthur Rousseau, 1906;

LEGRAIN, P. **Hérédité et alcoolisme**: étude psychologique et clinique sur les dégénérés buveurs et les familles d'ivrognes. Paris: Octave Doin, 1889.

LOMBROSO, Cesare. **L'Uomo delinquente**: in rapporto all'antropologia, alla giurisprudenza ed alla psichiatria (cause e rimedi). Torino: Fratelli Bocca, 1897.

LOMBROSO, Cesare. **L'Uomo delinquente**: studiato in rapporto alla antropologia, alla medicina legale ed alle discipline carceraire. Milano: Ulrico Hoepli, 1876.

MAYET, L. L'Alcoolisme et quelques-unes de ses conséquences. **Bulletin de la Société d'anthropologie de Lyon**, tome 16/2, 1897.

MOTTA, Cândido. **Classificação dos Criminosos**. São Paulo: Typographia a Vapor Carlos Gerke e Cia, 1897.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil** [1894]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

#### g. Atas, periódicos, boletins científicos, verbetes

**Actes du premier Congrès International d'Anthropologie Criminelle**. Rome, 1885.

**Bibliothèque Nationale de France**. HÉLIE, Faustin. Disponível em: <<https://goo.gl/tU31Ga>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

**Bibliothèque Nationale de France**. LEGRAIN, Paul-Maurice. Disponível em: [bit.ly/pmlegrain](http://bit.ly/pmlegrain). Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

**Bibliothèque Nationale de France**. MAYET, Lucien. Disponível em: <<http://bit.ly/lucienmayet>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

**Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 17, 1909.

#### h. Leis, Decretos, projetos e discussões legais

BRASIL. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).

BRASIL. Decreto nº 4.824 de 22 de novembro de 1871.

BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.

**Diário do Congresso Nacional**, 23/10/1917.

PARANÁ. Lei Nº 1916 de 23 de fevereiro de 1920.

PARANÁ. Lei nº 322 de 08 de maio de 1899.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALVAREZ, Marcos Cezar. **Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e a nova escola penal no Brasil (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- ALVAREZ, Marcos Cezar. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.
- ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889). A Classe Política. A parentela no Governo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.
- ALVES, Alessandro Cavassin. A força política das famílias tradicionais no Paraná (1853-1889). **Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 40-60, dez. 2015.
- BALHANA, A.; MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- BERBERI, Elizabeth. **Impressões: a Modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade. O triunfo da virilidade**. Petrópolis: Vozes, v. 3, 2013. p. 195-248.
- BONI, Maria Ignes de. **O Espetáculo Visto do Alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do Confeiteiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002.
- BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 335-356.

CAIMARI, Lila. La Antropología Criminal y la Recepción de Lombroso en América Latina. In: MONTALDO, S.; TAPPERO, P.; BENEDUCE, R. **Cesare Lombroso Cento Anni Dopo**. Turin: UTET Libreria, 2009. p. 233-271.

CAIMARI, Lila. **La ciudad y el crimen**: delito y vida cotidiana en Buenos Aires, 1880-1940. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

CAIMARI, Lila. Los historiadores y la "cuestión criminal" en América Latina. Notas para un estado de la cuestión. **Revista de Historia de las Prisiones**, v. 2, p. 5-15, 2016.

CAMARGO, Daisy. **Alegrias engarrafadas**: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**: 1889-1930. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, p. 67-89, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque. São Paulo: Unicamp, 2001.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Raul Max da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935)**: trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Rebeca. **Pensamento Criminológico na Primeira República**: O Brasil em defesa da sociedade. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.



DRUMMOND, Paulo. **Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense:** Direito Penal e Filosofia do Direito no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

DUMAS DOS SANTOS, Fernando. **Alcoolismo:** a invenção de uma doença. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

EVANGELISTA, Rafael Julião. **Usos do Direito Oitocentista:** Cultura Jurídica Criminal e Escravidão na Província do Paraná (1854-1870). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

FABRIS, Pamela Beltramin. **"Nós, os selvagens, não reverenciamos os símbolos Kaiserianos":** conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da Modernização Jurídica Brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 98, p. 257-293, 2008.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes Impressos:** uma História Social dos noticiários criminais em Fortaleza nos anos vinte. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 171-194, dez. 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: CARLO, G.; ENRICO CASTELNUOVO; CARLO PONI **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 203-214.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-179.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de 'Il ritorno de Martin Guerre' de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 179-202.

GINZBURG, Carlo. **The Judge and the Historian**: marginal notes on a late-twentieth-century miscarriage of justice. London/New York: Verso, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOUVÊA, Maria Cristina de. A Escolarização da Criança Brasileira no Século XIX: apontamentos para uma re-escrita. **Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 121-146, jan./jul. 2007.

GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque. **Revista de História Regional**, v. 14, n. 1, p. 76-104, 2009.

GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, Ambições sórdidas**: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

HESPANHA, Antônio Manuel. Da "iustitia" à disciplina": textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: HESPANHA, A. M. **Justiça e Litigiosidade**: história e perspectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HOBSBAWM, Eric. The revival of narrative: some comments. **Past and Present**, n. 86, p. 3-8, fev. 1980.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

KALIFA, Dominique. Virilidades Criminosas? In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade. A virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, v. 3, 2013. p. 302-331.

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan./jun. 2014.

KALIFA, Dominique. O bas-fond ou como escrever a história de um "imaginário social?" In: CARNEIRO, D.; BRETAS, M.; ROSEMBERG, A. **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Uberlândia: EdUFU, 2016. p. 33-50.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds: história de um imaginário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

KALUSZYNSKI, Martine. Les Congrès Internationaux d'Anthropologie Criminelle (1885-1914). **Mil neuf cent, Revue d'Histoire Intellectuelle**, n. 7, p. 59-79, 1989.

KARVAT, Erivan. **Discursos e Práticas de Controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba - 1890-1933)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)**. Curitiba: Juruá, 2010.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou, povoado occitânico, 1294-1324**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná - 1867 a 1882**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LICHOVESKI, Talita. **Hotel Tassi: local de passagem em uma cidade em pleno vapor, Curitiba fins do século XIX e início do XX**. Especialização em Patrimônio, Memória e Gestão Documental. Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2014.

LOPES PEREIRA, Luís Fernando. **O Espetáculo dos Maquinismos Modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

LOPES PEREIRA, Luís Fernando. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre método. In: FONSECA, R. M. **Nova História Brasileira do Direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012.

MARQUES, Teresa Cristina. **A Cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930**. Brasília: EdUNB, 2014.

MATOS, Maria Izilda. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MASSUCHETTO, Vanessa. **Os autos de livramento crime e a Vila de Curitiba:** apontamentos sobre a Cultura Jurídica Criminal (1777-1800). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

NASCIMENTO, Franciele. **Crime e Castigo da raça:** o papel da cultura jurídico-criminal na construção de um projeto de embranquecimento da nação (1888-1915). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

NOGUEIRA, Raul Belúcio. **Sciencia Requentada e Debates Parlamentares:** a cultura jurídica penal brasileira e os debates sobre a pena de morte no Congresso Constituinte de 1890. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

NOURISSON, Didier. L'asile de buveurs: une machine à exclure? In: KALIFA, D.; GUESLIN, A. **Les exclus en Europe, 1830-1930**. Paris: Éd. de l'Atelier, 1999.

PASSERINI, Luisa. Juventude, metáfora da mudança social. In: LEVI, G.; SCHMITT, J-C. **História dos Jovens:** a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1996.

PEREIRA, Magnus. **Semeando Iras rumo ao Progresso:** ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense (1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus. **Posturas municipais. Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar:** a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite:** prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REVEL, Jacques. Prefácio: a história ao rés-do-chão. In: LEVI, G. **A Herança Imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROCHA JR., Francisco. **Recursos do Supremo Tribunal de Justiça do Império:** o liberalismo penal de 1841 a 1871. Curitiba: Juruá, 2013.

ROSA, Ana Lúcia. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos:** beber cachaça, prática social e masculinidade - Recife/PE - 1920-1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura.** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SABOIA, América. **Curitiba de minha saudade: 1904-1914.** Curitiba: Litero-Tecnica, 1978.

SALES, Eliane. **Flagelo da humanidade: saberes e práticas acerca do alcoolismo (Recife, 1930-1939).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

SANTOS, Laércio. O estúdio Volk e a representação da sociedade curitibana. **Anais do V Ciclo de Investigações do PPGAV - UDESC**, 2010.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. In: LEVI, G.; SCHMITT, J-C. **História dos Jovens: da Antiguidade à Era Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1996. p. 265-324.

SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: GOFF, J. L. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 261-284.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia.** São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE. **História do Poder Judiciário do Paraná.** Curitiba: Indústria Gráfica Serena, 1982.

SEELAENDER, Airton. A Longa Sombra da Casa: poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do Antigo Regime à Modernidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 473, p. 327-424, jan./mar. 2017.

SILVA, João Luiz. **Alimentação de rua na cidade de São Paulo (1828-1900).** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SONTAG, Ricardo. Unidade Legislativa Penal Brasileira e a Escola Positiva Italiana: um debate em torno do Código Penal de 1890. **Justiça & História**, v. 11, n. 21 e 22, p. 89-124, 2011.

STANDAGE, Tom. **A History of the World in 6 glasses.** New York: Walker & Company, 2006.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old History. **Past and Present**, n. 85, p. 3-24, nov. 1979.

TORCATO, Carlos. **A História das Drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

TORCATO, Carlos. **A Repressão Oficial ao Jogo do Bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

TRINDADE, Judith. **Metamorfose: de Criança para Menor**. Curitiba - início do século XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

URÍA, Jorge. La Taberna: un espacio multifuncional de sociabilidad popular en la restauración española. **Hispania**, v. LXIII/2, n. 214, p. 571-604, 2003.

VALLE, Gabrielle Stricker do. **Uma História da Cultura Jurídica Processual Penal Brasileira (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

VIRGILLI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade. A virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, v. 3, 2013. p. 82-115.

WEINHARDT, Otávio. Infância e Controle a partir dos Meninos Jornaleiros em Curitiba (passagem do século XIX ao XX). **XXIX Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, Brasília, 2017.



## APÊNDICE 1 – PROCEDIMENTOS DE COLETA E LEITURA DAS FONTES

Criei este apêndice com o propósito de descrever, como uma espécie de passo-a-passo, a maneira com que as fontes desse trabalho, sobretudo os procedimentos policiais e judiciais, foram organizadas e trabalhadas. Não me refiro aqui ao aspecto teórico-metodológico, discutido ao longo do trabalho, mas ao manuseio das fontes no sentido mais próprio do termo, ou seja, o ato de encontrar, fotografar, catalogar e ler tais documentos. Com isso, espero servir sobretudo a dois públicos: a) o dos/as profissionais do Direito, estudiosos/as do crime e interessados/as em geral, que não possuem contato com o *metier* historiográfico; b) o dos/as pesquisadores/as em História, seja ela do Direito ou não, mais iniciantes do que eu, que talvez possam aproveitar alguns *insights*.

O primeiro passo que adotei foi de localizar onde estavam as fontes que eu buscava. Localizando-as, estabeleci contato, me apresentando, justificando meu interesse naqueles documentos e obtendo permissão para estudá-los. Junto aos acervos onde trabalhei, não houve qualquer dificuldade com relação a isso. Em seguida, me preparei para fotografar esses documentos o mais rapidamente possível. Busquei resistir à tentação de lê-los imediatamente, a fim de não atrasar o processo de reprodução dessas fontes. Nos arquivos sempre me foram oferecidas máscaras e luvas de borracha, fundamentais no manuseio de documentos históricos. Ainda assim, é melhor prevenir e sempre carregar uma máscara e um par de luvas.

Para garantir uma qualidade melhor e facilitar o trato posterior das imagens, prefiro utilizar um tripé fotográfico, mantendo a câmera em uma posição fixa. Isso também faz com que o processo ganhe tempo. Ao longo de alguns meses, fotografei dezenas de milhares de páginas, chegando a tirar cerca de duas mil fotos nos dias mais produtivos. Em casa, costumo dar um tratamento básico a essas fotos, recortando os excessos em branco, melhorando um pouco a nitidez, o contraste, corrigindo a distorção das lentes e arrumando o alinhamento. Feito isso, crio uma pasta para cada documento, separando as fotos. À medida que leio, utilizo marcadores para identificar quais pastas já estão lidas e quais estão pendentes.



Figura 25. Dia de "laboratório". Fonte: acervo pessoal.

Obs.: Alguns detalhes, como criar um fundo branco, conferir a iluminação local, cuidar para que não haja nenhuma sombra projetada sobre a página etc. podem fazer bastante diferença na hora de utilizar esses documentos. Considerando a caligrafia frequentemente difícil dessas fontes manuscritas, obter uma cópia de alta qualidade auxilia muito no momento da leitura.

Durante a leitura, produzo fichamentos de cada documento. Vale a pena transcrever as principais partes e anotar todos os detalhes que possam ser úteis na hora de descrever o caso, evitando a necessidade de voltar aos manuscritos o tempo todo. Especificamente no caso dos procedimentos policiais e judiciais, ao final de cada leitura, transferi para uma tabela as principais informações acerca do documento, as quais foram utilizadas na elaboração dos gráficos constantes do trabalho.

Com outros tipos de documentos, como alguns relatórios e guias, o processo de fotografar foi idêntico. Todavia, em se tratando de documentos datilografados, a leitura pode ser facilitada através de softwares de OCR (Optical Character Recognition), transformando as imagens em um único documento PDF e permitindo operações como sublinhar, fazer anotações e buscar no texto. Quanto aos jornais utilizados, a operação é facilitada pelo imenso acervo disponibilizado digitalmente pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional ([bndigital.bn.gov.br](http://bndigital.bn.gov.br)). Buscando as fontes através do site, salvo as páginas de jornal relevantes em pastas separadas, destacando o texto que irei utilizar e anotando a referência do jornal.

Especificamente sobre os inquéritos e processos criminais utilizados, parti de uma seleção de cerca de 210 documentos dos mais de mil documentos para esse período que estão em posse do Museu da Justiça do TJPR. Para essa seleção, levei em conta a catalogação do próprio acervo, que utiliza palavras-chave para os documentos. Depois refinei esse número, eliminando as ocorrências da hoje região metropolitana de Curitiba (RMC).

Como a ideia era trabalhar com criminalidade urbana, tentei não expandir o estudo para essas regiões que, ainda que pertencessem à Comarca de Curitiba, estavam completamente fora dos limites urbanos. Para definir a extensão territorial trabalhada, preferi utilizar o traçado atual da cidade. Ou seja, crimes ocorridos em Colônias afastadas, regiões rurais, mas que hoje constituem bairros da cidade (caso do Capão Raso, Uberaba, Campo Comprido, Santa Felicidade etc.), foram incluídos. Fiz essa opção pela dificuldade de estabelecer até onde era área urbana em um período de constante expansão da cidade. Por exemplo, um crime ocorrido em regiões como o Água Verde ou o Bigorrião poderia ser considerado “fora da cidade” em 1890, mas não em 1920.

Feita essa primeira filtragem, sobraram mais uns poucos casos que a leitura revelou não possuírem qualquer relação com embriaguez, como receptação de bebidas roubadas, um “falso-alarme”, por conta de um crime ocorrido em um lugar

denominado “ressaca”, peças soltas de processos, sem informações suficientes etc. Ao final, cheguei a 167 documentos.

Na elaboração das tabelas e quadros, esse nem sempre será o número que corresponde ao “100%”, pois os dados podem variar em torno dele. Vários crimes, por exemplo, possuem mais de um réu, fazendo com que o número de acusados seja superior ao de procedimentos. Em alguns desses, os réus podem ter respondido por tipos penais diferentes. Um réu pode ter respondido por lesão corporal e outro por tentativa de homicídio, por exemplo. O desfecho para eles também pode ter sido distinto. Em alguns casos, um dos réus foi condenado e outro não. Há ainda a questão de réus “repetidos”, como Zacharias do Amaral e Antônio Antunes de Andrade. Nesses casos, a nacionalidade, profissão, gênero e alfabetização foram contados apenas uma vez, mas a idade foi contada tantas vezes quanto foram as ocorrências em anos diferentes.

Outra informação importante diz respeito ao desfecho dos procedimentos, que é desconhecido em diversos casos. A causa mais provável para esse problema é que, ao longo das remessas entre polícia, Ministério Público e Justiça, esses autos acabavam deixando de ser apensados. Por exemplo, um inquérito policial que tenha sido encerrado e remetido ao Promotor Público para que oferecesse ou não a denúncia. Pode ter ocorrido, em muitos casos, do promotor ter feito a denúncia e, assim, ter sido instaurado um processo criminal resultante daquele inquérito. Por algum motivo, provavelmente não intencional, o inquérito pode não ter sido anexado ao processo, que prosseguiu normalmente. Um século mais tarde, encontramos uma das peças, enquanto a outra pode estar em uma delegacia ou fórum qualquer da cidade ou ter sido extraviada no caminho. No gráfico em que aparece, foram considerados apenas aqueles cujo desfecho foi conhecido.

## APÊNDICE 2 – GLOSSÁRIO

Ao longo do trabalho, utilizo algumas palavras e expressões próprias do final do século XIX e início do século XX, a fim de envolver o leitor na atmosfera textual do período. Trago aqui um pequeno glossário, oferecendo uma definição para esses termos caídos em desuso, embora muitos ainda persistam em nossos dicionários:

Altercar – discutir, querelar.

Amanuense – escrevão, copista.

Bedel – espécie de inspetor, responsável por manter a ordem no recinto.

Caftismo – lenocínio, exploração da prostituição.

Escumalha – escória, ralé.

Lupanar – prostíbulo.

Malta – agrupamento de desordeiros.

Meganha – policial. A ideia vem justamente da expressão “me ganha”, ou seja, prenda-me se for capaz.

Pândega – festa, folia. Palavra usada geralmente para se referir a festas populares de índole duvidosa.

Pândego – frequentador das pândegas.

Picherum – festa de lavradores relacionadas à colheita. Vizinhos se reuniam e mutuamente auxiliavam nas colheitas em suas propriedades. O dia de trabalho era permeado de comemorações e seguido de um fandango noite adentro (Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1932, p. 15).

Pulha – malandro, pessoa vil, canalha.

Súcia – bando, malta.

Tabaréu – pessoa ingênua, sem experiência, matuta.

Vindicta – vingança.



## ANEXO 1 – ALGUMAS ESTATÍSTICAS POLICIAIS

**Relação dos indivíduos recolhidos a cadeia d'esta Capital**  
no periodo decorrido de 1.º de Outubro de 1895 á 31 de Agosto de 1896.

Numero	Nomes dos presos	Mezes	Id	Autoridade que ordenou a prisão	Motivo da prisão	Observações
1	Luiz Tichier . . . . .	Outubro	5	Capitão Chete de Policia	Embriaguez	Solto em 24 horas
2	Maria Arauta . . . . .	"	5	" " " "	"	Idem
3	Bertholdo de tal . . . . .	"	5	" " " "	Como Turbulento	"
4	João Beer . . . . .	"	5	" " " "	"	"
5	Henrique Berceani (menor) . . . . .	"	5	" " " "	"	"
6	Igino Bapta . . . . .	"	10	" " " "	Gatunagem	"
7	José Pedro . . . . .	"	10	" " " "	Desordeiro	"
8	Adão Molihenk . . . . .	"	10	" " " "	"	"
9	Marcolino Alves de Miranda . . . . .	"	15	" " " "	"	"
10	Martha Waberski . . . . .	"	16	" " " "	"	"
11	Inaty Klakowski . . . . .	"	17	" " " "	"	"
12	França Hequeter . . . . .	"	21	" " " "	"	"
13	Warsky Baersky . . . . .	"	24	" " " "	"	"
14	Mathias Chauis . . . . .	"	24	" " " "	"	"
15	Ludovica Baresky . . . . .	"	24	" " " "	"	"
16	Manoel Beloco . . . . .	"	24	" " " "	"	"
17	João Camillo . . . . .	"	28	Commissariado de Policia	Como Turbulento	"
18	Salvador Sancho . . . . .	"	28	" " " "	"	"
19	Raphael Emboconisio . . . . .	"	28	Capitão Chefe de Policia	"	"
20	Augusta Iansson . . . . .	"	28	" " " "	Embriaguez	"
21	Estefano Walensky . . . . .	"	29	" " " "	"	"
22	Dorothea Walensky . . . . .	"	29	" " " "	"	"
23	Nicolau Vehelim . . . . .	"	29	" " " "	"	"
24	Nicolau Mauze . . . . .	"	29	" " " "	"	"
25	Benedicto Amaro de Souza . . . . .	"	29	" " " "	"	"
26	Julio Chimine . . . . .	"	29	" " " "	Como Turbulento	"
27	Jorge Leide . . . . .	Novembro	2	" " " "	"	"
28	Luiz de Mello . . . . .	"	2	" " " "	"	"
29	Julio Camillo Belache . . . . .	"	11	" " " "	"	"
30	Augusto Marafina . . . . .	"	11	" " " "	"	"
31	Carlos Maguena . . . . .	"	11	" " " "	"	"
32	Marcellino Mathias . . . . .	"	11	" " " "	Embriaguez	"
33	Valentim Guiosky . . . . .	"	11	" " " "	Desordeiro	"
34	Antonio Joaquim Paulista . . . . .	"	14	" " " "	"	"
35	Sabatino Antonio . . . . .	"	14	" " " "	Como Turbulento	"
36	Florinda d'Andrade Müller . . . . .	"	14	" " " "	"	"
37	Stefano Laus . . . . .	"	17	" " " "	"	"
38	Barladino Angelo . . . . .	"	17	" " " "	Embriaguez	"
39	Benedicto Coimbra . . . . .	"	17	Sub-Commissariado de Policia	Desordeiro	"
40	Frederico Motesky . . . . .	"	17	Idem	"	"
41	Maria da Conceição . . . . .	"	17	Capitão Chefe de Policia	"	"
42	Francisco Jacowisk . . . . .	"	20	" " " "	"	"
43	Angelina Carvalho . . . . .	"	23	Commissariado de Policia	"	"
44	Francisco Darwiro . . . . .	"	25	" " " "	"	"
45	Nicota Cardoso . . . . .	"	26	" " " "	"	"
46	José Luiz . . . . .	"	30	Chefe de Policia	"	"
47	João Baptista . . . . .	"	30	" " " "	"	"

Fonte: Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Polícia. Curitiba, 31 de agosto de 1896.



M A P P A						
demonstrativo dos presos existentes na cadeia Civil desta Capital, de 1.º de Janeiro a 31 de dezembro de 1900, com declaração das culpas, penas e respectivos datas de entrada e saída						
N.º	NOME	CULPA	A ordem de qual autoridade	Data da entrada	Data da saída	Observações
1	Frederico José Orn	Desordeiro	Commissario da 2ª circumscripção	1º Janeiro	2 de Janeiro	
2	João Epaminondas de Andrade Jambo	Morte	Dr. Juiz de Direito da primeira vara criminal da Capital	1º Janeiro	24 de Fevereiro	
3	Francisco Marques	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	2 Janeiro	3 de Janeiro	
4	Pedro Droginsky	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	3 Janeiro	5 de Janeiro	
5	Berto Olintho	Desordeiro	Commissario da 2ª circumscripção	4 Janeiro	5 de Janeiro	
6	Rodolpho Petersen	Embriaguez	Commissario da 2ª circumscripção	5 Janeiro	7 de Janeiro	
7	Guilherme Krambek	Embriaguez	Commissario da 2ª circumscripção	5 Janeiro	6 de Janeiro	
8	Balbino Gonçalves de Ramos	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	5 Janeiro	8 de Janeiro	
9	Verissimo Leal de Lima	Morte	Dr. Chefe de Policia	6 Janeiro	18 de Julho	
10	Francisco da Costa Vianna	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
11	Carlos Martins	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
12	João Fauto	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
13	Francisco Tam	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
14	Carlos Bonini	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
15	Germano Mally	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
16	Germano Marquart	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	7 Janeiro	8 de Janeiro	
17	José Raymundo	Desordeiro	Commissario da 1ª circumscripção	10 Janeiro	13 de Janeiro	
18	Lourenço Rodrigues	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	13 Janeiro	16 de Janeiro	
19	Alexandre Grube	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	14 Janeiro	16 de Janeiro	
20	Roque Bruto	Perimentos	Commissario da 2ª circumscripção	15 Janeiro	18 de Maio	
21	Constantino Guimarães	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	15 Janeiro	18 de Janeiro	
22	Alberto Kachimansky	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	15 Janeiro	17 de Janeiro	
23	Antonio Gonçalves	Desordeiro	Commissario da 2ª circumscripção	16 Janeiro	17 de Janeiro	
24	Manoel Domingos da Silva Correia	Gatuno	Commissario da 1ª circumscripção	17 Janeiro	15 de Junho	
25	Benedicto Carvalho de Oliveira	Gatuno	Dr. Chefe de Policia	20 Janeiro	6 de Março	
26	José Joaquim da Silva	Gatuno	Dr. Chefe de Policia	20 Janeiro	6 de Março	
27	Sebastião Manoel do Nascimento	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	21 Janeiro	22 de Janeiro	
28	Francisco de Lima	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	22 Janeiro	24 de Janeiro	
29	José Cavanha	Embriaguez	Commissario da 1ª circumscripção	25 Janeiro	26 de Janeiro	
30	Augusto Francisco Antonio de Oliveira	Gatuno	Dr. Chefe de Policia	26 Janeiro	15 de Fevereiro	
31	João Mauricio Magnusson	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	27 Janeiro	31 de Janeiro	
32	Igegnene Canepara	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	30 Janeiro	3 de Fevereiro	
33	Alzir Bomblid	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	30 Janeiro	3 de Fevereiro	
34	Tranquilino de Souza Magalhães	Desordeiro	Commissario da 1ª circumscripção	31 Janeiro	3 de Fevereiro	
35	Nicolau de Paula	Embriaguez	Commissario da 1ª circumscripção	4 Fevereiro	5 de Fevereiro	
36	Graciano Gonçalves	Embriaguez	Commissario da 1ª circumscripção	4 Fevereiro	5 de Fevereiro	
37	Diamiro Baptista de Almeida	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	4 Fevereiro	5 de Fevereiro	
38	Joaquim José Pereira Junior	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	4 Fevereiro	6 de Fevereiro	
39	Antonio Souza de Bastos	Defloramento	Commissario da 1ª circumscripção	6 Fevereiro	24 de Abril	
40	Benedicto Matutino dos Santos	Embriaguez	Commissario da 2ª circumscripção	9 Fevereiro	10 de Fevereiro	
41	Julia Maria da Conceição	Embriaguez	Commissario da 2ª circumscripção	9 Fevereiro	12 de Fevereiro	
42	João Antonio da Cunha Ribeiro	Embriaguez	Commissario da 1ª circumscripção	10 Fevereiro	12 de Fevereiro	
43	Adolpho Gruluy	Embriaguez	Commissario da 1ª circumscripção	11 Fevereiro	15 de Fevereiro	
44	Miguel de Paula Kuim	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	12 Fevereiro	15 de Fevereiro	
45	João Baptista de Almeida	Embriaguez e desordem	Dr. Chefe de Policia	12 Fevereiro	15 de Fevereiro	
46	Diamiro Baptista de Almeida	Embriaguez e desordem	Dr. Chefe de Policia	13 Fevereiro	15 de Fevereiro	
47	Manoel Zacharias	Desordeiro	Dr. Chefe de Policia	14 Fevereiro	16 de Fevereiro	
48	José Banfú	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	14 Fevereiro	16 de Fevereiro	
49	Benedicto Ferreira	Embriaguez	Dr. Chefe de Policia	14 Fevereiro	16 de Fevereiro	
50	Dionizio Rodrigues de Azambuja	Jogo	Dr. Chefe de Policia	15 Fevereiro	16 de Fevereiro	

Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 31 de dezembro de 1900.



N.º da ordem	NOMES	CULPAS	A ordem de qual autoridade	Data da entrada	Data da saída	OBSERVAÇÕES
26	João Olympio da Silva .. .. .	Alienado	Chefe de Policia	5 Fevereiro	11 Fevereiro	Foi recolhido ao Azilo
27	Antonio Boza .. .. .	Av. policia	Commissario Luz	2 ..	3 ..	
28	Francisco Mulle .. .. .	" "	" "	2 ..	3 ..	
29	Attilio Casicholi .. .. .	" "	Chefe de Policia	8 ..	9 ..	
30	Rofino de Oliveira e Souza .. .. .	Desordeiro	" "	10 ..	11 ..	
31	Cezinando de Jesus .. .. .	" "	" "	13 ..	14 ..	
32	Christiano José Sant'Anna .. .. .	Embriaguez	" "	14 ..	15 ..	
33	Iphigenio Marques .. .. .	" "	" "	15 ..	16 ..	
34	Eugenio Ribeiro .. .. .	" "	" "	15 ..	16 ..	
35	Alberto Hosne .. .. .	" "	" "	15 ..	16 ..	
36	Miguel Brasfit .. .. .	" "	" "	15 ..	16 ..	
37	Victor Gonçalves .. .. .	" "	" "	15 ..	16 ..	
38	Manoel Antonio Santos .. .. .	" "	" "	16 ..	26 ..	
39	João Gonçalves .. .. .	" "	" "	16 ..	17 ..	
40	Arcanjo Búrg .. .. .	Desordeiro	" "	18 ..	17 ..	
41	Alexandre Kakani .. .. .	" "	Comm.º Assumpção	23 ..		Passou a disp. do Dr. J. Direito
42	João Lourenço de Araujo .. .. .	" "	Chefe de Policia	23 ..		Passou a disp. do Juiz Federal.
43	Simão Lyca .. .. .	Averiguação	Commissario Luz	23 ..	25 ..	
44	Leão Balões .. .. .	Embriaguez	" "	1.º de Março	25 ..	
45	Julio Couto .. .. .	" "	Chefe de Policia	1.º ..	4 de Março	
46	Simão Bialé .. .. .	" "	" "	4 ..	4 ..	
47	Antonio Ribeiro e Silva .. .. .	Roubo	Commissario Agner	4 ..	9 ..	
48	Simão Bialé .. .. .	Embriaguez	" "	4 ..	5 ..	
49	Julio Couto .. .. .	" "	" "	4 ..	5 ..	
50	Carolino Antonio .. .. .	" "	Chefe de Policia	4 ..	5 ..	
51	Laura Alves de Araujo .. .. .	" "	" "	4 ..	5 ..	
52	Iria Encia de Paula .. .. .	" "	" "	4 ..	5 ..	
53	João Leitner .. .. .	" "	" "	4 ..	5 ..	
54	Orlando Setragni .. .. .	" "	" "	4 ..	5 ..	
55	João Lazoski .. .. .	Embriaguez	Chefe de Policia	8 de Março	9 de Março	
56	Antonio Ribeiro da Silva .. .. .	" "	" "	10 ..	11 ..	
57	Paulino Rodrigues .. .. .	" "	" "	11 ..	12 ..	
58	Felisberto Theophilo .. .. .	Roubo	Commissario Agner	12 ..	14 ..	
59	Paulo da Luz .. .. .	Averiguação	" "	13 ..	.. ..	
60	Henrique Heleis .. .. .	Desordeiro	Chefe de Policia	.. ..	.. ..	
61	Andrega Maria do Espirito Santo .. .. .	" "	" "	14 ..	.. ..	
62	Jacob Sathalia .. .. .	" "	" "	.. ..	16 ..	
63	Guilherme Fedeski .. .. .	" "	" "	.. ..	15 ..	
64	Leonardo Glasser .. .. .	Ferimentos	" "	15 ..	.. ..	Passou a disp. do Dr. J. de Direito 2.ª v.
65	Cesario Eneas de Paula .. .. .	Furto	" "	16 ..	.. ..	
66	Emilio Francisco Pinheiro .. .. .	Desordeiro	" "	18 ..	19 ..	
67	Benedicto Rocha .. .. .	" "	" "	.. ..	.. ..	
68	Etelvina Alves dos Santos .. .. .	" "	" "	.. ..	.. ..	
69	Euphrasio de S. Cortes .. .. .	Averiguação	" "	.. ..	.. ..	
70	João Hartmann .. .. .	Desordeiro	Commissario da 1.ª	19 ..	20 ..	
71	João Cordeiro Sobrinho .. .. .	" "	" "	.. ..	.. ..	
72	Marcos Mattana .. .. .	" "	Chefe de Policia	20 ..	.. ..	
73	Santos Manami .. .. .	" "	" "	.. ..	24 ..	
74	João Chicosky .. .. .	" "	" "	.. ..	25 ..	
75	José Ferreira .. .. .	" "	" "	.. ..	27 ..	
76	Antonio Bencoeunto .. .. .	" "	Commissario da 1.ª	21 ..	27 ..	
77	Antonio Cisquim .. .. .	" "	" "	.. ..	28 ..	
78	Julio Barboza de Brito .. .. .	" "	Chefe de Policia	23 ..	.. ..	
79	Henrique Ginbert .. .. .	Embriaguez	" "	24 ..	.. ..	
80	José Jacobinsky .. .. .	" "	" "	26 ..	.. ..	
81	André Ferreira da Silva .. .. .	" "	" "	.. ..	1.º de Abril	
82	Rufino Roza .. .. .	" "	" "	27 ..	.. ..	
83	Brazilio de Paula .. .. .	" "	" "	.. ..	.. ..	
84	Raphael Aguiar .. .. .	" "	" "	.. ..	.. ..	
85	José Vasques Garcia .. .. .	" "	Commissario da 1.ª	.. ..	.. ..	Passou a disposição do Dr. Juiz
86	Romão de Paula Pedro .. .. .	" "	Chefe de Policia	31 ..	.. ..	de Direito a 26 de Abril foi
87	Salvador Patricio .. .. .	" "	" "	.. ..	.. ..	posto em liberdade visto ter
88	Adão Rolando .. .. .	" "	" "	1.º de Abril	4 ..	sido despronunciado.
89	Manoel José .. .. .	" "	" "	.. ..	3 ..	
90	Paschoal Setragni .. .. .	" "	" "	.. ..	4 ..	

Fonte: Relatório apresentado ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Chefe de Policia do Estado. Curitiba, 02 de janeiro de 1905.



# CONTRAVENÇÕES

Relativas ao 3º trimestre de 1909.

Natureza da contravenção	SEXO		Cór			ESTADO CIVIL			Instrução		IDADE		NACIONALIDADE												PROFISSÃO							TOTAL
	Masculino	Feminino	Branca	Parda	Preta	Solteiros	Casados	Viuvos	Analphabetos	Não analphabetos	Maiores	Menores	Brasileiros	Polacos	Italianos	Franceses	Allemaes	Portuguezes	Russos	Austriacos	Syrios	Belgas	Outras nacionalidades	Lavradores	Jornaleiros	Domestica	Negociantes	Artistas	Sem profissão	Outras profissões		
Jogo . . . . .	1		1			1				1	1		1											1							1	
Aposta . . . . .																																
Uso de armas prohibidas	1		1				1		1		1		1												1						1	
Perigo commum . . . . .	1		1			1			1		1		1																		1	
Damno às cousas publicas																																
Mendigos . . . . .	2		2			2			1	1	2			1	1														2		2	
Ebrios . . . . .	90	18	60	30	18	65	27	16	31	77	83	25	79	10	4		3		2		1		9	20	45	14	10	4	15	108		
Vadios . . . . .	36	5	3	9	29	36		5	31	10	37	4	19	17								5							41		41	
SOMMA . . . . .	131	23	68	39	47	105	28	21	65	89	125	29	101	28	5		3		2		1	14			22	45	14	10	48	15	154	

Olivier da Costa Lima,  
Encarregado da Secção de Estatística.



NUMEROS	NOMES	DATA		MOTIVO
		DIA	MEZ	
1	Felippe Antonio	4	Julho	Averiguações
2	Angelo Brazilio dos Santos	2	"	Desordens
3	Placidio Gonçalves dos Santos	9	"	Embriguez e desordens
4	Antonio Francisco de Oliveira	16	"	" " "
5	Placidio Gonçalves dos Santos	"	"	Embriguez " "
6	Antonio Francisco de Oliveira	23	"	"
7	Maria Joanna	"	"	"
8	Luiza Krigner	"	"	"
9	Manoel Pereira de Oliveira	3	Agosto	Indigente
10	José Geraldo	"	"	Averiguações
11	Mathias do Nascimento	"	"	"
12	Julia Cordeiro	"	"	Roubo
13	Guilherme João Genke	4	"	Embriguez
14	João Maria Cariol	"	"	"
15	Manoel Borges da Trindade	8	"	"
16	Pedro Antonio de Menezes	12	"	Desordens
17	Manoel Paulo	"	"	Embriguez
18	Theodoro Linder	13	"	Desordens
19	Francisco Fontana	16	"	"
20	André Pronhesky	"	"	"
21	Jayme Ribeiro de Paula	20	"	Embriguez
22	Leonardo Custodio	"	"	Embriguez e desordens
23	Benedicto Alves Nunes	"	"	Averiguações
24	Florentino Antonio da Silva	21	"	Desordens
25	Constante Kichel	"	"	"
26	Gustavo Diko	"	"	Embriguez e desordens
27	José Brokel	"	"	" " "
28	Nestor Durgth	"	"	" " "
29	José Pereira Dias	"	"	Expulso do exercito
30	Jorge Barusleky	22	"	Embriguez e desordens
31	Romualdo Ribeiro	23	"	Pronunciado
32	Lourenço Ribeiro	"	"	"
33	Manoel dos Santos	24	"	Embriguez e desordens
34	Aristideo Pronhak	26	"	" " "
35	Candido Sebastião de Souza	27	"	" " "
36	João Baptista Nascimento	"	"	" " "
37	Leopoldino Torquato de Vasconcellos	"	"	" " "
38	Benedicto Alves Nunes	"	"	" " "
39	Nestor Durgth	"	"	" " "
40	Candida Barbosa das Neves	"	"	" " "
41	Castorina Rosa da Conceição	28	"	" " "
42	Etelvina Maria das Neves	"	"	" " "
43	Georgina Pila França	"	"	" " "
44	Romana Francisca	"	"	" " "
45	Accacio Alves do Amaral	"	"	" " "
46	Miguel Antonio dos Santos	30	"	" " "
47	Fernando José Rodrigues	31	"	Averiguações policiaes
48	João Casagrande	1º	Setembro	Embriguez
49	Nestor Durgth	"	"	Averiguações policiaes
50	Tiburcio dos Santos	2	"	Embriguez e desordens
51	Santos Cordeiro	3	"	" " "
52	João Romão	"	"	Desordens
53	Julio Estayne	"	"	Embriguez e desordens
54	João Alves Cordeiro	4	"	Averiguações
55	Satyro Lourenço	"	"	Alienado
56	Manoel Luiz de Sequeira	8	"	Desordens
57	Libeo Nanaí do Espirito Santo	"	"	Expulso do exercito
58	Mathias Casuiska	"	"	Desordens
59	Alfredo Ziler	10	"	Embriguez e desordens
60	André da Silva	"	"	Embriguez
61	Lourenço Viego	11	"	Indigente
62	Manoel Francisco dos Santos	"	"	Embriguez
63	João de Souza	12	"	"
64	João Casagrande	16	"	"
65	Tobias Antonio de Almeida	18	"	"
66	João Kelnir	"	"	"
67	João Casagrande	"	"	"
68	Eduardo Tertuliano da Silva	"	"	Embriguez e desordens
69	Lourenço Viego	"	"	Indigente
70	Ignacio Jocelym de Souza	"	"	"
71	Nicoláo Alfaiate	19	"	Embriguez e desordens
72	José Adriano Gomes	20	"	" " "
73	Benedicto Siki	"	"	" " "
74	Estephano Lozinky	22	"	Embriguez
75	João Casagrande	"	"	Indigente
76	Toniolo Luiz	23	"	Embriguez e desordens
77	Adolpho Silva	26	"	Embriguez
78	Miguel Krchma	"	"	"
79	Eduardo Schmidt	"	"	"
80	Americo José Elias	"	"	Desordens

Cadeia do Posto da 2ª Circumscrição, 30 de Setembro de 1911.

O Commissario,

Fonte: Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior pelo Chefe de Polícia. Curitiba,  
31 de dezembro de 1911.



## Cadeia do Posto Central

Relação nominal dos individuos recolhidos a esta cadeia  
durante o trimestre de Abril a Junho de 1912.

Numero	NOMES	Datas	Motivos
1	Carlos Affonso Fernandes	1 Abril	Embriaguez e desordem
2	Benedicto Alves Nunes	1 "	"
3	Miguel Cardozo	1 "	Averiguações
4	João de Tal	1 "	Alienado
5	João Bouqueski	2 "	Embriaguez
6	João Felipe	3 "	Embriaguez e desordem
7	João Marquedoudo	3 "	"
8	Manoel Antonio Pereira	3 "	"
9	João Felipe	3 "	"
10	Estanislau Zuka	4 "	"
11	José Orlando Cavalcante	4 "	"
12	Manoel Fernandes da Silva	4 "	"
13	Severino Vieira do Carmo	4 "	Expulso do Exercito
14	João Caetano d'Oliveira	4 "	Embriaguez e desordem
15	Julio do Couto	5 "	"
16	Tiburcio dos Santos	5 "	"
17	Angelo Brasilio dos Santos	5 "	"
18	Maria Joanna	5 "	"
19	Estanislao Valle	5 "	"
20	Leopoldo Roza	6 "	"
21	Placidio Gonçalves dos Santos	6 "	"
22	Amadeu Delazana	7 "	Embriaguez
23	João Chumaga	8 "	"
24	Valente Zaca	8 "	"
25	Placidio da Costa	8 "	Desobediência
26	Estephano Varzensky	9 "	Embriaguez
27	Thomaz Mauricio Navroski	9 "	"
28	Carlos Siffer	10 "	"
29	Pedro Henrique dos Santos	10 "	Averiguações
30	Alfredo Gomes d'Oliveira	10 "	Embriaguez e desordem
31	Carlos Ferreira	10 "	"
32	Sebastião André	10 "	"
33	Lucio Ferreira	14 "	"
34	João Wankintaier	14 "	"
35	Manoel Barboza	14 "	"
36	Antonio Kulha	14 "	"
37	Augusto Silva	14 "	"
38	Hilario Borges	14 "	"
39	Paulo Ferter	14 "	"
40	Manoel Fernandes da Silva	15 "	"
41	Frederico Rainarete	15 "	Averiguações
42	Evaristo Lubrano	15 "	Embriaguez e desordem
43	Theodoro Cherasky	15 "	"
44	José Narciso	15 "	"
45	Sebastião André	16 "	"
46	José Orlando Cavalcante	16 "	"
47	Antonio Cordeiro	19 "	Averiguações
48	Ephigenio Saldanha	19 "	"
49	Pedro de Azevedo Coutinho	19 "	"
50	Miguel Nagippe	19 "	Embriaguez e desordem
51	Benedicto Assumpção	19 "	"
52	João Perez Gonçalves	19 "	"
53	João Baptista Braga	20 "	Expulso do R. de Segurança
54	Manoel da Costa Martins	20 "	Averiguações
55	Americo José Elias	20 "	Embriaguez e desordem
56	Ludobiky Sinplisky	20 "	"
57	Cezar Sinplisky	21 "	"

Fonte: Relatório apresentado ao Secretario de Estado nos Negocios do Interior, Justiça e Instrução  
Publica pelo Chefe de Policia. Curitiba, 31 de dezembro de 1912.



## Gabinete de Identificação e de Estatística

Relação nominal dos indivíduos que, como contraventores, foram identificados durante o primeiro trimestre do anno de 1920.

N.º de ordem	NOMES	DATAS	MOTIVOS
1	Antonio Rogovsky . . .	10-1-920	Desordem
2	Deolindo dos Santos Moraes	13-1-920	Expulso do Exercito
3	Olivio Pedro dos Santos .	15-1-920	Averig. de antecedentes
4	Arlindo Theodoro Silva .	15-1-920	Desordem
5	Elias Gomes Ferreira . .	15-1-920	Expulso do Exercito
6	Manoel Rosalvo Santos .	15-1-920	Desordem
7	Leonel Lopes Freire . .	15-1-920	"
8	Antonio Ferreira Ramos .	19-1-920	Expulso da Força Militar
9	Agenor José Carlos . . .	21-1-920	Embriaguez e desordem
10	Vicente Ferreira Gomes .	23-1-920	Vagabundagem
11	Maria Euphrazia da Conceição	24-1-920	Desordem
12	Joaquina Calistra . . . .	24-1-920	"
13	João Chrispim de Lucas .	24-1-920	Embriaguez e desordem
14	Francisca Cruzina . . . .	27-1-920	Desordem
15	Oscar Nielsen . . . . .	30-1-920	Embriaguez e desordem
16	Antonio Dias . . . . .	31-1-920	" " "
17	José de Almeida . . . . .	31-1-920	Averig. de antecedentes
18	Roberto Petrosky . . . .	31-1-920	" " "
19	Eduardo Negrello . . . .	3-2-920	Desordem
20	Francisco Cordeiro Santos	3-2-920	Embriaguez e desordem
21	Rodolpho Ortmann . . . .	4-2-920	Embriaguez
22	Eduardo Schmidt . . . .	9-2-920	Embriaguez e desordem
23	Eduardo Monteagudo . . .	9-2-920	Averig. de antecedentes
24	João Smaniotto . . . . .	10-2-920	Desordem
25	Henrique Tovorá Labatut	10-2-920	Embriaguez e desordem
26	Guilherme Costa . . . . .	12-2-920	" " "
27	Elias Azevenosche . . . .	13-2-920	Averig. de antecedentes
28	Bernardo Goldeweig . . .	13-2-920	" " "
29	Estanislau Risque . . . .	14-2-920	Desordem
30	Pedro Porciano Souza . .	14-2-920	Averig. de antecedentes
31	João Mascke . . . . .	15-2-920	Embriaguez e desordem
32	Adelino Salomão . . . . .	17-2-920	Desordem
33	Severino Machado . . . .	18-2-920	Averig. suspeita de furto
34	Arlindo Lara . . . . .	18-2-920	Embriaguez
35	Elpidio Alves . . . . .	23-2-920	Suspeita de furto
36	Felix Pujol . . . . .	25-2-920	Embriaguez
37	Alfredo Cordeiro . . . . .	25-2-920	"
38	Arlindo Martins . . . . .	25-2-920	"
39	Rodolpho Garcia . . . . .	1-3-920	Desordem
40	Fernando Joaquim Rosa . .	1-3-920	"
41	Franklin Alvarado . . . .	1-3-920	Averig. de antecedentes



# CONTRAVENÇÕES

Relativas ao 3º trimestre de 1909.

Natureza da contravenção	Sexo		Cór			ESTADO CIVIL			Idade		NACIONALIDADE										PROFISSÃO						TOTAL					
	Masculino	Feminino	Branca	Parda	Preta	Solteiros	Casados	Viuvos	Instituição		Maiores	Menores	Brasileiros	Polacos	Italianos	Franceses	Allemaes	Portuguezes	Russos	Austriacos	Syrios	Belgas	Outras nacionalidades	Lavradores	Jornaleiros	Domestica		Negociantes	Artistas	Sem profissão	Outras profissões	
Jogo . . . . .	1		1			1				1	1		1												1							1
Aposta . . . . .																																
Uso de armas prohibidas	1		1				1			1	1		1												1							1
Perigo commum . . . . .	1		1			1				1	1		1																			1
Damno ás cousas publicas																																
Mendigos . . . . .	2		2			2				1	2			1	1														2		2	
Ebrios . . . . .	90	18	60	30	18	65	27	16	31	77	83	25	79	10	4		3		2		1		9	20	45	14	10	4	15	108		
Vadios . . . . .	36	5	3	9	29	36	5	31	10	37	4	19	17									5						41		41		
SOMMA . . . . .	131	23	68	39	47	105	28	21	65	89	125	29	101	28	5		3		2	2	1	14	22	45	14	10	48	15	154			

Olivier da Costa Lima,  
Encarregado da Secção de Estatística.

Fonte: Relatório apresentado ao Secretario Geral do Estado pelo Chefe de Policia do Estado.

Curitiba, 31 de dezembro de 1920.



## ANEXO 2 – MODELO DE INQUÉRITO POLICIAL

# INQUÉRITO POLICIAL

19 . . .

Delegacia de Policia de . . .  
Inquerito policial instaurado *ex-officio* (ou a requerimento,  
ou por queixa de . . .)

Escrivão F . . .

## AUTUAÇÃO:

Aos . . . dias do mez de . . . do anno de . . . , neste Districto de . . . , Cidade (ou villa) de . . . , em meu cartorio, autuo a portaria (queixa ou requerimento) que adiante se vê, do que faço este termo. Eu, F . . . , escrivão o escrevi.

## PORTARIA

Delegacia de Policia do Districto de . . . , em . . . de . . .  
de . . . 19 . . .

Chegando ao meu conhecimento que . . . (narra o facto, objecto do crime) mando a F . . . , escrivão (ou a . . . , a quem nomeio escrivão *ad-hoc*, que, depois de prestado o compromisso legal), intime os Drs. F . . . e F . . . , aos quaes nomeio peritos), afim de, ás . . . horas, se dirigirem á . . . e procederem a corpo de delicto, e bem assim duas testemunhas que o assistam, depois do que, com o corpo de delicto, me venham os autos conclusos. O que cumpra.

(Assignatura).

Si o cadaver já estiver enterrado, a autoridade determinará a exumação, havendo necessidade de reconhecimento e autopsia.

A autoridade dirigir-se-á immediatamente ao local em que aconteceu o delicto, e fará lavrar o auto de descripção do local e apprehensão dos documentos e instrumentos do crime, si houver, e depois tomará o auto de perguntas ao offendido.

O escrivão intimará os peritos e as testemunhas e lavrará a certidão.

Feito o corpo de delicto, e julgado procedente, o escrivão, recebendo-o, lavrará o termo de Data e Junta, entregará os autos á autoridade, que com a maxima brevidade, dará o seguinte

## DESPACHO:

O escrivão intime F . . . , para no dia . . . de . . . ás . . . horas em (tal lugar), prestar informações sobre o facto constante



da portaria e corpo de delicto de fls., e bem assim as testemunhas F . . . . e F . . . . , para deporem, o accusado F . . . . (si estiver no lugar e fôr encontrado) para ouvir e reperguntar as testemunhas, e o Dr. Promotor Publico (si o inquerito tiver logar na séde do Termo ou Comarca), para seguir os termos do inquerito.

Data . . . .

Assignatura . . . .

Feitas as intimações, o escrivão lavrará a seguinte

### CERTIDÃO:

Certifico que em virtude do despacho supra (ou retro), intimei as testemunhas F . . . . , F . . . . e F . . . . , e bem assim o accusado F . . . . , (ou deixei de intimar o accusado F . . . . , por não se achar neste districto), e o Dr. Promotor Publico, em suas proprias pessoas, por todo o conteúdo do mencionado despacho, do que ficaram bem scientes. O referido é verdade, do que dou fé.

Data . . . .

Assignatura . . . .

Comparecendo o accusado no dia determinado, tomar-se-á o seu auto de perguntas.

Si no auto de qualificação o accusado disser ser menor de 21 annos, a autoridade immediatamente lhe nomeará um curador *ad-hoc*, mandando lavrar um termo, conforme o do modelo adeante e, em seguida, procederá á inquirição das testemunhas, começando pelo seguinte termo de

### ASSENTADA:

Aos . . . dias do mez de . . . do anno de . . . , nesta Cidade (ou villa) de . . . , em . . . (o logar em que se realizar a inquirição das testemunhas) onde se achava o Delegado de Policia, F . . . . , commigo escrivão de seu cargo, ali presentes o réo F . . . . (si tiver comparecido), e o Promotor Publico Dr. F . . . . (si tiver comparecido), pela autoridade foi mandado collocar as testemunhas F . . . . , F . . . . e F . . . . em logar de onde umas não pudessem ouvir os depoimentos das outras, e começou a inquirir as mesmas testemunhas, como adiante se vê; do que, para constar, faço este termo. Eu, F . . . . , escrivão o escrevi.

1.<sup>a</sup> testemunha (informante), F . . . . , de . . . annos de idade, solteiro (casado ou viuvo), morador em . . . , natural de . . . , com profissão . . . , aos costumes disse ser parente em tal gráo (ou amigo ou inimigo da victima ou do réo), pelo que a autoridade deixou de lhe deferir a promessa legal; e, sendo inquirida sobre os factos da portaria de fls. (ou do termo de declarações de fls., ou da petição de fls.) disse . . . . . E por nada mais saber e nem lhe ser perguntado, deu-se por findo este depoimento, que depois de lhe ser lido e achado conforme, assigna (ou F . . . . , a seu rogo, por não saber ou não poder es-



crever), com a autoridade, Promotor Publico, e o réo. Eu, F . . . ,  
 escrivão o escrevi, e de tudo dou fé.

F . . . .

F . . . .

F . . . .

F . . . .

2ª testemunha, F . . . . , com . . . . annos de idade, casado  
 (solteiro ou viuvo), residente em . . . . , com profissão de . . . . ,  
 aos costumes disse nada, testemunha que prestou a promessa  
 legal e prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado  
 lhe fosse; sendo inquirida sobre os factos constantes da portaria  
 (termo de declaração ou petição de fls.) disse: . . . . Pergun-  
 tado mais, disse . . . . E por nada mais saber, nem lhe ser per-  
 guntado, deu-se por findo este depoimento, que depois de lido e  
 achado conforme assigna com a autoridade e partes, do que tudo  
 dou fé. Eu, F . . . . , escrivão o escrevi.

F . . . .

F . . . .

F . . . .

Deixando de comparecer alguma testemunha, a  
 autoridade pode mandal-a vir á sua presença, debaixo  
 de vara, para o que baixará portaria.

Si todas as testemunhas não poderem ser inquiri-  
 das no mesmo dia, a autoridade suspenderá a inquiri-  
 ção, marcando novamente dia, hora e logar, para con-  
 tinuarem as inquirições, e mandará que o escrivão in-  
 time as partes e as testemunhas que deixaram de ser  
 inquiridas, para comparecerem no dia, hora e logar que  
 forem designados. O escrivão lavrará a seguinte

### CERTIDÃO :

Certifico que em vista do adiantado da hora, o Delegado  
 de Policia F . . . . determinou que suspendesse a inquirição das  
 testemunhas d'este inquerito, designando o dia . . . . ás . . . . horas,  
 para continuar a inquirição das testemunhas que faltaram. Certi-  
 fico mais que em virtude do que acima vem exposto, é em obe-  
 diencia ao determinado pela autoridade supra mencionada, in-  
 timei as partes, testemunhas F . . . . , F . . . . e F . . . . para com-  
 parecerem em . . . . no dia . . . . ás . . . . horas, do que tudo dou fé.

Data . . . .

Assignatura . . . .

No dia designado, continuará a inquirição, lavran-  
 do-se novo termo de Assentada.

Si as testemunhas se contradisserem, a autorida-  
 de pôde acareal-as na mesma occasião, lavrando-se o  
 termo respectivo, quando estiverem ainda no logar ;  
 quando não estejam, pode mandar intimal-as para que  
 compareçam em dia, logar e hora certos, afim de ter  
 logar a acareação, lavrando-se o mesmo termo.



Quando os réos divergirem nos seus autos de perguntas, a autoridade pôde confrontal-os, lavrando-se o auto, cujo modelo vae adeante.

Havendo necessidade de dar busca, a autoridade mandará passar o mandado.

Si tiverem sido apprehendidos instrumentos, a autoridade pôde determinar o exame, o que se fará de accordo com o modelo.

Em todos os autos em que houver necessidade do exame de peritos, e que forem, por assim dizer, complementos do corpo de delicto, devem ser intimadas duas testemunhas para assistirem o exame; e da intimação dos peritos, nomeados para tal fim, pela autoridade, bem como da intimação das testemunhas para assistirem a exame, o escrivão lavrará certidão.

Concluidas as diligencias dentro do prazo legal, o escrivão fará os autos conclusos á autoridade, pelo seguinte termo de

#### CONCLUSÃO:

Aos . . . dias do mez de . . . , faço estes autos conclusos ao Delegado F . . . , do que faço este termo. Eu, F . . . , escrivão o escrevi.

A autoridade, recebendo os autos, fará o seguinte

#### RELATORIO

Do presente inquerito consta que, em tal data, os indicados F . . . e F . . . praticaram os actos criminosos . . . (relata os factos), com as circumstancias . . . (taes e taes), conforme se evidencia dos autos, ás fls., e dos depoimentos das testemunhas F . . . e F . . .

Além das testemunhas ouvidas no presente inquerito, conhecem o facto delictuoso os individuos F . . . , F e F . . . , moradores, o primeiro em . . . , o segundo em . . . , o terceiro em . . . . O escrivão faça remessa destes autos ao Dr. Promotor Publico da Comarca, por intermedio do Dr. Juiz de Direito (ou ao Adjunto de Promotor do Termo, por intermedio do Dr. Juiz Municipal.

Data . . .

Assignatura . . .

Entregues os autos, o escrivão lavrará o seguinte termo de

#### DATA:

Aos . . . dias do mez de . . . , do anno de . . . , foram-me entregues estes autos, por parte do Sub-Delegado de Policia em exercicio F . . . , do que fiz este termo. Eu, F . . . , escrivão o escrevi.

Em seguida lavrará o seguinte termo de

#### REMESSA:

E no mesmo dia, mez e anno supra declarados, faço remessa destes autos ao Dr. Promotor Publico da Comarca, por

intermedio do Dr. Juiz de Direito, por mão do escrivão do Juizo, do que faço este termo. Eu, F . . . , escrivão o escrevi e assigno.

O Escrivão F . . .